

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO
NÍVEL DOUTORADO

TIAGO FARIAS BRAGA

**A DIALÉTICA DOS OLHARES E OS DISPOSITIVOS COMUNICACIONAIS /
MIDIÁTICOS: um estudo das lógicas dos processos interacionais no território da
crackolândia na cidade de Governador Valadares/MG**

São Leopoldo
2020

TIAGO FARIAS BRAGA

**A DIALÉTICA DOS OLHARES E OS DISPOSITIVOS COMUNICACIONAIS /
MIDIÁTICOS: um estudo das lógicas dos processos interacionais no território da
crackolândia na cidade de Governador Valadares/MG**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Ciências da Comunicação Social da
Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Turma
Especial FADIVALE, como requisito parcial para
obtenção do título de Doutor.

Orientador: Prof. Dr. Jairo Getúlio Ferreira

São Leopoldo
2020

B813d

Braga, Tiago Farias.

A dialética dos olhares e os dispositivos comunicacionais/midiáticos : um estudo das lógicas dos processos interacionais no território da crackolândia na cidade de Governador Valadares/MG / por Tiago Farias Braga. – 2020. 310 f. : il. ; 30 cm.

Tese (doutorado) — Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, São Leopoldo, RS, 2020.

“Orientador: Dr. Jairo Getúlio Ferreira”.

1. Dispositivos. 2. Circuitos. 3. Lógicas interacionais.
4. Sistemas de produção. 5. Território da crackolândia.
6. Dialética dos olhares. I. Título.

CDU: 659.3:362.293(815.1)

TIAGO FARIAS BRAGA

**A DIALÉTICA DOS OLHARES E OS DISPOSITIVOS
COMUNICACIONAIS/MIDIÁTICOS: UM ESTUDO DAS LÓGICAS DOS PROCESSOS
INTERACIONAIS NO TERRITÓRIO DA CRACKOLÂNDIA NA CIDADE DE
GOVERNADOR VALADARES/MG**

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS.

APROVADO EM 15 DE MARÇO de 2020.

BANCA EXAMINADORA

**PROFO. DRO.FRANCIS ALBERT COTTA - UEMG E CPP/APMMG
PARTICIPAÇÃO POR WEBCONFERÊNCIA**

**PROF. DR. LÚCIA LAMOUNIER SENA - PUCMG
PARTICIPAÇÃO POR WEBCONFERÊNCIA**

**PROF O. DRO. FABRÍCIO LOPES DA SILVEIRA - UFRGS
PARTICIPAÇÃO POR WEBCONFERÊNCIA**

**PROF O. DRO. JOSÉ LUIZ WARREN JARDIM GOMES BRAGA - UNISINOS
PARTICIPAÇÃO POR WEBCONFERÊNCIA**

**JAIRO GETULIO
FERREIRA:18500706015**

Assinado de forma digital por JAIRO GETULIO FERREIRA:18500706015
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB,
ou=RFB e-CPF A3, ou=(EM BRANCO), ou=05334890000191, cn=JAIRO
GETULIO FERREIRA:18500706015
Dados: 2021.03.23 21:02:56 -03'00'
Versão do Adobe Acrobat Reader: 2021.001.20145

PROFO. DR.JAIRO GETÚLIO FERREIRA– UNISINOS

Dedico este trabalho ao meu saudoso tio, Zacarias Brito da Silva (in memoriam), que nos deixou no ano de início do doutoramento, mas em seu lindo hábito de contar histórias, formalmente, falou-me um pouco sobre a formação histórica da área estudada, conforme o roteiro semiestruturado, o que contribuiu sobremaneira com a produção coletiva de um artigo nessa temática e até mesmo com o enriquecimento da pesquisa ora concluída. Com muita saudade e carinho, dedico-lhe esta árdua conquista.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, que me capacitou para mais esta importante realização acadêmico-profissional.

Às duas mulheres mais importantes da minha vida: minha amada mãe, Marlene Farias de Almeida Braga, cujas orações foram canalizadas em prol de mais essa conquista e ao longo de toda minha vida; minha linda esposa, Maria Vitória Fagundes Braga, meu amor, que esteve ao meu lado, durante todo percurso, e compreendeu minha ausência motivada por razões epistemológicas, bem como contribuiu para a conclusão dessa etapa, com carinho e afeto.

Ao meu admirável pai, Valter João Braga, notável exemplo pessoal e profissional, que sempre me inspirou a porfiar na busca de tornar-me um ser humano melhor; e a toda minha família, a quem devo minha formação cultural e pessoal.

À Mestre em Língua Portuguesa, minha querida tia Maria Bernadete de Almeida Brito, pela ajuda no aprimoramento linguístico e correção ortográfica desta tese, assim como em vários momentos de minha trajetória enquanto pesquisador.

Ao meu orientador, Professor Jairo Getúlio Ferreira, Pós-Doutor em Ciências da Comunicação e Doutor em Informática na Educação, pessoa humana e sensível ao outro, que acreditou em mim, permitindo-me crescer no meu percurso individual enquanto pesquisador, mesmo diante das intempéries e, cuja crença na minha capacidade aliada à exposição de suas visões de mundo, nas discussões e embates epistemológicos, as quais foram inerentes ao desenvolvimento conclusivo deste trabalho.

Ao Professor Fabrício Lopes da Silveira, Doutor em Ciências da Comunicação, que como o primeiro orientador deste trabalho, contribuiu com sua sensibilidade de pesquisador e me encorajou a desenvolver movimentos teórico-epistêmico-metodológicos relevantes, passando a orientação em boa trajetória aos novos enfrentamentos.

Ao Comando da 8ª RPM, ao Comando do 6º BPM e à Chefia do COPOM – Central de Monitoramento do Olho Vivo da 8ª RISP –, pelas mídias, relatórios, mapas e demais documentos disponibilizados. Aproveitando o ensejo para agradecer a todos os amigos da 8ª RPM, que torceram por mim, diante desse grande desafio de conciliar a árdua e honrosa missão de ser, concomitantemente, pesquisador e policial militar, buscando sempre servir, com excelência, em ambas as áreas.

Ao pessoal dos Centros de Referência ligados à Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS (CREAS, Centro Pop e afins), pelo fornecimento de informações e documentos, com destaque a Eliane e Ana Maria, que estiveram sempre disponíveis quando procuradas.

Ao Cel PM Miguel Elias Daffara que, quando esteve na função de Comandante do 13º BPM/M da PMESP, recebeu-me em seu gabinete e foi bastante acessível comigo, compartilhando sua pesquisa/experiência em relação à cracolândia de São Paulo.

Aos colegas de Doutorado e aos Professores da Unisinos, que tornaram o percurso mais tenro e ameno, mesmo diante da alta carga de trabalhos e demandas da vida de doutorando.

À FAPEMIG pela concessão da bolsa de estudo que viabilizou a realização deste doutorado.

*Hello darkness, my old friend
I've come to talk with you again
Because a vision softly creeping
Left its seeds while I was sleeping
And the vision that was planted in my brain
Still remains within the sound of silence
[...]
And the sign said
The words of the prophets
Are written on the subway walls
And tenement halls
And whispered in the sound of silence*

(Simon & Garfunkel – The Sound of Silence).

[...] Esse flerte é um flerte fatal
Esse flerte é um flerte fatal
Que vai te consumir
Em busca de um prazer individual
Esse flerte é um flerte fatal
É sempre gente muito especial
Muita gente já ultrapassou
A linha entre o prazer e a dependência
E a loucura que faz
O cara dar um tiro na cabeça
Quando chega o além
E os pés não tocam mais no chão
Esse flerte é um flerte fatal
Esse flerte é um flerte fatal [...]

(Flerte Fatal – Ira).

O expresso do oriente
Rasga a noite, passa rente
E leva tanta gente
Que eu até perdi a conta
Eu nem te contei uma novidade, quente
Eu nem te contei
Eu tive fora uns dias
Numa onda diferente
E provei tantas frutas
Que te deixariam tonta
Eu nem te falei
Da vertigem que se sente [...]

(Uns dias – Paralamas do Sucesso).

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACGV	Associação Comercial de Governador Valadares
ADQF	Associação de Acolhimento aos Dependentes Químicos e Familiares
APAC	Associação de Proteção e Assistência aos Condenados
BBC	British Broadcasting Corporation
BO	Boletim de ocorrência
BPM	Batalhão da Polícia Militar
BSC	Bases de Segurança Comunitária
CAES	Centro de Altos Estudos de Segurança
CAPS-AD	Centro de Atendimento Psicossocial – Álcool e Drogas
CBM	Corpo de Bombeiros Militar
CENTRO POP	Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua
Cia Ind PE	Companhia Independente de Policiamento Especializado
CIA PV	Cia de Prevenção e Vistorias

CIMOS	Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais
CMAS	Conselho Municipal de Assistência Social
COPOM	Comando de Operações da Polícia Militar
CP	Código Penal
COM	Código Penal Militar
CPP	Código de Processo Penal
CRATOD	Centro de Referência de Álcool, Tabaco e Outras Drogas
CREA	Centro de Referência Especializado da Assistência
CREAS	Centro de Referência Especializado da Assistência Social
CREAS POP	Centro de Referência Especializado da Assistência Social para População em Situação de Rua
CRFB	Constituição da República Federativa do Brasil
DGEOp	Diretriz Geral de Emprego Operacional
EUA	Estados Unidos da América
FADIVALE	Faculdade de Direito do Vale do Rio Doce

FAGV	Faculdade de Administração de Governador Valadares
FIEMG	Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais
GCM	Guarda Civil Metropolitana
GIT	Gestão Integrada do Território
GV	Governador Valadares
HPS	Hospital Pronto-Socorro
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IC	Instituto de Criminalística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
MDS	Ministério do Desenvolvimento e Combate a Fome
OBID	Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas
ONU	Organização das Nações Unidas
PAC	Patrulha Atendimento Comunitário
PCMG	Polícia Civil de Minas Gerais

PIB	Produto Interno Bruto
PM	Policia Militar / Policia Militar
PMESP	Polícia Militar do Estado de São Paulo
PMMG	Polícia Militar de Minas Gerais
REDS	Registro de Evento de Defesa Social
REDS	Registro de Evento de Defesa Social
RP	Radiopatrulhamento
RPM	Região da Polícia Militar
SEDS	Secretaria de Estado de Defesa Social
SENASP	Secretaria Nacional de Segurança Pública
SISNAD	Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas
SMAS	Secretaria Municipal de Assistência Social
SNC	Sistema Nervoso Central
TCLE	Termo de Consentimento Livre Esclarecido

UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UNIAD	Unidade de Pesquisas de Álcool e Drogas
UNIFESP	Universidade Federal de São Paulo
UNISINOS	Universidade do Vale do Rio dos Sinos
UNIVALE	Universidade do Vale do Rio Doce
UNODC	United Nations Office on Drugs and Crime
UNODCCP	United Nations Office on Drugs and Crime Prevention
UNOPAR	Universidade Norte do Paraná
USP	Universidade de São Paulo

LISTA DE FIGURAS

Fig. 1 - Vista aérea de Governador Valadares (Distrito-sede) com rodovias.....	37
Fig. 2 - Divisão Territorial do Centro de Governador Valadares conforme a Administração Municipal	48
Fig. 3 - Vista aérea da região do Mercado Municipal de Governador Valadares.....	69
Fig. 4 – Crackolândia publicada no jornal Hoje em Dia com o título: “Usuários se concentram na área central da cidade, onde consomem, sobretudo, crack”	71
Fig. 5 – Processo de Refino de Cocaína.....	76
Fig. 6 – Mapa dos EUA com áreas de chegada do crack demarcadas.....	80
Fig. 7 – A “dialética dos olhares” inicial	123
Fig. 8 – A “dialética dos olhares” aprimorada.....	124
Fig. 9 - Vista Street view – região do “Lote Vago” e “Depósitos” – 2014.....	154
Fig. 10 – Usuários durante abordagem policial na região do “Lote Vago” – 2013	156
Fig. 11 – Homem tentando destrancar bicicleta no Mercado Municipal GV – 2013.....	157
Fig. 12 - Homem carregando bicicleta no interior do Mercado Municipal – 2013.....	158
Fig. 13 – Dois usuários conversando na região “Lote Vago” – 2013.....	162
Fig. 14 – Usuária fumando “maconha” na região do “Lote Vago” – 2013.....	163
Fig. 15 – Usuário agredindo usuária na região “Depósitos”/“Lote Vago” – 2015	167
Fig. 16 - Usuários usando e vendendo droga – regiões da “Polil” / “Depósitos”/ “Lote vago”– 2015	171
Fig. 17 - Briga entre dois indivíduos próximo ao “Ponto de ônibus” – 2015.....	173
Fig. 18 - Outro momento da briga próximo ao “Ponto de ônibus” – 2015	174
Fig. 19 - Momento da abordagem policial – próximo ao “Ponto de ônibus” - 2015.....	174
Fig. 20 – Homem fumando crack na região do “Lote vago” - 2015	175
Fig. 21 – Uso do “Ponto cego” atrás do poste da região dos “Depósitos” - 2015	176

Fig. 22 – Abordagem policial região do “Lote vago”- 2015.....	177
Fig. 23 – Reunião de usuários na região do “Lote vago”- 2015.....	179
Fig. 24 – Abordagem policial com cerco de duas viaturas na região do “Lote vago”- 2015.....	180
Fig. 25 – Briga dos dois usuários em meio a chuva na região do “Lote vago”- 2015.....	181
Fig. 26 – Abordagem de um dos usuários que estavam na briga na divisa do Centro com o bairro São Geraldo de Governador Valadares - 2015.....	182
Fig. 27 – Pedras, maricas e dinheiro trocados são encontrados com homem abordado e preso pela PM no Mercado Municipal- 2015	184
Fig. 28 – Usuária cadeirante, crianças e outra usuária na região do “Lote vago” - 2015.....	185
Fig. 29 – Muitas pessoas e tráfico de drogas relativamente ocultado na região do “Ponto de ônibus” - 2015.....	186
Fig. 30 – Abordagem à rua José Luiz Nogueira - 2015.....	187
Fig. 31 – Mulher serve droga a usuário na região do “Ponto de ônibus” - 2015.....	187
Fig. 32 – Mulher servindo droga a outro usuário – região do “Ponto de ônibus” - 2015.....	188
Fig. 33 – Mulher servindo drogas e conversando com usuários na região do “Ponto de ônibus” - 2015	189
Fig. 34 – Mulher e homem traspassando algo na “Praça da Estação” - 2018.....	191
Fig. 35 – Domínios e apropriações variadas na região do “Lote vago” - 2018.....	193
Fig. 36 – Luta corporal entre dois usuários na região do “Lote vago” - 2018.....	194
Fig. 37 – Montagem imagens da 1ª Caminhada – 30/07/2017 – usuários na região da crackolândia / mercado municipal de Governador Valadares.....	202
Fig. 38 – Montagem imagens da 3ª Caminhada – 09/09/2017 – percurso na região da crackolândia / mercado municipal de Governador Valadares.....	205
Fig. 39 – Montagem imagens do segundo momento da 8ª Caminhada - 06/01/2018 – Sábado – na área estudada e na Praça Serra Lima – Governador Valadares	210
Fig. 40 – Indivíduos usando crack na frente da “Polil Tintas” (próximo ao depósito de bebidas – ao lado – e ao comércio de gás – à esquina oposta no outro quarteirão) – 2014	211
Fig. 41 – Montagem imagens do segundo momento da 9ª Caminhada - 14/01/2018 – Domingo – região do Mercado Municipal – Governador Valadares.....	216

Fig. 42 – Montagem imagens da 10ª Caminhada – 22/05/2018 – Terça - passagem rápida pelo dispositivo – regiões do "Lote vago" e "Polil"	220
Fig. 43 - Movimentação na Estação da Luz na parte conexas ao Museu da Língua Portuguesa – São Paulo/SP – 2019.....	225
Fig. 44 – “Fluxo” (à frente) lado oposto da Estação Júlio Prestes e banca de revista desta (à esquerda) – São Paulo/SP – 2019.....	225
Fig. 45 – Briga de mulher e homem usuário à rua do CRATOD – São Paulo/SP – 2019.....	225
Fig. 46 – Região da Estação Júlio Prestes e proximidades – São Paulo/SP.....	226
Fig. 47 – Montagem imagens de 05Jul18-Qui – passagem de carro nas adjacências da “cena de uso” do crack próxima à rodoviária de Belo Horizonte	227
Fig. 48 - Imagens dos Pontos 01 e 02 – com endereço e justificativa cf. Diagnóstico cenas de uso/tráfego de drogas do 6º BPM - 2015.....	232
Fig. 49 – Mapa do Consumo de drogas – área do 6º BPM na cidade de Governador Valadares – 2012-2014.....	234
Fig. 50 – Mapa do Tráfego de drogas – área do 6º BPM na cidade de Governador Valadares – 2012-2014.....	235
Fig. 51 – Tráfego de drogas no Centro de Governador Valadares – 2013-2014.....	236
Fig. 52 – “Quem não fuma não sabe como é” – “Ponte Jomalismo” - YouTube - 2017.....	259
Fig. 53 – Vista ampla da região do “lote vago” e parcial dos “depósitos” aos fundos, após limpeza do lote – 2015.....	269
Fig. 54 – Usuários abaixados entre carros e muro da clínica, na região do “Lote Vago” – 2014.....	271
Fig. 55 – Mulher consumindo crack, na região do “Lote Vago” – ano de 2014	272
Fig. 56 – Mulher “xingando” a câmera 862, após bater no poste-suporte desta, na região do “Lote Vago” – ano de 2015	273
Fig. 57 – Mulher lançando pedras contra câmera 862, na região do “Lote Vago” – 2015.....	273
Fig. 58 – Usuários consumindo crack e outras drogas na região “Lote Vago” – 2014.....	274
Fig. 59 – Usuário servindo crack para outro consumir na região do “Lote Vago” – 2014.....	275
Fig. 60 – Usuários e outras pessoas reunidos na região do “Lote Vago” – 2015	276
Fig. 61 – Indivíduo passando-se de usuário na região do “Lote Vago” – 2015	277
Fig. 62 – Montagem imagens da região do “Lote Vago” em obras e com a rua vazia – 03/08/2017 ..	279

Fig. 63 – Mapa das dinâmicas/movimentos dos usuários de crack e outras drogas no “Quadrilátero”
.....282

Fig. 64 – Usuárias brigam e usuário permanece dormindo – região do “Lote Vago” – 2015.....288

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Características/Serviços prioritários por setor.....	52
Quadro 2 - Endereços que compreendem a região da crackolândia.....	68
Quadro 3 – Inferências criativas/Indícios-base.....	138
Quadro 4 – Inferências “quase conceituais ou conceituais sugeridas”/Indícios-base	139
Quadro 5 – Inferências “nós em construção”	143
Quadro 6 – Proposições investigativas	145
Quadro 7 – Eventos correlatos do “Diário de intervenções conjuntas na Área Central” em ordem decrescente - 2017.....	240
Quadro 8 – Matriz / Mapa cognitivo da dialética dos olhares.....	264

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Total de apreensões em ocorrência de tráfico de drogas de Cocaína, Crack e Maconha– Governador Valadares pela 8ª Cia Ind PE – 2014-2018.....	38
Tabela 2 – Início, intensidade, duração efeitos cocaína X via de administração.....	87
Tabela 3 – Conversão Filmagens por Períodos – Jan2013 a Mar2019.....	150
Tabela 4 – Quantidade de Vídeos por Câmeras/Períodos – Jan2013 a Mar2019	152

RESUMO

A presente tese de doutorado teve como objetivo o estudo da(s) lógica(s) dos processos midiáticos, considerando a dimensão interacional da crackolândia, situada próximo ao Mercado Municipal de Governador Valadares, por meio da dialética dos olhares. Justifica-se, em razão de que a complexa caracterização da lógica processual dos territórios e da relação desses com os problemas por eles abrigados, desafiam a capacidade de resposta e solução por parte dos atores diversos envolvidos, tais como o Estado, a população em geral, as organizações não governamentais e, até mesmo, a comunidade científica. Com base nesse entendimento, sem desprezar as conclusões territoriais da investigação anterior, mas, outrossim, reconhecendo seus limites à pesquisa em comunicação, tornou-se necessário o processamento de olhares comunicacionais que viabilizassem o enfrentamento do problema de pesquisa. Nesse sentido, desenvolveu-se o método da dialética dos olhares, cuja proposta original de tensionamento e complementaridade das dimensões do olhar em confrontação, por meio de diferentes movimentos *teórico-epistêmico-metodológico-empíricos* (não necessariamente nesta ordem), permitiu extrair dos observáveis respostas para questões desdobradas das configurações híbridas do território estudado. Assim, as interfaces epistemológicas e articulações abduativas, processadas na pesquisa, conduziram a sínteses inferenciais relevantes, podendo contribuir com outros estudos e, quiçá, com a proposição de políticas públicas. Em perspectiva conclusiva, o estudo viabilizou a percepções relevantes, dentre as quais se destacam a sugestão de outros estudos acerca da circulação de sentidos entre os usuários, a necessidade de levantamentos prévios às operações policiais, na área, com identificação clara dos traficantes e mapeamento dos locais utilizados como “ponto de apoio” à venda/homizio de drogas, à medida que os fornecedores de drogas, falsamente transvestidos de usuários, foram crescendo naquele território, ao longo dos anos e, principalmente, a contribuição inferencial / teórico-epistêmica, de a pesquisa poder ser repetida e aprimorada em outras áreas e campos, com a humanização do olhar sobre as possibilidades interacionais, além do crack.

Palavras-chave: Dispositivos; Circuitos; Lógicas interacionais; Sistemas de Produção; Território da crackolândia; Dialética dos olhares.

ABSTRACT

This doctoral thesis aimed to study the logic(s) of mediatic processes, considering the interactional dimension of crackland, located near the Municipal Market of Governador Valadares, through the dialectics of seeings. It is justified, because the complex characterization of the procedural logic of the territories and their relationship with the problems they hold, challenge the response and solution capacity of the various actors involved, such as the State, the population in general, non-governmental bodies and even a scientific community. Based on this understanding, without neglecting the territorial conclusions of the previous investigation, but also recognizing its limits to research in communication, it became necessary to process communicational seeings that would make it feasible to face the research problem. In this sense, the dialectic of seeings method was developed, whose original proposal of tensioning and complementarity of the dimensions of the confronting looks, through different theoretical-epistemic-methodological-empirical movements (not necessarily in this order), permitted be extracted answers from the observables to questions unfolded from the hybrid configurations of the studied territory. Thus, epistemological interfaces and abductive articulations, processed in the research, led to relevant inferential syntheses, being able to contribute to other studies and, perhaps, to the proposition of public policies. In a conclusive perspective, the study enabled relevant insights, among which we highlight the suggestion of other studies on the circulation of meanings among users, the need for surveys prior to police operations in the area, with clear identification of traffickers and mapping of the locations used as a “point of support” for the sale / hiding of drugs, as the drug dealers, falsely transvested from drug users, have been growing in that territory, over the years and, mainly, the inferential / theoretical-epistemic contribution, that the research can be repeated and improved in other areas and fields , with the humanization of the view on interactional possibilities, beyond the crack.

Keywords: Dispositive; Circuits; Interactional logics; Production systems; Crackland territory; The dialectics of seeings.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	22
1.1 Aproximação via método e metodologia	25
1.2 Hipóteses	28
1.3 Questões	30
1.4 Objetivos.....	32
2 CONTEXTUALIZAÇÕES RELEVANTES À CONSTRUÇÃO INVESTIGATIVA I – A CIDADE.....	33
2.1 A Cidade de Governador Valadares	36
2.2 Para além da demografia, as geografias das interações.....	44
2.3 Divisão Territorial do Centro de Governador Valadares – retorno ao mapa bidimensional	48
2.4 O agenciamento policial dos centros de Valadares	50
2.5 A formação histórica do território em estudo	57
3 CONTEXTUALIZAÇÕES RELEVANTES À CONSTRUÇÃO INVESTIGATIVA II – O CRACK.....	73
3.1 O circuito internacional.....	77
3.2 A problematização pela academia	82
4 INTERFACES EPISTEMOLÓGICAS.....	94
4.1. Que dispositivo é esse?	95
4.2. Espaços e territórios	102
4.3. Circuitos, campos de força e conexão	109
5 ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS – A TENTATIVA HEURÍSTICO- INDICIÁRIA DA DIALÉTICA DOS OLHARES.....	119
5.1 Considerações propedêutico-metodológicas	120
5.2 Dos movimentos construtivos ao método da dialética dos olhares.....	122
6 A ARTICULAÇÕES ABDUTIVAS.....	135

6.1 Quadros Sinópticos – Inferências abduativas I	136
6.2 Aplicação do método no/do dispositivo comunicacional-interacional-midiático – abduções II.....	147
6.2.1 Olhar “Olho Vivo”	147
6.2.2 Olhar de Perambulação	196
6.2.3 Outros Olhares	228
6.2.4 O filtro do pesquisador.....	262
6.3 As Cidades – inferências abduativas III a partir dos episódios interacionais	264
6.3.1 Episódios interacionais ilustrativos de um sistema de produção “Lote Vago”	268
6.3.2 Um olhar sobre o sistema de produção de uma peculiar privacidade adaptada	283
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	293
REFERÊNCIAS.....	299

1 INTRODUÇÃO

“Não há mais virtude na investigação empírica que na leitura . [...] Assim como é tolice projetar um estudo de campo se for possível encontrar a resposta numa biblioteca, é tolice pensar que esgotamos os livros antes que os tenhamos traduzido em estudos empíricos apropriados[...].” (C. Wright Mills).

Em meio à vastidão de problemas sociais que se apresentam na contemporaneidade, eclodem aqueles cujas dimensões desafiam a capacidade de resposta e solução por parte de atores diversos, tais como o Estado, a população em geral, as organizações não governamentais e, até mesmo, a comunidade científica. Dentre esses desafios, inclui-se a complexa caracterização da lógica processual dos territórios, bem como a sua relação com os problemas por eles abrigados (ou que são a razão de sua existência).

O problema social relativo ao uso explícito e crescente do crack, vislumbrado, por vezes, como uma droga que deprecia um espaço público e, ao mesmo tempo, questiona essa sua condição tornando-o privado, posto que as territorialidades e interações, estabelecidas naquele dispositivo, tendem a expulsar os estranhos. Nesse viés de chegar ao ponto de transformá-lo em um lugar de uso/fruição particular, no caso, dos envolvidos na atividade ilícita, esses lugares são potenciais alvos de políticas higienistas revestidas de discursos pseudo-revitalizantes¹.

Destarte, em meio às lacunas e contradições interacional-territoriais abstraídas da análise dos espaços hodiernos, insere-se a eclosão das *crackolândias*² – nas metrópoles e nas cidades de grande e médio porte – cujas territorialidades de confluência entre o público e o privado, o lugar e o não-lugar³, o material e o simbólico, além das formas de domínio e apropriação desses

¹ Cabe aqui, a observação feita por Vitor et. al. (2018) sobre o processo de gentrificação, no sentido de que este, por suas especificidades, quando olhado rapidamente, aproxima-se “e muitas vezes se mescla aos processos de revitalização urbana”. A diferença entre ambos seria que “o primeiro está atrelado a interesses imobiliários, enquanto a revitalização pauta-se em demandas sociais específicas”.

² O uso da letra “k” serve para demonstrar que há outras, além da tão estudada e midiática “Cracolândia” de São Paulo, bem como destaca que é objeto desta pesquisa.

³ Para Augé (1994), o lugar trata de um local de pertencimento, em que o sujeito se reconhece, enraíza-se; já o não-lugar seria aquele local onde o sujeito não se reconhece, um espaço com o qual ele não se identifica, locais de passagem. O autor, em trabalho posterior e, conforme relata em entrevista (Disponível em: https://brasil.eipais.com/brasil/2019/01/31/tecnologia/1548961654_584973.html), explica que há a atualização do

espaços e de suas lógicas de interação. Tal cenário múltiplo, ora contextualizado, intriga e inquieta pesquisadores a pensarem sobre as lacunas e contradições daquele território.

Dentro desse contexto, observa-se que a pesquisa de mestrado⁴, enquanto estudo piloto, permitiu conhecimento prévio de aspectos caracterizadores (sobretudo quantitativos) do território material. Todavia, inquietações comunicacionais, acerca dos processos midiáticos operantes naquele lugar, começaram a desafiar o pesquisador quanto às configurações interacionais e midiáticas do objeto de estudo, demandando uma qualificação de olhares e métodos para se elencar e questionar os observáveis.

Com esse escopo, o questionamento maior, estruturado na condição de problema da pesquisa, cujas respostas demandavam uma sistemática investigação prévia, foi proposto nos seguintes termos: Como se configura, enquanto dispositivo interacional, o território de usuários de crack próximo ao Mercado Municipal de Governador Valadares? Quais são as lógicas desse processo midiático-interacional?

À procura de olhares comunicacionais que viabilizassem o enfrentamento do problema exposto, sem desprezar as conclusões territoriais da investigação anterior, mas, outrossim, reconhecendo seus limites à pesquisa em comunicação, tornou-se necessário o processamento de um estudo no campo e em interface com outros campos, sob a perspectiva de tensionamento e complementaridade. Nesse sentido, foi estabelecido o objetivo principal investigar a(s) lógica(s) dos processos midiáticos, considerando a dimensão interacional da crackolândia, situada próximo ao Mercado Municipal de Governador Valadares, por meio da dialética dos olhares⁵.

conceito de não-lugar pela tecnologia, ao que ele contrasta com as “pequenas alegrias” (inclusive este é o título do livro que ele escreveu nesse viés: “As pequenas alegrias”). A entrevista em questão para o “El País”, no ano de 2019 sobre vários temas da contemporaneidade. Mais especificamente, quanto ao não-lugar, a pergunta na matéria foi pela noção de deslocamentos para centralidade da ausência de referências, tendo a resposta dele sido profunda no sentido da imersão em referências artificiais com o uso dos dispositivos tecnológicos e de estarmos permanentemente em não-lugares.

⁴ BRAGA, Tiago Farias. O território da crackolândia: um “novo-antigo” calcanhar de Aquiles do Centro de Governador Valadares. 2015, 220f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Gestão Integrada do Território, Universidade do Vale do Rio Doce, Governador Valadares.

⁵ Método construído no andamento desta tese, que foi explicado de forma sintética na seção 1.1 e, pormenorizada mente, no Capítulo 5, que tratou das Estratégias Metodológicas da pesquisa.

Em seguimento lógico à delimitação temática e geográfica, implícitas ao problema e objetivo principal da pesquisa, esta foi também delimitada temporalmente. Com base nesse eixo, trabalharam-se com os seus dados (primários) e com os obtidos de órgãos / entidades (secundários), buscando informações principalmente dos anos de 2013 a 2018 (delimitação temporal), porém, conforme disponibilidade/oportunidade, utilizou-se de dados de um período maior ou menor.

Dentro da proposta de uma tese, salienta-se que o presente texto busca dar conta de sistematizar a síntese reflexiva engendrada, após todo o processo construção da pesquisa “*A dialética dos olhares e os dispositivos comunicacionais/midiáticos: um estudo das lógicas dos processos interacionais no território da crackolândia na cidade de Governador Valadares/MG*”. Assim, como proposta conclusiva de um longo percurso de produção e revisão (por parte dos pares e professores), de forma tensionante, explicitaram-se no presente trabalho o problema e os objetivos da investigação, as linhas de contextualização com seus movimentos de construção (e *des-construção*), bem como as problematizações teóricas, estratégias metodológicas e articulações abduativas, em seus encontros e desencontros, no complexo movimento teórico-empírico-epistêmico (não necessariamente nesta ordem).

Nesse sentido, a presente produção estrutura-se em sete capítulos, sendo o Primeiro Capítulo esta Introdução, que contém, outrossim, em suas seções secundárias, a aproximação via método/metodologia, as hipóteses, as questões e os objetivos da pesquisa. O Segundo Capítulo traz as primeiras linhas de contextualização espaço-temporal e, como forma de torná-la mais inteligível e didática, foi subdivida em cinco seções secundárias, que orbitaram as discussões de interesse deste estudo sobre a cidade / o Centro desta, a formação histórica do território e demais tópicos afins. O capítulo aciona uma análise preliminar à do território/dispositivo interacional, discutindo precisamente o conteúdo dos respectivos títulos de suas seções, à procura de indícios das afetações da cidade/bairro e a história do lugar. Já o segundo nível de olhares contextualizadores, vislumbrando as especificidades do crack e articulando a droga em questão com o território ora estudado, encontra-se no Terceiro Capítulo, o qual, atendendo ao seu escopo contextual, apresenta tanto o circuito internacional quanto a problematização pela academia acerca da temática.

O Quarto Capítulo apresenta as dimensões teórico-epistemológicas, com as articulações do campo comunicacional e, de interface deste, com o direito e outras disciplinas (e.g. a Gestão Integrada do Território), por meio dos conceitos de espaço, território, dispositivos interacionais/midiáticos, circuitos, campos de força e a conexão desses, por meio de tensionamentos e trocas (re/des)construtivas. Enquanto o Quinto Capítulo traz as estratégias metodológicas, apresentando a “dialética dos olhares” como uma tentativa heurístico-indiciária de se investigar esse território com um olhar *comunicacional-interacional*, constituindo-se em uma relevante contribuição epistemológica da investigação.

No Sexto Capítulo, são apresentados os esforços de aplicação do método desenvolvido, com suas articulações abduativas de nível I (pela sistematização dos Quadros Sinópticos), II (aplicação no/do dispositivo, partindo-se de cada parte integrante da dialética dos olhares, como ponto de referência às articulações com relação a estas e com as outras dimensões) e III (inferências enquanto sínteses abduativas dos episódios interacionais). Por fim, o Sétimo e último Capítulo contém as considerações finais da pesquisa, apresentando, de forma resumida, os resultados, contribuições e sugestões do trabalho.

1.1 Aproximação via método e metodologia

“A pesquisa social se faz por aproximação, mas, ao progredir, elabora critérios de orientação cada vez mais precisos” (M. C. S. Minayo).

Os esforços desenvolvidos de aproximação com o objeto empírico, por meio de verificação de filmagens do sistema de monitoramento “Olho Vivo”⁶, vídeos no YouTube, outros documentos⁷ em torno do tema, e, igualmente, das caminhadas de observação permeadas pelo imaginário do *flâneur* benjaminiano, encontros e desencontros vislumbram-se como procedimentos heurísticos (descobertas resultantes da articulação dialética do conjunto em

⁶ O Programa “Olho Vivo”, conforme se abstrai do sítio eletrônico da Secretária de Estado de Defesa Social (SEDS), “consiste no videomonitoramento de imagens geradas por câmeras estrategicamente distribuídas em regiões com altos registros de ocorrências de criminalidade contra o patrimônio”. É uma ferramenta importante para a prevenção e repressão deste tipo de criminalidade nas áreas instaladas. Em Governador Valadares o sistema passou a funcionar em 26 de novembro de 2011, sendo composto por 54 câmeras, sendo 44 na região central da cidade e outras 10 no bairro Nossa Senhora das Graças.

⁷ Verificações em variadas fontes documentais sobre a crackolândia em estudo (Vídeos na internet, Matérias no Jornal Diário do Rio Doce, documentos históricos, etc.) e de outras que possam servir para estudo comparado (especialmente a cobertura da Folha à “Crackolândia” da cidade de São Paulo com suas resiliências, transigências e movimentações dialéticas).

movimento *epistêmico-teórico-metodológico-empírico* – operando de forma tensionante não necessariamente nesta ordem).

Embora o tensionamento entre teoria e objeto traga pistas de um caminho a ser trilhado, a complexidade que abarca a busca inventiva de métodos para ida a campo é muito maior. Logo, de antemão, deve-se explicitar que a proposta metodológica aqui não é um pronto e acabado, mas sim um múltiplo-dinâmico, que se forma, deforma e transforma(-se) nas suas interações, tal qual os observáveis a que busca compreender. Nessa dinâmica, a metodologia proposta para perceber a crackolândia em estudo se dá na seara do olhar (ou do “multiolhar”), mais especificamente, o que olhar, como olhar, quando olhar, etc.

Dentro desse escopo, nas possibilidades de ver, apresentou-se o que convencionamos chamar de “dialética dos olhares”⁸. O termo “dialética vem do grego: *dia*, que expressa a idéia de dualidade ou troca, e *léktikós*, que significa capaz de falar” (BRAGA, 2007, p. 70). Por essa razão, etimologicamente, assemelha-se com a palavra diálogo, pois *logos* expressa palavra (na acepção da oralidade grega), razão, tratado ou estudo. Abstraídos os aspectos da visão sociológica (do percurso hegeliano – através de teses, antíteses e sínteses –, ou do historicismo marxista, ou mesmo de suas superações críticas pela Escola de Frankfurt), a apropriação do termo, nesta pesquisa, com o intuito de designar o método (des/re)construído, volta-se à concepção filosófica da palavra, sobretudo na ideia central da dialética enquanto “morte criadora”.

Nessa perspectiva da morte como geradora que leva ao movimento e ao processo constante, procurando-se pela “marcha” na interação entre os observáveis, a fim de extrair a contradição criadora que neles existe como oportunidade metodológica, procedeu-se aos movimentos criativos, “destrutivos” e reconstrutivos do método desta investigação. Dentro desse contexto, desenvolveu-se o método tentativo da dialética dos olhares, a qual pode ser didaticamente dividida em três dimensões:

⁸ Embora também seja inspirado por leituras de Walter Benjamin (e também de outros autores, e.g. De Certeau, Foucault, etc.), o procedimento aqui explicitado não tem ligação direta com a “reconstrução” do projeto das Passagens (*Passagem-Werk*) do referido autor em Buck-Morss (2002) – BUCK-MORSS, Susan. *Dialética do olhar: Walter Benjamin e o projeto das Passagens*. Trad. Ana Luiza de Andrade. Belo Horizonte: Editora UFMG; Chapecó/SC: Editora Universitária Argos, 2002 –, razão pela qual a expressão foi concebida em plural (“dialética dos olhares”).

a) *Olhar do “Olho Vivo”*

Nesse diapasão, no estudar com riqueza a crackolândia em questão, além da pesquisa bibliográfica e documental em geral, mesmo sendo igualmente documentos, as imagens do videomonitoramento do Programa “Olho Vivo” foram analisadas separadamente⁹, não só por sua especificidade enquanto um sistema de produção que demanda uma metodologia diferenciada, mas também pelo próprio rigor ético que abrange os dados provenientes dessa categoria. Logo, a disponibilização desses dados tem sido de suma importância para o desenvolvimento desta pesquisa. Salienta-se que, quanto a essas filmagens, reflexões iniciais sobre o tema “vigilância” no território / o “olho do Estado” naquele sistema foram esboçadas na produção de artigo em coautoria (BRAGA e SANTOS, 2017). Tal trabalho, como mencionado, tratou-se de um primeiro esforço na seara desse olhar “Olho Vivo” enquanto pesquisa de campo e, mesmo prematuro em tensionamentos do “olhar vigilante”¹⁰, deu espaço para este eclodir.

b) *Olhar de perambulação*

Este estudo contemplou também o “Olhar de perambulação” como um dos esforços de aplicação do método. Porém, deve-se lembrar que, como pontuado anteriormente, há apenas separação para análise inicial, porquanto é por meio dos tensionamentos que se produzem sínteses heurísticas no caminho proposto. Sendo assim, na articulação de todos os olhares em conjunto e através do “Filtro do Pesquisador”¹¹ é que se obtém o transformado em novo conhecimento provisório da dialética dos olhares, o que é notado nas discussões do lugar do observador e até mesmo do observado (VERÓN, 2014; FERREIRA, 2020; VERÓN e LEVASSEUR, 1989) no trabalho empírico.

⁹ É importante lembrar que há a separação para análise, mas quando dos tensionamentos e das sínteses heurísticas, todos olhares estarão em conjunto no que se transforma em novo conhecimento provisório por meio desse método.

¹⁰ Atualmente, a análise de tal dimensão de olhares tem sido trabalhada com fundamento teórico na temática “vigilância” na perspectiva do Panóptico (Jeremy Bentham e Michel Foucault) e “olhares totalizantes” (Michel De Certeau) de forma bastante atual, bem como é tensionada por Bruno, Kanashiro e Firmino (2013), Bruno (2010), Bauman (2014) e David Lyon (2006), nas perspectivas de “vigilância e visibilidade”, as “máquinas de ver e os modos de ser”, “vigilância líquida” e “sinóptico e escopofilia”. Ademais, na pesquisa, tem-se procedido aos complementos descritivos pela perspectiva de autores voltados para abordagem do conteúdo imagético propriamente dito.

¹¹ Acerca desse “filtro”, explicações mais pormenorizadas constam tanto na discussão metodológica (Capítulo 5) quanto nas articulações empíricas do Capítulo 6, tendo inclusive, neste último, uma seção específica para sua abordagem, a saber: 6.2.4 O filtro do pesquisador.

c) *Outros Olhares*¹².

Quanto à dimensão “Outros Olhares”, realizou-se uma análise da formação histórica do bairro Centro, da cidade de Governador Valadares/MG, a partir da articulação entre os discursos constituídos documentalmente e os relatos de memórias de três moradores, entre as décadas de 1920 a 1970, que também resultou em publicação de artigo em coautoria (GENOVEZ, TEIXEIRA e BRAGA, 2019). Os avanços e levantamentos de dados da investigação base deste trabalho foram bastante além do conteúdo publicado, de modo que aqueles colaboraram bastante para reunião de indícios do processo/percurso histórico da área em que se situa crackolândia em estudo. Ademais, todas as outras fontes de indícios encontradas e carregadas para pesquisa integram o universo dessa dimensão do ver, tais como matérias de jornais, vídeos da internet e demais materiais relacionados direta ou indiretamente com a área pesquisada.

1.2 Hipóteses

“O ponto de partida é sempre um *problema* ou uma situação problemática” (K.Popper).

Em uma perspectiva de produção de esforços inferenciais preliminares de estudo do objeto proposto, enfrentando suas lacunas e contradições, com o propósito de pré-visualizar respostas provisórias ao problema de pesquisa, apresentam-se as suposições hipotéticas. Deve-se esclarecer que, longe de tomar qualquer percepção inicial como verdade apriorística e tautológica, são hipóteses iniciais (de partida), que demandam ser (e, de fato, foram) submetidas ao contraditório, conforme tensões epistemológicas de interface e inferências indutivas. A partir disso, buscamos conhecimentos descritivo-explicativos das complexidades a que nos propusemos entender. Há uma hipótese principal que completamos com secundárias.

A hipótese principal¹³ é de que o dispositivo interacional e midiático do território da crackolândia em estudo é configurado, principalmente, por seus aspectos materiais. Esses, em

¹² Cada dimensão do olhar está relacionada à sua fonte. Olhar de “perambulação” referem-se às caminhadas de observação, “Olho Vivo” da análise das filmagens da central do programa de videomonitoramento da PMMG e “Outros Olhares” são provenientes de outras fontes documentais como sites, matérias jornalísticas, relatos de outras pesquisas, etc.

¹³ É importante destacar que esta consistiu em uma hipótese de trabalho, sem necessariamente, limitar-se apenas ao “corpo-gesso” de resposta provisória, porém, congregante de um conjunto de decisões preliminares que afetam a viabilidade das produções, permitindo o movimento heurístico.

suas condicionantes ambientais, contribuem para sua depreciação histórica e permanência rotuladora da sua condição de lugar à margem da sociedade e de periferia da área central. São passíveis de uma compreensão enquanto lógicas de processos midiáticos da/naquele lugar, que perpassam(-se) e atravessam(-se) entre episódios e complexidades comunicacionais-territoriais. Nesse sentido, é possível “modelar” dispositivos e circuitos que, em especificidades híbridas e conflituosas, permite-nos compreender as lógicas de produção de sentido neste tempo e espaço da cidade, considerando-se o ambiente em que está inserido.

Nesse diapasão, a circulação de sentidos da cidade, na lógica de que as transformações do(s)/no(s) território(s) e dispositivo(s) em intercomunicação podem ser analisadas sob o viés de sistemas de produção e reconhecimento. De uma forma didático-resumida, é fácil perceber a coexistência de pelo menos, três “cidades” que são delineadas a partir do esforço metodológico e materiais de leitura, a saber: a cidade “administrativa” (regulada, mapeada e administrada), a cidade do “olho vivo” / outras formas de vigilância (por parte da polícia, outros órgãos públicos ou mesmo de comerciantes e moradores) e a cidade dos usuários / “crackolândia”.

A interpenetração das três dimensões do método da dialética dos olhares viabiliza a observação desses a si mesmo e uns aos outros, em uma complexa interface epistemológica entre dispositivos interacionais e dispositivos midiáticos, articulados com conceitos teóricos de outros campos, possibilitando o enriquecimento científico-social das análises empíricas da tese.

Em complemento a tal resposta, em uma dimensão macro e direta à situação problemática da investigação, abstraído do pensamento hipotético principal, foram elaboradas, outrossim, as hipóteses secundárias/iniciais apresentadas a seguir:

- A proximidade com bairros periféricos, que possuem pontos de venda de droga para abastecer, de forma imediata, os usuários, afeta os processos interacionais ali operantes, impactando na manutenção da “cena de uso” e de suas dinâmicas.
- O fato de haver muitos estabelecimentos comerciais próximos à “cena de uso”, tornando-a relativamente ofuscada e alimentando sua existência através de recursos decorrentes da grande circulação de pessoas e mercadorias (por exemplo, as latas de bebidas vazias e outros materiais disponíveis que podem ser utilizados como cachimbos para o consumo de drogas), associado

com a aparência/aspecto “marginal” do local, diminui a exposição à observação de terceiros durante o uso do crack e outras drogas, afetando as interações entre populações e entre essas e o dispositivo interacional estudado.

- Ao ser o local historicamente marginalizado e simbolicamente associado à experiência do uso coletivo do crack e outras drogas, contribui com a atração de usuários de drogas, traficantes e praticantes de outras condutas similares, envolvendo agonísticas e contradições entre o lugar / o não-lugar, o material / o simbólico, o público / o privado e afins.

- O relacionamento entre o circuito semiaberto da crackolândia com outros circuitos vizinhos, bem como entre as populações ali presentes, apresenta dupla-afetação capaz de gerar estabilidade onde se permeia a instabilidade.

Desse modo, após explicitada tal afirmação propositivo-provisória, procede-se à abordagem das questões da pesquisa.

1.3 Questões

“O objetivo da ciência não é produzir verdade indiscutíveis, mas discutíveis” (B. Latour)¹⁴.

O presente trabalho buscou apresentar brevemente, o potencial expressivo desse objeto para a pesquisa comunicacional e a necessidade de invenção/adaptação de métodos para realizar seus objetivos. Preliminarmente, a fim de investigar a lógica processual do território da mencionada “cena de uso”¹⁵ do crack, buscou-se, por indícios variados, como se caracteriza aquele lugar (ou não-lugar), analisando os aspectos materiais, imateriais, relacionais e quaisquer outros que possam contribuir com o processo de compreensão mais ampla do dispositivo interacional.

¹⁴ Esta fala de Bruno Latour se deu no contexto de uma entrevista, em 11 de março de 2017. Cf.: <https://www.correiodopovo.com.br/blogs/di%C3%A1logos/bruno-latour-o-objetivo-da-ci%C3%Aancia-n%C3%A3o-%C3%A9-produzir-verdade-indiscut%C3%ADveis-mas-discut%C3%ADveis-1.306155>.

¹⁵ Sempre que possível, adotou-se a terminologia constante em Brasil (2013) no curso de Multiplicador Nacional de Polícia Comunitária direcionado especialmente para a atuação dos operadores nas “cenas de uso de drogas”. Contudo, assim como em outros trabalhos de autoria deste pesquisador, foi preservada essa expressão que aparecerá entre aspas, a fim de evitar confusões semânticas, tendo em vista que a expressão “cena” pode ter conotações variadas dentro de uma abordagem comunicacional e territorial. Pela mesma razão, em muitas ocasiões, preferiu-se manter o termo “Crackolândia” (ou cracolândia), em detrimento da expressão “cena de uso”.

É importante salientar que a pesquisa anterior (BRAGA, 2105) sobre este território serviu tão somente como estudo piloto, pois tinha outros propósitos investigativos e carecia de metodologia adequada para discussões comunicacionais. Todavia, permitiu um conhecimento material do dispositivo (e.g. a delimitação da região do que, baseado nas constatações do estudo e inspirado em outros trabalhos, convencionou-se chamar de “Quadrilátero”¹⁶ da crackolândia), podendo avançar agora, em condições de ampliar olhares, métodos e procedimentos, em busca de bem elencar quais os observáveis e o que neles se observar.

Assim, na perspectiva da pesquisa anterior (do Mestrado), enquanto um trabalho piloto e embrionário, no que tange ao contato com as questões comunicacionais e, demarcando a evolução da pesquisa com busca de respostas, depreendem-se algumas questões provocadoras de especificidade da pesquisa:

- O que se descobre no território da crackolândia do Mercado Municipal, quando compreendido enquanto um dispositivo comunicacional, considerando as dimensões interacionais e midiáticas?
- Quais são as lógicas dos processos operantes e interagentes naquele território (“campo de forças”, “relacional” e permeado por “fluidez e interconexão”)?
- E como estas se permeiam com relação à discussão de circuitos configurado pela interposição dos meios de vigilância?
- Epistêmica e metodologicamente, como proceder a investigações acerca dos indícios “processuais-interacionais” para o estudo do caso da crackolândia do Mercado Municipal? Quais caminhos e abordagens são necessários ao estudo aprofundado da lógica dos processos midiáticos da crackolândia do Mercado Municipal? Como se (inter)relacionam as dimensões da dialética dos olhares observando a si próprias e às demais? E seria possível desenvolver uma matriz para sistematizar e melhor viabilizar esse jogo interpenetrante das fontes de ver/observar propostos neste estudo?

¹⁶ Inferência da dissertação de mestrado em Gestão Integrada do Território concluída em 2015, por meio da qual se verificou que “a área que abrange as partes mais relacionadas à ‘cena de uso’ em estudo, e que caracterizam a crackolândia em sua dinâmica mais rotineira” (BRAGA, 2015, p. 109) na junção dos endereços constituía “um quadrilátero de formato retangular” (*Ibidem*, p. 109) quando reproduzida cartograficamente. Observa-se que o delimitar a região do “quadrilátero” da Crackolândia como área a ser pesquisada, não exclui a atuação/coleta de indícios dentro e fora da mencionada delimitação. Para mais detalhes sobre a convenção/inferência “Quadrilátero” da Crackolândia do Mercado Municipal, *vide* dados da pesquisa apontada na nota de referência 5.

1.4 Objetivos

“Quem alcançou em alguma medida a liberdade da razão, não pode sentir mais que um andarilho sobre a Terra e não um viajante que se dirige a uma meta final: pois esta não existe. Mas ele observará e terá olhos abertos para tudo quanto realmente sucede no mundo; por isso não pode atrelar o coração com muita firmeza a nada em particular; nele deve existir algo de errante, que tenha alegria na mudança e na passagem” (F. Nietzsche).

Com base nesse escopo, a pesquisa tem como objetivo principal, investigar a(s) lógica(s) dos processos midiáticos, considerando a dimensão interacional da crackolândia e as interposições midiáticas, situada próximo ao Mercado Municipal de Governador Valadares, por meio da dialética dos olhares. Com fulcro neste objetivo geral, constituidor do problema, processaram-se outras questões apresentadas acima, as quais foram norteadoras dos objetivos (proposições) específicos, a saber:

- a) Contextualizar aspectos concernentes ao crack, crackolândia, partindo do nível ambiente até o local (vice-versa), que afetam ou possam afetar o (e/ou serem afetados pelo) território da crackolândia, situada próximo ao Mercado Municipal de Governador Valadares, enquanto dispositivo.
- b) Explicitar os aspectos físicos e ambientais que caracterizam aquele território, bem como o processo de configuração de sentidos da região estudada e os atores sociais que a compuseram (e/ou a compõem).
- c) Compreender as lógicas dos processos operantes e interagentes na / daquele território (“campo de forças”, “relacional” e permeado por “fluidez e interconexão”), permeando também suas relações com a discussão de circuitos em seus movimentos, assim como registrar e analisar seus usos e apropriações, articulando / sistematizando uma "descrição densa" acerca dos indícios "processuais-interacionais", evidentes e negligenciáveis, num estudo do caso da crackolândia do Mercado Municipal.
- d) Desenvolver estratégias e movimentos metodológicos que possibilitem atravessamentos / processamentos de olhares tentativos na busca de estudar de forma aprofundada o território em questão enquanto dispositivo e, talvez, heurísticamente, vir a colaborar na proposição de políticas públicas, a partir de generalizações potenciais a partir do caso investigado.

2 CONTEXTUALIZAÇÕES RELEVANTES À CONSTRUÇÃO INVESTIGATIVA I – A CIDADE

“O que os objetos são, em si mesmos, fora da maneira como a nossa sensibilidade os recebe, permanece totalmente desconhecido para nós”. (I. Kant).¹⁷

“Apreender o lugar é contextualizá-lo em suas acepções teóricas” (Moreira e Hespanhol).

Em uma breve contextualização espaço-temporal, sabe-se que a discussão voltada para as drogas, de um modo geral, é algo antigo e mundial, datando os primeiros usos de entorpecentes registrados entre 5000 a.C. a 7.000 a.C.¹⁸, mas muito além disso, causou conflitos¹⁹, expressividades²⁰ e respostas diversas por meio de convenções, tratados, e outros documentos similares. Logo, a investigação desses ambientes conflituosos, por si só, já desperta o interesse

¹⁷ Embora a epígrafe acima contenha uma carga filosófica da antiga disputa/agonística travada entre os racionalistas e os empiristas e, como tal, a assertiva kantiana pode soar demasiado cabal merecendo ressalvas no sentido de que não se pode dizer que o objeto em si mesmo seja “totalmente” desconhecido, pois conhecemos pelo menos um pouco dele, aquela é relevante para mostrar que a histórica luta (o início pode remontar aos gregos, mas em livros de introdução à – ou de história da – filosofia, encontraremos no francês René Descartes – 1596-1650 – um dos precursores da bandeira racionalista, começando com este as primeiras discussões, em especial a partir de conceitos como o de dúvida metódica e a metáfora do *malin génie*) entre as correntes que privilegiam o que é pensado (racionalista) para o que é sentido/experimentado (empirista) muitas vezes se repete. Logo, se até mesmo Immanuel Kant (1724-1804), o qual é apontado como um filósofo moderno que buscou a síntese entre as correntes de pensamento racionalista e empirista, produziu uma frase com pretensão absoluta de separação entre pensado e experimentado, torna-se necessário o uso de meios para limitar essas possíveis distorções binárias de ver o mundo, motivo pelo qual as linhas de contextualização servem para mostrar o objeto não só em si, mas inserido dentro de contextos, inclusive de quem o observa. Nesse mesmo sentido, é possível contextualizar que, quando Kant faz tal afirmação, ele a faz separando o que o objeto seria em si mesmo (independentemente de como o concebemos em nossa cabeça: em termos aristotélicos, na primeira essência / *próton ousia*) para o que ele o é no plano do discurso, ou seja, como o concebemos. Assim, a ideia do objeto seria criada a partir daquilo que o indivíduo experimentou sobre tal objeto, não podendo garantir que aquela ideia corresponda àquele em si mesmo. Portanto, contextualizando o que Kant traz na crítica da “razão pura”, teria lógica para essa separação, por outro lado, quando ele realizou essa cisão entre razão e sensação por completo, torna-se dificultoso o processo de reunião desses conceitos separados, o que teria sido tentado por meio do que ele convencionou chamar de “esquema”.

¹⁸ Registros como a embriaguez de Noé na Bíblia, ou da maconha no Egito antigo, são comumente apontados para justificar tais datas, entretanto, não se sabe ao certo quando ocorreram as primeiras experiências humanas com as substâncias entorpecentes, havendo inclusive inferências de possíveis consumos de cafeína pelo homem pré-histórico. Em relação à cocaína, conforme lembra Albuquerque (2010, p. 21), “estudos arqueológicos mostraram que o uso das folhas de coca remonta a 2.500 anos antes de Cristo”.

¹⁹ Como exemplo, temos o caso do ópio, que motivou dois longos conflitos entre britânicos e chineses no século XIX, a saber: a primeira e a segunda Guerra do Ópio (1839-1842 e 1850-1860).

²⁰ De modo célere, poder-se-ia pontuar, outrossim, a presença-visibilidade das drogas em relatos de estudiosos sobre os efeitos (Sigmund Freud com relação à cocaína em *Über Coca* e outros ensaios; Walter Benjamin em “Imagens de pensamento: Sobre o haxixe e outras drogas”; Timothy Leary quanto às drogas alucinógenas em *Flashbacks*), na afetação em expressões artísticas (como na música com o movimento do “rock psicodélico” iniciado na década de 1960), ou mesmo em rituais de caráter religioso-cultural (e.g. o Santo Daime – *ayahuasca*).

de um pesquisador, à medida que a falta de compreensão das relações envolvidas nesse processo impacta na perenidade de sua existência.

Neste contexto, cabe lembrar que, pela estimativa da ONU, divulgada em 26 de junho de 2012, observou-se que, ao contrário da tendência de estabilidade nos demais países do mundo, o consumo de cocaína e crack no Brasil, aumentou. Porém, a última pesquisa feita no Brasil, sobre a quantidade de usuários de drogas no país, teria sido realizada em 2005, ocasião em que 870 mil pessoas consumiam cocaína (0,7% da população brasileira entre 12 e 65 anos)²¹.

Em se tratando da cocaína e do crack no âmbito da América do Sul, ressalta-se que, de acordo com o Relatório Mundial sobre Drogas do ano de 2014, “*South America, long the source of the world’s cocaine supply, has seen an increase in terms of consumption of cocaine (including crack)*”²² (UNODC, 2014, p. 35), de modo que o aumento do consumo da cocaína (incluindo o crack) seria uma realidade da porção Sul do Continente Americano. Salienta-se que a América do Sul tem a especificidade da cocaína fumada ser uma prática não só de alta incidência, mas também de variadas formas, como se vê no mesmo Relatório: “*A significant component of cocaine use in South America is the smoking of various forms of cocaine, including crack as well as other crude forms of cocaine base*”²³ (Ibidem, p. 36).

Por esse prisma, o Brasil, em virtude de ter uma população equivalente a aproximadamente metade da população de toda América do Sul, torna-se um país relevante para o mercado de cocaína, por seu elevado contingente populacional. Em uma análise mais detalhada, UNODC (2014), acerca da cocaína no Brasil, vê-se que este é estratégico tanto para o tráfico (devido à sua posição geográfica que serve de uma área intermediária ao tráfico para Europa), quanto para o consumo (visto que possui grande população urbana, ou seja, muitos consumidores potenciais).

Nota-se que a permanência dessas condicionantes estratégicas do Brasil se soma a outros indícios de que essa realidade continue patente, à medida que no Relatório Anual de Drogas

²¹ Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2012/06/26/consumo-de-cocaina-aumentano-brasil-estima-onu.htm#fotoNav=10>. Acessado em : 05/09/2018.

²² “A América do Sul, por muito tempo fonte de fornecimento mundial de cocaína, tem visto um aumento em termos de consumo de cocaína (inclusive de crack)” (Tradução nossa).

²³ “Um componente significativo do uso de cocaína na América do Sul é o fumo de várias formas de cocaína incluindo crack e outras formas cruas de cocaína base” (Tradução nossa).

apresentado em 2017, aponta que o mercado mundial das drogas está prosperando, e mais especificamente quanto ao volume de fabricação mundial de cloridrato de cocaína puro, esse teria subido para 1.125 toneladas, em 2015, ou seja, um aumento global de 25% em relação a 2013²⁴. A tendência de continuidade dessa escalada permaneceu, de modo que conforme “relatório, produção de cocaína aumentou 50% em uma década, sendo 70% provenientes da Colômbia” e a “produção global de cocaína foi recorde em 2017, chegando a 1.976 toneladas, o que significa um aumento de 25% em relação ao ano anterior e de 50% em uma década, aponta o Relatório Mundial da ONU sobre Drogas”.²⁵

No mesmo sentido, verifica-se que, quanto ao consumo de cocaína, o Brasil só teria perdido para os Estados Unidos, sendo que aquele estaria entre os mais violentos do mundo²⁶. Ademais, na Folha de São Paulo de 2018, em matéria que tratava das facções criminosas fazendo escolta armada de drogas em regiões do Brasil, a Polícia Federal registrou aumento expressivo de cocaína apreendida no país, a saber: 41,8 toneladas, em 2017; no curso do ano de 2018, já estaria em 47 toneladas, com estimativa de chegar a 60 no final do ano²⁷.

Deve-se notar que, pela ótica contemporânea, o problema das drogas, tratado de forma mercadológica, obriga o Estado a pensar tanto na prevenção da oferta quanto da demanda, e, conseqüentemente, criar políticas públicas nas áreas de segurança e saúde. Por essa ótica, observa-se que os problemas sociais relacionados ao uso de drogas devem ser tratados de modo interdisciplinar e, quando se propõe à caracterização desses territórios enquanto dispositivos interacionais e midiáticos, na perspectiva de compreensão de suas lógicas / territorialidades, os processos comunicacionais e socioterritoriais que ali operam podem ser enfocados de diversas maneiras.

²⁴ Disponível em:

https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2017/06/22/interna_internacional,878347/onu-mercado-mundial-da-droga-esta-prosperando.shtml. Acesso em: 05 set. 2018.

²⁵ Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/produ%C3%A7%C3%A3o-global-de-coca%C3%ADna-alcan%C3%A7a-novo-recorde-diz-onu/a-49364143>. Acesso em: 06 fev. 2020.

²⁶ “[...] só em 2018, 60 mil pessoas foram assassinadas, quase o dobro das executadas na guerra dos narcocartéis no México, no mesmo ano”. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/brasil-campe%C3%A3o-em-consumo-de-coca%C3%ADna-e-em-viol%C3%Aancia/a-50172622>. Acesso em: 06 fev. 2020.

²⁷ Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/09/faccoes-criminosas-se-enfrentam-em-todos-os-estados-diz-abin.shtml?utm_source=newsletter&utm_medium=email&utm_campaign=newsfolha Acessado em: 05 set. 2018.

Sob essa perspectiva, numa visão territorial e interacional, percebem-se indícios preliminares de provável correlação entre o que ocorre na escala nacional (Brasil) e na local (Crackolândia estudada). Em outros termos, poder-se-ia dizer que o local não estaria isolado e isento da “influência” global, seja na perspectiva de Giddens (1991), por meio do alongamento espaço-temporal em relação aos contextos locais, como se o local se alongasse para o global, ou na de Harvey (1992), através de um encolhimento do espaço pelo tempo, como se o global se estreitasse e diminuísse a ponto de se aproximar do nível local.

Assim, a crackolândia também é atingida pelos processos convencionados como globalização, pois se há mais crack circulando e com o seu consumo aumentando no país, isso provavelmente impacta a presença e permanência de “cenas de uso” do crack e outras drogas em vários pontos do país. Porém, em busca de olhares mais aproximados dos observáveis da pesquisa, procedeu-se à subdivisão deste Capítulo em seções primárias que trataram de contextualizar o território em estudo a partir de cinco enquadramentos diferentes da “cidade”, a saber: A Cidade de Governador Valadares; Para além da demografia, as geografias da interação; Divisão Territorial do Centro de Governador Valadares; O agenciamento policial dos centros de Valadares; A formação histórica da área em estudo.

2.1 A Cidade de Governador Valadares

Nesse diapasão, a pesquisa, desde os primeiros contatos com o território (e.g. BRAGA, 2015; BRAGA e SANTOS, 2017), tem permitido traçar linhas de contextualização, tanto do cenário de consumo quanto de fornecimento do crack, na região sob investigação. Iniciando a descrição da área em estudo, destaca-se que Governador Valadares é um município do interior do Estado de Minas Gerais que se situa na mesorregião do Vale do Rio Doce, no leste do Estado, com a maior parte de seu território à margem esquerda do Rio Doce. Trata-se de um polo econômico da referida mesorregião, exercendo significativa influência sobre o leste e nordeste de Minas Gerais e municípios do estado do Espírito Santo.

Salienta-se que o município é servido pela Estrada de Ferro Vitória-Minas, da Companhia Vale, pelas rodovias federais Rio-Bahia (BR-116) e BR-381. Por meio desta última se liga à capital do Estado (Belo Horizonte) da qual dista 324 km. Ainda nesse sentido, sabe-se que também passa pela cidade a BR-259, que liga os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, e um trecho

da BR 451, bem como rodovias estaduais, que dão à cidade uma posição geográfica privilegiada.

Fig. 1 - Vista aérea de Governador Valadares (Distrito-sede) com rodovias



Fonte: Google Earth, Digital Globe, Image, 2018.

Conforme se percebe na ilustração acima, o encontro das rodovias é um ponto favorável do município que o põe na condição de lugar de transição na escolha de rotas de vários viajantes. Contudo, esse mesmo aspecto que é visto como vantajoso, tratando-se do tráfico de drogas, faz com que o município também seja uma escolha na rota do tráfico (principalmente de “mulas”²⁸), o que é uma das explicações para a grande quantidade de droga apreendida todos os anos pelos órgãos policiais atuantes em seu território.

Destaque, nesse aspecto, para a Polícia Militar, a qual realiza apreensões predominantemente em flagrante delito, na medida em que ressalvada a caracterização de delito castrense²⁹, não lhe

²⁸ Na gíria do tráfico, é o indivíduo encarregado de transportar a droga, quer em compartimentos (e.g. em veículo, malas, bolsas, mochilas, etc.), quer no próprio corpo normalmente engolindo a droga embalada ou colocando-a no reto.

²⁹ A palavra *castrense*, conforme Santos (2013), possui origem latina e designa, originalmente, o direito aplicado nos acampamentos do Exército Romano. Em uma dimensão jurídica hodierna, o termo é sinônimo de “militar” para acepções jurídicas. Destarte, o direito militar é também conhecido como direito castrense, bem como o delito militar pode ser chamado, outrossim, de delito castrense.

compete a investigação do crime de tráfico de drogas. Mesmo assim, a referida polícia apreende grande quantidade de drogas, sendo necessário, para tanto, averiguação constante de toda e qualquer movimentação estranha para deparar com o ato em flagrante, e apesar de toda essa vigilância e monitoramento, o município continua sendo escolhido como uma rota do tráfico. A fim de ilustrar a quantidade de drogas apreendidas no Município, expôs-se a tabela abaixo:

Tabela 1 – Total de apreensões em ocorrência de tráfico de drogas de Cocaína, Crack e Maconha³⁰–Governador Valadares pela 8ª Cia Ind PE³¹ – 2014-2018

Tipo de droga		2014	2015	2016	2017	2018	Total 2014-2018
Cocaína	Pó (Kg)	0,989	2,992	0,230	0,025	0,380	4,616
	Pasta (Kg)	9,091	57,625	0,100	24,638	3,420	94,874
	Papelotes (unidades)	121	56	216	142	234	769
	Outros (Kg)	0	2236	0	0	0	2236
Crack	"Pedras" (unidades)	571	2,313	819	1282	1380	6365
	Total (Kg)	0,794	68,342	4,190	7,082	1,276	81,684
Maconha	Prensada (Kg)	129,181	358	15,228	778,094	38,658	1319,161
	Buchas (unidades)	369	2,992	840	790	757	5748

Fonte: Seção de Inteligência da 8ª Região da Polícia Militar

É importante observar que a tabela em questão foi inserida somente com o intuito de fornecer uma amostra da quantidade parcial de drogas apreendidas na região, de modo que constam

³⁰ Para não extrapolar os objetivos da presente discussão, excluíram-se da Tab. 1 os dados com relação as apreensões de cigarros em unidade, haxixe em kg, sementes em unidade, sementes em kg, pés em unidade e outras drogas em kg, ainda que tenha ocorrido ocorrências de tráfico com tais apreensões.

³¹ Oitava Companhia Independente de Policiamento Especializado, antiga 8ª Cia MEsp (Oitava Companhia de Missões Especiais). Tal Unidade da Polícia Militar recobria (atuava de maneira complementar) ao policiamento ordinário na 8ª RPM. Foram constados somente os números de apreensões desta Unidade, na medida em que é suficiente para demonstrar a alta quantidade apreendida por somente uma Companhia Independente, bem como que aquela foi a única que no intervalo de tempo da pesquisa preservou sua circunscrição sem ampliação ou redução de área de responsabilidade de atuação. Houve criação (e.g. 15ª e 18ª Companhias Independentes) e saída (o antigo 43º BPM que saiu de Governador Valadares, tendo o 6º BPM agregado a sua área) de outras Unidades da Região de Governador Valadares, devido à nova articulação da Polícia Militar, de modo que somente a 8ª Cia Ind PE preservou inalterado para comparabilidade ao longo dos anos de referência temporal da pesquisa. Todavia, somente para fins informativos, insta salientar que, com a redução do efetivo em ascendência e a necessidade de uma nova articulação operacional, em junho de 2019, 8ª Cia Ind PE foi extinta e seu efetivo foi remanejado para outras Unidades Ordinárias, especialmente para as áreas de recobrimento operacional (Pelotão e Cia Tático-Móveis) da recém-criada 5ª Cia Ind PM e do 6º BPM. Além disso, com o objetivo de suprir a perda de um esforço complementar de alcance regional decorrente da extinção da 8ª Cia Ind PE, foi instalada uma BRAVE (Base Regional de Aviação do Estado) para atuar em apoio do Tático Móvel e demais serviços do portfólio da 8ª RPM.

apenas as apreensões de cocaína, crack e maconha (*vide* nota de rodapé com relação a esta última), em ocorrências de Tráfico de Drogas, realizadas pela PMMG, por meio de sua Unidade de Recobrimento (8ª Cia Ind PE) à época que atuava preponderantemente no Município de Governador Valadares e, extraordinariamente, em cidades vizinhas pertencentes à 8ª Região da Polícia Militar (RPM), ou mesmo fora da circunscrição desta.

Deste modo, não estão incluídos na tabela, nem apreensões de outras forças policiais (por exemplo, Polícia Civil, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, etc.), tampouco apreensões da própria PMMG de outra natureza (e.g. Uso de Drogas) ou de outras Unidades (por exemplo, apreensões do 6º BPM e das Cias de Meio Ambiente e Trânsito, ou mesmo do próprio 43º BPM, que somente saiu da RPM em 2018, ocasião em que foi transferido para a cidade de São Sebastião do Paraíso). Logo, ainda que de uma só Unidade, verifica-se que os números são elevados³², com destaque para: anos de 2015 e 2017, no que se refere à pasta base de cocaína (mais de 57 e 24Kg respectivamente); de 2015, ao crack (quase 70Kg e mais 2313 pedras) e, de 2017, à maconha (quase 800Kg e mais 790 buchas).

Dentro desse contexto, cabe falar acerca do sistema de defesa social no município. Primeiramente, a Polícia Militar é representada pela 8ª RPM que se constitui de 58 municípios, e é integrada, atualmente, por cinco unidades com responsabilidade territorial: o 6º BPM e a 5ª Cia Ind PM (ambos com sede em Governador Valadares), o 65º BPM (área da antiga 25ª Companhia Independente – 25ª Cia Ind – que por necessidade operacional, foi elevada de categoria ao nível de Batalhão), a 15ª Cia Ind PM e 18ª Cia Ind PM, com sedes instaladas respectivamente, nas cidades de Guanhões, Aimorés e Mantena. A referida Região de Polícia Militar, até o primeiro semestre de 2019, contava igualmente com a mencionada 8ª Companhia Independente de Policiamento Especializado, a qual cuidava do recobrimento tático da RPM e tinha sede em Governador Valadares/MG³³, mas como já explicado, deixou de existir na nova articulação operacional.

³² Somente para fins ilustrativos, em 2014, contando com essas outras Unidades, apreenderam-se 270,5 Kg de maconha prensada, mais de 19 kg de pasta base / mais de 1500 papelotes de cocaína e mais de 7000 pedras / mais 5,6 Kg de crack (Cf. BRAGA, 2015, com base nos dados da Seção de Inteligência da 8ª RPM).

³³ Na cidade, há também policiamento especializado de Aviação, Meio Ambiente e de Trânsito Rodoviário, entretanto, a BRAVE e as Cias Especializadas com tais atribuições, embora via de regra atuem na mesma circunscrição territorial, pela estrutura atual da PMMG, estão subordinadas aos respectivos Comandos e Batalhões especializados situados na Capital do Estado de MG e não ao Comando da 8ª RPM.

As demais instituições que compõem o “sistema de defesa social”³⁴, de acordo com Minas Gerais (2014a)³⁵, estão estruturadas na cidade de Governador Valadares, basicamente da seguinte maneira:

- a) Polícia Civil com delegacia regional e delegacias especializadas³⁶ de combate ao homicídio, antidrogas, mulher e juizado especial criminal;
- b) Polícia Federal com uma delegacia;
- c) Polícia Rodoviária Federal com uma delegacia;
- d) Sistema prisional possui 01 presídio, 01 penitenciária, 01 centro de internação e 01 Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC);
- e) Corpo de Bombeiros Militar que sedia o 6º Batalhão de Bombeiros Militar;
- f) Justiça criminal estruturada em 03 varas criminais, 01 vara da infância e juventude, 01 vara de execução criminal e 01 juizado especial;
- g) Exército Brasileiro por meio do Tiro de Guerra 04-007 e pela 10ª Delegacia de Serviço Militar;
- h) Agentes de Trânsito da Prefeitura que atuam principalmente no centro da cidade;
- i) Vários outros órgãos de saúde e educação que não são da área de defesa social, mas cuja atuação pode influenciar tanto positiva, quanto negativamente o sistema.

Com relação à extensão do município, cuja área da unidade territorial é de 2.342,319 km², é importante notar que Governador Valadares tem limite com os seguintes municípios: Açucena, Alpercata, Coroaci, Divino das Laranjeiras, Frei Inocência, Galiléia, Marilac, Mathias Lobato, Nova Mógica, Santa Efigênia de Minas, São Geraldo da Piedade, Sardoá e Tumiritinga. Destarte, é um município em contato geográfico direto com muitos outros da mesorregião, além

³⁴ A expressão “sistema de defesa social”, contida no trabalho citado, remete-se a então SEDS, que fora criada em Minas Gerais, no ano de 2003, a fim de substituir as então Secretarias de Segurança Pública e de Justiça. Sua estrutura comportava “as Subsecretarias de Administração Prisional e Atendimento Socioeducativo e as Superintendências de Integração do Sistema de Defesa Social, Prevenção à Criminalidade e Avaliação e Qualidade da Atuação do Sistema de Defesa Social”. Nesse contexto, a Secretaria em questão coordenava o processo de integração do Sistema de Defesa Social cuja composição abrangia Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros Militar e Defensoria Pública, com o intuito de “reduzir a violência e a criminalidade no Estado, bem como aumentar a sensação de segurança da população”. Disponível em: <http://www.biblioteca.digita.l.mg.gov.br/apresentacao/apresentacaoUnidades.php?id2=4>. Acesso em: 09 dez. 2020.

³⁵ A estrutura do aparato de Defesa Social permanece muito similar ao ano de 2014, com poucas modificações: por exemplo, o caso do Corpo de Bombeiros Militar que passou a ter além de um Batalhão (comandado por Tenente-Coronel BM), um Comando Operacional (comandado por Coronel BM) com sede na cidade em tela.

³⁶ Embora Minas Gerais (2014a) tenha não mencionado, no meio das delegacias especializadas, há (e já havia na época de seu levantamento) uma Delegacia de Trânsito em Governador Valadares/MG.

de nesta representar um ponto de apoio / referência no provimento de serviços diversos, por exemplo, comércio, saúde e educação, às populações vizinhas.

Além disso, o município possui 14 (quatorze) distritos³⁷. A altitude do município, conforme Governador Valadares (2015), é de 1.123 m (máxima), no Pico da Ibituruna, e de 170 m (mínima), na foz do Rio Doce. Mais especificamente sobre a área urbana, deve-se destacar que esta é dividida em 130 (cento e trinta) bairros, entre oficiais e não oficiais, sendo que o de maior extensão territorial é o bairro Santa Rita, além de possuir 19 (dezenove) regiões administrativas (LUNARDI, 2011).

Acerca dos aspectos populacionais, vale mencionar que Governador Valadares é uma cidade de porte médio, com população de 263.689 habitantes, segundo os dados do Censo Demográfico de 2010, sendo 138.452 mulheres e 125.237 homens, de modo que o número de mulheres é 10,5% maior que o de homens. Pela estimativa de 2018, a população seria de 281.046 habitantes, conforme pesquisa realizada no sítio eletrônico “Cidades”³⁸ do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o que mostra uma continuidade do crescimento populacional. Ainda de acordo IBGE (2010), é válido notar que o município é relativamente bem povoado, possuindo a densidade demográfica 112,58 hab/km², cabendo notar que pelo IBGE (2010) é o 9º município mais populoso do Estado e o 91º do Brasil.

Quanto ao clima da cidade, sabe-se que este é classificado pelo IBGE como tropical subsequente semiúmido, sendo o excessivo calor um aspecto característico da região, o que impacta nas interações cotidianas da população valadarense, incluída a estudada nesta pesquisa, conforme será apontada na seção em que se discutiu o trabalho de campo. Nessa seara

³⁷ Alto de Santa Helena, Baguari, Brejaubinha, Xonin de Cima, Xonin de Baixo, Derribadinha, Nova Brasília, Vila Nova Floresta, São José do Goiabal, Penha do Cassiano, Santo Antônio do Pontal, Santo Antônio do Porto, São José do Itapinoã e São Vítor. Tal informação (assim como outras em momentos específicos da seção) é inserida para compreender peculiaridades e complexidades do município em uma preliminar “visão de cima” que vai apresentando Governador Valadares ao leitor e, paulatinamente, aproximando este da sensação de como é estar no território daquela (e.g. quando falar de aspectos de clima/tempo da cidade, permite o leitor imaginar-se no “calor” – literal e metafórico – da cena).

³⁸ O Cidades é uma ferramenta para se obter informações sobre todos os municípios do Brasil e no mesmo sítio eletrônico são encontrados gráficos, tabelas, históricos e mapas que traçam um perfil completo de cada uma das cidades brasileiras (IBGE, 2014). Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/governador-valadares/panorama>. Acesso em: 09 set. 2020.

climático-ambiental, importa destacar, outrossim, que a cidade é marcada por grandes enchentes³⁹.

Acerca da economia do município, importa notar que de acordo com IBGE (2010) o Produto Interno Bruto (PIB) do Município era o 153º maior do país, sendo o PIB a preços correntes igual R\$3.342.541.000,00 e o PIB per capita R\$12.676,07⁴⁰, destacando-se a área de prestação de serviços (setor terciário), seguido pelo setor secundário e primário respectivamente⁴¹. Em relação à renda per capita média de Governador Valadares, “verifica-se que ela cresceu 61,45% nas últimas duas décadas, passando de R\$ 420,39 em 1991 para R\$ 618,21 em 2000 e R\$ 678,74 em 2010” (MINAS GERAIS, 2014a, p. 14).

No que se refere à evolução do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), importa destacar que entre 2000 e 2010, este passou de 0,635, em 2000, para 0,727, em 2010, obtendo crescimento de 14,49%. Contudo, pelas últimas duas décadas, entre 1991 e 2010, apesar de a cidade apresentar um incremento no seu Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 43,11%, ele ficou abaixo da média de crescimento nacional (47,46%) e abaixo da média de crescimento estadual (52,93%), o que implica uma inferior melhoria da qualidade de vida do valadarense em relação ao cidadão mineiro e brasileiro em geral.

De acordo com Minas Gerais (2014a), há dezenove (19) aglomerados na cidade, os quais estão diretamente ligados aos 17 (dezessete) bolsões de pobreza existentes no município, em conformidade com dados da Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS). Com relação

³⁹ Segundo o Diário do Rio Doce (2012), a enchente de 06 de janeiro de 2012, na qual o nível do rio Doce chegou a 4,13m, tendo atingido todos os bairros ribeirinhos, foi a terceira pior da história. A cheia do rio em tela só perdeu para a de 1997, quando atingiu 4,77m, e para a de 1979, quando chegou a 5,18m — a pior enchente já registrada na cidade. Disponível em: <http://www.drd.com.br/news.asp?id=50089788440100002>. Acesso em: 10 set. 2018. Tal informação foi apresentada aqui, na medida em que em razão das enchentes, algumas pessoas (vida ribeirinha caracteriza certos bairros da cidade, inclusive alguns próximos do Centro) perderam todos os bens de consumo, sendo um contraste que a mesma Governador Valadares que assola com o calor, também possa esporadicamente assolar com a chuva, principalmente aos mais necessitados. Em janeiro do presente ano de 2020, Governador Valadares passou por outra enchente com dimensões similares as do ano de 1997, motivo pelo qual houve uma articulação profunda do gabinete de crise para enfrenta-la, contando inclusive com a visita do Governador do Estado de Minas Gerais às áreas de inundação do município.

⁴⁰ De acordo com o sítio eletrônico do IBGE, o PIB constitui “a soma de todos os bens e serviços finais produzidos por um país, estado ou cidade, geralmente em um ano. Todos os países calculam o seu PIB nas suas respectivas moedas”. Já o PIB *per capita* trata da “divisão do PIB pelo número de habitantes” que, basicamente, “mede quanto do PIB caberia a cada indivíduo de um país se todos recebessem partes iguais”. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php>. Acesso em: 18 dez. 2020.

⁴¹ Segundo IBGE (2010), o valor adicionado bruto dos serviços a preços correntes foi de R\$2.355.979.000,00 (70,48%), seguido pela indústria, com R\$603.578.000,00 (18,06%) e pela agropecuária, com R\$48.414.000,00 (1,45%).

aos aglomerados, Lunardi (2011) ressalta que esses são caracterizados pela miséria e falta de infraestrutura, como ausência de rede de esgoto, por exemplo, que torna visível a desigualdade social.

Vale notar que, se para a população valadarenses em geral, há indicadores de qualidade de vida e habitação inferiores à média nacional e estadual, tais condições de desigualdade, obviamente, são ainda mais acentuadas no que tange à parcela usuária de drogas frequentadora da “cena de uso” em estudo, uma vez que como constatado nesta pesquisa, parte daquela se encontra em situação de rua e com dificuldades enfrentadas diariamente a fim de gozar dos direitos básicos e fundamentais que integram à dignidade da pessoa humana⁴².

Dentro desses aspectos sociais e econômicos, vale salientar também, que Governador Valadares se tornou conhecida pela grande quantidade de pessoas que emigram da cidade para o exterior, com destaque para os EUA⁴³, o que rendeu a alcunha de Governador “Valadólares” ao município. Com mais essa característica, poder-se-ia pensar na região valadarenses como um local não atrativo e, de forma reducionista, já elaborar explicações imediatas para promoção da existência de territórios do crack e dos processos interacionais ali operantes, tais como: melhoria de qualidade de vida inferior ao seu país/estado, provocador de desterritorialização de emigrantes que abandonam a cidade (e muitas vezes o país) em busca principalmente, de crescimento econômico, espaço de concentração de bolsões de pobreza/desigualdade, terra “do sol escaldante”, “das chuvas que alagam”, etc.

Por outro lado, há muitos aspectos que faz o local ser escolha de moradia, para fins de trabalho, estudo e lazer, em sua representatividade na mesorregião. Dentre esses, pode-se destacar que o município também recebe muitos visitantes em decorrência da prática de voo livre no Pico da Ibituruna, região essa que, como observa Braga (2015), possui excelentes térmicas (massas de ar quente em ascensão), de modo que Governador Valadares é considerada um dos melhores lugares do mundo para a prática desse tipo de esporte.

⁴² Como estabelecido na Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB), em seu artigo 1º, inciso III, a “dignidade da pessoa humana” é fundamento dessa República que “constitui-se em Estado Democrático de Direito”.

⁴³ Para um estudo mais aprofundado sobre motivações, circunstâncias e características da migração de Governador Valadares, confira SIQUEIRA, S. **Migrantes e empreendedorismo na microregião de Governador Valadares: sonhos e frustrações no retorno**. 2006. Tese (Doutorado em Ciências Humanas: sociologia e política) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

Além do voo livre, a área do pico é propícia para a prática de outros esportes de aventura, tais como *hiking*, *tracking* e outros. O Pico da Ibituruna, que em tupi guarani significa “pedra da nuvem negra” (ou simplesmente “serra escura” ou “pedra escura”)⁴⁴, por sua relevância paisagístico-ambiental, foi transformado em “Monumento Natural Estadual” pela Lei Estadual nº 21.158/2014, e é uma marca registrada de Governador Valadares. Em adição à sua condição de atrativo turístico, o pico também provê à cidade, espaço adequado à instalação das torres que pertencem às emissoras de rádio e TV locais (*Ibidem*).

2.2 Para além da demografia, as geografias das interações

Destarte, definir a cidade, o que falar ou não dela, torna-se um processo de seleção do que se escolhe ressaltar. Contudo, a ideia do direito à cidade de Lefebvre (2001)⁴⁵ é um possível caminho para a escolha. Nesse viés, Guimarães (2009) esclarece que o direito à cidade significa, inclusive, direito a ser cidadão, em sentido pleno, não de modo naturalizado. Na etimologia da palavra, verificam-se os termos *polis*⁴⁶ e *civitas*, em que se abstrai a imbricação essencial da concepção de cidadão.

Assim sendo, a visão da cidade tem de partir do sentido macro da organização político-administrativa, devendo-se averiguar se em todos os espaços ocupados por seus cidadãos está promovendo-se o direito à cidade. Este não pode ter a ideia de promovido sem um contexto de luta, não só no âmbito jurídico-positivista como *Rudolf von Ihering* apresentou em seu opúsculo “*Der Kampf ums Recht*”⁴⁷, mas também em outros campos de lutas sociais, por exemplo, na

⁴⁴ A esse respeito, Fonseca (198-[?], p.28) fala que seria “Serra negra para Diogo de Vasconcellos e Nuvem Negra para o naturalista alemão Von Martius (...)”, bem como explica mais adiante que “em conotação de sopro ou eflúvio da terra – Ibitu – de que ‘botu’ é a alternativa etimológica indígena” (*Ibidem*, p. 28).

⁴⁵ Para Lefebvre (2001, p. 135) o direito à cidade “(...) se manifesta como forma superior dos direitos: direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar. O direito à obra (à atividade participante) e o direito à apropriação (bem distinto do direito à propriedade) estão implicados no direito à cidade”.

⁴⁶ Nota-se que tal termo, na língua portuguesa, é bastante utilizado como sufixo para identificação de cidades (e.g. Teresópolis, Petrópolis, Florianópolis etc.).

⁴⁷ “A luta pelo Direito”. Embora possa viabilizar interpretações sobre o livro, como a de Clóvis Beviláquia, do direito “na sua realidade palpante, ressumando da vida social”, o autor, quando discute o direito na esfera social (Capítulo IV, logo após a discussão na esfera individual do Capítulo III), ainda aponta muito para a importância no âmbito das ciências jurídicas, por meio da qual se assume “a luta do indivíduo pelo seu direito, quando ele diz: — o direito inteiro, que foi lesado e negado em meu direito pessoal, é que eu vou defender e restabelecer!” (IHERING, 1909). Para mais informações, sugere-se a leitura da seguinte tradução: IHERING, Rudolf von. **A Luta pelo Direito** [1872]. Tradução de José Tavares Bastos Juiz no Estado do Rio e Redator dos Arquivos da Sociedade de Legislação Brasileira no mesmo Estado. Prefaciada pelo Dr. Clovis Beviláquia, lente na Faculdade de Direito do Recife. Versão para eBook – eBooksBrasil.com. Digitalizado da Primeira Edição — 1909.

luta contra a exclusão, no sentido de que se o direito à cidade não for promovido pelo Estado, sê-lo-á por outros meios, inclusive pela luta pelo espaço. Nesse diapasão, verificam-se as bem articuladas reflexões de Guimarães (2009, p. 128 – Grifo nosso):

Trata-se, como já mencionamos, da **“expulsão da cidade” no sentido posto** por Lefebvre. As **classes menos favorecidas** ficam **deslocadas do centro urbano**, local **polarizador da riqueza, da festa, da cultura e do poder**. Assim, só resta a essas um cotidiano alienado, cenário que configura aquilo que Milton Santos define como “exílio da periferia”.

Percebe-se, na leitura acima, que a luta contra a exclusão na acepção de um querer permanecer no Centro, o que pode explicar em parte, um caminho para as crackolândias (inclusive a crackolândia de São Paulo e a crackolândia objeto desta pesquisa), normalmente, situarem-se na região central, mesmo que na periferia desta. Na área em investigação, conforme tratado na seção que abordou o trabalho de campo, percebem-se relações de domínio e apropriação do território e deste enquanto campo de forças que permite / afeta interações. Nesse sentido, numa perspectiva mais contextualizada, deve-se abordar o Centro de Governador Valadares, constituindo um ponto importante de reflexão dessa luta pelo direito à cidade.

Ao falar de *centro* na condição de um bairro, preliminarmente, deve-se responder ao questionamento do que é um bairro, para em seguida discutir as diferentes possibilidades de centro(s). Portanto, o que vem a ser um bairro? Esse questionamento, do ponto de vista do senso comum, pode conduzir a uma resposta mental imediata da imagem de uma das várias partes em que se divide uma cidade, o que coincide parcialmente com a noção de bairro em um mapa, vista por cima, assemelhando-se com o que Certeau (1994) chamou de “olhar totalizante”, ou seja, aquele que “tudo vê”.

Em outro sentido, conforme Braga (2015), sabe-se que o conceito teórico necessário a uma abordagem que contemple a formação histórica do que vem a ser o centro de uma cidade, tem de alcançar uma dimensão mais abrangente do que a simples visão metonímica de uma parte pelo todo. Logo, nota-se que, etimologicamente, a palavra bairro pode ser referenciada ao latim *barrium* (parte do território de qualquer povoação) e ao árabe *barri* (de fora, separado), o que

não se distancia muito da definição do vernáculo: “Cada um dos núcleos habitacionais, industriais ou comerciais em que uma cidade é dividida”⁴⁸.

Apesar das visíveis diferenças entre o etimológico e o lexical, esses guardam notável semelhança intrínseca, que é o fato de ambos serem percepções exteriores ao objeto, e por isso, guardam a mesma limitação, no que se refere aos aspectos interacionais/relacionais que se dão *intra* bairro. Com o intuito de se superar tais limites conceituais, dentro da estrita brevidade desta seção, importa pontuar que a caracterização do bairro pelo sentimento de localidade dos respectivos moradores, de Barros (2004), é assaz oportuna, uma vez que considera aquele não apenas em decorrência de sua posição geográfica, mas também do intercâmbio entre as famílias e pessoas no espaço.

Por esse prisma, o simples ato administrativo de delimitação de uma área como bairro não a qualificaria como tal, pois lhe faltaria o componente das relações intersubjetivas e as camadas que sobrepõem em interação, viabilizando episódios, dispositivos e circuitos interacionais, dos quais se podem abstrair suas lógicas processuais. Nessa seara, ao discutir a primeira parte (“Morar”) do Volume II de “A invenção do Cotidiano”, verifica-se em CERTEAU, GIARD e MAYOL (2009, p. 37) acerca do estudo do “Bairro” que este se dá “sobre maneiras de morar na cidade” e “visa elucidar as práticas culturais de usuários da cidade no espaço do seu bairro.”

Em continuidade a essa abordagem, no propósito epistêmico-territorial-interacional-midiático desta investigação, importa a lição dos autores em epígrafe que, tentando conceituar o que é um bairro, trazem que:

O **bairro** surge como o **domínio** onde a **relação espaço/tempo** é a **mais favorável** para **um usuário que deseja deslocar-se por ele a pé saindo de sua casa**. Por conseguinte, é o **pedaço de cidade atravessado por um limite** distinguindo o **espaço privado do espaço público: é o que resulta de uma caminhada**, da sucessão de passos numa calçada, pouco a pouco significada pelo seu vínculo orgânico com a residência. (*Ibidem*, p. 37 – Grifo nosso).

A ideia da caminhada coloca o bairro como um domínio e apropriação coletiva, por outro lado, a experiência narrada de um indivíduo que “deseja deslocar por ele saindo a pé de sua casa”, faz-nos questionar se seria nula a possibilidade de tal experimentação do bairro, por exemplo,

⁴⁸ BAIRRO: In: LOVISOLO, Elena *et al.* **Larousse cultural**: dicionário de língua portuguesa. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda., 1992, p. 117.

para a pessoa em situação de rua. Esta não pode compreender o bairro? Ou a “sua casa” poderia ser entendida como seu espaço “na rua”, em que goza de uma espécie de “privacidade adaptada”⁴⁹. Não obstante, essa não tenha sido a intenção principal dos autores; nota-se que as discussões sobre o bairro tendem à “moradia”, demandando atravessamentos no entender de como se dão as relações e interações, no bairro e nos espaços residuais desse, diante de variados atores sociais no exercício desse direito à cidade e, por que não, ao bairro?

Em observância à delimitação e ênfase nos processos comunicacionais, em detrimento dos territoriais, não há espaço para contemplar todo o tensionamento teórico possível do que vem a ser um bairro, na perspectiva articuladora da gestão integrada do território e do direito, perpassando conceitos como, por exemplo, o que Gonçalves (2003, p. 126) apresenta de “morador espectador”, que “se relaciona com a cidade e não com o bairro”. Destarte, para os propósitos dessa contextualização, é suficiente e oportuna a reflexão do próprio Michel de Certeau, no sentido de que o bairro é “um domínio do ambiente social, pois ele constitui **para o usuário do bairro uma parcela conhecida do espaço urbano na qual** positiva ou negativamente, ele **se sente reconhecido**” (CERTEAU, 2011, p. 40 – Grifo nosso).

Assim, esse espaço, que se tornaria gradativamente privatizado em função do seu uso quase cotidiano, não pode ser compreendido sem se caminhar dentro dele, observá-lo e principalmente ver/ouvir como seus usuários se sentem parte dele. Por essa razão, a inventividade de métodos adequados, para se estudar os aspectos comunicacionais (interacionais e intersubjetivos) de territórios e territorialidades, é um imperativo da investigação.

Dentro desta perspectiva, o que é o bairro, ou o que este representa, tende a variar entre moradores, comerciantes, transeuntes etc., na medida em que os limites e as configurações desse bairro central são singulares na memória de cada um. Esse aspecto será retomado na próxima seção, em que foi abordada a formação histórica, tanto da cidade e do seu centro quanto da área objeto de estudo desta pesquisa.

⁴⁹ Expressão que surgiu de uma inferência indutiva, conforme será abordado no capítulo 6, mais especificamente na seção 6.3.2 “Um olhar sobre o sistema de produção de uma peculiar privacidade adaptada”. A inferência dessa espécie de “sistema de produção” surge, em decorrência do trabalho de observação, no qual, o pesquisador a registrou em seu diário de campo como uma tentativa de definir o que presenciou, tensionando as percepções de campo não só enquanto o visualizado nas caminhadas (Olhar de “Perambulação”), mas também nas filmagens do videomonitoramento (Olhar “Olho Vivo”) e demais documentos/registros (“Outros olhares”).

Todavia, essa noção de que não existe apenas um centro era necessária à discussão, porquanto a presente pesquisa, por pertinência metodológica e ética, não contou com a realização de entrevistas. Logo, poderia passar despercebida a relevância de mostrar que uma área “central”, assim como qualquer outro bairro, abarca tanto um lado mais objetivo de uma unidade territorial demarcada pelo poder público (no caso em tela, a Administração do Município), quanto uma faceta subjetiva do que ele representa para os indivíduos e grupos que dele se apropria simbólica e materialmente.

2.3 Divisão Territorial do Centro de Governador Valadares – retorno ao mapa bidimensional

Superada essa etapa de se compreender o que significa o centro na perspectiva teórica de um bairro, adentra-se ao conhecimento do Centro de Governador Valadares em seus mapas bidimensionais, com o intuito de caracterizá-lo como o que é delimitado enquanto bairro central para a cidade em questão, vislumbrando suas diferentes possibilidades, acima dessa delimitação formal. Dentro deste contexto, torna-se oportuno verificar o que a própria administração municipal considera como região central. Portanto, apresenta-se, a seguir, o mapa da divisão territorial do Centro da cidade:

Fig. 2 - Divisão Territorial do Centro de Governador Valadares conforme a Administração Municipal



Fonte: Prefeitura Municipal de Governador Valadares – Mapa de Bairros

De acordo com a figura acima, percebe-se que a noção de centralidade da divisão territorial constante na Prefeitura Municipal de Governador Valadares já permite trazer à tona uma perspectiva múltipla, no sentido de que são vários centros, e não somente um, pois é utilizada pela própria Administração Municipal, como forma de se organizar administrativa e politicamente. Deste modo, os centros “A”, “B” e “C” que, embora conjugados compõem o mesmo bairro ou unidade territorial nominal, foram separados devido à necessidade de se enxergar os pormenores dos “centros do centro”.

A partir de uma rápida verificação no mapa, é possível ver que somente o “Centro C” possui margens em contato com o Rio Doce. Tal constatação, quando próximo à Ilha dos Araújo, que é um bairro “nobre”, aponta para a noção de centralidade tanto do que se afasta da periferia no sentido literal, quanto no figurado, na acepção de que no Centro se encontra maior poderio econômico ou poder aquisitivo. Contudo, como já pontuado em Braga (2015, p. 77), “esse mesmo “Centro C” possui contato com bairros mais carentes que sofrem por sua condição ribeirinha, e.g. o São Tarcísio”, o que, provavelmente, contribuiu para sua qualificação “C”.

Lado outro, têm-se os centros “A” e “B” que são totalmente “continentais”, no sentido de não terem porções em contato com o rio, porém, são diversos em relação a serem limítrofes a comunidades carentes. Nesse diapasão, o “Centro A” poderia ser considerado como a parte mais “elitizada” do Centro de Governador Valadares, e talvez, não por mera coincidência, seja por isso qualificado como o “A”, posto que o seu contato direto se dá apenas com bairros nobres, como, por exemplo, o Esplanada. Em sentido contrário, o contato com bairros carentes, e.g. o Nossa Senhora das Graças e a sua parte conhecida como “Morro do Carapina” são bloqueados por edificações, muros e linha férrea, que possibilitam acesso somente através do “Mergulhão” na Avenida Minas Gerais, ou das passarelas que passam por cima da ferrovia, ligando (para transeuntes ou ciclistas) a Avenida Tupinambás (bairro) à Rua Sete Setembro (Centro).

Embora, também, seja uma porção “continental”, o “Centro B”, assim como o “C”, como vislumbra Braga (2015), liga-se igualmente a bairros de maior vulnerabilidade social e, em alguns pontos, possui condição de infraestrutura tão precária que não é reconhecido como

centro. Dentre tais pontos degradados do “Centro B”, salienta-se a região da crackolândia do Mercado Municipal, que é o objeto deste estudo.

Entretanto, não obstante, haja diferenças e singularidades de cada um, guardadas as proporções, todos os três centros possuem suas dimensões de centralidade econômica, devido à quantidade elevada de comércios, presença de agências bancárias e outros pontos de circulação de valores e mercadorias. Nesse sentido, por exemplo, destaca-se que, em detrimento da crackolândia⁵⁰, no “Centro B” existe, outrossim, o GV Shopping e o Mercado Municipal, os quais são fonte de renda para expressiva parcela da população de Governador Valadares.

2.4 O agenciamento policial dos centros de Valadares

Ainda nesse contexto, outra subdivisão do Centro em “outros centros”, para uma melhor compreensão de peculiaridades e atuação por parte do Estado, pode ser exemplificada pela setorização implantada pela Polícia Militar na cidade de Governador Valadares⁵¹. Apesar de a setorização para melhor prestação de serviço à comunidade já ser algo antigo na PMMG e de os setores ali vislumbrados terem sido posteriormente atualizados em razão das modificações na articulação operacional, a fundamentação teórica proposta na referida instrução possui bastante relevância à presente discussão.

Nesse diapasão, vale notar que, conforme Braga (2015), no ano de 2014, a PMMG identificou, como estratégia mais adequada para produzir melhores serviços de segurança preventiva, a compartimentação (divisão e subdivisão do espaço territorial em dimensões ainda menores e mais descentralizadas), alocando recursos para cada espaço físico, com a devida responsabilidade na gestão destes, bem como na prestação de contas por cada setor. Essa espécie de “*micro*” compartimentação do espaço geográfico, no âmbito da PMMG, denomina-se de setorização.

⁵⁰ Deve-se esclarecer que, a expressão “em detrimento da crackolândia” aqui utilizada, dá-se na acepção de centralidade econômica que contrasta aquele espaço com o de um *shopping center*, jamais no sentido de reforçar as rotulações / exclusões do espaço, como normalmente se toma *a priori* por abordagens higienistas e gentrificadoras.

⁵¹ Cf. Instrução 014/2014 - 8ª RPM.

Precedida de estudo (estudo de situação seguido do projeto de setorização), em que, buscou-se verificar a viabilidade ou não da implantação dessa gestão mais compartimentada, mudando da gestão por Companhias PM (Subáreas) para Pelotões PM (Setores). Através da comparação dos índices de criminalidade, nos anos de 2012 e 2013, das duas Unidades de Área à época (*in casu* o então 43º BPM e o 6º BPM) com sede em Governador Valadares, verificou-se que “os **crimes contra o patrimônio** ocorreram em sua maioria **na então área do 6º BPM**, que contempla o **centro do município**, caracterizado pela **intensa atividade comercial**” (MINAS GERAIS, 2014b, p. 18 – Grifo nosso)⁵².

À época, procederam ao levantamento dos delitos por setores e, com base no portfólio de serviços da PMMG, naquele período, propuseram a priorização dos serviços por setor. Quando desse projeto, todos os setores da Quadragésima Quarta Companhia da Polícia Militar (44ª Cia PM) tinham como característica criminal os crimes delitos contra o patrimônio; porém, os crimes violentos contra o patrimônio eram característicos do Setor “Hipercentro”⁵³ (apesar de crimes violentos em geral serem peculiares tanto no “Hipercentro”, quanto no Vila Bretas). Além disso, o “Hipercentro” era também o único setor composto por menos de um bairro (somente parte da área central), enquanto os outros setores contavam com no mínimo três bairros, mas mesmo assim, era o único setor em que a criminalidade se voltava mais para os comércios do que para as residências.

Por essa visão, elaboraram o Quadro a seguir que demonstra como teria ficado a divisão e traz outras informações relevantes (tais como, bairros, população, características sociais e serviços prioritários) de cada setor da mencionada Cia PM à época:

⁵² Conforme Minas Gerais (2014b), de um total de 17.153 crimes contra o patrimônio registrados no período, aproximadamente 63% incidiram na então área do 6º BPM, sendo que, somente o bairro Centro representou 33,94% das ocorrências registradas em tal circunscrição, de modo que mais de um terço dos crimes contra a pessoa e contra o patrimônio teriam ocorrido em um único bairro da Unidade.

⁵³ “[...] a subárea de responsabilidade da 44ª Cia PM, que abrange o Centro, e conforme IBGE (2010), possui uma população residente de 52.452 habitantes, foi subdividida em quatro setores de policiamento, visando aprimorar a gestão operacional **no espaço a que se convencionou denominar ‘hipercentro’** do município”. (BRAGA, 2015, p. 78 – Grifo).

Quadro 1 – Características/Serviços prioritários por setor

Cia	Setor	Bairros / Distritos	População	Características sociais e geográficas e criminais	Serviços prioritários
44ª	Hipercentro	Hipercentro (parte da área central situada à oeste da Rua Arthur Bernardes)	20.741	Comercial / Crimes contra o patrimônio e Crimes violentos	PAC – olho vivo PAC PPA GEPMOR Policimento comunitário (a pé, bicicleta, moto)
	Ilha dos Araújos	Centro, Esplanada, Ilha dos Araújos e São Tarcísio		Residencial / Crimes contra o patrimônio	PAC PPA Policimento comunitário (a pé, bicicleta, moto)
	São Geraldo	Morada do Acampamento, Senhora de Lourdes, São Geraldo e Vila Mariana	15.048	Residencial / Crimes contra o patrimônio	PAC PPA POP Policimento comunitário (a pé, bicicleta, moto)
	Vila Bretas	Santa Terezinha, São Paulo e Vila Bretas	16663	Residencial / Crimes contra o patrimônio e Crimes violentos	PAC PPA POP Policimento comunitário (a pé, bicicleta, moto)

Fonte: Anexo A – Instrução 014/2014 (MINAS GERAIS, 2014b).

Por essas particularidades, mesmo sendo composto por menos de um bairro, era o que mais tinha serviços disponíveis, inclusive contava com uma Patrulha à época chamada de Atendimento Comunitário (PAC)⁵⁴, voltada prioritariamente, para as demandas do Programa “Olho Vivo”⁵⁵, visto que esse sistema de videomonitoramento na 8ª RPM conta com “54

⁵⁴ Pelo novo portfólio de serviços da PMMG, constante na Diretriz Geral de Emprego Operacional (DGEOp), este nome voltou a ser chamado de Rádio-Patrolhamento (RP), não existindo mais a terminologia PAC, mas o serviço continuou sendo o mesmo, *in casu* permanece a RP da área central que atua com apoio do “Olho Vivo”. Porém, não há mais a característica de ser prioritária para atuação em apoio a este programa. Explicações sobre os serviços do portfólio da PMMG, inclusive dispendo de conteúdo ilustrativo de cada serviço, são apresentadas no sítio eletrônico da instituição, disponível em: <https://www.policiamilitar.mg.gov.br/porta1-pm/portalinstitucional/contendo.action?contendo=692&tipoConteudo=subP>.

⁵⁵ O Programa “Olho Vivo”, conforme pontuado anteriormente, em Governador Valadares, passou a funcionar em 26 de novembro de 2011, sendo composto por 54 (cinquenta e quatro) câmeras, das quais, 44 (quarenta e quatro) na região central da cidade e outras 10 (dez) no bairro Nossa Senhora das Graças. Insta lembrar que este faz divisa com aquela na porção do “Centro A”, acessando-a somente por meio do “Mergulhão” e passarelas, como já mencionado nesta seção. Logo, os focos de controles do “Olho Vivo” em sua dimensão de “olhar de vigilância” (BRUNO, KANASHIRO e FIRMINO, 2010; BRUNO, 2013) voltam-se direta ou indiretamente ao Centro da cidade em estudo, de modo que este é, igualmente, central para as demandas de segurança pública. Obviamente, suas conjunturas demandantes (tais como “população flutuante”, alta circulação de mercadorias e valores, persistência de criminalidade contra o patrimônio, existência de “cenas de uso” do crack e outras drogas etc.) são mais abundantes do que os bairros em geral, mas em equilíbrio, outrossim, maiores são os recursos de monitoramento e prevenção qualificada necessariamente empregados pelo poder estatal e sobretudo pelos entes particulares. Por esse raciocínio, observa-se que é raro um estabelecimento comercial no Centro que não disponha de algum sistema de vigilância e monitoramento (i.e. circuito interno de câmeras, alarmes e afins). Destaca-se que essa “vigilância líquida” (BAUMAN, 2014) viabiliza até mesmo parcerias público-privadas, tendo em vista as possibilidades múltiplas de compartilhamento de imagens de câmeras OCR – *Optical Character Recognition* (“Reconhecimento Óptico de Caracteres” – Tradução nossa).

câmeras, instaladas em sua maioria, na área central desta cidade”. (MINAS GERAIS, 2014a, p. 14). Destarte, nota-se que o Centro (e em especial a parte deste que compunham o setor “Hipercentro”), é quase que totalmente monitorado pelas câmeras do “Olho Vivo”.

Atualmente, como já mencionado nesta seção, a articulação da PMMG na cidade em tela conta com o 6º BPM e a 5ª Cia Ind PM, sendo que esta é composta por dez municípios, abrangendo a maior parte da antiga área do 43º BPM e, quanto à setorização, houve uma mudança na percepção de descentralização, reduzindo ao mínimo as edificações que abrigavam os Pelotões PM, por meio da utilização das Bases de Segurança Comunitária (BSC). Tais Bases, do Projeto “Segurança Comunitária”, são decorrentes do Programa “Mais Segurança” e trata de veículos do tipo van, equipados com câmeras de videomonitoramento, rádios digitais, equipamentos de segurança e tecnologias, suplementadas por motocicletas que responsáveis pelo patrulhamento nos setores, em reforço ao policiamento ordinário já realizado naquele espaço⁵⁶.

No ano de 2017, esse projeto foi iniciado na capital mineira, a qual foi dividida em 86 (oitenta e seis) setores que passaram a contar, cada um, com oito policiais militares, uma van e duas motocicletas, desativando algumas sedes de Cias PM para realocar efetivo para essas bases e manter o atendimento à população, economizando gastos com manutenção da edificação. Posteriormente, foi levado para o interior do Estado, sendo que em Governador Valadares começou no ano de 2018, tendo oito bases (uma por setor, conforme a nova setorização⁵⁷ à época) na cidade, as quais foram distribuídas em pontos estratégicos⁵⁸ para gerar segurança e facilitar o acesso da população.

⁵⁶ No âmbito da PMMG, a BSC é regulada pela Instrução 3.03.21/2017-CG, cuja 2ª Edição foi publicada em 20/08/2018.

⁵⁷ A cidade de Governador Valadares foi dividida em oito setores: Centro, Carapina e São Pedro (03 na 44ª Cia PM); Santa Rita, São Raimundo e Vila Isa (03 na 153ª Cia PM); Fraternidade e Turmalina (02 na 160ª Cia PM). Atualmente, permanece a quantidade de BSC's empregadas na cidade, mas com a criação do Setor Conjunto SIR, houve o aumento de um setor na 44ª Cia PM, que passou a ter 04 (quatro) setores, pela nova articulação adotada no segundo semestre de 2019.

⁵⁸ Pontos com maior densidade populacional e conjuntura espacial favorável à “instalação” da base, para fins de maior porosidade/capilaridade da atuação policial e acessibilidade à população. O termo instalação foi posto entre aspas para explicar que tal viatura tipo Van, diferentemente da ideia de uma base comunitária móvel que muda de pontos ao longo do turno de serviço, com base na densidade populacional sazonal, a BSC via de regra fica no mesmo lugar durante o turno, para ser uma tentativa constante de prevenção criminal e uma referência fixa para aquela população local contatar a Polícia Militar e receber seus serviços de produção de segurança pública.

Atualmente, o “Projeto de Setorização do Policiamento” da PMMG é aproximá-lo ainda mais do cidadão, pois pretende levá-lo “até o nível de subsetor”⁵⁹, o que envolve a mesma lógica de compartimentação, para se “fazer mais com menos”, com o foco em melhor atender à população. Além de ser premissa da filosofia de polícia comunitária adotada/multiplicada pela Polícia Militar em questão, em razão do princípio “policiamento descentralizado e personalizado”, no qual o policial militar tem de ser tanto conhecido quanto conhecedor dos problemas da comunidade em que atua, deve-se esclarecer que a busca de mais proximidade, permitindo a conjugação do conhecimento territorial nas lógicas espacial e intersubjetiva em prol do melhor prestação de serviços ao cidadão, no cenário contemporâneo, não é só mais uma iniciativa *intra corporis*, mas também um norte do Estado de Minas Gerais para todos os seus órgãos públicos, sobretudo os de segurança pública⁶⁰.

Por esse prisma, o policiamento comunitário, enquanto estimulador das interações entre polícia e comunidade, de modo a permitir uma ausculta mais ativa, sob a ideia de identificar, analisar e responder aos problemas, assim como avaliar esse processo, com envolvimento da população, viabiliza a leitura do policial de diferentes “centros” pelas dimensões materiais e simbólicas dos sistemas produção e circulação de sentidos com que se depara em seu cotidiano servidor. De fato, os fatores de risco e de proteção que cooperam positiva ou negativamente para o fenômeno criminal de cada área são diagnosticados por uma metodologia própria, a qual é robustecida à medida que há maior incrementação de ferramentas de busca e análise de dados, dentre as quais, ressalta-se a confiança da população, pois quanto mais esta confia no policial e conversa com ele, mais informações (e oportunidades de conhecimento) serão produzidas.

É importante destacar que a premissa comunitária não é algo novo nas agências públicas de segurança, posto que, no ano de 1829, o Ex Primeiro-Ministro britânico e estudioso da polícia,

⁵⁹ Conforme o Plano Estratégico 2020-2023, tal projeto tem como escopo o “aprimoramento e padronização da metodologia de **setorização do policiamento** e capacitação dos policiais militares para atuação **até o nível de subsetor**” (MINAS GERAIS, 2020, p. 31 – Grifo nosso).

⁶⁰ No Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (PMDI) 2019-2030, verifica-se harmonia desse raciocínio com dois objetivos estratégicos, quais sejam: “Aumentar a segurança e a sensação de segurança da população de Minas Gerais, aprimorando a atuação integrada das organizações de Defesa Social e de Proteção Social” e “Expandir e modernizar o potencial de atuação comunitária, preventiva e de preservação da ordem pública da Polícia Militar” (MINAS GERAIS, 2019).

*Sir Robert Peel*⁶¹, afirmou que polícia e povo é uma coisa só⁶², de maneira que não haveria como a polícia trabalhar de maneira efetiva sem a participação da comunidade, o que serviu de base para a expansão da filosofia de Polícia Comunitária em outras partes do mundo, no século seguinte. Salienta-se que, por meio desta, a produção da segurança pública é promovida de forma compartilhada entre os diversos atores envolvidos e, a fim de situar melhor a relevância da Polícia Comunitária no Brasil, observa-se que todas as Polícias Militares da Federação, atualmente, aplicam a referida filosofia como estratégia organizacional.

Em complemento à fundamentação lógica dessa adoção, existe ainda o embasamento jurídico abstraído da CRFB que, em seu artigo 144, ao mesmo tempo em que assevera que a "Segurança Pública é dever do Estado", também esclarece que é "direito e **responsabilidade** de todos" (grifo nosso). Nesse ponto, cabe lembrar que, enquanto responsabilidade solidária plena, os pesquisadores também possuem um papel de relevo como corresponsáveis pela promoção desse direito fundamental, através do qual, devem enfrentar investigações científicas que reflitam a esse respeito.

Desse modo, a atuação policial nas crackolândias pode e deve procurar por estratégias comunitárias, a fim de convocar vontades para uma mudança de realidade, atenuando sofrimentos e separando quem precisa de acolhimento dos que precisam de uma resposta mais veemente do Estado, ou seja, identificando dependentes químicos e/ou em situação de rua e apartando-os dos traficantes, com o intuito de atuar de forma integrada (em rede) para proteção e cuidados serem dosados, conforme a necessidade de cada caso, precedendo ou mesmo tornando desnecessário o uso de força. Vale mencionar que tais reflexões sobre envolvimento comunitário e atuação integrada serão retomadas na análise/explicação das articulações empírico-teóricas no Capítulo 6.

Em continuidade à percepção múltipla que envolve essa linha contextual, em se tratando de população em regiões centrais, deve-se levar em conta que a movimentação pendular faz os picos demográficos muito superiores ao número de habitantes, o que pode ser ilustrado de

⁶¹ *Robert Peel* "foi primeiro-ministro britânico de 1834 a 1835 e novamente de 1841 a 1846. É mais conhecido pela criação do Departamento Policial de Londres quando ele ocupava a função de 'Home Secretary', dando origem a alcunha de 'Bobbies' para os policiais londrinos" (MINAS GERAIS, 2011a, p. 18).

⁶² "A polícia deve esforçar-se para manter constantemente com o povo um relacionamento que dê realidade à tradição de que a **polícia é o povo e o povo é a polícia**" (*Ibidem*, p.18-19 – Grifo nosso).

maneira simples nas dificuldades de um motorista na busca de vagas para estacionar seu carro no centro, durante o horário comercial. Essas movimentações pendulares permitem apresentar, como explica Lepetit (2001), a diferente noção de centralidade japonesa, conhecida como “*Sakariba*”⁶³, por meio da qual a ideia de centro ali contida se baseia na visão de “um local frequentado”, de modo que, o que é centro durante o dia, não necessariamente será durante a noite. Por exemplo, o cruzamento em *Shibuya* (bairro de Tóquio, no Japão) que é apontado como mais movimentado do mundo e permanece pulsante de movimentos até mesmo à noite, em determinada hora da madrugada, estará com menos pessoas circulando do que as imediações de *Roppongi*⁶⁴.

Importa destacar que essa noção de centralidade japonesa foi experimentada por este pesquisador quando esteve realizando curso de Polícia Comunitária no Japão. Tal curso se deu em decorrência da nova etapa do termo de cooperação Técnica entre Brasil e Japão para o desenvolvimento da Polícia Comunitária no período de 2015 a 2017. Nessa fase, estavam sendo realizadas duas capacitações ao ano no Japão, sendo uma para Gestores representados por profissionais dos Estados Modelo⁶⁵, mais um representante da SENASP (Secretaria Nacional de Segurança Pública), e outra contemplando também Operadores, de modo a abranger mais Estados da Federação.

Dentro deste escopo, na missão em questão, desenvolvida no período de 24Out2016 a 04Nov2016, a comitiva foi composta por profissionais de quatorze diferentes Unidades Federativas (treze Estados e o Distrito Federal) e 01 (um) representante da SENASP, sendo que o representante do Estado de Minas Gerais, após aprovado em processo seletivo no âmbito de seu Estado e ratificado o resultado pela SENASP, foi este pesquisador. Em meio às atividades curriculares e flexibilidade do horário para o desenvolvimento de passeios extracurriculares, a

⁶³ É importante observar que também influenciado por essa visão, o policiamento comunitário japonês é baseado principalmente nas bases chamadas “*KOBAN*”, as quais são instaladas em grandes centros urbanos com alta densidade populacional. Nesse contexto, Braga (2015) observa que o sistema *KOBAN* foi um dos influenciadores na implantação da setorização do policiamento em Governador Valadares.

⁶⁴ Distrito de Minato, Tóquio, Japão. Região é famosa por abrigar o complexo de *Roppongi Hills* e várias boates, tendo a atividade noturna demasiado dinâmica. Há também embaixadas estrangeiras em *Roppongi* e, talvez também por isso, tenha se consolidado como uma região de escolha de entretenimento noturno não só para nacionais, mas também para estrangeiros. A região é muito divulgada em sites *advisor*, onde viajantes buscam informações do movimento pulsante da noite (restaurantes para jantar, boates) e de outras possíveis atividades diurnas (visita a Torre de Tóquio, museu de artes, templo, etc.), dentro da perspectiva de *sakariba* ora discutida.

⁶⁵ Observa-se que a expressão dos Estados Modelo serve para designar a Unidade Federativa que, no âmbito de Polícia Comunitária, tenha experiência docente e profissional, bem como produção acadêmica reconhecida nacional e internacionalmente, conforme o Acordo de Cooperação Técnica (ACT) Brasil e Japão. No Brasil, os 03 (três) Estados Modelos são Minas Gerais (PMMG), São Paulo (PMESP) e Rio Grande do Sul (Brigada Militar).

missão serviu, não só para amadurecer os conhecimentos da filosofia de polícia comunitária no Japão e ajudar o Estado de origem a permanecer nesse rumo, mas também para verificar interações, espaços, territórios e outras questões daquele país de cultura milenar, amadurecendo e aguçando o enxergar no *flâneur / andarilho-voyeur* uma busca do *pesquisar itinerante*.

2.5 A formação histórica do território em estudo

Nesta seção, procedeu-se ao levantamento da formação histórica do território da crackolândia do Mercado Municipal, passando de uma relativamente breve contextualização da história de Governador Valadares (incluindo o início do povoamento – “Figueira”) e abrangendo a formação do Centro da cidade até alcançar a atual área pesquisada. Por essa visão, perquiriu-se não uma linearidade da discussão, mas somente uma superação de conhecimento tanto do “todo”, quanto da “parte”, porquanto como apresentado no pensamento de Santos (2004), o “todo” apenas pode ser conhecido por meio do conhecimento das “partes”, e vice-versa.

Ainda nessa proposta dinâmica e interativa, torna-se oportuno o pensamento de Mills (1982, p. 156), no sentido de que “os problemas do nosso tempo – que incluem o problema de natureza mesma do homem – não podem ser formulados adequadamente sem aceitarmos na prática a opinião de que a história é a medula do estudo social [...]”. Assim, a abordagem de um ou mais territórios, obrigatoriamente, demanda um apanhado acerca de sua formação histórica, de modo que, abstrair aspectos dos processos de formação de Governador Valadares e de seu Centro, até o aparecimento do território da “cena de uso” de crack e outras drogas em estudo, seria relevante para o enriquecimento de sua contextualização.

Ressalta-se que a presente discussão é assaz importante para a melhor compreensão do *corpus* da pesquisa, pois como se infere de Mills (1982), o conhecimento histórico proporciona ao pesquisador ampliar a consciência do objeto a ser pesquisado, de modo que não se concebe compreender qualquer sociedade sem o uso de materiais históricos. Com fulcro nas interações no / do território e da sua população, poder-se-ia substituir o pensamento do autor com relação à sociedade pelo território, no sentido de que também não há compreensão de qualquer território sem a discussão de sua formação histórica.

Deixando de lado aspectos dos “primórdios” (e.g. do território dos índios botocudos⁶⁶, ou da emancipação de “Figueira”), pode-se dizer que Governador Valadares se transformou e cresceu ao longo de idas e vindas, encontros e desencontros, que transformaram a cidade e o seu centro. Com pertinência ao espaço em que se encontra o dispositivo alvo desta pesquisa, cabe à provocação feita inicialmente em Braga (2015), no sentido de rotulá-lo como “Calcanhar de Aquiles” do Centro, com o questionamento de que, se aquele funcionaria como um “ímã” para coisas negativas, tais como prostituição, marginalidade e delitos, na medida em que no passado, a região abrigou a Zona Boêmia da cidade (que teria perdurado em atividade até pouco tempo atrás), e atualmente, abriga um dos mais conhecidos territórios do crack, frequentado por usuários e até traficantes de drogas.

Com fulcro nas abordagens de autores que descrevem o processo de formação histórica da região (FONSECA, 198-[?] ⁶⁷; SANTOS, 2000 e 2006; ESPÍNDOLA, 1999 e 2005; VILARINO, 2008; GENOVEZ, TEIXEIRA e BRAGA, 2019), verifica-se que esta foi, por vezes, tratada como uma área marginal e/ou um lugar de medo, com conotações similares aos “becos” de Porto Alegre/RS em Bresciani (2001)⁶⁸. Na proposição de “a cidade como um livro aberto” (BRESCIANI, 2001, p. 18-19), a autora apresenta este termo que se ligaria com a questão estética da área em comento: o “beco”. Pela leitura, é quase que automático o inter-relacionamento do “beco” e de sua estigmatização coincidente com a da crackolândia – não só a objeto de estudo desta tese, mas todas que são quase sempre referidas como ambientes degradados, próximas a áreas demolidas e lotes vagos, constituindo os chamados por Arantes (1994) de “espaços residuais” dos centros comerciais. “O beco é **sinistro, sujo, perigoso e feio**” (BRESCIANI, 2001, p. 115 – Grifo nosso).

⁶⁶ “Em 1808, foi declarada a ‘Guerra Ofensiva aos Botocudos’, pela Carta Régia de 13 de maio. Os habitantes indígenas foram considerados inimigos e os soldados receberam ordens de os perseguir e eliminar a qualquer custo” (ESPÍNDOLA, 1999, p. 14). Para uma leitura mais completa a respeito da guerra, dos índios botocudos, bem como demais aspectos do “Sertão do Rio Doce”, recomenda-se a leitura de ESPÍNDOLA, Haruf Salmen. **Sertão do Rio Doce**. Bauru/SP: EDUSC, 2005.

⁶⁷ FONSECA, José Raymundo. Figueira do Rio Doce. Governador Valadares, 198-[?]. Quanto à presente nota de referência, observa-se que o livro em questão foi lido nesta pesquisa, porém não possui ano de referência e outras informações. Por outro lado, nas Referências da tese de Guimarães (2009) consta o ano da forma ora utilizada (198-[?]), dando a entender que seria da década 1980. Outra referência encontrada foi em Espíndola (2005), mas nessa o ano foi constado [19-- ?], de modo que se adotou a primeira, pois seria menos incompleta.

⁶⁸ “O beco é sinistro, sujo, perigoso e feio” (BRESCIANI, 2001, p. 115), de modo compará vel, por exemplo, com “áreas urbanas periféricas e degradadas [...] a valia das como perigosas, considerando a população que nela residia [...] Como nas regiões de origem, ainda hoje esses espaços carregam rótulos negativos, embora sejam territórios como outros, onde é possível algum tipo de interação social [...] (MEDEIROS, 2010 *In*: SAPORI e MEDEIROS, 2010, p. 179).

Ao tratar do “beco”, a autora está remontando o fato histórico que teria ocorrido na transição do século XIX para o XX, em Porto Alegre, chamado a “guerra dos becos”⁶⁹, de modo que a imprensa estaria associando esses à “desordem, a violência e tomados como sinônimo de atraso urbano numa cidade que almejava se modernizar” (*Ibidem*, p. 98). O beco teria sido identificado como “reduto das socialidades condenadas” e tal fato seria agravado porque esses “espaços estigmatizados se achavam encravados no centro da cidade”. Logo, o “beco”, de acordo com a tal estigmatização, apontada por Bresciani (2001), poderia ser apontado como o então “calcanhar de Aquiles” do centro de Porto Alegre.

Preliminarmente, apenas analogias “visuais” são cabíveis da crackolândia em estudo com os “becos” de Bresciani (2001), mas os levantamentos da formação histórica do lugar fazem questionar se não haveria mais similaridades supra estéticas, na medida em que os autores aqui expostos esclarecem que a região da crackolândia em questão é tratada como marginalizada. Por outro lado, por meio de uma leitura profunda desses mesmos autores e o seu tensionamento com narrativas sobre o lugar, demonstram que este lugar “à margem” não é tão “à margem” assim, dando pistas de que as interações discriminatórias em seu desfavor podem assumir contornos higienistas e gentrificadores.

Verifica-se que a crackolândia está no seio do Mercado Municipal, que é um local movimentado, de um comércio vivo, mas não muito lembrado nas fontes pesquisadas, como será exposto agora. No livro de Santos (2006), por exemplo, que traz “100 anos de fotografias” da história de Governador Valadares, desde os tempos de Figueira, não foi encontrada, em meio a tantas fotografias, uma que abarcasse a estrutura do Mercado Municipal. Destaca-se, nesse diapasão, que o livro, em sua página 23, teve o tema “Comércio é atividade das mais antigas”, trouxe até a imagem aérea do jovem “GV Shopping Center”, inaugurado em 1999, juntamente com diversos comércios antigos (inclusive muitos já não existem mais na cidade, e.g. o Supermercado Pão de Açúcar). Em tal ocasião, caberia claramente, a merecida lembrança e homenagem ao Mercado, o qual representa a concretude do comércio mais livre e dinâmico, além de ser antigo, na medida em que foi inaugurado em 1949⁷⁰, porém, esse foi preterido.

⁶⁹ Cf. Bresciani (2001, p. 98), “A ‘guerra dos becos’ culminaria, na década de 60, com uma série de medidas públicas de intervenção que, redesenhando a cidade, apagariam fisicamente do espaço urbano a sua presença”.

⁷⁰ Disponível em: http://www.jornalvaladoaco.com.br/ler_noticia.php?id=51076. Acesso em: 28 jun. 2015. Obs. também disponível no próprio sítio eletrônico do Mercado Municipal: <https://mercadomunicipal.wordpress.com/pioneiros>.

Nesse mesmo livro de Santos (2006), ao procurar, de forma mais ampla na região que abrange a crackolândia e o Mercado, foram encontradas somente duas fotografias à página 26 (na seção que trata do tema “Cidade industrializada”), sendo uma da fábrica das Massas Periquito S.A. e outra do Laticínios Barbosa & Marques. As mencionadas indústrias se localizavam na antiga Rua 50 (atual Vereador Euzebinho Cabral). Com relação à Zona Boêmia propriamente dita, importa pontuar que não há nenhuma fotografia que identificasse, pelo menos, os locais onde ela funcionou no passado. Essa constatação é relevante para o amadurecimento da discussão proposta de “um antigo e atual ‘calcanhar de Aquiles’ do centro da cidade”, apresentada por Braga (2015), tendo em vista que, como explica Boni e Hoffman (2011, p. 151), “ao longo da história, as fotografias urbanas retratam – de modo abrangente ou fragmentado – a vida da cidade, seu crescimento e sua arquitetura”.

Destarte, como pode ter sido excluído de um compêndio do crescimento, da arquitetura e da vida de Governador Valadares, a Zona Boêmia, e sobretudo, o Mercado Municipal? Obviamente, pode tanto ter sido motivado por mero esquecimento, quanto pela intenção de esquecer ou apagar a imagem não desejada. Por esse prisma, refletindo sobre essas obliterações, torna-se oportuno mencionar que nas entrevistas coletadas, durante a atividade acadêmica⁷¹ realizada na disciplina “Território e memória”, do Programa de Mestrado em Gestão Integrada do Território (GIT), da UNIVALE, foram colhidos depoimentos sobre aquele local, que apresentam mais detalhes da Zona Boêmia, não transmitindo o aspecto de “lugar decadente”, ou de um não-lugar. Deste modo, naquela época, “a casa das meretrizes” provavelmente, tinha um significado diverso do que lhe é atribuído atualmente e do que lhe foi atribuído nos tempos de Figueira (cf. Fonseca, 198[?]).

A continuidade desse trabalho é sintetizada em Genovez, Teixeira e Braga (2019), cujas reflexões acerca da formação histórica do bairro Centro, da cidade de Governador Valadares/MG, partiram da articulação entre os discursos constituídos documentalmente e os relatos de memórias de três colaboradores, entre as décadas de 1920 a 1970. Tal tema e a

⁷¹ A atividade acadêmica, que resultou à época na apresentação em seminário de banner (TEIXEIRA, BRAGA e ALEXANDRINO, 2014) e comunicação oral/resumo expandido em anais de simpósio (BRAGA e SANTOS, 2014), posteriormente, com o aprofundamento de pesquisas/debates e principalmente de análise mais meticulosa das entrevistas colhidas anteriormente, concluiu-se em artigo, o qual foi submetido no final do ano de 2018 publicado em 2019. Cf. GENOVEZ, Patrícia Falco.; TEIXEIRA, Cristiane Caldas Diniz; BRAGA, Tiago Farias. **Relação entre História e Memórias:** Narrativas da Formação Histórica e Territorial do Centro de Governador Valadares (MG). REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, v.I, nº XIX, Jan./Jun., 2019, p. 39 - 67.

articulação desses relatos de memória serão retomados ao longo do presente estudo, com ênfase no Capítulo 6, quando da abordagem da dimensão “Outros Olhares”, na seção 6.2.3.

A respeito deste último aspecto, Braga (2015), na busca pela temporalidade⁷² que correspondesse à zona boêmia naquela época, afirma que essa pode ser abstraída da obra de Roberto Drumond, “Hilda Furacão”⁷³, em que as zonas boêmias de Belo Horizonte, no início da década de 1960, são descritas como casarões de luxo, o que equivaleria à descrição observada em Santos (2000) em referência aos cabarés de “Dulce e Rosinha”. Ademais, os depoimentos colhidos na atividade acadêmica mencionada e Santos (2000) dão conta de que as mulheres da Zona Boêmia tinham participação social ativa nas festividades carnavalescas da cidade, com carros alegóricos dos seus respectivos casarões, e não sofriam preconceito algum nesses eventos.

Observa-se que esta análise não trata de um julgamento de trabalhos sobre os quais produziram-se arquivos fotográficos e outros remotes de memória abrangentes da cidade, mas sim de verificar se a área em estudo, dentro dos conceitos teórico-antropológicos de lugar e não-lugar, enquadra-se no primeiro ou no segundo conceito. Augé (1994) ensina que o lugar trata-se de um local de pertencimento, em que o sujeito se reconhece, enraíza-se; já o não-lugar é o local onde o sujeito não se reconhece, um espaço com o qual ele não se identifica, sendo locais de passagem. Todavia, como aqui explicado, o próprio Marc Augé atualizou esse conceito, com base na imersão em referências artificiais, ao colocar-nos estas, constantemente, em não-lugares (AUGÉ, 2019). Portanto, torna-se profícuo o questionamento de que, se a área em estudo representaria para os registros históricos da cidade um “não-lugar”, cuja resposta eclode desses tensionamentos articulando-os com outras fontes pesquisadas.

Nesse diapasão, buscou-se, no livro escrito pelo historiador Haruf Salmen Espíndola, a respeito dos 60 (sessenta) anos de história da Associação Comercial de Governador Valadares (ACGV), e durante a leitura, a única aparição encontrada sobre o Mercado Municipal foi uma relacionada ao “prejuízo” causado aos comerciantes pelos camelôs, vendedores ambulantes e bancas, conforme abaixo reproduzida:

⁷² A principal fonte para análise de temporalidades, que é feita de forma simplificada da nesta pesquisa, encontra-se em: LEPETIT, B. **Por uma nova História Urbana**. São Paulo: Editora da USP, 2001.

⁷³ “Romance escrito por Roberto Drumond, publicado em 1991. O romance, que misturava realidade e ficção, foi adaptado para a televisão, em forma de uma minissérie, pela autora de telenovelas Glória Peres, e exibido na Rede Globo em 1998” (BRAGA, 2015, p. 93).

A ampla área livre que fica na frente do quarteirão do Mercado Municipal de Governador Valadares era tomado por camelôs, que também ocupavam as calçadas das ruas centrais. Em junho de 1971, a diretoria enviou ofício ao prefeito pedindo a retirada dos camelôs e, ao mesmo tempo, promoveu na imprensa campanha contra presença dos camelôs. Através da imprensa, a entidade informou à opinião pública que havia protestado, junto à prefeitura, contra a presença de vendedores ambulantes e das bancas que obstruíam as calçadas, prejudicando diretamente os comerciantes, causando-lhes prejuízos. (ESPÍNDOLA, 1999, p. 86).

Vale salientar que o livro de Espíndola (1999) se baseou nos registros documentais da ACGV, de outros órgãos e entidades, bem como de fontes bibliográficas e até mesmo fontes orais (porquanto houve entrevistas aos dois últimos presidentes da associação à época), por isso, deve-se destacar que não há, nesta pesquisa, crítica ao trabalho do autor que, no entendimento do presente pesquisador, apenas condensou e reproduziu o que lhe foi possível colher. Contudo, como se vê, o Mercado apareceu somente uma vez no livro em questão e é citado fazendo referência à ocasião em que a instituição objeto daquele estudo estaria lutando para retirar camelôs, ambulantes e bancas, pois esses traziam “prejuízos” aos comerciantes. Logo, a relação da ACGV com uma parcela dos comerciantes (pois inegavelmente, o dono da banca, o ambulante e até mesmo o camelô são comerciantes) valadarenses, aparentemente, não seria muito amistosa.

Embora se verifiquem um indício de discrimen, não se deve, com fulcro apenas nessa informação, asseverar que haveria uma relação discriminatória por parte da associação com relação ao Mercado – ou com parte dos comerciantes que ali atuavam. Por outro lado, a promoção na imprensa de uma ação contra bancas, ambulantes e camelôs, por parte da ACGV pode ser vista, por analogia à pesquisa realizada por Elias e Scotson (2000), na obra “Os Estabelecidos e os Outsiders”⁷⁴. Ademais, é no mínimo contraditório que a ACGV, uma associação voltada para os interesses do comércio local, aparentemente apenas estava querendo se livrar dos ambulantes, dos donos de bancas e camelôs, posto que esses também são comerciantes.

⁷⁴ Na obra em tela, os autores Norbert Elias e John Scotson relatam a investigação realizada na cidade, pseudo denominada, “Winston Parva”. Tal investigação ocorreu durante o Século XX e a realidade local foi experimentada pelo pesquisador, durante três anos, tendo se constatado que naquela comunidade havia evidente diferenciação entre os grupos sociais (com destaque entre os estabelecidos e os outsiders), o que gerava certa estranheza, porque ambos desfrutavam de iguais condições financeiras e sociais, sendo o fator diferenciador entre eles o tempo de residência no local.

Não se pode olvidar que por trás da ação contra a figura do camelô e ambulante existe a questão da diferença de arrecadação tributária, que é muito mais dispendiosa para o “comerciante lojista”⁷⁵ devidamente cadastrado na junta comercial (talvez isso seria o análogo-correspondente ao “tempo de residência” que diferenciava os grupos em “Winston Parva” de ELIAS e SCOTSON, 2000). Entretanto, na notícia veiculada, não foi discutido nem sequer sugerido nada a esse respeito, como por exemplo, o cadastramento do pessoal para uma tributação menor, ou a definição de outra área para uso desses outros comerciantes.

Ainda nesse contexto, deve-se notar que o maior evento do Mercado Municipal é a “feirinha” de domingo, onde os ambulantes, com barracas diversas, têm a rua liberada com alvará, para venda de frutas, legumes, verduras e condimentos, bem como outros alimentos e artigos variados. Desse modo, o lugar se fortalece e aumenta suas interações em termos de números financeiros, exatamente quando se reúnem comerciantes dos quais a ACGV queria se livrar no ano de 1971. Assim, provavelmente, no cenário atual, é crível que ACGV não se levantaria em desfavor desses grupos específicos de comerciantes, ou no máximo, poderia considerá-los “um incômodo” para os “lojistas”, porquanto usar a palavra “prejuízo”, em relação a quem também é comerciante e são os principais impulsionadores do comércio na feira de domingo, seria no mínimo incoerente.

Em outro sentido, é justo observar que, apesar de ter havido apenas uma rápida menção ao Mercado no livro a respeito da história da ACGV, há um lembrar de um outro lugar que normalmente é esquecido e integra a formação histórica da área ora pesquisada, o “Torresmo”. A aparição é feita tratando da época remota em que a zona boêmia funcionou nas proximidades das ruas São Paulo, Marechal Deodoro e Castro Alves. Na ocasião, o autor contextualiza, inclusive, a vegetação próxima à zona boêmia de “Governador Valadares” (à época ainda Figueira): “Era a Rua do ‘Torresmo’, nome dado à Zona Boêmia. Entre o núcleo do povoado e a zona, e em torno desta, existia a capoeira e, mais além, vinha a mata do Péla Macaco, que dominava todo trecho entre Figueira e Itambacuri” (ESPÍNDOLA, 1999, p. 19).

⁷⁵ Vale lembrar que, no contexto contemporâneo, Governador Valadares conta com a sua Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL), enquanto uma entidade de classe que representa os setores de comércio e serviços, para incentivos mais específicos a esse nicho de comerciantes. A título exemplificativo do foco no “comerciante lojista” dessa entidade, segue uma matéria de um jornal local (Diário do Rio Doce), divulgando o concurso promovido pela CDL “Vitrine Premiada”, com o “propósito de impulsionar as vendas de Natal na cidade”: <https://drd.com.br/cdl-gv-lanca-concurso-vitrine-premiada-para-estimular-as-vendas-de-natal/>. Acesso em: 21 nov. 2020.

É relevante salientar que, se por um lado, a Zona Boêmia ainda não havia se mudado para a região do Mercado quando se versa a respeito do tempo de Figueira (até porque à época nem sequer havia se ocupado o espaço da região em estudo), por outro, quando Espíndola (1999) fala de sua existência à época em que o município era um povoado, apresentando o epíteto “Torresmo” preservado ao longo dos anos, demonstra uma preocupação do autor em registrar o que muitos não quiseram fazê-lo, ou até tentaram apagar os registros. Portanto, para o autor em questão, pode-se dizer que o “Torresmo” teria sido um lugar, provido de significados, ao invés de um não-lugar fadado ao esquecimento.

Nesse viés, outro autor que menciona o “Torresmo” nesse período anterior a emancipação de Governador Valadares, é Fonseca (198-[?]), que pelo objetivo de seu trabalho em abranger todos os detalhes possíveis de “Figueira do Rio Doce”, faz uma abordagem até mais completa que de Espíndola (1999), mas, diferente deste, aquele em muitas ocasiões deprecia a imagem do lugar tratando-o como uma área criminógena, suja (“mini-mangue”) e desordeira, conforme reproduzido a seguir:

Na segunda transversal da rua de cima, começava a rua do “sabuco” que rumava à esquerda do rio. E que quanto mais próxima deste e da prainha de cima, tanto **mais heterogênea** ou **suspeita** se tornava a sua habilidade. O “sabuco” era uma pálida amostra da **devassa** rua do “torresmo” da qual se dizia tratar do **mini-mangue carioca** em **plena selva**, de cujo modelo assimilava os **requintes de prostituição** e afluxo **faroeste decorrente**. (FONSECA, 198-[?], p. 39 – Grifo nosso).

De acordo com autor em análise, vislumbra-se um ambiente não homogêneo ao resto de Figueira (i.e. “heterogêneo”), e mais, um espaço “suspeito” e enlameado, além de por um raciocínio reducionista-causalista, praticamente, colocar o “faroeste” como que uma consequência da prostituição (“faroeste decorrente”) que ocorria no “Torresmo”. Em outro momento de seu texto, o mesmo autor versa que “Os **crimes passionais** ocorriam pelos lados do **Sabuco e Torresmo**, caracterizando **o clima de faroeste** propício à **criminalidade impune**”. (*Ibidem*, p. 67 - Grifo nosso).

Com base nessas menções, nota-se que o Fonseca (198-[?]) trata a Zona Boêmia como um lugar à margem (nas acepções piores do *marginalizado*), ou em outros termos, cujos adjetivos são todos pejorativos. Do ponto de vista da circulação de sentidos, a partir da produção “histórico-literária” ora apreciada, percebe-se que o referido autor busca impregnar uma rotulação que,

nas “palavras da cidade” contemporânea, seria equivalente aos “becos” de Bresciani (2001), ou mesmo das crackolândias, em outros autores⁷⁶.

Em outro sentido, Parajara dos Santos, no seu “O Katzensprung⁷⁷: Crônicas de fatos reais com personagens reais”, realiza uma exposição mais completa do tema, utilizando os dizeres que seriam do Coronel José Geraldo Leite Barbosa, de que o “Torresmo” é visto não só como a antiga Zona Boêmia dos tempos de Figueira, mas também como uma área que entretinha a vida noturna dos trabalhadores e até mesmo provia um pequeno turismo para a região: “A vida noturna do local, animada pelos trabalhadores endinheirados da Companhia Morisson, (...), ganhara tal fama que muita gente vinha de longe exclusivamente para conhecer a parte boêmia da cidade” (SANTOS, 2000, p. 24). Assim, o autor expõe outra percepção da zona boêmia, dando-lhe a condição de lugar, que na visão de Moreira e Hespanhol (2007), o qual pode ser compreendido como uma construção social fundamentada em relações espaciais.

Conforme se abstrai na leitura de Santos (2000), o crescimento da cidade teria “empurrado” a Zona Boêmia mais para a periferia central, criando uma divisão do nível dos cabarés. Os mais requintados ou “de maior categoria” (de Dulce e Rosinha), teriam expandido as atividades de prostíbulo para também promover “shows”, oferecer música ao vivo. Já o nível intermediário seria a zona chamada “Figueirinha” e a alcunha “Torresmo” teria sido preservada somente para “uma área de baixíssimo nível”, de modo que sob a ótica das “palavras da cidade” de Bresciani (2001), no processo de formação histórica, o termo “Torresmo”, em Governador Valadares, carregaria equiparável carga negativa à de “Beco” em Porto Alegre.

Em uma perspectiva múltipla (multiterritorial / interacional) de análise, torna-se relevante pontuar que, com essa divisão de muitas zonas boêmias coexistentes na Zona Boêmia

⁷⁶ Ao analisarem o termo “crackolândia”, que teve origem na imprensa, conforme pesquisa de Frugóli Jr. e Spaggiari (2011), verifica-se a necessidade de uma conceituação que vá além da criada pela imprensa e televisão, a fim de suprimir / atenuar o seu caráter estigmatizador, pois ali não seria a “terra do crack”. Como já explicado na presente pesquisa, a expressão que veio para amenizar essa questão do caráter rotulador de “crackolândia” é “cena de uso do crack e outras drogas”.

⁷⁷ O título do livro começa com a expressão em alemão “*Katzensprung*” cuja tradução literal (*katzen* gatos mais *sprung* pular/saltar) seria “pulo do gato”, mas, como ensina Andreia Bohn, nada tem a ver com a manobra ou segredo como conhecemos em português, e sim se refere a “uma curta distância”, algo que “é perto”, ou seja, a “um só pulo” (Mais explicações com exemplos, disponível em: <https://www.andreiaohn.com.br/katzensprung-o-que-significa-esta-expressao/>). Essa nota foi feita para explicar que Parajara dos Santos quando deixa bem entender em suas “crônicas de fatos reais com personagens reais”, utilizou-se da expressão para tanto dar ideia de um revelar dos “segredos” quanto de uma abordagem mais próxima dos personagens (enriquecida com entrevistas, fotografias, etc.).

(semelhantemente à ocorrência de vários centros no Centro), para se sepultar o já superado debate da área de estudo como um novo e velho “calcanhar de Aquiles”, ou de um lugar *versus* não-lugar, deve-se pensar, com fundamento, em um arcabouço histórico, que não existe “a história”, e sim “as histórias”. Isso se constata na observação de que muitas vezes, a história não está registrada em livros, mas preservada em reportagens, fotografias, desenhos e, especialmente, nas memórias dos indivíduos que vivem em determinado espaço geográfico de referência.

Nesse viés reconstrutivo das relações entre território e memória, notam-se descrições de que a zona boêmia era de alto nível, inclusive com participação social nas festividades carnavalescas da cidade, e.g. a entrevista que Santos (2000) realizou com o Sr. Arnóbio Pitanga, que teria vindo para Governador Valadares (quando ainda era Figueira, em 1937) e era personalidade marcante nos carnavais da cidade. De acordo com esse relato, não havia preconceitos ou estigmatizações para com a participação das mulheres da zona nos carros alegóricos:

E vinham carros alegóricos da zona boêmia, da **Figueirinha. Dulce...** E havia outra... **Rosinha...** Certa vez, cada uma mandou dois carros para a rua. E a indumentária delas era rica. (Ri) **Não havia preconceitos contra elas**, não. **Todo mundo recebia** aquilo **com naturalidade**. Por que elas não poderiam se divertir? (...). (SANTOS, 2000, p. 43 – grifo nosso).

Dois pontos importantes merecem destaque no trecho acima: primeiro, constata-se que, para ele, apesar da “Figueirinha” ser considerada menos opulenta que os cabarés de “Dulce” e “Rosinha”, os três seriam equiparados, no sentido de todos terem uma “rica” indumentária; em segundo lugar, deve-se também notar que a lembrança da “Figueirinha” foi imediata (até primeiro que a da “Dulce”). Porém, teve uma resposta reticente no resgate da memória da “Rosinha”, demonstrando a riqueza simbólica da memória, pois o que representa importância para um indivíduo pode ter menor relevância para outro, de maneira tal que o processo de memorização consequentemente, variará nesses.

Nessa mesma lógica, a diferenciação daquele ambiente em relação aos demais pontos centrais implica discussões no âmbito simbólico, significando, não raras vezes, um lugar esquecido ou que se busca esquecer e é associado a tragédias e, paradoxalmente, festivo e boêmio que teve relevante participação na formação histórica do Centro e da cidade de Governador Valadares. Por outro lado, no campo estético, a região é caracterizada muitas vezes como reduto, para o qual foram “empurrados” os ambulantes, os cabarés, a crackolândia e assim por diante. Logo,

percebem-se traços de uma constante luta material e simbólica entre aquele lugar e a sua antinomia de não-lugar que se perfazem na lembrança e no esquecimento, bem como de demais contradições que permeiam relações antitéticas do sagrado e do profano, do sujo e do limpo e outras similares formas de rotulação⁷⁸ duais ou não.

Nesse diapasão, Regina Medeiros explica que o processo de “cronificação territorial”, enquanto “procedimento de demarcação de determinados espaços pela incapacidade de controle”, demanda “ser etiquetado e separado dos demais para não ser confundido” (MEDEIROS, 2010 *In*: SAPORI e MEDEIROS, 2010, p. 179). Por esse raciocínio, a autora em comento salienta que é inerente à sociedade, exemplificando os casos da zona portuária, zona boêmia e particularmente o “espaço do crack”.

Nesse contexto, pode-se retomar a atualização de Marc Augé do seu conceito de não-lugar nesta discussão, em outras palavras, “com a tecnologia, carregamos o não-lugar conosco” (AUGÉ, 2019), porquanto, sob tal perspectiva de que a imersão em referências artificiais com o uso dos dispositivos tecnológicos e, por essa razão, estarmos permanentemente em não-lugares, a crackolândia seria um dos lugares menos absorvidos por essa artificialidade. Sendo assim, pela nova conceituação, o usuário de crack é colocado mais em um lugar do que os demais integrantes da população, uma vez que aquele vive o momento menos imerso às tecnologias, como foi constatado no exercício de campo da dimensão “Olhar de Perambulação” (cf. seção 6.2.2).

Diante dessas discussões, em síntese, cabe a percepção da área em estudo a partir da forma como Tuan conceitua o lugar, ou seja, “qualquer localidade que tem significado para uma pessoa ou grupo de pessoas” (TUAN, 2011, p. 8). Por meio de tal leitura, observa-se que, por mais que muitos apontem infundadamente, a área em estudo como um não-lugar, sem dúvida, ela constitui um lugar, posto que representa (ou representou) significados diversos para os vários atores sociais que a compõem, ou que pelo menos, percebem a sua existência.

⁷⁸ Medeiros (2010, p. 172), ao refletir sobre “cenários” de uso do crack e outras drogas em relação aos “processos de exclusão e autoexclusão no e do território espacial urbano”, apropriando-se de Bourdieu (1998), lembra que a geração de “espaços etiquetados” acaba “degradando simbolicamente quem vive neles” e, em consequência disso, “os conflitos com setores locais mais estáveis são ostensivamente visíveis”. Nesse sentido, há “o lugar cronificado denominado crackolândia”, o “crackeiro”, o “nóia” e outras expressões que rotulam o usuário e o espaço, cf. serão retomados esses termos e outros aspectos da “demonização” do crack e rotulação do usuário.

Com o objetivo de se reunir outras informações que pudessem caracterizar espacialmente, o território em estudo, trazendo uma visão atual do “quadrilátero” como área de referência de análise da crackolândia do Mercado Municipal, com base nos dados estatísticos da Seção de Planejamento do 6º BPM, apresenta-se o quadro esquemático abaixo:

Quadro 2 - Endereços que compreendem a região da crackolândia

Quintino Bocaiúva (esquina c/ Israel Pinheiro): nº 624
Quintino Bocaiúva (esquina c/ Afonso Pena): nº 824;
José Luiz Nogueira (esquina c/ Israel Pinheiro): nº 431
José Luiz Nogueira (esquina c/ Afonso Pena): nº 605;
Vereador Euzebinho Cabral(esquina c/ Israel Pinheiro): nº 441
Vereador Euzebinho Cabral(esquina c/ Afonso Pena): nº 669;
Euclides da Cunha (esquina c/ Israel Pinheiro): nº 24
Euclides da Cunha (esquina c/ Afonso Pena): nº 212;
Afonso Pena (esquina c/ Euclides da Cunha): nº 1776
Afonso Pena (esquina c/ José Luiz Nogueira): nº 3600;
Bárbara Heliodora (esquina c/ José Luiz Nogueira): nº 1293
Bárbara Heliodora (esquina c/ Euclides da Cunha): nº 1430;
Israel Pinheiro (esquina c/ José Luiz Nogueira): nº 3459
Israel Pinheiro (esquina c/ Euclides da Cunha): nº 3602.

Fonte: Seção de Planejamento do 6º BPM – adaptado de Braga (2015).

É válido mencionar que os endereços em questão integram a área que abrange as partes mais relacionadas à “cena de uso” em estudo, e que caracterizam a crackolândia em sua dinâmica mais rotineira, conforme dados estatísticos, observação de campo e outras fontes, pelas quais o pesquisador vem estudando esse território há aproximadamente, sete anos. Destarte, ainda que uma história recente, há muitos aspectos espaciais que estão no referencial memória-espaco do próprio pesquisador como oportunidade à percepção interacional.

Assim sendo, expõe-se abaixo uma imagem de satélite de cinco anos atrás, procedida pela junção desses endereços com o uso da ferramenta *Google Earth*, em que se forma um quadrilátero retangular cuja reprodução em mapa é de suma importância para uma visualização georreferenciada desse espaço.

Fig. 3 - Vista aérea da região do Mercado Municipal de Governador Valadares



Fonte: *Google Earth, Digital Globe, Image, 2015*, adaptado de Braga (2015).

Com relação à figura acima, é importante mencionar que, nem quando da pesquisa piloto, tampouco durante a pesquisa atual, não foi encontrada uma imagem aérea antiga da região do Mercado Municipal, de modo que imagem de satélite de cinco anos atrás, possibilita uma visualização mapeada de diversos aspectos estruturais que foram se formando ao longo da história. Ademais, como vislumbrado em Braga (2015), o Mercado Municipal ocupa espaço colossal na região, sendo notavelmente a edificação de maior área, no quadrilátero, e provavelmente, também o fora no passado, na medida em que aquele, como já mencionado, foi inaugurado em 1949.

Nesse sentido, vê-se que a dimensão superior aliada a outras características, tais como sua movimentação “pulsante” do passado pouco distante dos eventos carnavalescos, da zona boêmia ou da rotulação dos ambulantes, até o mais recente, em que estes passaram a ser “o

coração” da “feirinha” de domingo e há outros “causadores” da “marginalização” da área, com os demais aspectos teóricos discutidos, viabilizam pensar que a confluência desses aspectos, provavelmente, afeta diretamente, na dinâmica dos demais lugares que estão no seu entorno e proximidades.

Por esse percurso de crítica à rotulação na perspectiva não só de lembrança e esquecimento (atravessados por uma “luta pela narrativa”), mas também de visibilidade e invisibilidade do lugar em “fronteiras imaginárias” que podendo conjugar medo e preconceito⁷⁹, oscilam movimentos entre os invisíveis e visíveis⁸⁰ na / da crackolândia. Nesse viés, continuando na análise de uma história bastante recente, buscando apontar quando surge tal “cena de uso” do crack e outras drogas em Governador Valadares, observa-se que nos seus primeiros anos de consolidação como território do crack, o lugar foi alvo visado pela imprensa local, com diversas fotografias divulgadas tanto da população usuária quanto dos espaços físicos por ela utilizados.

Um exemplo, nesse sentido, pode ser visto na Fig. 4, que será reproduzida abaixo. Em termos prolegômenos, é oportuno explicar que a imagem em questão se dá no quadrilátero, mais precisamente no “*corner*” da “Polil Tintas”⁸¹, área bem próxima à região do “Lote vago”, as quais serão estudadas de forma mais pormenorizada, no Capítulo 6. Especificamente, acerca da matéria que publicou a imagem acima, do jornal “Hoje em Dia”, publicada em 29 de abril de 2013, com o título “Dependente dribla Olho Vivo e forma crackolândia em Governador Valadares”,⁸² deve-se salientar que aquela notícia em que tal cena ocorre, fica em uma das áreas mais movimentadas da cidade e que mesmo assim estaria ocorrendo o consumo de drogas, de

⁷⁹ Ao se reunir na mesma referência reflexiva o medo e o preconceito, deve-se diferenciar que este nunca tem justificativa que se forma por conceitos preconcebidos com fundamentações rotuladoras, diferindo-se bastante daquele que, por vezes, tem respaldo lógico em presenciar brigas, discussões ou mesmo infrações criminais que ocorrem no território do crack ou em suas adjacências. Assim, é um dever ético diferenciar um do outro. É oportuno citar como exemplo de não medo, mas até mesmo pavor que as pessoas certamente sentiram quando foram vitimadas (motoristas tiveram carros depredados e foram roubados na ocasião) pelo arrastão que ocorreu, no dia 08 de dezembro deste ano, após operação de limpeza na crackolândia. Vídeos a esse respeito compuseram matérias divulgadas, por exemplo no G1 (<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/12/08/grupo-faz-arrastao-na-regiao-da-cracolandia-centro-de-sp-pm-foi-chamada.ghtml>) e no R7 (<https://noticias.r7.com/sao-paulo/sp-tem-arrastao-no-centro-apos-operacao-de-limpeza-na-cracolandia-08122020-1>).

⁸⁰ Tão **próximos** e tão **visíveis** – mas, ao mesmo tempo, tão **distantes** e tão **invisíveis**. É como se fizessem parte de uma outra nação, tivessem diferentes códigos, costumes, línguas. **Amedrontam mais por serem tão diferentes e tão próximos, mesclando visibilidade com a invisibilidade**. A exclusão se presta como uma linha em todo o “nosso” território, criando **fronteiras imaginárias**. (DIMENSTEIN, 2007, p. 9 *In*: CHIAVERINI, 2007 – Grifo nosso).

⁸¹ Loja que possui um a fundamento para sua entrada, que forma uma espécie de *corner*, muitas vezes apropriado pelos usuários, durante o período noturno, para ocultar o consumo de drogas

⁸² Disponível em: <http://www. hojeemdia.com.br/horizontes/dependente-dribla-olho-vivo-e-forma-cracolandia-em-governador-valadares-1.117741>. Acesso em: 11 nov. 2020.

modo que os próprios moradores teriam batizado o local de “crackolândia”. Essa reportagem será retomada na seção 6.2.3, com outros propósitos de articulação teórico-empírica.

Fig. 4 – Crackolândia publicada no jornal Hoje em Dia com o título: “Usuários se concentram na área central da cidade, onde consomem, sobretudo, crack”



Fonte: Hoje em Dia de 29 de abril de 2013

Em uma dimensão conclusiva desta seção, sabe-se que a crackolândia de Governador Valadares teria começado a se caracterizar como “cena de uso” na transição entre os anos de 2010 para 2011, conforme se vê no relatório relativo às ações desenvolvidas na região da “Zona Boêmia” (MINAS GERAIS, 2010). A respeito desse documento, Braga (2015) esclarece que teria sido realizada uma reunião, com representantes de vários órgãos públicos, no prédio da Prefeitura Municipal de Governador Valadares, no dia dez de maio de 2010, atendendo aos anseios da comunidade da região, situada entre os bairros Centro e São Geraldo⁸³, com o intuito de adotar medidas conjuntas de restabelecimento da ordem pública naquela região, que seria conhecida como “zona boêmia”.

É importante situar o espaço observável no sentido desses questionamentos de aspectos relacionados à crackolândia em dimensões históricas e geográficas, concernentes à proximidade

⁸³ Acerca do bairro São Geraldo, é importante pontuar que levantamentos estatísticos e de análises de campo (nas dimensões “Olho Vivo” e “Outros Olhares) confirmam as constatações de que aquele a apresenta como particularidades “a predominância de bairros residenciais, havendo **pontos de disputa de tráfico de drogas**, que por sua vez **influenciam fortemente a incidência criminal no hipercentro** do município. (MINAS GERAIS, 2014b, p. 24 – Grifo nosso).

com o Mercado Municipal e com bairros periféricos, mesmo estando ao “centro”, foi caracterizado com fulcro no pensamento de Moreira e Hespanhol (2007, p. 49), no sentido de que apreender o lugar é “contextualizá-lo em suas acepções teóricas”. Assim, dentro da brevidade proposta, esta seção tentou contextualizar a área objeto de estudo desta pesquisa, apontando características de seu território e de sua formação geográfico-histórica, a fim de verificar o que desse / nesse dispositivo pode afetá-lo e ser afetado por ele. Cumprida essa etapa, procedeu-se à discussão da próxima seção, em que é realizada uma abordagem aprofundada acerca do crack, contemplando suas origens, características, padrões de uso e perfis de usuários, refletindo em termos comunicacionais de sua interatividade na coletivização da experiência, enquanto mais uma fonte de procura por indícios processuais, evidentes e negligenciáveis, que viabilizem inferências.

3 CONTEXTUALIZAÇÕES RELEVANTES À CONSTRUÇÃO INVESTIGATIVA II – O CRACK

“Tanta gente hoje descansa em paz / Um rock star agora é lenda / Esse flerte é um flerte fatal/Esse flerte é um flerte fatal/ Que vai te consumir/Em busca de um prazer individual / Esse flerte é um flerte fatal/ É sempre gente muito especial”. (Ira).

O consumo de drogas, como já contextualizado nesta pesquisa, é um problema antigo cujas dinâmicas contemporâneas têm desafiado a humanidade a criar respostas às questões que com ele se relacionam. Nesse viés, nota-se que o debate sobre o tema drogas, na seara mercadológica (de demanda/uso e oferta/tráfico), ou em qualquer dimensão etiológica, é amplo, de forma que a sua delimitação dos tópicos abrangidos pelo título deste Capítulo, foi feita primando-se pelo que é útil e necessário à presente pesquisa.

Com base nisso e no fato de que o uso e até o próprio tráfico de drogas deixaram de ser considerados problemas exclusivamente de segurança pública, passando a ser reconhecidos como também de saúde pública⁸⁴, é necessária a identificação de especificidades químicas e assuntos interrelacionados a essas, como dependência e padrões de uso. Em raciocínio análogo, embora a abordagem da seção em andamento tenha como foco o crack, por se tratar de cocaína-base obtida através do cloridrato de cocaína, produziram-se considerações sobre esta droga, assim como para validar ou tensionar sua demonização, realizaram-se análises comparativas daquele com outros entorpecentes.

Nesse contexto, é relevante pontuar preliminarmente, que a cocaína é um alcalóide extraído de folhas da planta de coca, conjunto de plantas pertencentes à família das *Erithroxilaceae* e ao gênero *Erythroxylum*, composto de mais de 250 espécies, das quais mais de 200 são nativas dos trópicos americanos (Siegel, 1982; Bono, 1998). De acordo com Oliveira (2007), a planta encontrou ótimas condições de vida junto às vertentes dos Andes, no Peru, Bolívia e Colômbia (denominados por *yungas*). O autor observa que são plantas típicas de regiões montanhosas

⁸⁴ Em Braga (2015), nota-se que, num contexto mais amplo, pode-se vislumbrar até mesmo um problema de segurança nacional, devido à fragilidade das fronteiras nacionais de vários países do mundo que têm sido abastecidos com drogas produzidas no exterior e armamento pesado, os quais servem ao crime organizado em dimensões internacionais.

resguardadas, de clima brando e umidade regular, regiões tropicais e de altitude oscilando entre 650 a 1700 metros, esclarecendo não serem encontradas nas altas e frias regiões dos Andes, tampouco em territórios quentes e secos (a menos que possam ser irrigadas artificialmente).

Nesse diapasão, nota-se que há um habitat adequado para o cultivo da planta de coca, o que explica o fato da quase totalidade da droga ser proveniente de Bolívia, Peru e Colômbia. De acordo com Oliveira (2007, p. 17), “a qualidade da cocaína, assim como seu valor comercial, depende do tratamento despendido às folhas de coca desde o momento da colheita até seu transporte”. Cômicos disso, os países produtores passaram a realizar o trabalho de maceração das folhas de coca e extração da cocaína, para obtenção da pasta base dessa droga.

Existem duas técnicas de extração da cocaína a partir das folhas: a técnica de extração por solvente e por ácido, sendo que esta última é a mais comum e vantajosa, posto que emprega mínimo volume de material, e embora seja a mais trabalhosa, o custo do trabalho na Bolívia (o maior produtor de pasta de cocaína) é inferior quando comparado ao retorno financeiro proporcionado (BONO, 1998). Abaixo, reproduziu-se a explicação da etapa posterior à extração que leva à formação do cloridrato de cocaína:

O passo seguinte da extração consiste na dissolução da pasta base em acetona, éter ou em uma mistura de ambas. Uma solução diluída de ácido clorídrico em acetona é preparada. As duas soluções são misturadas e quase que imediatamente forma-se o **cloridrato de cocaína** (COC.HCl) que precipita para o fundo do recipiente usado. A solução é despejada sobre lençóis de tal forma que o cloridrato é filtrado do solvente. Os lençóis são secos para eliminar o excesso de acetona e o cloridrato de cocaína de alta qualidade é seco em forno microondas, sob lâmpadas aquecidas ou à luz solar e empacotado para comércio. O cloridrato de cocaína, vulgarmente conhecido como **pó de cocaína**, obtido pela primeira vez por Willstatt em 1902 (...), é pó branco e cristalino, constituindo a composição da cocaína legal e geralmente da ilícita. (OLIVEIRA, 2007, p. 14-15).

Conforme Siegel (1982) e Bono, (1998), em relação à obtenção “pó de cocaína” acima mencionada, destaca-se que, por ser uma atividade ilícita, para aumentar os lucros, traficantes de rua adulteram-no com diversos compostos, sejam substâncias inertes ou ativas, compondo a “droga de rua”, que via de regra é adulterada (“batizada”⁸⁵). Ao pó branco, geralmente, adicionam-se compostos inertes e brancos, para aumentar o volume, os seguintes: diluentes (e.g. talco, sais como bicarbonato de sódio e sulfato de magnésio), adulterantes (drogas ativas,

⁸⁵ Na gíria dos traficantes, batizar a cocaína consiste na adição de compostos inertes, a adulterantes e/ou estimulantes de baixo custo, a fim de “render” mais a droga (torná-la mais lucrativa).

como anestésicos locais – benzocaína, lidocaína ou tetracaína) ou estimulantes de baixo custo, o que aumenta a toxicidade associada ao consumo.

Ressalta-se que, em 2014, uma pesquisa do laboratório do Departamento de Química da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em parceria com o Instituto de Criminalística (IC) de Minas Gerais, trouxe dados alarmantes no sentido de que “mais de 70% das amostras da droga apreendidas pela polícia e encaminhadas à análise do instituto levam menos de 20% de cocaína pura em sua composição” e que “pó de giz, talco, bicarbonato e até pó de mármore são alguns dos diluentes usados pelos traficantes para fazer ‘render’ a droga em Minas”⁸⁶.

Em prosseguimento à discussão da cocaína como pressuposto da abordagem do seu derivado, vale salientar que, segundo Oliveira (2007), o crack (COC-base) é o termo utilizado para descrever a forma da cocaína-base que foi convertida a partir do cloridrato de cocaína. De acordo com Bono (1998), o cloridrato de cocaína pode ser convertido em cocaína-base através de dois procedimentos, sendo um método usado para a obtenção do crack e o outro para a obtenção da *freebase* ou base livre. Reproduziu-se abaixo, a explicação do procedimento de obtenção do crack a partir do cloridrato de cocaína:

O primeiro método envolve a dissolução do cloridrato de cocaína em água, adicionando-se à solução bicarbonato de sódio ou amoníaco. Ferve-se a água por curto intervalo de tempo até que todo o precipitado de cocaína-base seja transformado em óleo. Adiciona-se gelo ao recipiente, geralmente uma tigela de vidro funda. Assim que a água esfria, os pedaços de óleo solidificam-se e precipitam para o fundo do recipiente. Depois de formada toda a cocaína-base e resfriado o recipiente, retira-se a água deixando apenas a cocaína-base. Uma vez formada, a cocaína-base pode ser cortada com uma faca ou quebrada em **pedras**, secas sob lâmpada aquecida ou em forno microondas. Não é incomum, ao se analisar tal derivado de cocaína, encontrar-se a presença de bicarbonato sódico. (OLIVEIRA, 2007, p. 15-16).

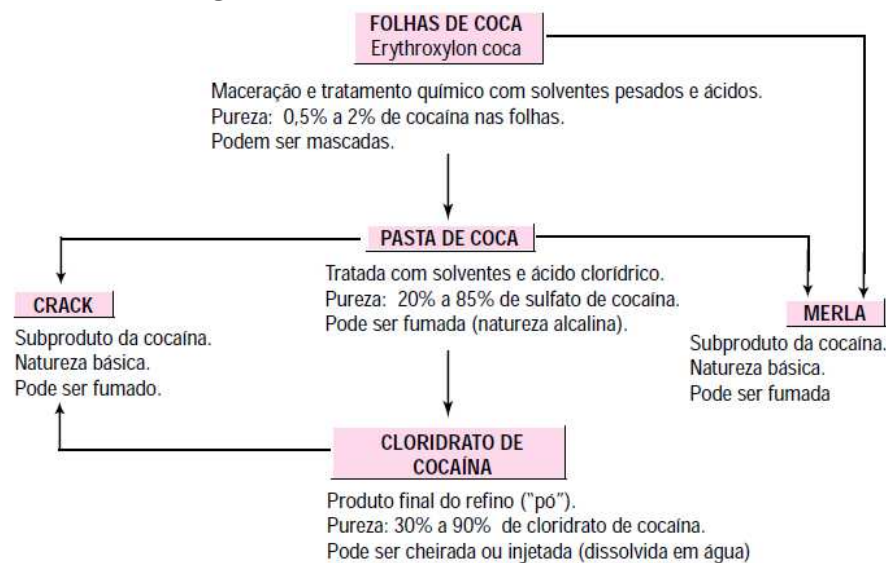
A respeito desse processo simples de produção adicionando bicarbonato de sódio ou amoníaco, vale salientar que foi o motivador da denominação “crack”, conforme Inciardi (1993) explica, teve sua origem proveniente do barulho da queima do bicarbonato sódico das pedras, que daria “estalidos” durante o procedimento de uso. Vale notar que a simplificação de fervura / resfriamento de água com acréscimo de substâncias salinas específicas (bicarbonato de sódio – NaHCO_3 ; cloreto de amônio ou amoníaco – NH_4Cl), como explanado por Oliveira (2007), é o

⁸⁶ Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2014/04/04/interna_gerais,515369/estudo-mostra-que-coca-ina-comercializada-em-minas-e-a-mais-batizada-do-brasil.shtml. Acesso em: 03/01/2019.

que Agar (2003) *apud* Albuquerque (2010, p. 27) afirmar que “*The key to crack is a simple technology*”⁸⁷.

Dentro desse sobrevoo no sistema de produção do entorpecente analisado, sabe-se que, para o UNODCCP (2001), o crack seria um dos diversos subprodutos, dentre os quais se encontram o crack e a merla⁸⁸, conforme ilustração abaixo demonstra:

Fig. 5 – Processo de Refino de Cocaína



Fonte: adaptado de UNODCCP (2001).

Segundo Siegel (1982), o outro método de produção da cocaína-base a partir do cloridrato de cocaína forma cocaína de alta qualidade, conhecida como *freebase* ou base livre, cuja sobra seria a merla (também subproduto do refino da cocaína). Albuquerque (2010), ao citar Agar (2003), diferencia de outros subprodutos e demais drogas, com fulcro na acessibilidade aos produtos químicos utilizados no processo e os riscos decorrentes deles. Assim, o crack e a *freebase* tratariam de cocaína no estado de base, livres do ácido clorídrico (HCl), e embora guardem similitudes físico-químicas, o crack apresenta menor grau de pureza⁸⁹, em função de carregar os adulterantes do cloridrato de cocaína, além dos produtos resultantes e excedentes da extração, de maneira que sua porcentagem de pureza reduz-se até a 40% (Siegel, 1982; Bono,

⁸⁷ “A chave do crack é uma tecnologia simples” (Tradução nossa).

⁸⁸ A merla trata-se do que sobra do “freebase”, acrescido de querosene.

⁸⁹ O grau de pureza do *freebase* seria tão alto, que de acordo com Albuquerque (2010, p. 26 – Grifo nosso), aquele teria “propriedades **mais puras e próximas da cocaína** se comparado à pasta-base”. É relevante citar que o título da seção, utilizada para proceder à abordagem do *freebase* como de base livre e compará-la com a pasta-base, o autor em tela fez um criativo trocadilho no inglês que foi complementado pelo subtítulo em português: “*FREE AS A BASE: PASTA-BASE E FREEBASE*” (*Ibidem*, p. 25).

1998) – o que torna o seu preço mais barato e estimula o seu consumo dentre outras formas de cocaína.

De acordo com Inciardi et al. (1993), essa diferença no grau de pureza decorre da conversão da *freebase* depois da remoção química dos adulterantes presentes no cloridrato de cocaína, já o crack seria convertido sem que essa remoção/eliminação das impurezas (diluentes e adulterantes) do cloridrato de cocaína fosse realizada. Em complemento a tais diferenças, Oliveira (2007) pondera que apesar de ambos (crack e *freebase*) serem de cor branca, o crack pode adquirir tonalidade marrom conforme o processo de elaboração e as impurezas do cloridrato de cocaína empregado; porém, sendo os dois pouco solúveis em água, o que não viabiliza seu consumo intravenoso, tampouco sua absorção através das mucosas. Em outro sentido, devido ao fato de não se decompor nas temperaturas requeridas à vaporização, presta-se ao consumo fumado.

3.1 O circuito internacional

É importante salientar que muitas vezes, o senso comum sobre o crack atribui a ele conotações de ser “a droga mais nociva” e que “vicia no primeiro uso”. Essa ideia de “pedra maldita” como se verifica em Marra (2017), pode ser atribuída, em partes, às incontáveis imagens de “cracolândias espalhadas pelo Brasil, que a imprensa – sempre com muita indignação – dissemina”. Tal autor procedeu à redação de suas crônicas com base na sua convivência com os usuários e nos relatos destes àquele enquanto médico e escritor.

Deve-se ter cuidado com as expressões generalistas nesse sentido, por essas serem desproporcionais, na medida em que não o crack, mas os opioides é que “são as drogas que mais causam mortes mundo afora” e a “maconha” que “é a mais popular”⁹⁰, quanto por claramente haver sim discursos de fetichização sobre substâncias psicoativas. A esse respeito, a matéria da Folha de São Paulo de 28 de novembro deste ano⁹¹, ao falar da triste morte de Diego Maradona, explica que essa expõe problemas de *fetichizar* / julgar vício em drogas, pois se a busca de tratamento por uma pessoa normal já é difícil, mais ainda se torna para uma pessoa

⁹⁰ Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/produ%C3%A7%C3%A3o-global-de-coca%C3%ADna-alcan%C3%A7a-novo-recorde-diz-onu/a-49364143>. Acesso em: 06 fev. 2020.

⁹¹ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/esporte/2020/11/morte-de-maradona-expoe-problemas-de-fetichizar-e-julgar-vicio-em-drogas.shtml>. Acesso em: 29 nov. 2020.

vista como um "deus" na Argentina. Embora o astro do futebol em questão tivesse tido problemas com a cocaína, as pontuações servem também para outras drogas, especialmente para um subproduto daquela como o crack.

Por outro lado, assim como Marra (2017) esclarece que designações de “pedra maldita” e “usuários zumbificados” não possuem correspondência com as situações que ele vivenciou em seus atendimentos à população usuária de crack, sendo provavelmente resultantes de uma carga de fantasia e rotulação por parte do imaginário popular fomentado pelo sensacionalismo, há aspectos muito gravosos ligados ao consumo do crack que serão visitados nesta seção.

Nesse diapasão, em face desse cenário de peculiaridades e desinformação que permeiam o tema, a apresentação da natureza, formas e métodos de produção da cocaína e, principalmente, da sua forma base que foi convertida a partir do cloridrato de cocaína, mais conhecida como crack, torna-se necessária uma discussão mais aprofundada e interdisciplinar desta última droga do ponto de vista histórico, geográfico e até mesmo bioquímico. Assim, a fim de alcançar esse apanhado do surgimento da droga no mundo, as suas peculiaridades e outros aspectos, serão abordados de forma resumida as respectivas origens do crack nos EUA, o crack no Brasil, o perfil do usuário, o padrão de uso e a coletivização da experiência de consumo.

Em razão das semelhanças entre crack e *freebase* – como o fato de ambos serem cocaína-base e de consumo na forma fumada, tendo distinção basicamente no grau de pureza –, há larga confusão acerca de suas origens. Por outro lado, como Albuquerque (2010) em seu artigo “‘Idade doida da pedra’: Configurações históricas e antropológicas do crack na contemporaneidade”, explica que não trará uma visão da história como processo linear, no mesmo sentido, a presente abordagem sobre origens da droga não é nada além de uma revisão de autores que trazem acontecimentos, episódios e contextos, sinalizadores de partes desse percurso.

Ainda sobre esse mesmo artigo apresentado no livro “Crack: um desafio social”, vale ressaltar que o autor explica que “idade doida da pedra” trata de um trocadilho da “pedra”, que no jargão histórico e arqueológico foi fundamental no aparato de ferramentas da chamada “revolução neolítica”, bem como a “uma forma de se referir, na contemporaneidade, ao crack e suas possíveis configurações”. (ALBUQUERQUE, 2010, p. 13).

Superada a necessidade de tais considerações, é sabido que, em se desconsiderando a forma de cloridrato, o ato de se fumar cocaína, nos Estados Unidos da América (EUA) teve origem com o *freebase*, em 1974, no Estado da Califórnia (SIEGEL, 1982)⁹². Segundo Oliveira (2007), entre o final da década de 1960 e início da década de 1970, traficantes de cloridrato de cocaína teriam presenciado o uso fumado da pasta de coca, ao visitarem países sul-americanos como Peru, Colômbia e Equador. Após retornarem aos EUA, tendo em vista os efeitos recompensadores da pasta de coca (conhecida até então como “pasta-base”), alguns deles sentiram-se estimulados a produzi-la. A partir do cloridrato de cocaína, traficantes e químicos passaram a preparar a *freebase* acreditando tratar-se da pasta de coca, fumando-a do mesmo modo e sob os mesmos padrões observados na América do Sul.

Deve-se destacar que o preparo da *freebase* demandava o uso de equipamentos e reagentes adequados que compunham um conjunto que ficou conhecido como “parafernália”. Conforme Siegel (1982), no primeiro momento, as lojas destinadas à venda da parafernália teriam consistido no fator determinante à introdução e divulgação do ato de fumar-se cocaína, na forma de *freebase*, nos EUA. Todavia, nos anos de 1970, a “parafernália” começou a ser artesanalmente produzida e comercializada em escala comunitária, a princípio, confinada apenas ao Estado da Califórnia.

De acordo com o mesmo autor, o primeiro cachimbo e o primeiro “kit” de reagentes tornaram-se disponíveis na Califórnia no ano de 1975 e, no ano de 1978, a distribuição dos cachimbos e kits proliferou-se, atingindo quinze dos Estados Norte-americanos, de modo que, em 1980, cerca de um milhão de pessoas já haviam experimentado a *freebase*. As lojas em São Francisco, Los Angeles, Chicago, Nova Iorque e Miami teriam relatado dificuldades em manter o estoque para atender ao aumento exponencial da demanda e mesmo as lojas que o tinham, obrigaram-se a permanecer abertas até as primeiras horas da madrugada, a fim de atender aos usuários insones⁹³(SIEGEL, 1982).

⁹² Como Leite e Andrade (1999) observam, houve uma ressignificação do uso da cocaína na transição das décadas de 1970 para 1980.

⁹³ Na orelha do livro de Marra (2017), verifica-se no sentido de não haver relatos de “usuários zumbificados”, mesmo que, percebendo-se talvez o que leva a tal rotulação, pela parte que é estimulante da droga, fazendo com que os usuários permaneçam muitas vezes insones e querendo repetir a dose. Esta última característica tem a ver com a curta duração dos efeitos, que será também abordada nesta pesquisa, pois permite a fetações a dinâmica de interações na crackolândia.

Ao longo dos anos 1970, os veículos de comunicação, por meio da imprensa falada e escrita, divulgavam o ato de “*freebasing*” como algo bastante prazeroso, ensinando o procedimento de preparo e falando das vantagens do uso. Todavia, a partir da década de 1980, a mídia começou a apontar as características negativas associadas ao consumo de *freebase*, tais como padrão compulsivo de uso (“*binge*”), danos pessoais decorrentes do abuso e possível desenvolvimento de dependência (SIEGEL, 1982). Além desses aspectos negativos, o autor ressalta, outrossim, os perigos de incêndio⁹⁴ decorrente do uso do éter e de outros solventes inflamáveis no preparo do *freebase*.

De acordo com o Relatório Mundial sobre Drogas do ano de 2014 (“*The World Drug Report 2014*”), do *United Nations Office on Drugs and Crime*⁹⁵ (UNODC), a cocaína que chega aos EUA seria, em grande escala, proveniente da Colômbia, entrando via México. Com base nisso, adaptou-se o mapa abaixo, com o intuito de se produzir inferências a respeito dessa entrada, desde o final dos anos 1970 até início da década de 1980.

Fig. 6 – Mapa dos EUA com áreas de chegada do crack demarcadas



Fonte: Google Maps⁹⁶ - Mapa 2015 Google, INEGI

⁹⁴Esse último aspecto foi o que, no ano de 1980, alcançou audiência nacional nos EUA e até mesmo internacional, quando uma explosão resultante do uso de *freebase* quase levou a morte o ator e comediante *Richard Pryor*. Nessa época, o termo *crack* ainda não era conhecido. De acordo com o Oliveira (2007), em 1985, foi identificado o crack pela primeira vez na imprensa escrita, em um artigo do “*New York Times*”. Mais tarde, o crack se tornaria a forma mais popular de cocaína nos EUA.

⁹⁵ Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), antigo UNODCCP – *United Nations Office for Drug Control and Crime Prevention*.

⁹⁶ Disponível em: <https://www.google.com.br/maps/@41.5937948,-93.9950781,4z>. Acessado em 18/06/2015.

Na imagem acima, foram destacadas a área em que começou o *freebase* nos EUA, no Estado da Califórnia, e as regiões em que as *crack-houses* tiveram maior demanda (São Francisco, Los Angeles, Chicago, Nova Iorque e Miami). Observando o mapa e cruzando este com as informações do UNODC (2014) de que a cocaína dos EUA viria da Colômbia, passando pelo México, assim como com o fato de que “na região caribenha, ocorreram as primeiras fabricações do crack” (ALBUQUERQUE, 2010, p. 26), na década de 1980, infere-se que grande parte dessa droga foi / é transportada por navegação marítima. Tal inferência decorre de dois aspectos principais: a) o fato de que a fronteira EUA-México é bem fiscalizada; b) ressalvada a região de Chicago, todas as demais áreas estão em contato direto com um Oceano (seja o Pacífico na costa oeste, seja o Atlântico na costa leste).

Em face dessa caracterização espacial-temporal da chegada e consolidação da “cocaína” na modalidade fumada nos EUA, é importante situar que o crack, segundo Siegel (1982), teria sido um meio para escapar dos incêndios provocados no preparo do *freebase*. Entretanto, os reais motivos do surgimento e avanço (o “boom”) do crack nos EUA teriam origem em questões político-econômicas correlatas ao tráfico internacional de cocaína:

A **redescoberta do crack** durante o **início dos anos 80** aconteceu simultaneamente nas costas Leste e Oeste dos EUA como o resultado da tentativa do governo colombiano em reduzir a produção ilícita de cocaína em seus domínios ao restringir a quantidade de éter disponível para a transformação da pasta em cloridrato de cocaína. O resultado da estratégia consistiu na **passagem da pasta-base da Colômbia para o sul da Flórida**, para conseqüente conversão em cloridrato de cocaína, atravessando a América Central e Caribe. A **passagem pelo Caribe** fez com que a **população da ilha** reconhecesse o **procedimento de fumar-se pasta de coca**, de tal forma que desenvolveram o **precursor do crack em 1980**, sendo o protótipo **um produto composto de pasta de coca, bicarbonato sódico, água e rum**. (INCIARDI, 1987 *Apud* OLIVEIRA, 2007, p. 25 – grifo nosso).

Esclarece-se que a menção de “redescoberta” diz respeito a um retorno à “popularização” circunstancial do ato de fumar “cocaína”, na medida em que é sabido que a “década de 80 constitui o período histórico no qual, pela primeira vez, se teve notícias sobre o *crack*” (ALBUQUERQUE, 2010, p. 25), mas “anteriormente ao seu aparecimento, a pasta-base e o *freebase* foram consumidos, de forma semelhante ao *crack*, ou seja, pelo ato de fumar” (*Ibidem*). Outro ponto que merece destaque na citação anterior é o fato de que o sul da Flórida passou a ser um centro importador e distribuidor de cloridrato de cocaína e crack, e Miami, dos grandes centros americanos, tornou-se o mais intimamente associado ao consumo de crack, tendo sido detectado nas ruas da cidade, já no ano de 1982 e comercializado em muitas das

“*shooting galleries*” a partir de 1981 (OLIVEIRA, 2007). Durante a década de 1980, segundo o mesmo autor, as *crack-houses* se proliferaram em Miami, a ponto de se tornarem, no campo das drogas, o maior problema de saúde pública da cidade, o que despertou e continua a despertar interesse acerca da cultura do crack.

Percebe-se que o Sul da Flórida, em especial a cidade de Miami, experimentou semelhante problema de saúde pública decorrente do crack e das crackolândias o que o Brasil tem enfrentado em muitas cidades atualmente. Porém, conforme pontua UNODC (2014, p. 35) “*Numerous indicators show that the cocaine market in the United States experienced a significant drop in cocaine availability, beginning around 2006, resulting in sustained decreased levels of availability and use*”⁹⁷.

3.2 A problematização pela academia

Nota-se que, ao longo dos anos, a situação dos EUA com relação à entrada de cocaína (de todas as formas, incluindo o crack como cocaína-base) passou a estar em um padrão aceitável de redução e controle contínuos. Embora os EUA ainda figurem em primeiro lugar como consumidor de cocaína e o crack, continua sendo uma preocupação daquele país, e de tantos outros no mundo. Por essas questões, o controle da entrada da cocaína e de suas drogas “subprodutos”, o crack e as crackolândias permanecem sendo um problema em vários países do mundo, dentre os quais se encontra o Brasil, razão pela qual há grande quantidade de artigos a respeito dessa droga, desde seu aparecimento até os dias de hoje.

Dentro desse cenário, vale salientar o conteúdo do trabalho “Crack: um desafio social”, cujos organizadores foram Luis Flavio Saporì e Regina Medeiros. Como explica Cordeiro (2010, p. 7 – Caixa Alta do próprio autor), o “CONSUMO DE CRACK NA REGIÃO metropolitana de Belo Horizonte e as relações com a saúde e a segurança públicas são o foco do livro”. Trata-se de resultado de uma pesquisa “financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, do Ministério da Saúde/MS/SCTIE/DECIT n. 33/2008”, a qual fora realizada no período de “dezembro de 2008 e julho de 2010” (SAPORI e MEDEIROS, 2010, p. 9).

⁹⁷ “Numerosos indicadores mostram que o mercado de cocaína nos Estados Unidos experimentou uma queda significativa na disponibilidade de cocaína, começando por volta de 2006, resultando em constante diminuição dos níveis de disponibilidade e de utilização” (Tradução nossa).

Tal trabalho, como bem esclarecem seus organizadores, tem um aspecto importante que declara não ser um “demonizar o *crack*”, mas um reconhecer que “mesmo sendo um derivativo da pasta base de cocaína, o *crack* gera efeitos muito peculiares entre usuários...” – o que acentua problemas clínicos atinentes ao consumo compulsivo. “Há também uma nítida afinidade entre mercado do *crack* e proliferação de homicídios”. Gera “efeitos de magnitude superior” aos de outras drogas (lícitas ou ilícitas). Ao mesmo tempo que deixam claro que não estão propugnando “o recrudescimento da política de ‘guerra as drogas’, transformando-a numa ‘guerra ao *crack*’. Esse modelo estritamente repressivo (...) já se mostrou completamente ineficaz” (*Ibidem*, p. 12).

Nessa macro contextualização do crack, Saporì, Sena e Silva (2010, p. 42), ao observar a instabilidade do mercado dessa droga e seu resultante favorecimento a pequenos empreendedores, salientam que há pequenos comerciantes, inclusive alguns independentes de organizações criminosas estabelecidas e/ou de hierarquias criminosas tradicionais, que vivem “em um mercado pautado por constantes disputas e conseqüente violência”. Deve-se notar que ao explicarem a dinâmica das redes/bocas de fumo, esses mesmos autores deixam claro que é bem diferente da que existia com o *freebase* nos EUA, em que havia lojas pequenas (*crack-houses*) com uma lógica mais contida (“pequenos comerciantes”, “com poucas opções na economia formal, que se transformaram em vendedores e produtores de pequena escala” – SAPORI, SENA e SILVA, 2010 *In*: SAPORI e MEDEIROS, 2010, p. 78), na medida em que nas “bocas” ou “biqueiras” há constantes atravessamentos da rede dessas e muitas vezes disputas de território / conflitos de gangues⁹⁸.

Merece ser destacado que a configuração do mercado do crack identificado na Região Metropolitana de Belo Horizonte não é similar àquela observada nas grandes cidades norte-americanas no auge da epidemia do *crack*. Conforme argumento de Goldstein (1997), o mercado do *crack* nos EUA caracterizou-se pela presença de pequenos comerciantes, indivíduos relativamente empobrecidos, com poucas opções na economia formal, que se transformaram em vendedores e produtores de pequena escala. A presença de pequenos produtores de *crack* foi citada pelos policiais entrevistados como presente na realidade mineira, mas não a ponto de configurar estrutura de mercado da droga. A rede de bocas é a estrutura que prevalece no contexto social pesquisado. (*Ibidem*, p. 78).

⁹⁸ Os autores em comento explicam que com “a entrada do crack na cidade, a partir de 1995, o mercado das drogas ilícitas começa a se alterar” (*Ibidem*, p. 43), tratando desde o começo da rede de bocas se estabelecendo na favela da Pedreira Prado Lopes (PPL), por meio da quadrilha chefiada pela família Peixoto.

Vale pontuar ainda, que esse sistema de “rede de bocas”, em uma perspectiva interacional-territorial, contribui para uma maior pulverização de pontos de tráficos próximos às crackolândias, além de viabilizar o controle dos usuários devedores que passam a ser quase que um objeto do “dono” da biqueira, de modo que há muitos comportamentos “indevidos” por aqueles que podem ser vistos como uma a “traição” ao traficante, o que é punido com morte.

No caso do endividamento do usuário, os relatos indicam que ele não está necessariamente propenso a ser vítima de uma situação de violência devido à sua dívida, a não ser quando **quebra os procedimentos em relação aos débitos**. Isso significa que **dever não é um mal em si, o mal é trair**. Por exemplo, se um usuário está devendo a uma boca e compra de outra, ele está infringindo um código local, e é denunciado, até mesmo, pelas bocas concorrentes. (SAPORI, SENA e SILVA, 2010, p. 71 – Grifo nosso).

Assim, tendo como superada a etapa de demonstração da relevância estudo do crack (necessariamente contemplando também a cocaína) no território brasileiro⁹⁹, torna-se oportuna a identificação do histórico da droga no país. Com esse intuito, destaca-se que o primeiro relato de uso de crack, segundo Dunn et al. (1996), refere-se ao ano de 1989. Na transição das décadas de 1970 para 1980, na cidade de São Paulo, onde era comum a ingestão de cocaína por via intravenosa, a qual foi gradativamente substituída pelo uso do crack (INCIARDI, 1993).

Nesse sentido, Oliveira (2007) observa que tal substituição se deu tanto por questão de saúde (prevenção de contágio de doenças infectocontagiosas, como a decorrente do HIV e outras), quanto por estratégia econômica dos traficantes, uma vez que os efeitos de euforia do crack tinham início mais rápido e duração mais curta, assim como era rápida a adoção de uso compulsivo ou quadro de dependência, constituindo uma garantia de lucro certo e com giro maior.

⁹⁹ Tal assertiva se deve tanto pela abordagem no começo da seção dos documentos do UNODC e UNODCCP, em que o Brasil teria um papel relevante na América Latina, quanto por explicações da escala nacional, através da situação de Belo Horizonte pelo trabalho organizado por Saporì e Medeiros (2010), e.g. o sistema de “rede de bocas”, e do caso particular da crackolândia objeto de estudo desta pesquisa, quando do aprofundamento da contextualização de sua área em termos espaciais e históricos. Porém, ainda terão outras articulações nesta seção de exemplos de “cenas de uso” do crack e outras drogas que permitam atender os propósitos de sua abordagem e oportunizar inferências sobre os observáveis do presente estudo, por exemplo, a respeito da Crackolândia de São Paulo.

No mesmo diapasão, o uso do crack ganhou uma maior notoriedade quando os processos midiáticos de circulação¹⁰⁰ começaram a divulgar principalmente, as “cenas de uso” do crack e outras drogas que convencionaram chamar de crackolândias. Lopes (2012) ressalta que o crack seria um bode expiatório dos grandes problemas da sociedade, posto que existem drogas que são até mais danosas para a saúde pública¹⁰¹ e que não recebem devida atenção social. Nesse mesmo sentido, Regina Medeiros traz que:

São comuns as manchetes de jornal que apresentam **o crack como personagem** dotado de **vida própria**, mobilidade e poder destruidor. Assim interpretado, o *crack* age sobre a pessoa e ela, tomada por **uma satânica capacidade mágica**, atua sobre a sociedade de forma devastadora. As imagens daí decorrentes mostram espaços urbanos denominados “**cracolândias**”, nos quais **um acumulado de indivíduos deambula** com aspecto repugnante. São **peças sujas, misturadas e confundidas com o lixo**. [...] São apresentados, também, atos cruéis de transgressão e **delinquência, violência e mortes**, especialmente **nos centros urbanos**. Não que isso não seja verdade, mas intenção dessas notícias parece ser a de estabelecer e legitimar uma relação direta com a demonização da substância e de localizar e culpabilizar o indivíduo, concentrando, assim, a atenção da sociedade nesse “problema social” e ao mesmo tempo, **desviando-se dos debates sobre a dimensão estrutural socioeconômica, política, jurídica, clínica e cultural** nas quais o *crack* e outras drogas estão implicados. [...] a sociedade não é motivada e nem é convidada a entender **os processos do uso** (em diversos sentidos), a natureza do consumo, **as características dos consumidores**, o **contexto sócio-histórico** em que surgem determinadas drogas [...] o que reforça o lugar do *crack* de **bode expiatório**, especialmente nas grandes cidades. (MEDEIROS, 2010 *In*: SAPORI e MEDEIROS, 2010, p. 165-166 – Grifo nosso).

Retomando a questão de outras drogas mais desastrosas, vale pontuar que o Afeganistão nunca produziu tanto ópio quanto em 2017. Foram 9 mil toneladas, 87% mais do que no ano anterior (UNODC, 2017) e, estima-se que, tal quantidade de ópio possa ser usada para produzir de 320 a 530 toneladas de heroína, o que significa ampliação da oferta de droga barata no mundo¹⁰². Porém, sabe-se que o Brasil, ainda que tenha escapado “íleso” dessa droga que virou epidemia nos EUA e na Europa, permanece atingido, com o crack, de forma semelhante. Nesse

¹⁰⁰ Preferiu-se usar essa expressão ao invés de o jornalismo, na medida em que se usasse este termo, somente teria abrangência semelhante ao pretendido, caso colocássemos “o jornalismo em seus três polos”. Conforme Pernisa Júnior (2016, p. 47), a “circulação no âmbito do jornalismo pode se dar em pelo menos três diferentes fases”, as quais seriam: 1- dentro do veículo (interna – na redação, etc.); 2- entre o veículo e seu público; 3- a partir dos próprios receptores. Deste modo, aqui se pretende incluir até mesmo o “terceiro polo”, o qual seria “entendido como algo a ser considerado no processo de comunicação, além do emissor e receptor” (*Ibidem*), porquanto o uso do crack e as “cenas de uso” tiveram e ainda têm circulação muito além do jornalismo formal na última década. Cita-se como exemplo o acompanhamento deste pesquisador de todas as matérias da Folha de São Paulo desde as intervenções na Cracolândia de São Paulo do ano de 2017 até dias atuais, e há espaço para os assinantes comentarem as notícias, assim como replicar vídeos, fotos e a própria matéria, por meio de aplicativos/ email.

¹⁰¹ Nesse diapasão, o Relatório Mundial sobre Drogas de 2018, lançado pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime, aponta que o “uso não medicinal de medicamentos sob prescrição está se tornando uma enorme ameaça para a saúde pública e o cumprimento da lei no mundo, com opioides sendo responsáveis pelos maiores danos, contabilizando 76% de mortes envolvendo distúrbios relacionados ao uso de drogas” (UNODC, 2018).

¹⁰² Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-42005049> Acesso em: 30 dez. 2018.

comparativo, convém citar o trecho abaixo extraído da matéria da *British Broadcasting Corporation* (BBC) no Brasil (*BBC News Brasil*), publicada em 28 de outubro de 2017:

Magros e com ar abatido, eles perambulam pelas ruas, com isqueiro na mão, comprando drogas para aplacar sua crise de abstinência. O cenário pode lembrar o de usuários de crack, que se espalham pelas capitais brasileiras, mas nesse caso retratam uma outra realidade: a do uso de heroína e opioides nos Estados Unidos e na Europa.¹⁰³ (Sic.)

Retornando à peculiaridade do Brasil, é relevante o que vislumbra Bastos (2012), ao notar que, diferente da história norte-americana, em que houve, por meio da 18ª emenda de 1919, uma proibição da manufatura, venda e consumo de álcool, não há na história brasileira, paralelo à recente implementação de um plano abrangente de enfrentamento ao crack, o que seria essencial para tratar o problema na dimensão por ele alcançada.

Provavelmente, o autor desconsiderou (ou desconhecia) o Plano Nacional de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas¹⁰⁴, lançado pelo Governo Federal, no ano de 2011, que delinea o contorno da atuação dos envolvidos, estabelecendo os Eixos de “Prevenção, Cuidado e Autoridade”, e, especificamente, à política de segurança pública, que orienta ações coordenadas e “estabelece a criação de vínculos com as comunidades envolvidas a partir da estratégia de polícia de proximidade” (BRASIL, 2013, p. 8)¹⁰⁵. Todavia, é fato que um ano após o lançamento do Plano Nacional, o pesquisador sobre o assunto aponta a inexistência de plano abrangente para enfrentar o problema nas dimensões alcançadas ao longo do tempo.

Nessa perspectiva, verifica-se que, poucos anos antes, Oliveira e Nappo (2008), ao estudarem o crack na Cidade de São Paulo, verificaram que levantamentos epidemiológicos apontavam para o aumento do consumo dessa droga, o que seria possivelmente, devido às modificações de seu acesso, estratégias de mercado e formas de uso. Logo, percebe-se que, a fim de se compreender melhor a dimensão da droga no Brasil, ou em qualquer lugar, mais do que se conhecer números com relação ao fenômeno, é imperioso o conhecimento das peculiaridades do perfil do usuário e padrão de uso, sobretudo pela visão dinâmica de que essas práticas têm se transformado ao longo dos anos.

¹⁰³ Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-41753994> Acesso em: 31 dez. 2017.

¹⁰⁴ Instituído pelo Decreto Nº 7.179, de 20 de maio de 2010, o referido plano foi lançado em dezembro do ano seguinte, com a previsão dos seus três eixos Cf. Brasil (2013).

¹⁰⁵ Manual do Curso Nacional de Multiplicador de Polícia Comunitária: BRASIL. Secretaria Nacional de Segurança Pública. **Curso Nacional de Multiplicador de Polícia Comunitária** / Secretaria Nacional de Segurança Pública. – 5. ed. – Brasília: Ministério da Justiça, 2013, 504p.

Nesses termos, sabe-se que o crack, assim como todas as drogas provenientes do cloridrato de cocaína, é classificado como uma substância psicotrópica estimulante. Logo, os usuários serão em geral insones (provavelmente, de onde se originaram rotulações desse comportamento, como a de “zumbificados” mencionada por Luís Marra), posto que terão um aumento das atividades do Sistema Nervoso Central (SNC). Observa-se que a euforia desencadeada reforça e motiva, na maioria dos indivíduos, o desejo por um novo episódio de consumo da substância; “porém quanto mais rápido o início da ação, quanto maior a sua intensidade e quanto menor a sua duração, maior será a chance de o indivíduo evoluir para situações de uso nocivo e dependência” (CREMESP e AMB, 2002, p. 96).

A esse respeito, é válida a reflexão de Albuquerque (2010, p. 17-18) de “O que você consome consome você”, enquanto “pano de fundo da sociedade de consumo”, no sentido de que a droga pode exercer um papel na articulação das relações ou como “pílula da felicidade”. Nessa lógica, apresenta-se a tabela comparativa adaptada de Gold (1993) sobre a influência desses fenômenos de acordo com a via de administração da cocaína, conforme ilustrado na Tabela abaixo:

Tabela 2 – Início, intensidade, duração efeitos cocaína X via de administração

Início, intensidade e duração dos efeitos do consumo da cocaína e a via de administração					
Administração		Início da ação (segundos)	Duração do efeito (minutos)	Pico Plasmático (ng/ml)	Biodisponibilidade (% absorvida)
Via	Apresentação				
Oral	Folhas de coca mascadas	300-600	45-90	150	20
Intranasal	Cocaína refinada ("pó")	120-180	30-45	150	20-30
Endovenosa	Cocaína refinada diluída em água	30-45	10-20	300-400	100
Inalatória	Pasta de coca Crack	08-10	5-10	300-800	60-70

Fonte: Adaptado de Gold MS. Cocaine. New York: Plenum Medical Book Company; 1993

De acordo com o exposto acima, o crack tem seus efeitos iniciais demasiadamente rápido (de 8 a 10seg), curta duração (de 5 a 10min) e um pico plasmático elevadíssimo, impactando para o desenvolvimento do padrão compulsivo (“binge”) e desenvolvimento de dependência, o que fez dele uma escolha de “imposição” no mercado pelos traficantes. Em razão disso, o “crackeiro” ou “nóia”¹⁰⁶ (epítetos comumente utilizados para designar o usuário de crack) está quase sempre à procura da repetição do uso, deixando em segundo plano até mesmo a sua alimentação e outras necessidades fisiológicas¹⁰⁷.

Logicamente, o consumo excessivo e compulsivo de uma droga de baixo grau de pureza, os lugares insalubres frequentados para o consumo/compra, a abstinência de sono, alimentação e higiene, fazem com que o usuário de crack tenha, via de regra, uma aparência caquética e suja, podendo, infelizmente, apresentar-se fétido. Tais circunstâncias, além de o tornarem não convidativo à interação com outras pessoas extra ao crack, o que potencialmente contribui para o fenômeno de sua “insulação social”, causa danos sanitários acessórios ao seu organismo.

Em comparação dos prejuízos à saúde e os níveis de dependência, do consumo da cocaína e do crack, Martins (2011, p. 9 – Grifo nosso) deixa claro que a droga fumada é bem mais prejudicial do que a inalada: “como vimos anteriormente esta droga é um derivado da cocaína que é fumada em cachimbos e está **associada a maiores prejuízos para a saúde e maior nível de dependência** do que a cocaína em pó inalada”. Entretanto, por ser um subproduto da cocaína, bem como de apresentar-se em outras formas derivadas, no contexto internacional, normalmente, as estatísticas macro tendem a reunir os dados da cocaína e de seus derivados, de forma conjunta, para análise de seus impactos mundiais.

¹⁰⁶ Segundo Frúgoli Jr. e Spaggiari (2011), a palavra “nóia” demanda a utilização com cautela, pois dialoga com a expressão usuário de crack, mas não é exatamente a mesma coisa, na medida em que o termo é utilizado ou em um caráter rotulador-estigmatizante entre os próprios usuários em relação a outro usuário (mais compulsivo, portanto “etiquetado”), ou pelos demais atores sociais para identificar o indivíduo que reconhecem como usuário de crack.

¹⁰⁷ Há uma correlação do *crack* com os homicídios. Tal situação é abordada por Saporì, Sena e Silva (2010), com contornos específicos ao caso de Belo Horizonte, bem como acerca da pesquisa na cidade de Nova York de Goldstein *et al.* (1997). Sobre esta última, a maior parte dos homicídios é normalmente motivada “por conflitos relativos ao mercado ilícito da droga, sendo mais comum a disputa territorial entre comerciantes rivais e entre comerciantes e usuários do crack”. (SAPORI, SENA e SILVA, 2010 *In*: SAPORI e MEDEIROS, 2010, p. 42). Embora os aspectos farmacológicos do crack não tenha sido, nessa e em outras pesquisas, a causa na maioria dos homicídios, é importante lembrar que esses são o hábeis a conduzir ao endividamento gradativo por parte do usuário, podendo este vir a ser vitimado por traficantes dessa droga.

Desse modo, é necessário trazer à tona que, conforme o Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas (OBID), a cocaína e o crack são consumidos por 0,3% da população mundial e maior parte dos usuários concentra-se nas Américas (70%). Com relação aos danos à saúde, o Observatório em tela expõe que, nas salas de emergência do Brasil, “a cocaína é responsável por 30% a 40% das admissões relacionadas a drogas ilícitas, 10% entre todos os tipos de drogas e 0,5% das admissões totais”¹⁰⁸. Portanto, são irrefutáveis os impactos dessa substância no sistema de saúde brasileiro.

No escopo de se traçar um perfil do usuário de crack, pelos dados sociodemográficos, vê-se que os usuários são, em sua maioria, do sexo masculino, jovens com idade entre 18 e 35 anos¹⁰⁹, solteiros, com baixo nível socioeconômico, baixo grau de escolaridade e sem vínculos empregatícios formais, conforme Oliveira e Nappo (2008). Os mesmos autores observam, com relação à acessibilidade à droga, que a aquisição é rápida, simples e notoriamente pública, através do contato com os pontos de distribuição, normalmente denominados de “bocas (de fumo)”, “biqueiras”, ou “tráfico de asfalto”.

Acerca da cidade de São Paulo, ainda salientam que haveria, inclusive, novidades nas táticas de disponibilização da droga, como, por exemplo, o *crack delivery*, que consiste na entrega em domicílio da droga, aparentemente sem imposição de taxa. Quanto às formas de apresentação, no tráfico, atualmente, predomina a venda em pedras, por tamanho, cujos valores variam entre R\$ 5,00 a R\$ 10,00¹¹⁰. Contudo, existem pedras menores que os próprios usuários revendem e o próprio “farelo ou pó de crack” de custo inferior à pedra e que tem tornado o crack acessível a maior número de pessoas (OLIVEIRA e NAPPO, 2008).

Vale salientar que além do crack já ser um subproduto da cocaína com maior impureza, como droga de rua, geralmente, é alvo de adulterantes. A pedra mais comum tem coloração amarela

¹⁰⁸ Disponível em: <https://obid.senad.gov.br/nova-arquitetura/dados/drogas-de-a-a-z/cocaina-e-crack>. Acesso em: 07 jan. 2019.

¹⁰⁹ Guarda correspondência com a informação contida no sítio eletrônico do OBID relativa ao II Levantamento Domiciliar sobre o uso de Drogas Psicotrópicas no Brasil (2005), no sentido de que a “população de usuários é extremamente jovem, variando dos 15 aos 45 anos, com predomínio da faixa etária dos 20 aos 30 anos”.

¹¹⁰ Os dados são do ano da pesquisa dos autores, porquanto, atualmente, não se verificam mais indicativos de pedras de crack no valor de R\$ 5,00, na cracolândia de São Paulo, mas sim de R\$ 10,00. Um exemplo desse valor, usado como base de cálculo do consumo diário de um usuário, pode ser encontrado na matéria cujos dados foram dispostos abaixo. Disponível em: <https://www.brasilefato.com.br/2020/02/06/pesquisa-que-indicou-faturamento-de-r-9-7-milhoes-na-cracolandia-e-critica-da#:~:text=A%20pesquisa+dora%20aponta%20que%20na,unidades%20da%20droga%20por%20dia>. Acesso em: 10 fev. 2020.

e consistência rígida, mas atualmente, existe uma variante muito comum, branca e pastosa, contendo diluentes diversos, tais como farinha, bicarbonato de sódio, talco, pó de vidro, pó de mármore e às vezes, até mesmo fezes de animais (OLIVEIRA e NAPPO, 2008).

Na cidade de São Paulo e extensivo a maior parte do Brasil, o consumo de crack é feito mediante o emprego de cachimbo (comumente conhecidos como “marica”). Esse procedimento é conhecido nos EUA e na Europa, como *freebasing*, de acordo com Inciardi (1993). Não obstante, exista uma miríade de materiais empregados à confecção de tais cachimbos (e.g. tampas de garrafas PET, canos de PVC, lâmpadas e outros afins), Oliveira e Nappo (2008) notam que a lata de alumínio é a principal escolha dos usuários. Nesse contexto, é válido citar o que explica Antonieta G. Bizzotto, ao falar a respeito do “ritual do uso do crack” – “a nóia, o autoerotismo e o prazer”:

O *crack* é fumado. A **pedra é quebrada e fumada de diversas maneiras** e em **diferentes recipientes**: enrolada no cigarro de tabaco ou misturada na maconha – forma que parece amenizar psicicamente os efeitos maléficos da droga, como o sentimento de perseguição, a agitação motora e, posteriormente, a depressão. É também fumada **em cachimbos improvisados** feitos de **tubos PVC** ou de **latas de alumínio** muitas vezes **coletados na rua** ou **no lixo**, apresentando possibilidades de **contaminação infecciosa**. O **uso de latas** favorece a aspiração de grande quantidade de fumaça pelo bucal, promovendo **intoxicação pulmonar** muito intensa. (BIZZOTO, 2010 *In*: SAPORI e MEDEIROS, 2010, p. 135 – Grifo nosso).

Quanto às possibilidades de contaminação infecciosa mencionada pela autora, é importante observar que, o compartilhamento das latinhas, cujo alumínio aquecido, muitas vezes provoca lesões de queimadura no tecido cutâneo, promovendo exposição ao contato com sangue de outros usuários, potencializa o risco de transmissão de doenças infectocontagiosas, pelo consumo. O perigo de contágio é ainda agravado por algumas estratégias de uso, cujas técnicas para o consumo aumentam o contato entre os usuários, tais como o *shotgun*¹¹¹ e “dar uma segundinha”¹¹².

¹¹¹ Conforme explicam Oliveira e Nappo (2008), ocorre quando um usuário inala a fumaça de crack diretamente do cachimbo e transmite a outro, pelo contato boca-a-boca, ou por um tubo entre bocas. Essa técnica propicia ambientes de erotismo e apelo sexual, o que aumenta a possibilidade de sexo desprotegido.

¹¹² Por essa técnica, o dono da droga, depois de aquecer o crack e dar a primeira tragada, tampa o cachimbo e o passa ao receptor para aspirar a fumaça restante. Esse segundo uso provoca efeitos um pouco menos intensos e constitui-se na “segundinha”.

Sabe-se que há também o consumo combinado da “pedra” com outras drogas, os mais comuns são o “mesclado” e o “capetinha”¹¹³, o que conseqüentemente provoca uma combinação de efeitos no usuário. Consoante a essa assertiva, Martins (2011) observa que ademais aos problemas legais envolvendo a cocaína/crack, o seu uso está associado com vários efeitos negativos, tanto físicos como psicológicos. “O seu uso está associado com comportamento de risco que incluem também riscos associados ao uso injetável e práticas sexuais inseguras” (MARTINS, 2011, p. 13).

Por essa perspectiva, deve-se destacar que, quanto às práticas sexuais inseguras, é possível estabelecer relações entre o consumo de quaisquer drogas (obviamente, também do crack) e a prostituição. Nesse contexto, Rocha, Pereira e Dias (2013), abordando a interação entre drogas e travestis profissionais do sexo, ressaltam que:

Nesse universo (...) as **drogas** ocupam espaço, construindo **possibilidades de interações entre elas** e também entre **elas e seus clientes**. O próprio programa pode vir mediante o convite do cliente em **querer a companhia para “usar”**. (...) **Para além do viés pejorativo da droga**, entre as travestis ela demonstra ocupar **funções sociais**, por meio da **constituição de contatos** e de **formas de existência no grupo**. (ROCHA, PEREIRA e DIAS, 2013, p. 562 – Grifo nosso).

Nota-se que, na assertiva acima, as autoras sinalizam uma coletivização / socialização da experiência que não é nem pela técnica de uso, tampouco por um espaço de uso coletivo (como nas crackolândias); porém, “para além do viés pejorativo da droga”, desenvolve-se por uma escolha ou necessidade social de uma experimentação grupal. Além de mais um indício dessa característica social-interacional da drogadição, Rocha, Pereira e Dias (2013) vislumbram, igualmente, uma espécie de território simbólico na relação entre o consumo da droga e as travestis profissionais do sexo, as quais dariam significado à experiência de uso de drogas, envolvendo outras pessoas nesse processo, uma vez que mencionam “possibilidades de interações”, “constituição de contatos” e “existência no grupo”.

Não se pode olvidar os vários lados perversos das interações sociais em torno das drogas (principalmente as ilícitas). Nessa seara, Camila Silveira, médica psiquiatra e pesquisadora do núcleo de psiquiatria da Universidade de São Paulo (USP), observou, em entrevista à Folha de

¹¹³ “Na gíria de rua, pedra significa crack; mesclado cigarro feito de maconha e cocaína; capetinha, cigarro de tabaco comum misturado com crack” (CHIAVERINI, 2007, p. 87). Observa-se que “Mesclado” ou “Melado” é mais comum o uso para crack combinado à maconha, segundo Oliveira e Nappo (2008).

São Paulo – em 28 de novembro deste ano, por morte de Diego Maradona –¹¹⁴, a “extroversão pode ser um traço de se expor ao uso abusivo de alguma substância”, porquanto há uma menor aversão a riscos, o que a torna suscetível à dependência: "a pessoa não planeja ser dependente, mas, quando vê, é"¹¹⁵.

Ainda nesse condão, deve-se lembrar, outrossim, do peso comercial do crack para os traficantes que, seduzidos pelos ganhos econômicos dos clientes “vitalícios”, não vislumbram o sofrimento desses consumidores, personificando o crack e objetivando o ser humano usuário. Em harmonia com tal assertiva, Saporì, Sena e Silva (2010, p. 70) explicam: “Os resultados da pesquisa apontam a decisão pelo tipo de droga comercializada nas bocas é estritamente mercadológica [...] Atualmente, as redes de boca comercializam predominantemente, o *crack* [...]”. Após tais considerações, falando do menor peso comercial de outras drogas nas “redes de bocas”, esses mesmos autores apresentam os relatos dos traficantes reproduzidos abaixo:

“Maconha todo mundo tem e todo mundo ganha, a gora o plantão da pedra é o melhor. (traficante entrevistado)
 O *crack* é ouro! (traficante entrevistado)
 Eles não se interessam em vender maconha que é barato, interessa vender o *crack*. Porque o *crack* é uma droga pequena, de consumo muito rápido, a pessoa vai voltar toda hora, é muito viciante. (ex-traficante entrevistado)
 A pedra vale a pena, não acaba nunca, um fala pro outro, pega e pronto.
 Negoinho quer fumar o dia todo, vem de novo, tá noiado, vira 4, 5 noite. (traficante entrevistado)
 A maconha dá movimento, cheiro e pouco dinheiro. É pra quem mexe com coisa pequena! (traficante entrevistado)” (Sic.) (*Ibidem*).

A carga dessas falas denota como o peso comercial e outras características relacionadas ao consumo do crack podem conduzir à personificação da substância e à objetificação do usuário que, como bem problematiza Albuquerque (2010), acaba se consumindo. Tais circunstâncias são agravadas nos territórios das crackolândias, com as instalações decorrentes das “redes de bocas” nas proximidades e as outras estratégias comerciais desenvolvidas pelos traficantes (por exemplo, a infiltração destes nas “cenas de uso”, passando-se por usuários, para desviar a atenção da polícia e ter maior giro / menor interrupção no comércio ilícito).

Nesse viés, a Unidade de Pesquisas de Álcool e Drogas (UNIAD), da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), realizou uma pesquisa em que mapeou o perfil dos frequentadores da

¹¹⁴ *Op. cit.*

¹¹⁵ Vale citar que, na mesma matéria, a entrevistada menciona que os homens estão mais associados ao uso de drogas, como meio de lidar melhor e expressar emoções.

Cracolândia de São Paulo em 2016, 2017 e 2019 (ou seja, antes e após a intervenção policial conduzida na gestão de João Doria), cuja divulgação dos resultados, em fevereiro deste ano, trouxe dados alarmantes, como o do gasto médio diário por usuário ser de R\$ 192,50, o que geraria uma movimentação financeira mensal estimada em R\$ 9,7 milhões, bem como aproximadamente 46% dos consumidores comprariam drogas com dinheiro de furtos¹¹⁶. Ainda que críticas tenham sido dirigidas a questões metodológicas das inferências propostas, deve-se reconhecer que as constatações do referido estudo reforçam indícios de confirmação do peso mercadológico afetando as interações e “resiliências” dos territórios do crack.

Vale pontuar que a coletivização da experiência dos usuários na “cena de uso” não se reduz somente ao consumo, quando este é realizado em grupo (quer pela ritualística do uso, quer por qualquer relação com esse), na medida em que há aproximações e interações para motivos diversos, as quais podem ou não dialogar com a ingestão de substâncias. Por exemplo, as práticas sexuais e outras atividades de desenvolvimentos de laços de cooperação (vigilância de carros, carregamento de compras e oferecimento de outros serviços), mesmo que tais práticas, frequentemente, possam viabilizar o uso, a realização dessas não está totalmente dentro do circuito de “consumo da pedra”.

Nesse pensar, salienta-se que são demasiadamente ricos os aspectos interacionais encontrados nessa coletivização da experiência, que embora dialogue bastante com o consumo do crack, reverbera-se, outrossim, para além dele, afetando e sendo afetada não só por questões materiais, mas também simbólicas, que singularizam as interações e territorialidades daquele dispositivo. Logo, há as interações e a internacionalidade, com e sem a droga, viabilizadas no / por meio do “dispositivo” / “território” em estudo, que demandam problematizações teóricas enquanto tentativa de perceber lógicas de processos interacionais e outros aspectos nas combinações do objeto teórico com o objeto empírico.

¹¹⁶ Para mais detalhes, sugere-se a leitura da matéria produzida pela própria UNIAD, com o título “**Estudo traça perfil de usuários e estima que cracolândia movimenta, R\$10 milhões por mês**”. Disponível em: <https://www.uniad.org.br/noticias/levantamentos-e-pesquisas/estudo-traca-perfil-de-usuarios-e-estima-que-cracolandia-movimenta-r10-milhoes-por-mes/>. Acesso em: 28 fev. 2020.

4 INTERFACES EPISTEMOLÓGICAS

“As teorias são redes: somente quem as lança, captura” (Novalis).

“Pois algo que pode parecer a você aleatoriedade e caos, para outra pessoa pode ser ordem. A feira livre e o conjunto habitacional(...)”. (Dooren Massey).

Com respeito à estrita brevidade da proposta de uma tese que, por sua perspectiva sintetizadora de relato de uma investigação (ainda que permeadas pela originalidade e complexidade das sistematizações), será inevitavelmente menor do que a totalidade da pesquisa; cumpre salientar que a investigação apresenta dimensões teóricas com contribuição concreta e potencial (decorrente de trabalhos futuros) assaz relevantes para o campo comunicacional. Nesse condão, destacam-se as interfaces teóricas com o direito e outras disciplinas (e.g. a Gestão Integrada do Território)¹¹⁷, desdobradas na articulação dos conceitos de território / dispositivos interacionais e no tensionamento das ideias de circuitos fechados / abertos em face da hibridez da crackolândia enquanto dispositivo interacional.

Primeiramente, salienta-se que a ordem de trabalho proposta na discussão dos conceitos articulados neste tópico não trata de um “fetichismo”¹¹⁸ desenfreado, nem de um aprisionamento ao raciocínio dedutivo, tampouco a uma lógica teórico-positivista, em detrimento da indução, abdução e do tensionamento constantemente necessário entre os construtos teóricos e o caso prático¹¹⁹. Aqui, há apenas uma organização preliminar de

¹¹⁷ A contribuição epistemológica de outras ciências sociais ao campo da comunicação aqui proposta dar-se-á na perspectiva de Jairo Ferreira do método como “uma moeda de circulação” (FERREIRA, 2010, p. 50), na qual é possível deslocar os métodos de seus lugares (campos) de origem. Tal procedimento não traz prejuízo para área ou campo epistemológico da comunicação, mas pelo contrário, enriquece-os. Em outro trabalho, o mesmo autor traz reflexão importante sobre dar conta das contradições, desenvolvimento epistemológico, regras de equilíbrio, concluindo que “a investigação sobre o campo epistemológico deve abranger outras dimensões da produção científica diretamente vinculados às estruturas de interpretação (observáveis, procedimentos, o método, etc.), e dos métodos que constituem, na delimitação dos objetos com os quais a área constrói, coletivamente, sua identidade” (FERREIRA, 2004, p. 128).

¹¹⁸ Vide GUSMÃO, Luis. *O fetichismo do conceito: limites do conhecimento teórico na investigação social*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2012.

¹¹⁹ Minayo (2016), ao abordar a questão de qual método geral poderia proposto para explorar uma realidade tão marcada pela especificidade e pela diferenciação, demonstra que a geração de conhecimento nas ciências sociais deve continuar, mas sem copiar os passos das ciências naturais, mas ao invés disso, encontrar o seu núcleo mais profundo na construção do campo científico. Portanto, tem-se por esclarecida a necessidade do constante tensionamento entre teoria-objeto-caso (sem ser necessariamente nessa ordem).

temáticas comuns aos campos na pesquisa, que cabe aos propósitos do presente trabalho, para posterior e mais cômico estabelecimento de outros níveis de inferências.

Nessa visão, os conceitos teóricos a serem aqui discutidos voltam-se para um viés dialógico de revisitações, em busca de pistas / indícios, com novas percepções e apropriações teórico-epistemológicas que transformam os atravessamentos metodológicos, sendo vislumbrados de forma didático-simplificada no presente capítulo. Por esse prisma, a problematização teórica desta parte do trabalho se subdividiu em três seções secundárias, cujos títulos foram respectivamente: “4.1 Que dispositivo é esse?”, “4.2 Espaços e territórios” e “4.3 Circuitos, campos de força e conexão”.

Assim, por meio dessa sistematização esquemático-propositiva de tensionamentos conceituais, buscou-se, com este capítulo, alcançar um processo heurístico de releitura mais aprofundada das “extrações” / “produtos” da dialética dos olhares. Destarte, tal método, pensado no percurso como um caminho “em construção”, hoje, pós-testado e submetido a objeções públicas e íntimas (ou seja, tanto da revisão dos pares quanto do amadurecimento pessoal), torna-se um dos aspectos mais originais da pesquisa, revigorado por novas leituras que enriqueceram o trabalho inferencial em todas as dimensões da tese, incluindo-se também as articulações teórico-conceituais das ciências da comunicação ou de interface dessas com outros campos.

4.1. Que dispositivo é esse?

Com essa visão, as leituras anteriores e, sobretudo, as feitas durante a trajetória da pesquisa, agregaram oportunidades de olhares diversos, permitindo verificar limites, possibilidades, analogias e diferenciações, na abordagem dos diferentes autores enquanto oportunidade de efetivas apropriações teóricas, ou seja, o uso da teoria a serviço da pesquisa, no sentido de tensioná-la com o caso prático. Por exemplo, na leitura de “Etnografia da Exposição” (VERÓN e LEVASSEUR, 1989) agregada à abordagem desta por Ferreira (2020), verifica-se a retomada da ideia de percurso/trajeto dos visitantes, enquanto percepções da dinâmica e do interacional em dadas circunstâncias. Notam-se ali, oportunidades de releitura dos materiais / observáveis de outras pesquisas, por meio da articulação de diferentes conceitos teóricos e esforços de aplicação, cujas manipulações / artesanatos conceituais podem encaminhar a inferências em outros contextos interacionais diferentes das visitas à exposição “Férias em Paris”.

Portanto, há questões preliminares que conduzem ao pensar sobre que dispositivo é esse, afinal, do qual se propõe pensar heurísticamente as problematizações desta tese. Nosso esforço perpassa o relacionar da proposta de “relações e interseções entre dispositivos midiáticos, ‘processos sociais’ e ‘processos de comunicação’[...]” (FERREIRA, 2007 *Apud* FERREIRA, 2020, p. 4) naquilo que guarda semelhanças e apresenta oportunidades de articulações com as reflexões de Braga (2012a; 2012b; 2017a; 2017b), sobre os circuitos sociais acionarem e seguirem adiante entre os / nos dispositivos interacionais.

Verifica-se tal proximidade, de forma mais contundente, no momento em que Ferreira (2020) menciona que “a interpenetração matricial” com acionamentos “entre” e “dentro” (d)os processos de comunicação, dispositivos midiáticos e processos sociais. Em outro sentido, percebe-se que a interpenetração matricial é mais ampla nas “interações-versões”, “meios-dispositivos” e “processos sociais” que se interpenetram, demarcando quando, ao notar que cada uma das dimensões aciona a outra, “sucessivamente, de forma autopoietica e fractalizada” (*Ibidem*). Assim, vê-se que esta pode tanto criar e recrudescer de si mesma quanto nas fraturas/rupturas/fragmentos desses acionamentos, abrindo, ao nosso ver, margem para uma discussão até mais abrangente nas temáticas da mediação (e.g. discussões da autonomia em contraste ao seguir adiante, etc.) do que os circuitos sociais e dispositivos interacionais.

Pode-se mencionar, ainda, os “processos sociais” no sentido de “fluxos” observados entre especialistas, espaço público e espaço privado, produzindo-se aí transformações (FERREIRA, 2020), com possibilidade de enxergar tais movimentos nos episódios interacionais e vendo-os entre os dispositivos interacionais na condição de “pontos nodais da circulação” (BRAGA, 2017a, p. 73) relacionando elementos de entrada e saída (aproximando-se aí dos elementos de produção e reconhecimento na circulação). Vale notar que esse demarcar de similitudes e diferenças pode trazer questões relevantes enquanto esforço epistemológico promissor ao tensionamento *teórico-metodológico-empírico* e, com esse intuito, é exercido agora.

Nesse sentido, pode-se pensar na reflexão conceitual de “dispositivo midiático”, quando Ferreira (2020) menciona que “meio e dispositivo não são coisas em si, mas objetos cujo significado é construído socialmente”, o que mais à frente traz a discussão da “exposição” e o museu, como “meios midiáticos”. Tal discussão começa a se encorpar quando o mesmo autor

inicia a análise da linha de corte da genealogia da mediatização, criticando trabalho de sua autoria anterior (FERREIRA, 2016), em que o ponto de partida teria sido apontado pelo jornal e pelo livro.

Nesse ponto, há o raciocínio veroniano da mediatização como “materialização de meios da experiência mental” (FERREIRA, 2020, p. 5) e o ponto forte dessa abordagem ocorre no momento em que se faz a separação de que nem toda forma de materialização da experiência mental estaria ali incluída, fazendo um recorte no que “está ou irrompe no espaço público” (*Ibidem*, p.6). Desse modo, verifica-se a possibilidade de inclusão da crackolândia, objeto de estudo deste pesquisador, na abrangência dessa conceituação, o que nos permite o exercício de “repensamentos” conceituais, tensionamentos e apropriações diversas.

Por esse prisma, seria necessário uma ampliação da condicionante seguinte para a investigação empírica: “por ações de indivíduos ou atores localizados **no espaço privado** ou **no espaço dos campos de especialistas**, é passível de investigação empírica da mediatização histórico e antropológica” (FERREIRA, 2020, p. 6 – grifo nosso), a qual coincide com o esclarecimento no mesmo trabalho. Tal clarificação consiste no fato de que, antes da irrupção no espaço público, a semiose mediatizada seria apenas potencial, estabelecendo os três casos em que pode irromper em tal espaço. Logo, demanda uma elasticidade do que deve ser visto como espaço privado para inclusão da crackolândia, o que pode ser alcançado pela inferência de privacidade especial ali operante que será abordada no Capítulo 6, sobretudo na seção terciária 6.3.2.

Com essa visão, as discussões da tese em curso, ao tratar da “guerra”¹²⁰ entre o público e o privado, apresentam-se com base no empírico conceitualizante apreendido durante as idas a campo pelas análises de filmagens (Olhar “Olho Vivo”) e caminhadas de observação (Olhar de Perambulação), nas quais se notam que os usuários algumas vezes gozam de uma espécie de *privacidade adaptada* (mitigada e limitada) no espaço público. Contudo, ressalvado esse detalhe de não ser um ator / indivíduo localizado no espaço privado ou no campo de especialistas, vemos, claramente, como apropriáveis, as mesmas características que levaram a tratar a “exposição” ou o “museu” como um meio para reflexões e esforços metodológicos, guardadas as proporções para o que está ou irrompe no espaço público em que se situa a crackolândia em estudo.

¹²⁰ Na acepção de “A guerra dos lugares” (ARANTES, 1994).

Com tal procedimento, não limitaria aquela ao conceito de meio/dispositivo midiático, mas se apropriaria deste para, em articulação com dispositivos interacionais e circuitos, enxergar nuances e especificidades em cada episódio interacional analisado. Tal elasticidade conceitual não pararia no objeto da tese deste pesquisador, mas seguiria adiante, na inclusão de outros espaços públicos que possam ser estigmatizados como residuais ou redutos de processos sociais de marginalização, como por exemplos os becos e guetos, acerca dos quais são abordados estudos ao longo da tese (e.g. becos de Porto Alegre em Bresciani, 2001).

Por essa linha de raciocínio, é importante ressaltar que o termo “dispositivo” apresenta um desafio semântico inicial à conceituação de “dispositivo interacional”, na medida em que o termo “dispositivo”, como bem salienta Giorgio Agamben, é decisivo na estratégia do pensamento de foucaultiano, embora Foucault nunca tivesse apresentado uma definição própria de tal termo técnico, mas que em entrevista, o autor teria se aproximado de uma conceituação que pode ser resumida em três pontos, a saber:

- 1) É **um conjunto heterogêneo**, que inclui virtualmente qualquer coisa, linguístico e não-linguístico no mesmo título: discursos, instituições, edifícios, leis, medidas de segurança, proposições filosóficas etc. *O dispositivo em si mesmo é a rede que se estabelece entre esses elementos.*
- 2) O dispositivo tem **sempre uma função estratégica** concreta e **se inscreve sempre em uma relação de poder.**
- 3) É *algo de geral* (um *reseau*, uma "rede") porque **inclui em si a episteme**, que para Foucault é aquilo que em uma certa sociedade permite distinguir o que é aceito como um enunciado científico daquilo que não é científico. (AGAMBEN, 2005, p. 9-10 – Grifo nosso).

Por outro lado, Sandro Chignola criticou essa conceituação em três pontos e ao uso/acepção de “dispositivo” por Agamben (2005), demonstrando as “passagens do ‘pensar por conta própria’ de Agamben em torno desses conceitos” (CHIGNOLA, 2014, p. 13). Por essa perspectiva, o autor observa que, na acepção foucaultiana de que a filosofia, o que lhe interessa na crítica, “não é, portanto, escolher Foucault ou Agamben, mas avaliar o quanto a filosofia do dispositivo pode servir para abrir ‘espaço da ação humana, que uma vez tomou para si o nome da política’, conforme Agamben” (*Ibidem*).

Em tal trabalho¹²¹, verificam-se tensionamentos a apropriação de Giorgio Agamben, por exemplo, quanto à organização binária (“de um lado os seres vivos, do outro os dispositivos”), ou ao aspecto unidirecional do “vetor da captura, da orientação ou do governo”, que resultaram em discussões mais aprofundadas da discordância dos autores, especialmente no que tange os processos de dessubjetivação *versus* subjetivação. Nesse diapasão, apresenta-se a ponderação de Chignola (2014) em relação à conferência agambeniana:

[...] As sociedades contemporâneas, diz ele, “se apresentam como corpos inertes atravessados por **gigantes processos de dessubjetivação**, onde **não existe nenhuma subjetivação real**” (D, 32). É realmente assim? Pessoalmente, eu **não acredito nisso**. E não apenas porque faço parte daqueles que entendem os **movimentos migratórios** como **linhas de fugas subjetivas**, como **desejos concretizados**, mas porque **a sociedade industrial**, ao menos no Ocidente, **acabou**, pois o tipo de disciplina que correspondia a ela demonstrou **não ter mais condições de lidar com a insubordinação**, bem **moldar comportamentos** dóceis e submissos”. (CHIGNOLA, 2014, p. 14-15 – Grifo nosso).

Em outra análise da mesma entrevista em que se expõe a construção conceitual de “dispositivo” feita por Foucault, Braga (2018b) vislumbra que a resposta, a princípio ternária das características que aquele usa para definir “O que é um dispositivo”, traz um conjunto de oito ângulos expostos e ações contidas nos trechos de fala. Destarte, Foucault não teria elaborado uma ontologia, ou uma disposição fixa; porém, teria falado das estratégias que levaram a arranjos, de modo que tal conceito possibilitaria ajustes e derivações com acionamentos heurísticos na pesquisa em comunicação.

Vale salientar que, segundo Agamben (2005), os dicionários franceses de uso comum tendem a apontar três significados básicos para “dispositivo”, sendo estes: jurídico em sentido estrito, tecnológico e militar. Parafraseando o autor em questão, tem-se como jurídico em sentido estrito, a parte de uma decisão judicial ou de uma lei, perceptível na expressão “um dispositivo legal”; já o sentido tecnológico seria a maneira em que são dispostas as peças de um mecanismo ou por extensão este em si mesmo (“*Je mecanisme lui-meme*”¹²²); por fim, o significado militar de junção dos meios em conformidade com um plano.

¹²¹ É válido notar que o artigo é resultado de uma palestra ministrada pelo Professor Sandro Chignola, da *Università di Padova*, na Unisinos, em 25 de setembro de 2014.

¹²² “O próprio mecanismo” (Tradução livre).

Percebe-se que, em todas as três acepções apontadas pelo autor como provenientes dos dicionários franceses, há possibilidade de uma visão material de algo/alguém “disposto”. Logo, a cada arranjo, desarranjo e rearranjo no dispositivo, haveria transformação deste, pois passaria a ter nova “disposição”. Destarte, indubitavelmente, vislumbra-se uma riqueza de reflexões derivadas dessa primeira interpretação vernacular. Por outra via de raciocínio, lembra-se de que aquilo que lhe é mais rico, consiste exatamente nas outras possibilidades de dispositivo (para além do legal / jurídico em sentido estrito, tecnológico e militar), pois com advento dessas, visualizam-se, outrossim, disposições simbólicas em meio a miríade de disposições materiais, de modo a permitir apropriações tentativas diante de cenários complexos.

Ainda nesse diapasão de possibilidades “de disposição” material-simbólicas, é válido lembrar que Foucault (2014), refletindo sobre a figura arquitetural de Jeremy Bentham, apresenta o que, conforme Yazbek (2015), ele nomeou de “dispositivo panóptico”. Constitui um aparelho cujas técnicas que permitem ver, induzam os efeitos de poder, sendo o mais importante destes, o de “induzir no detento um estado consciente e permanente de visibilidade que assegura o funcionamento automático do poder” (FOUCAULT, 2014, p. 195). Logo, o *Panóptico* seria então um dispositivo importante, na medida em que “automatiza e desindividualiza o poder”.

Sob essa ótica, torna-se relevante pontuar que nem todos os “dispositivos” seriam “dispositivos interacionais” *a priori*. Por outro lado, retomando aspectos da interpretação agambeniana, desconsiderando as suas limitações teórico-epistêmicas já ponderadas nesta seção, verificou-se que o dispositivo seria um conjunto que, mesmo em meio à heterogeneidade e à diversidade do que inclui virtualmente, envolve estratégias de relações de força hábeis a condicionar determinados tipos de saber, bem como por estes serem condicionados. Logo, por esse viés, o “dispositivo”, em sua concepção, seria eminentemente interacional.

Dentro dessa especificidade, o “interacional” poderia abarcar seu caráter tentativo, a possibilidade de conexões (e até mesmo de convergências) com não só a ideia de “conjunto heterogêneo” que permite ver o dispositivo que é “rede que se estabelece entre esses elementos”, mas também dos outros dois pontos da entrevista de Michel Foucault citada por Giorgio Agamben: a “função estratégica” (em uma relação de poder) e o “algo geral” (a “rede” que inclui em si a episteme).

Todavia, observa-se que, tanto Braga (2012b), quando emprega a adjetivação “interacional”, tratando de uma *tentativa de perceber melhor as interações dos participantes sociais*, quanto Braga (2018b, p. 89), ao observar que, “dentre todos os dispositivos em que a sociedade se arranja, alguns se concentram perceptivelmente em urgências comunicacionais”, apresentam a diferenciação da adjetivação. Assim, interacional seria o dispositivo, cujos arranjos seriam provenientes de estratégias, em face de “urgências” da comunicação, na tentativa de compreensão não de “um dispositivo pronto”, mas de um dinâmico, que permite ver arranjos, desarranjos e rearranjos *disposicionais*, com suas lógicas de relacionamento, sendo aí onde se encontra a potencialidade heurística do modelo.

É importante esclarecer que, a respeito dessa caracterização de arranjos que visariam à interação dos “dispositivos interacionais”, há uma questão da especificidade destes na mudança de escala a que se refere o autor, quando ele separa o que quer diferenciar entre a proposição de dispositivos interacionais e a assertiva de que os processos e as lógicas de quaisquer arranjos disposicionais caracterizar-se-iam como de ordem comunicacional. Nesse viés, Braga (2018b, p. 91 – Grifo nosso) explicita que na “primeira, afirmamos a presença de **arranjos voltados para viabilizar interação**; na segunda, propomos que a comunicação se encontra na base de todo e qualquer arranjo disposicional”.

Nesse diapasão, apropriando-se dessa percepção, assim como conectando-a com Ferreira (2007; 2016; 2020), vê-se que a qualificação poderia ser ainda mais completa, posto que a qualidade interacional procura abarcar seu caráter comunicacional-midiático, tanto no interesse de se voltar aos arranjos que tentam viabilizar interações quanto à abrangência da reflexão conceitual de “dispositivo midiático”. Acerca disso, Ferreira (2020) apresenta “meio” e “dispositivo” não como coisas em si, porém, vislumbra-os na condição de “objetos” com semânticas construídas socialmente.

Dentro desta lógica, a *episteme*, na acepção foucaultiana, poderia ser verificada tanto no aspecto científico da comunicação tentativa e indiciária (Braga, 2008; Braga, 2010a; Braga, 2010b) quanto na própria percepção das interações dos participantes sociais, sendo que nesta última caberia também a análise das relações de poder nesse contexto interacional. É relevante notar, de antemão, que essa discussão será retomada ao longo da próxima seção, mais especificamente, na abordagem concernente à ótica relacional de território, clarificando ainda

mais a adjetivação “interacional”, conferida ao substantivo “dispositivo”, em Braga (2018b), que denota principalmente, os arranjos envolvidos para viabilizar interações.

4.2. Espaços e territórios

Partindo-se de uma análise etimológica, como início de enfrentamento da abordagem territorial, observa-se que a palavra território (*territorium* em latim) derivaria diretamente do vocábulo latino *terra*, “e era utilizada pelo sistema romano dentro do chamado *jus terrendi* (...), como pedaço de terra apropriado, dentro dos limites de uma determinada jurisdição político-administrativa” (HAESBAERT, 2014, p. 43). Essa designação apresenta contornos jurídicos, harmonizando-se a conceituações afins, como por exemplo, a do território de um país, enquanto o espaço geográfico em que é exercida sua soberania através das regras de seu ordenamento.

Dentro do propósito de busca das interfaces teóricas dos conceitos de território / dispositivos interacionais e o tensionamento das ideias afins a esses diante da hibridez da crackolândia enquanto dispositivo interacional, deve-se proceder a uma análise da relação de território com o espaço, e por esse mesmo motivo, distingui-los, pois, como afirma Raffestin (1993, p. 143), não são termos equivalentes e é “essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território”. Para este autor, o território se forma a partir do espaço, sendo o resultado de uma ação conduzida, uma projeção de trabalho e o “*espaço é a ‘prisão original’, o território é a prisão que os homens constroem para si*”. (RAFFESTIN, 1993, p. 144 – grifo nosso).

Assim, verifica-se que, na concepção raffestiniiana, o espaço preexiste a toda e qualquer ação. Todavia, Raffestin e outros teóricos materialistas sofrem críticas voltadas para a não contemplação da dimensão política em sua conceituação, no que tange à interpretação de o território poder se restringir simplesmente à base espaço-material em que se reproduz a sociedade. Por essa razão, para Souza (1995, p. 97 – grifos do autor), ele não discerniu que “o território não é o *substrato*, o *espaço social em si*, mas sim um *campo de forças*, as relações de poder espacialmente delimitadas e operando, destarte, sobre um substrato referencial”.

Por outro lado, segundo Rogério Haesbaert, é possível realizar uma leitura mais condescendente de Raffestin (1993), posto que este supera a distinção simplista de “prisão original” e “prisão

que os homens constroem para si”, quando assevera que o espaço também pode ser “um trunfo” e o território “um campo de ação dos trunfos”, e em continuidade a essa discussão concernente à dimensão política do território, pontua que “justamente por ser relacional, o território, é também movimento, fluidez, interconexão – em síntese e num sentido mais amplo, temporalidade” (HAESBAERT, 2014, p. 82). Esse pensar em campo de ação, forças, mobilidade e outros aspectos da dimensão política, possibilitam, já em Raffestin, discussões territoriais em uma perspectiva relacional.

Nesse pensamento, Braga (2015, p. 23 – grifo nosso) observa que “o estudo do território rompe com as **fronteiras, enraizamentos e estabilidades**”, caracterizando um dinamismo espacial que vai de encontro à noção desenvolvida pela física newtoniana, cujo paradigma era do espaço ser um “fixo” e “imutável”. Para Camargo (2012), esses postulados, que tinham lógica e utilidade para seu universo clássico de proposição, foram se tornando uma metáfora social, de forma que, provavelmente, pode ter sido uma das razões para geralmente serem atribuídos ao tempo qualidades dinâmicas/móveis em contraste dos atributos fixos/imóveis ao espaço.

Vislumbrando essa característica fluida do componente espacial, Massey (2008) trata o espaço geográfico como algo aberto, interacional, em permanente evolução; em outros termos, um “inacabado”. Desse modo, a internacionalidade e a abertura espaciais já oportunizam verificar aspectos comunicacionais de um dispositivo. Porém, a autora em questão tem o cuidado de ponderar que aquele “não pode ser, jamais, aquela simultaneidade completa na qual todas as interconexões já tenham sido estabelecidas, na qual cada lugar já está (e nesse momento imutavelmente) ligado a todos os outros” (MASSEY, 2008, p. 161).

Como forma de retomar as diferenças entre espaço e território, na visão de Haesbaert e Limonad (2007), tem-se que o último é sempre apropriação (que carrega um sentido mais simbólico) e domínio (com um enfoque concreto, político-econômico) de um espaço socialmente partilhado. Além da distinção acerca do espaço, os autores mencionados apontam que a noção territorial deve envolver uma construção histórica a partir das relações de poder (sociais) e contemplar tanto a dimensão subjetiva (apropriação), quanto a objetiva (domínio). Sob tal ângulo, harmoniza-se com a percepção raffestiniana, posto que, de acordo com essa, o território se explica através do poder, enquanto resultado da presença humana em um dado espaço no qual expressa suas intenções:

O território se forma **a partir do espaço**, é o **resultado** de uma **ação conduzida por um ator sintagmático** (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator **“territorializa” o espaço**. (RAFFESTIN, 1993, p. 143 – Grifo nosso).

Nesse sentido, a abstração das relações de poder de um dado território demanda identificar os atores (sintagmáticos e paradigmáticos)¹²³, em outras palavras, quem seriam os agentes que constroem e/ou existem dentro de sua circunscrição. A esse respeito, Braga (2015) lembra que até mesmo na definição mais simplista e clássica de território, há “a relação indissociável entre os conceitos de território e poder: no caso, o Estado, como ‘titular’ de seu território, precisou conquistá-lo, ou no mínimo garanti-lo, por meio de delimitações, controle de acessos, etc.” (*Ibidem*, p. 25).

Por esse prisma, é importante lembrar que, na segunda parte de seu livro (“A população e o poder”), Raffestin (1993) define a população como uma coleção de seres humanos que pode ser contada, embora não seja estável, uma vez que se modifica o tempo todo. Em razão disso, os recenseamentos constituir-se-iam meios pelos quais o Estado ou qualquer organização procura aumentar sua informação acerca de um grupo, por consequência, seu domínio. Logo, o “recenseamento é um saber, portanto um poder”. (RAFFESTIN, 1993, p. 68). Nesse pensar, esse autor enxerga a população como um dos “trunfos do poder”, juntamente aos recursos e ao território.

Em retificação a essa afirmação raffestiniana, Haesbaert (2014), retomando a crítica de Souza (1995), pondera que o autor deveria ter adotado diferentes terminologias, *in casu* “a materialidade do espaço”, ao invés de “território”, “já que não há território sem recursos, e, muito menos, sem população” (HAESBAERT, 2014, p. 85). Com essa visão, compreende-se que o estudo territorial abrange, necessariamente, o estudo das populações¹²⁴ e dos recursos componentes do território, posto que estão inter-relacionados. Por esse viés, o estudo do território da crackolândia enquanto um dispositivo interacional é também o de sua população,

¹²³ Segundo Raffestin (1993), o ator sintagmático seria aquele que é realizador de um programa, que “produz” o território, por isso, a priori, todas as organizações são atores sintagmáticos. Já “um ator paradigmático deriva de uma divisão classificatória operada com critérios que os indivíduos têm em comum. Não estão integrados num processo programado” (RAFFESTIN, 1993, p. 41).

¹²⁴ Em crítica a explicitação de Giovanni Arrighi, em que este fez a cisão do controle do território e da população, Haesbaert (2014, p. 180) reforça tal entendimento pontuando que “Ora, território, aqui, parece ter sua conotação mais banale do senso comum ligada a ‘terra’, ‘pedaço de chão’, e como se o território pudesse aparecer separado da população”.

de modo que a delimitação de uma área específica de investigação serve apenas para facilitar a pesquisa, mas, deve-se ter a consciência clara de que não se trata de simplificação do espaço, o qual continua interconexo, especialmente, ao estudá-lo em uma dimensão interacional-territorial.

Por meio dessa perspectiva, é válido destacar que o espaço físico do território do crack, que foi bastante estudado a partir do uso da droga no bairro da Luz, em São Paulo, do ponto de vista de uma leitura territorial-interacional, sobretudo, superando um debate atrelado somente à casuística da “famosa” crackolândia paulistana, ainda foi pouco explorado. Dentro desse contexto, Rui (2014) esclarece que não existe, no Brasil, quem nunca tenha ouvido ou lido algo sobre a crackolândia paulistana, posto que essa é fonte inesgotável de histórias e notícias que a associam a um lugar de perigo e degradado que, por tais características, deva ser evitado. Em outro sentido, Braga (2015, p. 53) ponderou que “esses mesmos aspectos, tornaram-na um lugar de atratividade não só para usuários, mas também para curiosos e estudiosos”.

Com base nessa lógica espacial, indaga-se se esses distintos usos, interações e práticas espaciais, demasiadamente estudados na região da “Luz”, são também transpostos para outras “cenas de uso” de crack e outras drogas que têm se proliferado pelo país? A indagação aqui proposta deve alcançar as relações de poder e territorial-interacionais, que tendem a ser menos frequentemente discutidas, tendo pouca (ou nenhuma) utilização de teóricos da comunicação e do território sob esse viés nas revisões bibliográficas dos estudiosos daquela e de outras crackolândias.

Em face dessa abordagem, quanto à visibilidade do “próximo-presente (o aqui e agora)” mencionada por Haesbaert (2014, p. 168), deve-se atentar para o fato de que o território da crackolândia tende a ter maior incidência de tão especificidade do visível. Todavia, na dimensão de uma espacialidade interconexa, vale lembrar que pode estar (e está) conectado até com o nível internacional, caso se tome como referência os países estrangeiros de onde proveio o cloridrato de cocaína que foi transformado em outros subprodutos / derivados, dentre os quais, destaca-se o mais relevante a esta pesquisa, o crack. De fato, de forma silogística, sabe-se que sem o componente primitivo cloridrato de cocaína, não se teria o subproduto crack e, conseqüentemente, não existiriam crackolândias.

Obviamente, esse raciocínio lógico simplista não tem o condão leviano de olvidar que na inexistência do crack não haveria “*a surrogate drug*”¹²⁵ com o potencial de produzir territórios de uso coletivo, com contornos similares aos da crackolândia, como foi o caso do “maior ponto de uso de drogas a céu aberto da Alemanha”, que “ficava em Frankfurt”¹²⁶, no final da década de 1980. Ao contrário de um reducionismo anulativo, o que se quis ressaltar, no silogismo que incluía o crack como um dos recursos necessários à existência das crackolândias, é que, na proposta articuladora territorial-interacional, os recursos do território podem e devem ser apropriados como parte das análises e explicitações.

Nesse diapasão, Braga (2015) esclarece que, no mundo contemporâneo, praticamente todos os lugares e não-lugares, enxerga-se apenas “o aqui e agora”, até porque, como já observado na discussão territorial de Haesbaert (2014), é o que tem maior valor estratégico e importância, porquanto sua maior visibilidade provoca estímulos e inquietações a buscar sua compreensão. Em sentido harmônico, o autor em análise cita Shields (1992, p. 192), quando este assevera que “o pós-modernismo desestabiliza a estrutura metonímica que relaciona presença e ausência com proximidade e distância”, posto que é possível enxergar o distante presente, bem como o ausente próximo. Destarte, não obstante haja as relações globais-locais e locais-globais na crackolândia, como geralmente, em todos os territórios do “globo”, “o aqui e agora” tem tanto maior visibilidade quanto representatividade das relações e práticas sociais.

¹²⁵ Em uma tradução literal, “uma droga substituta/substitutiva” (Tradução nossa). O uso proposital do idioma inglês é na proposta de que o termo *surrogate* tem uma função interessante de servir como “substituto” / “substitutivo” para várias ocasiões, que atenda melhor a reflexão ora enfrentada. Por exemplo, o uso do termo, em “*surrogate key*”, para designar a “chave substituta” em um banco de dados, varia bem, com relação a pessoas, quando apresenta significados de não exata conotação de um substituto, porém, que ocupa um lugar correspondente-relacionado, e.g. *surrogate mother*. A madrastra não é alguém que entrou no lugar da mãe, a rigor, sobretudo, no conceito familiar plural-inclusivo do contexto hodierno, porém, aquela ocupou um lugar matematicamente relacionado, a partir da união com o pai de um(a) filho(a), ainda que seja meramente formal para o direito civil. Na mesma lógica, “uma droga substituta” ao crack não ocuparia o mesmo lugar deste, pois há as especificidades de cada uma em si e em interação com os sujeitos envolvidos, mas poderia gerar “cenas de uso” coletivo de forma similar.

¹²⁶ Tal “cena de uso” havia se instalado “na região do parque de Taunusanlage, próximo à estação ferroviária central”, onde “viviavam cerca de 1,5 mil dependentes de heroína”, e é um exemplo interessante de se estudar como a conjugação de políticas públicas de saúde, segurança e assistência social, por etapas integradas / articuladas em rede, trouxeram resultados de resgate do espaço público e do ser humano, priorizando este como foco principal da boa política pública. A esse respeito, trazendo relevantes informações sobre a atuação pública bem articulada para com tal “cena de uso” de heroína, sugere-se a leitura da matéria a seguir de Clarissa Neher, de título “Como a Alemanha acabou com sua ‘Cracolândia’”. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/deutschewelle/2017/06/06/como-a-alemanha-acabou-com-sua-cracolandia.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 08 set. 2017.

Torna-se oportuno pontuar, de antemão que, embora existam distinções entre os usuários da crackolândia, esta está, via de regra, próxima a um centro comercial e/ou mercado e/ou estação ferroviária / rodoviária, cuja comparação dos indivíduos rotulados como “nóias” com os demais atores sociais¹²⁷, nota-se que aqueles, normalmente, não estão na mesma temporalidade destes. Haesbaert (2014, p. 169) afirma que a des-territorialização está ligada não só ao fenômeno da compressão espaço-tempo, mas também ao emaranhado de “geometrias do poder” (no plural) de uma sociedade complexa e altamente desigual, ao passo que Giddens (1991) explica que é possível a associação de espaços muito distantes em uma mesma temporalidade. Na mesma linha de raciocínio, há de se reconhecer a existência, outrossim, de espaços tão próximos, mas de temporalidades assaz distintas.

Em complemento necessário a essa abordagem acerca das temporalidades, há as territorialidades que, na primeira leitura da palavra, em um viés vernacular, significaria simplesmente um atributo de território. Contudo, Braga (2015) explica que o termo territorialidade, da mesma forma que território, possui uma polissemia decorrente de sua utilização em diversas áreas do conhecimento, e inclusive dentro da própria Geografia. Para os propósitos da presente pesquisa, é válido trazer à tona o pensamento de Haesbaert (2014), por meio do qual se distingue que a territorialidade tende a ser mais flexível, e por isso estaria mais voltada para os âmbitos simbólicos, enquanto o território carregaria uma noção mais inclinada à materialidade do espaço.

Raffestin (1993), ao refletir sobre a territorialidade, contempla-a em seis ângulos diferentes¹²⁸, dos quais nos interessa mais o da multidimensionalidade do “vivido” territorial pelos membros de uma coletividade e pela sociedade em geral, sendo definida como “um **conjunto de relações** que se originam num sistema tridimensional sociedade- espaço-tempo em vias de atingir a maior autonomia possível, compatível com os recursos do sistema” (RAFFESTIN, 1993, p. 160 – Grifo nosso). Nessa assertiva, existem dois apontamentos a serem ressaltados: o primeiro é que o autor, ainda que mais atento à perspectiva material do território pelas relações de poder,

¹²⁷ Os trabalhos de campo e as revisões literárias demonstram que o rotulado “nóia”, em geral, não possui relógio, não usa telefone celular e outros utensílios tecnológicos, até porque, esses objetos, comumente, são vendidos / trocados por “pedras” nas “bocas de fumo”, colocando aquele em uma temporalidade diversa a dos demais atores.

¹²⁸ Abstraem-se, da leitura das páginas 143 a 163 do livro em análise, os seguintes troncos reflexivos propostos Claude Raffestin, a saber: a) Territorialidade como reflexo da multidimensionalidade do “vivido”; b) Territorialidade humana: diferenças da animal; c) A alteridade e a relação triangular de René Girard; d) Territorialidade estável e territorialidade instável; e) Exclusividade como completude da identidade espacial; f) Territorialidade Siciliana, segregação e violência.

definiu a territorialidade como um conjunto de relações, o que fortalece a ótica relacional dos estudos territoriais; já o segundo, é que mesmo propondo uma espécie de “fórmula”¹²⁹ para explicitar as dimensões envolvidas na soma das relações do sujeito com o meio, o mesmo autor esclarece que não se refere a “uma soma matemática, mas de uma totalidade de relações biossociais em interação” (*Ibidem* – em nota de rodapé à p. 161).

Por meio das definições apresentadas, é perceptível que a territorialidade está atrelada às questões relacionais, traço marcante em sua dependência da exterioridade, de modo que aquela se define através do outro (“o externo”), pois sem o outro não há territorialidade, na medida em que esta se constitui das relações mediatizadas. A esse respeito, apropriando-se de René Girard, Raffestin (1993) menciona que a relação com o território mediatiza, em seguida, as relações com os homens, concluindo que o poder exerce a mediatização de/em todas as relações territoriais. Cabe, nesse contexto, apresentar a definição, de Sack (1986, p. 19), pela qual a territorialidade pode ser vista como “a tentativa de um indivíduo ou grupo de afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relações, através da delimitação e da afirmação do controle sobre uma área geográfica. Esta área será chamada de território”.

Em uma leitura mais ampla que das materialidades das relações de poder, o componente relacional, em Haesbaert (2014), possui uma amplitude maior, pela qual a territorialidade estaria mais voltada para o caráter simbólico, abrangendo mais os sentimentos e significados do/no território. Santos e Silveira (2006, p. 19) corroboram com tal pensamento, pontuando que “o sentido da palavra *territorialidade* como sinônimo de *pertencer àquilo que nos pertence...* esse sentimento de exclusividade e limite ultrapassa a raça humana e prescindem da existência de Estado”.

Com contornos análogos, mas para além dessa conceituação, visto que retoma as relações de poder à discussão, ainda que em um caráter mais simbólico do que material, Zambrano (2001), vislumbra que as territorialidades podem ser compreendidas como as “identidades coletivas”, que são mobilizadas pelo sentido de território / sentimento de pertença, e da mesma forma que

¹²⁹ Segundo Raffestin (1993), a territorialidade seria a soma das relações mantidas por um sujeito com o seu meio, podendo ser expressa pela fórmula: $T = \sum H r E$. Nesse sentido, para o autor, o H seria o indivíduo, desde que pertença a uma coletividade; r uma relação particular definida por uma forma e conteúdo que necessita de mediatos; e E uma exterioridade, ou seja, um lugar mas também um espaço abstrato – um sistema institucional, político e cultural. O autor pondera ainda que os movimentos dessa territorialidade são dinâmicos, posto que “os elementos que a constituem, H r E, são suscetíveis de variações no tempo” (RAFFESTIN, 1993, p. 161).

este, emergem das relações de poder. Dentro dessa lógica de sensação de pertencimento, enquanto característica da territorialidade que abarca a subjetividade e o caráter simbólico do território, é oportuno apresentar, harmônico à presente discussão, a assertiva de Kevin Lynch a respeito da imagem da cidade para os cidadãos, na perspectiva do “espaço vivido” (experimentado) de Michel De Certeau: “Todo cidadão possui **numerosas relações com algumas partes da cidade** e a sua imagem está impregnada de **memórias e significações.**” (LYNCH, 2009, p. 11 – Grifo nosso).

Nesse mesmo sentido, os usuários, como cidadãos que se relaciona de múltiplas formas com o território da crackolândia, assim como outras pessoas e as materialidades cujas interações, dentro e fora daquele dispositivo, que o afetam e/ou que são por ele afetados, sob o ângulo relacional e comunicacional do território, constituíram “um caminho-tentativo” de se enxergar lógicas para busca de estabilidade em meio às suas sucessivas destabilizações, aberturas e fechamentos.

Assim, diante da limitação temática, abordaram-se nesta seção somente as noções necessárias à compreensão do objeto de estudo, posto que território e territorialidade são conceitos teóricos que abarcam amplas discussões, cujos propósitos de interface com as ciências da comunicação foram atingidos até onde era oportuno às discussões da presente tese¹³⁰. Desse modo, a compreensão e caracterização de espaços, territórios e territorialidades, foram suficientes para se procederem a ampliação de olhares que, com semelhante foco argumentativo-tensionante, passa a enfrentar a discussão dos circuitos, campos de força e outras conexões.

4.3. Circuitos, campos de força e conexão

Com base nesta ótica relacional do território, nota-se que o conceito e estudo deste demonstra uma ligação forte com a ideia de dispositivo interacional, que Braga (2012b, p. 37 – grifo nosso) expõe como aquilo que ele está efetivamente interessado em estudar por esse caminho-tentativa:

¹³⁰ Enquanto contribuição sugestiva desta pesquisa para investigações futuras, há uma infinidade de temáticas instigantes que também constituem oportunidades de articulações profícuas com ângulos de enfrentamento nas ciências da comunicação, que poderiam ser realizadas. Nesse viés, Haesbaert (2014), Deleuze e Guattari (1996; 1997) poder-se-iam ser tensionados (e tensionarem teóricos da comunicação), quanto aos processos de desterritorialização, territorialização e outras dicotomias abstraídas dos debates territoriais, em relação à circulação nos seus processos de produção e reconhecimento.

“**tentar perceber** que direcionamentos e intervenções **os participantes sociais** (indivíduos, grupos, instituições) **tentam imprimir em suas interações**”. O mesmo autor, em sua digressão filosófica com seus leitores e em particular para com os questionamentos de Ciro Marcondes Filho, deixa mais evidente que os dispositivos interacionais são uma tentativa de percepção dos seus processos em concreto:

Ora, buscar nos dispositivos interacionais gerados pela sociedade uma “percepção de seus processos para produção de previsibilidade” (Braga, 2010: 79) *não significa, como Ciro infere, que eu me situe em um “paradigma tecnocrático*”, que pretenda pensar “a comunicação como um projeto que pode ser administrado” (Marcondes Filho, 2011a: 175). (BRAGA, 2012b, p. 37 – Grifo nosso).

Destarte, nota-se que Braga (2010a) – como esclarece o próprio autor em outro trabalho supra reproduzido – Braga (2012b) – quer buscar com a ideia de “dispositivo interacional” é a percepção da lógica dos processos que o permeiam para consequentemente produzir previsibilidades, mas sem nenhuma imposição de “um projeto a ser administrado”, permitindo a extensão da abertura e fechamento de diferentes circuitos. Ademais, o mesmo autor (Braga, 2012a), nessa continuidade argumentativa, fala de quatro conceitos que têm sido trabalhados com diversidade interna de pensamentos, enfatizando no artigo os dois primeiros, a saber: circulação e circuitos.

Para os fins da pesquisa, interessará mais a discussão quanto aos circuitos¹³¹. Em um viés destes como perspectivas de facilitação de entendimento, tem-se, via de regra, que os circuitos são espécies de esquemas, com delimitação de espaços/etapas, tendo uma vastidão de exemplos, tais como os circuitos elétricos, os de treinamento físico, etc. Logo, esses também seriam úteis para a compreensão das características de um dado dispositivo interacional e deste com relação a outros. Em uma perspectiva circuitável, Braga (2017a) observa que as diferentes situações de interação nem sempre se encerrarão em seus próprios objetivos e resultados, de modo que onde termina um episódio interacional, inicia-se outro.

Nesse sentido, com o intuito de superar uma abstração simplista do que se vê, chegando a uma compreensão da racionalidade (a lógica) dos processos operantes e interagentes em um

¹³¹ Em outro sentido, vale observar que, houve uma ainda que célere, porém, igualmente profunda, reflexão acerca da circulação dos sentidos nas transformações da região do “Lote vago”, enquanto um “sistema de produção”, utilizando-se de episódios interacionais ilustrativos dessa inferência (cf. seção 6.3.1).

território (“campo de forças”, “relacional” e permeado por “fluidez e interconexão”), torna-se necessária a discussão aprofundada dos circuitos:

Uma questão que se põe aqui é a de como concretizar aspectos dessa perspectiva abrangente, de modo a transitar da elaboração reflexiva e ensaística para o trabalho da pesquisa empírica. Uma primeira aproximação corresponde a perceber que essa circulação em fluxo contínuo **não é apenas uma descrição abstrata**. Ela **se manifesta concretamente na sociedade, na forma de circuitos** – que são **culturalmente praticados**, são reconhecíveis por seus usuários e podem ser descritos e analisados por pesquisadores. (BRAGA, 2012a, p. 41 – Grifo nosso).

Conforme ensina o autor, os circuitos são “culturalmente praticados” e podem ser “descritos e analisados” por pesquisadores. Portanto, os circuitos são úteis na forma de olhar o espaço público, inclusive no contexto da semiose, não enquanto lógica, “mas de lógicas que estão em processos, a partir de acessos, utilizações, práticas e apropriações sociais” (FERREIRA, 2020, p. 7), o que corresponde ao direcionamento de olhares dialéticos para os observáveis da tese, por meio da tentativa de leitura dos episódios interacionais diversos que se comunicam e seguem adiante (chegada/saída e conhecimento/reconhecimento).

Por esse prisma, vislumbra-se a relação com uma espécie de circulação do “lugar de passagem de outros discursos”, sobre a qual Braga (2017b) falou na grande mídia, mas *mutatis mutandis*, é apropriável para os espaços singulares das “cenas de uso” do crack e outras drogas, como se pode ver na citação abaixo disposta:

Aqui, a “circulação” não se refere a **um produto que circula**, mas ao aparecimento, à **passagem**, à **presença de discursos** em “um lugar” – **lugar de passagem, de circulação de outros discursos** – assim como **uma praça pública**, em que circulam **passeantes, escolares, namorados**; ou **um bar** em que circulam **conversadores**. Também a mídia: aparece como um lugar comum, em que tudo busca aparecer. (BRAGA, 2017b, p. 55).

Percebe-se que o ambiente da crackolândia, próxima ao Mercado Municipal de Governador Valadares, abrange toda essa múltipla circulação de pessoas, mercadorias e discursos, dos bares, feira, ponto de ônibus, supermercado, hospital, depósitos, etc., sobretudo da própria “cena de uso” do crack e outras drogas. Assim, abrange algumas facetas de complexidade com contornos similares ao mencionado redesenho das relações entre correntes de “desespecialização” com os setores especializados. Nessa linha, após a diferenciação entre meios e dispositivos, bem como de circuitos e processos de circulação, Braga (2017b, p. 60) versa a respeito desse redesenho das relações falando de três pontos de implicações disso, das quais a parte de dois tem

apropriação cabível: “a. a entrada em cena de circuitos não especializados, inerentes ao ambiente da cotidianidade; [...] b. [...] e momentos de circulação em ambientes de cotidianidade”.

Apesar de se ter consciência da articulação supra voltar-se para outro contexto de abordagem, Braga (2017b) apresenta reflexões com grande aproveitamento aos tensionamentos teóricos da presente tese. Com essa visão, aspectos da complexificação do processo de comunicação, pela qual o autor se apropria de Fausto Neto (2008) na configuração de novos regimes de discursividade superando a visão bastante estabelecida de “produtos” e, principalmente da riqueza abrangida pela observação da diversidade de lógicas efetivamente presentes em cada circuito e até mesmo nas estratégias circulatorias, observando “os processos interacionais em cada ‘passo’ de um circuito mais extenso” (BRAGA, 2017b, p. 64), é uma oportunidade teórico-epistêmica.

Desse modo, na acepção de Braga (2012a) de “culturalmente praticados” e “descritos e analisados” pelos estudiosos, combinada com a de Braga (2017b, p. 63), por meio da qual o autor fala que “se trabalharmos perto dos circuitos que se constroem (com maior ou menor repetibilidade ou duração), poderemos detalhar uma diversidade de processos e padrões”, é possível estabelecer um paralelo apropriativo de Certeau, Giard e Mayol (2009). Tais autores mencionam dois caminhos para o estudo “do bairro”, a saber: a “Sociologia urbana do bairro” e a “Análise socioetnográfica da vida cotidiana”.

De acordo com a visão por eles proposta, a primeira (*in casu* “Sociologia Urbana”) privilegiaria os “dados quantitativos, relativos ao espaço e à arquitetura; realiza medições (superfície, topografia, fluxo dos deslocamentos, etc.) e analisa as imposições materiais e administrativas que entram na definição do bairro” (CERTEAU, GIARD e MAYOL, 2009, p. 37), enquanto que a última “enfeixa desde as pesquisas eruditas dos folcloristas e dos historiadores da ‘cultura popular’, até aos imensos painéis poéticos, quase míticos, que a obra de James Agee representa de maneira exemplar.” (*Ibidem*).

Destarte, os autores em tela escolheram um método que consistisse em unir essas duas vertentes de uma mesma abordagem, a fim de trabalhar a matéria objetiva do bairro (imposições externas, disposições, etc.) apenas até o ponto onde ele é a terra eleita de uma “encenação da vida

cotidiana”. E trabalhar esta última, enquanto ela tem algo a ver com “o espaço público onde se desenrola”:

Logo surgiram problemas precisos: **não estamos mais trabalhando em cima de objetos recortados no campo social de maneira somente especulativa** (o bairro, a vida cotidiana...), **mas em cima de relações entre objetos**, bem exatamente estudando **o vínculo que une o espaço privado ao espaço público**. O **domínio dessa separação pelo usuário**, aquilo que implica como ações específicas, como “táticas”, fundamenta no essencial esta pesquisa. Eis aí uma das **condições de possibilidade da vida cotidiana no espaço urbano**, que molda de maneira decisiva a noção de bairro. (CERTEAU, GIARD e MAYOL, 2009, p. 38 – Grifo nosso).

Dentro dessa percepção que as apropriações de circuitos, dispositivos e, em algumas especificidades, até da circulação, devem ser visualizadas aqui. O interacional tratará das relações entre esses “objetos” e desses com as populações, vendo as interações e a materialidade enquanto “condições de possibilidade da vida cotidiana no espaço urbano” em estudo. Reitera-se que há profícua troca e complementaridade conceitual entre a perspectiva interacional e a ótica relacional do território, através da qual, permite-se trabalhar a discussão teórica do território enquanto um dispositivo interacional, na medida em que o território, mesmo do ponto de vista somente material, viabiliza interações da vida cotidiana na “matéria objetiva do bairro”, ou seja, suas “imposições externas, disposições, etc.” (CERTEAU; GIARD; MAYOL, 2009, p. 38).

Dentro desse cenário discursivo, torna-se oportuno retomar a ideia de Souza (1995), pela qual, o território pode ser visto como um “campo de forças”, na lógica de um jogo das relações de poder que se delimitam espacialmente. Transpondo para a perspectiva de Ferreira (2017, p. 113 – grifo nosso) que esclarece que “os meios-midiáticos são **disputados socialmente [...] luta incessante** pelo acesso, os usos, as práticas e as apropriações”, verifica-se a caracterização de uma “luta pelo reconhecimento” no tipo peculiar de circulação nas / das “cenas de uso” do crack e outras drogas, que supera um “passar de mão em mão”.

A circulação, central na constituição dos **fluxos**. Circulação não é passar de mão em mão. Circulação é operação de **pegar, manipular**, no **contexto da luta pelo reconhecimento**, no âmbito dos fluxos. Portanto, a circulação remete aos **conflitos e possibilidades de reconhecimento social**, acionados por **atores e instituições**, midiáticas e mediatizadas. (*Ibidem*, p. 109 – Grifo nosso).

Por esse prisma, nota-se que a crackolândia seria um espaço, geralmente, próximo a um espaço “central”, ou até mesmo dentro deste. Contudo, de temporalidade e estética assaz diversa, o que

a torna tão rotulada como lugar à margem, deteriorado, ou mesmo como um não-lugar. Com o objetivo de abordar suas peculiaridades, interações e a confusão entre o público e o privado nesses “territórios do crack”, como portadora de singularidades em circuitos e episódios interacionais, torna-se necessária a apropriação de “A guerra dos lugares”.

Com essa visão, destaca-se que, na atualidade, a experiência social tem produzido o que Arantes (1994, p. 191) define como “lugares sociais efêmeros, particularmente no bojo dos conflitos e das sociabilidades que se constituem nas praças e ruas das chamadas megacidades”. Por meio dessa conotação de “guerra”, mais pertinente à discussão do território do crack e a eclosão desses lugares / não-lugares, o mesmo autor produziu questionamentos interessantes: “Como se estrutura o espaço social onde essa guerra ocorre?” e “Qual a natureza dessas fronteiras contraditórias que, a um só tempo, separam práticas sociais e visões de mundo antagônicas e as põe em contato, tornando possível o diálogo?” (*Ibidem*, p. 191).

Nesse contexto peculiar de oposição em contato, Antônio Arantes, com uma inventividade metodológica diferenciada, utilizou-se de caminhadas para observação e de *desenhos* feitos pelos usuários de drogas, com o intuito de acessar o território simbólico da “famigerada” cracolândia paulista próximo à Praça da Sé, na qual ele sinaliza uma forma de manifestação do conflito socioespacial, “A guerra dos lugares”. Segundo Arantes (1994), na região da Praça da Sé, ocorreria a exposição da falta de direitos à cidadania da maioria da cidade, manifesta na incidência de roubos/furtos no comércio, no consumo ostensivo de drogas, na mendicância e em outras privações de direito similares.

Dessa forma, por meio de tal interação surgiriam espaços liminares variados, entre o público e o privado, entre a necessidade e a propriedade privada, assim como “espaços residuais, que por seu esvaziamento por inúmeros segmentos sociais quase que deixa de ser público, para o atendimento de fins particulares” (BRAGA, 2015, p. 63). Ferreira (2017) – atualizado em Ferreira (2020) – vislumbra a produção de transformações “entre Eclésia, a Ágora e a Oikos”¹³²

¹³² De acordo com o autor, “em nossa perspectiva, o espaço privado (que chamamos, metaforicamente, de *oikos*)” (FERREIRA, 2017, p. 111), enquanto a *eclésia* constituir-se-ia o espaço da regulação e a “*ágora* é o espaço de conversação entre todos” (*Ibidem*, p. 113).

que, com as devidas adaptações, vislumbram-se similitudes entre “campos de força” dos “circuitos e ambientes” e das “territorialidades itinerantes” das “cenas de uso” do crack¹³³.

Os circuitos e ambientes só existem *ad hoc*, e, nesse sentido, de forma **imprevisível**. São **configurados pelas interações**, mesmo que essas estejam atravessadas pelo **campo de forças** designado pelas práticas e apropriações tentativas. Podemos, nesse sentido, especular que os circuitos ambientes constituídos são **instáveis**, indeterminados, incertos, **permeáveis à disrupção**, mas também **à regulação** e a **novas inteligibilidades**. (FERREIRA, 2017, p. 115 – Grifo nosso).

Dentre os olhares e narrativas diversas que podem surgir em torno dos territórios das crackolândias, há os que tendem a reforçar “uma imagem estigmatizada de que a crackolândia é: um lugar de degradação e conflito permanente entre usuários de drogas e agentes do poder público” (CONCLI, 2017). Tal assertiva é apta a demonstrar uma afetação também da regulação, além da já mencionada disputa entre público e privado nesse fenômeno de “privatização do espaço público”.

Por outro lado, deve-se observar que há muitas intervenções de socorro e cuidado do poder público para com os usuários de drogas, que não teriam nenhuma proximidade com qualquer viés de disputa. Porém, ainda que extra às relações conflituosas, a complexidade envolvida, nas análises das transições e atravessamentos nos / dos espaços “entre Eclésia, a Ágora e a Oikos” ali interagentes, sem dúvida, é algo que evoca, provoca e permite leituras múltiplas de interface necessária. Destarte, pode-se conceber as crackolândias como “espaços híbridos”, pois conforme os autores articulados (Briggs e Burke; De Certeau; Lefebvre; Virilio; Castells) na tese de Sandra Mara Garcia Henriques, na conceituação de “espaços híbridos”, estes potencializam “a interação entre os indivíduos causando assim um impacto no meio social” (HENRIQUES, 2016, p. 8).

Com o intuito de esclarecer ainda mais a célere, mas paradoxalmente profunda abordagem teórica da crackolândia enquanto um “espaço híbrido”, deve-se pontuar que para Henriques (2016, p. 15) os “espaços híbridos” denotam “a união entre espaço urbano e espaço virtual”. Porém, a apropriação deste conceito vislumbra a hibridez do espaço urbano em outros planos, especialmente no que se refere ao público/o privado, ao lugar/o não-lugar, ao material/o

¹³³ Como recorda Concli (2017), em matéria da Agência Universitária de Notícias (AUN) da USP, “um fenômeno como a crackolândia pode ser muito difícil de observar, já que está sempre sujeito a mudanças e movimentos”, destacando que, também por essa razão, os antropólogos adotariam uma expressão particular para defini-la, a saber: “territorialidade itinerante”.

simbólico, e outros que se impermeiam e cujo domínio e apropriação no dispositivo interacional crackolândia se perfaz de forma não só antagonica, mas também múltipla e híbrida, em suas dimensões e temporalidades pelos seus diversos atores sociais.

A percepção desses antagonismos e dessa “guerra” de uma forma múltipla também pode ser levada a perceptível interação no dispositivo (conforme o trabalho de campo possibilitou a discussão sobre “privacidade adaptada” que será discutida na seção aplicação do método proposto) da própria “luta pela moradia”. Como explica Carlos (2004, p.147-148), a luta pela moradia não é a luta por um “teto mais serviços”, mas pela vida contra as formas de apropriação privada. Assim, o habitar significaria a apropriação dos lugares de realização da vida¹³⁴.

Nessa lógica, mais propriamente à delimitação temática, torna-se relevante destacar, no que se refere à intenção da pesquisa de estudar as filmagens do sistema de monitoramento “Olho Vivo” a respeito da crackolândia situada próxima ao Mercado Municipal de Governador Valadares/MG, tratar-se-á de um circuito fechado (ou um circuito interno), à medida que, mesmo tendo as câmeras rotação 360°, elas encontram-se afixadas em locais específicos, captando e transmitindo os sinais para a Central de Monitoramento no Comando de Operações da Polícia Militar (COPOM).

Em outro sentido, a mesma crackolândia, enquanto território e dispositivo interacional, dentro da lógica da “guerra dos lugares” de Arantes (1994), deve ser tratada como “um circuito semiaberto”¹³⁵, no entendimento deste pesquisador, pois, como já demonstrado, o circuito em análise não é totalmente aberto, uma vez que comporta estranheza e até mesmo temor nos

¹³⁴ Em uma leitura jurídico-comunicacional, é necessário um juízo de ponderação (“tensionamento”) ao direito à propriedade, inclusive a do próprio Estado, com outros direitos fundamentais respaldados na Constituição Federal (CF) de 1988 que não só o direito “a intimidade, a vida privada” (art. 5º, X) e “a moradia” (art. 6º, Caput), mas principalmente a dignidade da pessoa humana enquanto fundamento da República Federativa do Brasil (art. 1º, III) e os objetivos desta de “construir uma sociedade livre, justa e solidária” e “erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais” (art. 3º, I e III respectivamente), na apreciação das lides de tal território. Tal questão envolve complexidades não só de fornecer não só “o teto mais serviços” que Carlos (2004) menciona, mas até mesmo de convencer o ser humano a se reconhecer / autonomizar acima da condição de usuário de crack e/ou de em situação de rua, bem como outras necessidades que demandam uma articulação de esforços supra ao aparato de vigilância, o qual acaba tendo de repetidamente mediar e atenuar conflitos com limitações jurídicas e profissionais que o caso requer.

¹³⁵ Propõe-se esse termo, pois é o que melhor tem condições de abarcar o “funcionamento” da crackolândia enquanto um circuito híbrido e de contrastes marcantes e paradoxalmente evanescentes *in casu*: o público e o privado; o lugar e o não-lugar. No presente trabalho, apresenta-se um esforço inicial de tal sugestão terminológica, mas o pesquisador tem produzido trabalhos em busca de articular essas noções de “espaço híbrido”, “guerra dos lugares” e outros afins que, inferencialmente, permitem a categorização do território da crackolândia como um “circuito semiaberto”.

externos, mas também não é totalmente fechado, porquanto é permeável, constituindo um espaço de notável hibridez. Assim, trata-se de um “circuito semiaberto”, inferindo-se que o relacionamento entre o *circuito semiaberto* da crackolândia com outros circuitos vizinhos, bem como entre as populações ali presentes, apresentam dupla-afetação, capaz de gerar estabilidade onde se permeia a instabilidade.

Não obstante, a presente pesquisa estar voltada para o estudo de “dispositivo” interacional ao invés de um “sistema” interacional, torna-se oportuno mencionar que a teoria geral dos sistemas de Bertalanffy (1977) permite, com as guardadas especificidades, uma analogia com os circuitos, quando se abordam os sistemas fechados e abertos, sendo os primeiros “isolados” e os segundos propiciadores de troca/importação/exportação de matéria. Assim, nos sistemas também há dinâmicas e transições de estágios que superam a classificação dual, por exemplo, a apropriação da teoria em análise feita por Moisés Sbardelotto que, ao estudar a interação dos elementos comunicacionais e religiosos em rituais católicos online, assevera que:

Nesse sentido, o sistema *comunicacional-religioso abre-se ao fiel*, que, em seu interior, insere “matéria religiosa”. Ocorre, por isso, *além de uma exportação sistema-fiel*, também *uma importação* nesse mesmo sentido. O fiel *constrói o religioso* no interior do sistema, que, por sua vez, *reconstrói e remodela essa matéria*, ou então *demole e se desfaz dela*. (SBARDELOTTO, 2010, p. 8).

Pelo exposto acima, verifica-se uma dinâmica dos rituais religiosos na internet que denotam importações e exportações variadas no sistema e no fiel. Por outro lado, nesse mesmo caso se pensar no sistema religioso fora da internet, tratando mais precisamente dos circuitos comunicacional-religioso e territorializando a análise destes, vê-se que pela existência de ator(es) sintagmático(s) que define(m) quais rituais que poderão ou não estar na rede, de modo que se poderia pensar em uma permeabilidade seletiva, não sendo uma impermeabilidade plena (*in casu* não um sistema ou circuito fechado), mas igualmente, em não se tratando de um sistema plenamente aberto.

Por esse raciocínio, *mutatis mutandis*, como já pontuado, as *crackolândias* – nas metrópoles e nas cidades de grande e médio porte – cujas territorialidades relativas aos espaços de confusão e hibridez nas variadas formas de domínio e apropriação desses espaços, demandam compreensão especial para os circuitos, conforme o método de aproximação (adentrando por meio de caminhadas é diferente do que se faz através do circuito de monitoramento com câmeras). Valiosa lição, nesse viés, é abstraída de Massey (2008), na temática “Recortes através

do espaço”, que ao refletir sobre o questionamento “Confiar na ciência?”, propõe o seguinte pensamento:

Argumentei que há um tipo especial de **mistura** entre **ordem** e **acaso** que é parte que um integrante do **processo contínuo de (re)configuração espacial** em **um espaço-tempo aberto**, os resultados imprevisíveis, os componentes de caos, os encontros sem fusão. [...] Os princípios da teoria da complexidade estão eles próprios, incluídos em um Zeitgeist mais amplo. (MASSEY, 2008, p. 185).

Percebe-se que a reconfiguração espacial através de “uma inter-relacionalidade complexa” que envolve “ordem e acaso” é como a mesma autora bem infere “(...) um afastamento da certeza, em direção a um reconhecimento do pluralismo e da diversidade, em direção a uma aceitação da ambiguidade e do paradoxo, da complexidade, em vez de simplicidade” (*Ibidem*, p. 186). Destarte, há conexões e tensionamentos heurísticamente contributivos aos questionamentos da pesquisa entre os processos comunicacionais que se busca conhecer da área em estudo e as interfaces com questões territoriais e de outros campos.

Em sentido conclusivo à problematização teórica, retoma-se o objetivo geral da pesquisa que foi o de investigar/descrever a(s) lógica(s) do processo interacional da crackolândia em tela, por meio da *dialética dos olhares*. Portanto, tal descrição da “cena de uso” do crack e outras drogas, situada próximo ao Mercado Municipal de Governador Valadares, enquanto dispositivo interacional, com o intuito de superar uma abstração simplista do que se vê desatentamente e obtendo uma compreensão da racionalidade (a lógica) dos processos operantes e interagentes, tornou-se necessário o enriquecimento das apropriações teóricas propostas neste capítulo.

Sendo assim, procedeu-se ao enfrentamento das temáticas dispositivo (interacional), espaços, territórios, circuitos, campos de força e, sobretudo o estabelecimento da conexão entre os conceitos teóricos relacionados. Diante das objeções e tensionamentos teórico-epistêmicos desenvolvidos, bem como da sua contribuição inferencial, com observância de um método construído, em busca de tentar dar conta das complexidades envolvidas, torna-se necessária a mudança para o capítulo a seguir, no qual foram discutidas as estratégias metodológicas da pesquisa.

5 ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS – A TENTATIVA HEURÍSTICO-INDICIÁRIA DA DIALÉTICA DOS OLHARES

“Eu amava como amava um pescador
Que se encanta mais com a rede que com o mar”
(Oswaldo Montenegro).

“Não fechei os olhos
Não tapei os ouvidos
Cheirei, toquei, provei
Ah Eu!
Usei todos os sentidos
Só não lavei as mãos
E é por isso que eu me sinto
Cada vez mais limpo!”
(Ivan Lins).

“Numa ciência, onde o observador é da mesma natureza que o objeto, e o observador é, ele próprio, uma parte da sua observação”. (Lévy-Strauss).

Superados os detalhamentos de análises contextuais, bibliográficas e documentais que demonstram a riqueza do conjunto interativo-comunicacional do objeto de estudo, parte-se para o mais específico desta proposta de pesquisa, que é esclarecer os observáveis, o método em construção¹³⁶ e os movimentos da investigação realizados até o momento.

Nesse sentido, embora o tensionamento entre teoria e objeto traga pistas de um caminho a ser trilhado, a complexidade que abarca a busca inventiva de métodos para ida a campo é muito maior. Assim sendo, de antemão, deve-se explicitar que a proposta metodológica aqui não é um pronto e acabado, mas sim, um múltiplo-dinâmico que se forma, deforma e transforma(-se) nas suas interações, tais quais os observáveis a que busca compreender.

¹³⁶ Como se verá ao longo deste relatório de pesquisa, tensionamentos teóricos do método em construção foram verificados no trabalho apresentado ao GP Comunicação e Culturas Urbanas, XVIII Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do 41º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, referente ao artigo aprovado para tal congresso e que fora escrito por este pesquisador e seu então orientador Prof. Fabrício Lopes da Silveira, cujo título é “*A dialética dos olhares como uma tentativa heurístico-indiciária de se investigar o território da crackolândia enquanto dispositivo interacional*”.

5.1 Considerações propedêutico-metodológicas

Desenvolveu-se para pesquisa da crackolândia enquanto dispositivo interacional, um procedimento metodológico análogo ao vislumbrado com relação a áreas da cidade de Porto Alegre/RS na tese de Fabrício Lopes da Silveira – “Situacionalidades televisivas: comunicação, consumo e cultura material” (SILVEIRA, 2003), ou de sua abordagem posterior em “O parque dos objetos mortos: e outros ensaios de comunicação urbana” (SILVEIRA, 2010), no sentido de realizar percursos – “trajetos antropológicos”¹³⁷.

Assim, busca-se imergir no território da crackolândia e percorrê-lo enquanto dispositivo interacional, dentro de uma possível e diversificada etnografia de olhares (circunscritos e exorbitantes; tópicos e distópicos; sincrônicos, diacrônicos e anacrônicos; panópticos, sinópticos, escopofílicos; etc.) nos “jogos”¹³⁸ possíveis entre: o *ver e ser visto*; o *ver e não ser visto*; o *não ver e ser visto*. O pesquisador que realiza o percurso deve, em certa medida, ver sem ser visto, como às vezes, ser visto como desinteressado, para interferir pouco no processo interacional do dispositivo que ele “invade”, mas, além disso, pergunta-se: o que ele deve ver? De fato, o que está exposto será alcançável à visão, enquanto sentido, por ele e por qualquer outro passante. Porém, deve procurar pelos indícios “negligenciáveis” na concepção de Carlo Ginzburg (1986), estando atento ao imprevisto, ao inusitado e ao normalmente não visto.

A procura pelos indícios "processuais-interacionais", evidentes e negligenciáveis, num estudo do caso da crackolândia em questão (BECKER, 1993; BRAGA, 2008, 2012a, 2012b; GINZBURG, 1987; POPPER, 1999; e outros), são lançados os olhares. Vale enriquecer com o exemplo de Weschenfelder (2016) que, apropriando-se da ideia benjaminiana de “rastros” para buscar “ver o invisível” no plano cinematográfico, fez o uso de conceitos adequados à sua situacionalidade de pesquisa, e.g. “olhos ausentes” e “pontos cegos”.

¹³⁷ “O sentido de um imaginário forma-se ao longo de um percurso entre, de um lado, as formas universais e invariantes do *genus homo* e suas formas localizadas, bem como, de outro, entre a esfera de sua inserção física no mundo e a esfera dos discursos sobre essa inserção. A esse *percurso* se dá o nome de trajeto antropológico, *troca incessante* entre as pulsões subjetivas do domínio arquetipal[...]” (COELHO, 1999, p. 355 – Grifo nosso).

¹³⁸ Expressão aqui utilizada na acepção de “estratégia”, como se abstrai da leitura de Bourdieu (2004).

Aqui, cabe a apropriação da explanação de Eliseo Véron, em “*El fin de la historia de un mueble*”, mais precisamente nos tensionamentos ao eixo “Y-Y”¹³⁹ diante das transformações da *paleo-televisión*, *neo-televisión* e da terceira e última etapa a que caberia alguma noção de *posneo* (VERÓN, 2014), em que o contato geraria confiança e credibilidade, e demonstrando a mudança da verdade do enunciado para a da enunciação. Não obstante o autor estar voltado para o eixo Y-Y na televisão, suas reflexões são apropriáveis para o contato com a crackolândia objeto de estudo, à medida que é fonte de busca de indícios do que se vê ou não, assim como para o mirar e o processar do olhar, a fim de ver enunciados e enunciações nesse jogo de olhar e ser olhado nos olhos, em vários outros contextos extratelevisão.

É, igualmente, relevante salientar que o referido texto também vislumbra a crise de conceituação dessa face híbrida de “*posneo*”, de modo que é revisitado por Mario Carlón para tratar o “depois do fim” nos estudos transmediáticos, e tal autor traz um rico questionamento do “*qué es hoy la televisión? [...] O lo que se está consagrando bajo el paraguas ‘televisión’ [...]?*” (CARLÓN, 2016, p. 10). Por essa perspectiva, vê-se que a dificuldade em definir o que é a televisão hoje, sendo um termo “guarda-chuva”, debaixo do qual pode se abrigar vários dispositivos/linguagens, vê-se que mais apropriável serão seus estudos para utilizá-los às leituras e interpretações das matérias jornalísticas, filmagens do sistema de monitoramento e outras produções midiáticas a respeito do lugar estudado por este pesquisador, dentro do que for adaptável às tentativas de “dissecações” indiciárias.

Em complemento a essa busca por indícios, deve-se formar e deformar olhares no espaço e no tempo, a fim de se encontrar e se contrastar o visto e o não visto. Logo, os olhares poderão ser sincrônicos e diacrônicos – semelhantes aos desenvolvido por Frugóli Jr. e Chizzolini (2017) na Cracolândia de São Paulo, com imagens do *Google Street View* –, mas também anacrônicos, à medida em que se permite perceber anacronismos, na acepção de comportamentos, atitudes ou fatos que parecem estar em desacordo com sua época, fora do seu tempo, ou em temporalidades diversas/desencaixadas.

¹³⁹ Em francês *Les yeux dans les yeux*, que seria o título do trabalho de Sylvie Blum (1981), sobre o qual Véron (2014) desenvolve reflexões sobre o eixo dos “olhos nos olhos”, ou os “olhos cravados nos olhos”, tensionando o olhar dos jornalistas, políticos e de outros atores sociais que miram para câmera segundo o princípio de sempre guardar o contato.

As derivações temporais do olhar também podem permear não só o tempo *chronos*, mas também o tempo *kairós*¹⁴⁰, porquanto nem sempre deve mensurar quanto tempo se dispõe quantitativamente para o ato de observar, pois muitas vezes, qualitativamente, o curto período poderá ser mais favorável à percepção de indícios do que o longo. As deformidades do olhar com fins heurísticos também devem permear o espaço, com olhares distantes, aproximados, tópicos (relativos ao lugar, ou mesmo, por extensão, o não-lugar) e suas tensões com os distópicos (tanto no sentido de procurar o “fora do lugar” quanto na acepção filosófica de uma “antiutopia”, apropriando-se de visões contidas nas ficções distópicas, para abstrair controles, regulações, vigilâncias, condicionamentos e outras distopias no dispositivo interacional em estudo).

Dentro desta lógica, deve-se salientar que essas formas (a)temporais ou (a)espaciais de olhar devem ser, principalmente, perspectivas que se contrapõem, autotensionantes, com tentativas de sínteses, de se alcançar uma transmetodologia – cf. Maldonado (2013). O processamento de olhares múltiplos tem sido reafirmado a cada ida exploratória a campo, possibilitando inclusive olhares *transcrônicos* e *transtópicos*, à proporção que esses seriam capazes de atravessar os vários tempos, temporalidades e espaços, não se afixando a nenhuma percepção isolada como verdadeira, não se emoldurando de forma fixa, mas permitindo, dialeticamente, transformar-se e enquadrar conforme a liquidez das tensões com que convive.

5.2 Dos movimentos construtivos ao método da dialética dos olhares

Os esforços desenvolvidos de aproximação com o objeto empírico, por meio de verificação de filmagens do sistema de monitoramento “Olho Vivo”, vídeos no YouTube, outros documentos¹⁴¹ em torno do tema, e, igualmente, das caminhadas de observação permeadas pelo imaginário do *flâneur* benjaminiano, encontros e desencontros vislumbraram-se como procedimentos heurísticos (descobertas resultantes da articulação dialética do conjunto em

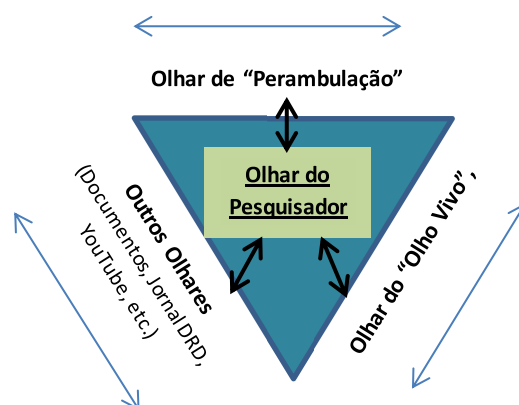
¹⁴⁰ Rubem Alves no livro “O amor que acende a lua” traz uma boa definição no sentido de que o *chronos* é o tempo medido pelo relógio, já o *káiros* é o mensurado pelas batidas do coração. Pela leitura de Alves (1999), verifica-se que o primeiro é o passível de ser cronometrado (quantitativo), enquanto o segundo se trata da sensação/percepção da passagem (qualitativo), sendo possível somente pelo último entender quem diz que, por exemplo, “o tempo passou depressa”, ou “uma hora longa”.

¹⁴¹ Verificações em variadas fontes documentais sobre a crackolândia em estudo (Vídeos na internet, Matérias no Jornal Diário do Rio Doce, documentos históricos, etc.) e de outras que puderam servir para estudo comparado (especialmente a cobertura da Folha à “Crackolândia” da cidade de São Paulo com suas resiliências, transigências e movimentações dialéticas).

movimento *epistêmico-teórico-metodológico-empírico* – operando de forma tensionante, não necessariamente, nesta ordem).

Nesse sentido, as maiores questões que permeiam a metodologia proposta para perceber a crackolândia em estudo se dão na seara do olhar (ou do “*multiolhar*”), mais especificamente, o que olhar, como olhar, quando olhar, etc. Dentro desse escopo, nas possibilidades de ver, apresentou-se o que convencionamos chamar de “dialética dos olhares”¹⁴², a qual pode ser didaticamente dividida em três dimensões: 1- *Olhar de “Perambulação”*, 2- *Olhar do “Olho Vivo”* e 3- “*Outros Olhares*”.

Fig. 7 – A “dialética dos olhares” inicial



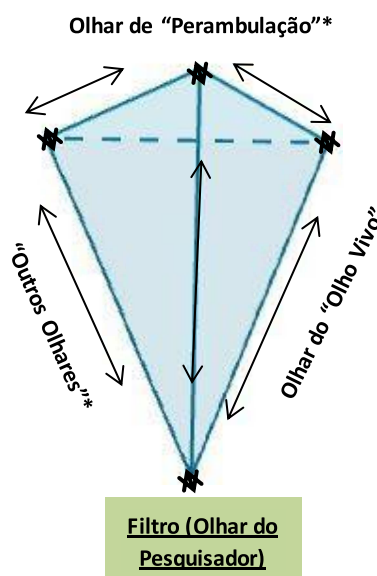
Fonte: Da pesquisa.

Tal método, assim como suas diagramações, foram sendo alvo de transformações, como se pode ver em nossas publicações a ele relativas (BRAGA, 2018a; BRAGA e SILVEIRA, 2018; BRAGA e SILVEIRA 2019), resultado não só de tensionamentos com o empírico (das idas e vindas a campo), mas também de descobertas / apropriações teórico-epistêmicas, debates e vislumbres nos congressos e seminários em que fora apresentado.

¹⁴² Embora também seja inspirado por leituras de Walter Benjamin (e também de outros autores, e.g. De Certeau, Foucault, etc.), o procedimento aqui explicitado não tem ligação direta com a “reconstrução” do projeto das *Passagens (Passagem-Werk)* do referido autor em Buck-Morss (2002) – BUCK-MORSS, Susan. *Dialética do olhar: Walter Benjamin e o projeto das Passagens*. Trad. Ana Luiza de Andrade. Belo Horizonte: Editora UFMG; Chapecó/SC: Editora Universitária Argos, 2002 –, razão pela qual a expressão foi concebida em plural (“dialética dos olhares”).

Por essa razão, pode-se pontuar que tanto os anteriores (por exemplo, o da Fig. 7) quanto o diagrama atual (Fig. 8) são parte do método (FERREIRA, 2016), para se pensar o próprio método. Estão em relação com operações heurístico-indiciárias de aproximação aos observáveis, com uma perspectiva múltipla e *transmetodológica* (MALDONADO, 2013) que tem sido atualizada conforme os movimentos investigativos. Destarte, a ilustração abaixo disposta se trata de um diagrama tentativo¹⁴³ e móvel, que não busca condicionar a visão ou estruturar a observação; porém, pelo contrário, tenta permitir a mobilidade, o conflito e a objeção entre olhares diversos, com o intuito de, dialeticamente, encontrar o empírico conceitualizante. Assim, modificou-se neste trabalho a antiga figura triangular para uma pirâmide invertida de base triangular, conforme se vê abaixo representada:

Fig. 8 – A “dialética dos olhares” aprimorada¹⁴⁴



Fonte: Da pesquisa.

Obs. * Possuem também a dimensão comparada (cf. Seções 6.2.2 e 6.2.3).

¹⁴³ Durante as discussões no INTERCOM 2018, inferiu-se a necessidade de a figura esquemática ser modificada retirando de dentro de caixas compartimentadas cada dimensão do *olhar*, deixando-as abertas como foram apresentadas às bancas de seminário de tese e de qualificação (Vide Fig. 7). E, por ocasião desta última, houve o vislumbre da modificação para o modelo apresentado no presente artigo, apontado como o mais adequado à tese em construção. Tal mudança se deu com base no debate acerca da alocação do pesquisador na figura, de modo que esse pensou em partir da geometria plana para a sólida, a fim de que com uma imagem tridimensional, representasse melhor a dinâmica metodológica em construção. Para fins de melhor visualização desse processo, em ordem cronológica, sugere-se a leitura de Braga (2018a), Braga e Silveira (2018) e Braga e Silveira (2019), das quais se verificará a primeira apresentação sem diagrama, do primeiro diagrama e deste com a primeira mudança.

¹⁴⁴ A figura piramidal base da ilustração foi extraída de: <https://www.slideshare.net/adrianasosa737/piramide-base-tringulo-y-cuadrado-63397818>. Acesso em: 04/02/2019.

Percebe-se que, de forma invertida, o olhar do pesquisador não ficou por cima e, pela lógica representada, não ficou abaixo (no sentido de inferiorizado), mas ao final do processo, permitindo maior analogia representativa com o seu conceito de filtro. Vale salientar que, na perspectiva do método como “uma moeda de circulação” (FERREIRA, 2010, p. 50), de modo que pode ser deslocado de seus lugares (campos) de origem, é possível que ele se modifique ao longo dessa e de outras pesquisas, realizadas, inclusive, por outros pesquisadores que se apropriem da estratégia metodológica; porém, (de/dis/con)formando-a aos seus respectivos propósitos investigativos.

Em termos epistemológicos, a questão dos “olhares” permeia o comunicacional até mesmo no posicionamento da comunicação enquanto disciplina, pois há um “solapamento” dos critérios positivistas de objeto e método para delimitar o que é ou não de uma disciplina acadêmica. Para além dessa visão reducionista de “exclusividades”, uma disciplina irá se constituir “também por seus próprios requisitos internos, seu desenho específico de teorias, de epistemologia, de constituição de visada ontológica, de ângulos de enfrentamento do mundo, no trabalho da pesquisa” (BRAGA, 2010b, p. 25-26, grifo nosso).

Deste modo, a “dialética dos olhares” ora abordada, trata antes de tudo, de buscar desde o início da pesquisa, o olhar comunicacional-interacional. Assim como Maldonado (2013) esclarece que a linha estratégica transmetodológica seria uma opção epistêmica que possibilita a confluência de métodos, a metodologia aqui exposta, da mesma forma, enquanto permite a confluência de olhares, mas igualmente tornando possível o “entrelaçamento de lógicas diversas (formais, intuitivas, **para-consistentes**, abduativas, experimentais e **inventivas**); [...]” (MALDONADO, 2013, p. 19 – Grifo nosso).

É importante destacar que uma escolha epistêmica que permitisse verificar somente lógicas formais, excluindo, por exemplo, as *paraconsistentes* e inventivas, jamais seria capaz de identificar interações no dispositivo que usuários de droga aprenderam por meios individualmente criados, mas socialmente aprimorados, porquanto ficaria aprisionado a percepções silogísticas e simétricas, ainda que o empírico se apresentasse desuniforme, antagônico e assimétrico. Dessa maneira, o método proposto, que esteve em constante (des/re)construção, pretende incluir por meio dos “jogos” do olhar todas as possíveis lógicas

processuais daquele dispositivo interacional, não tendo nenhuma predileção pelas formais, tradicionalmente apontadas como mais belas.

No espírito da crítica à expressão “beleza é fundamental” que Marcelo Gleiser faz no livro “Criação Imperfeita”, o percurso investigativo, trilhado nesta pesquisa, não teve compromisso algum com procurar enxergar visões “perfeitas”. Contudo, em uma perspectiva bem diferente, procurou-se processar modos de ver dialéticos, ao ponto de superar distorções e cegueiras, observando, igualmente, os desencaixes e as falhas, de forma a não aceitar nenhuma percepção inicial como verdade apriorística, mas sim como hipóteses iniciais que deveriam ser (e, de fato, foram) submetidas a duros testes, a fim de verificar se chegariam ou não ao *status* de conhecimentos provisoriamente descritivo-explicativos das interações a que se propuseram entender.

Ressalta-se que todos esses olhares em choque permeiam o “Filtro” do Olhar do Pesquisador, o qual deve ser explicitado sempre, porquanto a explicitação é que permitirá o tensionamento da produção por parte de outros pesquisadores. Assim, é oportuno mencionar nesse aspecto Braga (2006), refletindo sobre o conceito de *mediações* de Martin-Barbero (1997): o espectador traria para a interação as suas vivências e bases culturais socialmente elaboradas, de modo que sua “perspectiva enfatiza os aportes pré e extramidiáticos” (BRAGA, 2006, p. 36).

Apesar de o autor ter usado no contexto dos dispositivos sociais desenvolvidos no ambiente de interações da sociedade, com sua respectiva mídia, a apropriação é útil para preservar a explicitação, à medida que o pesquisador e quem ele observar trarão para as interações suas vivências e bases culturais. Logo, torna-se relevante a apropriação de Bonin (2011, p. 21), quando fala da importância de explicitar procedimentos que, colocados no que ela chama de “bastidores da pesquisa”, ancorariam “os processos de sua construção”.

Vale destacar, nesse contexto, que o investigador se propôs, desde o início, a tratar-se como também um observável da pesquisa, uma vez que inevitável e certamente afetou e foi afetado pelo dispositivo interacional e circuitos em estudo. Diante da complexidade e possibilidade de leituras múltiplas das imagens, é de grande valia à percepção do pesquisador de como enfrentar o conteúdo “imagético” com novos modos de ver e pensar as imagens. A esse respeito, destaca-se a contribuição ímpar de Rosa (2017), uma vez que discutindo as tensões entre o registro e

encenação da imagem de Aylan Kurdi e sua constituição em totem, a autora nos propõe problematizar novas formas de pensar, ver e compartilhar imagens, na nova ambiência em que produtores e receptores atuam como cogestores da cultura.

Os processos midiáticos envolvidos nessa totemização / autonomização da imagem demonstram bem o fato de ninguém querer mais questionar os aspectos de aquela ter sido ou não montada, ou as questões político-sociais que são “opacadas” pela força totêmica. Destarte, a “foto-choque” por si só se constitui enquanto um fenômeno de “estrutura profunda, manifesta por um tipo de intuição mítico-religiosa que realiza a ordenação do mundo e que gera um sentimento de pertença” (ROSA, 2017, p. 344), que já suficientemente instigue e demande ser estudado.

No desenvolvimento deste artigo, a autora em questão perpassa imagens materiais / imateriais, endógenas / exógenas, e outros exemplos de conceitos relevantes para que a dialética dos olhares aqui proposta dê conta de perceber, no repertório de imagens a serem estudadas, nuances e pistas acerca do inter-relacionamento no / do dispositivo. E, talvez, olhando para as diversas imagens com que se deparou, não como uma simplificação, mas pelo contrário, uma *complexificação* em que há coisas que vão além de si mesma, por meio desse método indiciário, híbrido e ainda em transformação (mesmo pós-concluída a tese, pois o método poderá servir a outros pesquisadores que queiram utilizá-lo e/ou tensioná-lo), descobrir-se-ão questões sobre como funciona tal dispositivo interacional e quais são as lógicas desse funcionamento.

Assim, as imagens símbolos têm muito a dizer sobre o objeto de estudo, obviamente, cercandose de cuidados para não se perderem questões sociais e políticas importantes ao problema da pesquisa nesse envolvimento com sua força totêmica (ROSA, 2017). Por esse viés, apropriando-se do rastro benjaminiano, à procura pelos “olhos ausentes”, “pontos cegos” e outras fontes de indícios negligenciáveis, foram buscados como um tensionamento constante e uma prevenção da “*hipertrofia do olhar*”, em face das repetidas aparições de imagens¹⁴⁵ com que tivemos contato nesta pesquisa.

¹⁴⁵ Um exemplo disso é que, no videomonitoramento, há muitas filmagens de usuário fazendo uso do crack, mas a experiência e interacionalidades na crackolândia são muito maiores do que o consumo da droga, demandando métodos criativos para a não ocorrência dessa hipertrofia: “De tanto ver, já não vemos” (*Ibidem*, p. 349).

Com o objetivo de estudar, com riqueza, a crackolândia em questão, além da pesquisa bibliográfica e documental em geral, foram analisadas separadamente¹⁴⁶ as imagens do vídeo monitoramento do Programa “Olho Vivo”, não só por sua especificidade que demanda uma metodologia diferenciada, mas também pelo próprio rigor ético que abrange os dados provenientes dessa categoria. Nesse sentido, deve-se destacar que, por ser Oficial da Polícia Militar, o investigador desta pesquisa não pôde realizar entrevistas à população usuária de drogas, pois poderiam ser infrutíferas¹⁴⁷.

Desse modo, a disponibilização desses dados foi de suma importância para o desenvolvimento desta pesquisa. Por outro lado, a autorização do uso dessas imagens exclusivamente em apresentação e/ou trabalho escrito, só foi cedida pelo fato de o pesquisador ser policial militar, o que lhe impõe o dever profissional de não divulgar tais dados para fins avulsos, sob pena de cometer delito de violação de sigilo funcional¹⁴⁸.

Além de ter essa obrigação a mais, as imagens que forem divulgadas dentro da pesquisa, ou em outras publicações científicas, foram trabalhadas com hachuras na face das pessoas, ressalvado os casos em que a distância / posição da imagem não permitiram identificação, com o objetivo de garantir o anonimato da população estudada. Deve-se salientar que tais obrigações funcionais do pesquisador não prejudicam a análise das filmagens, pois o mais importante, o estudo metodológico daquele território enquanto um dispositivo interacional, de seus componentes e de suas lógicas, foi procedido, sem nenhum prejuízo, pela observância da ética no respeito à imagem das pessoas.

Ainda com relação às filmagens, cumpre esclarecer que, diante da impossibilidade de verificar todas as gravações, tampouco por amostragem, uma vez que os recortes temporais da

¹⁴⁶ É importante lembrar que há a separação para análise, mas quando dos tensionamentos e das sínteses heurísticas, todos olhares estarão em conjunto no que se transforma em novo conhecimento pro visório por meio desse método.

¹⁴⁷ Além do conflito de interesses de antemão percebido, deve-se atentar que tal procedimento seria condicionante de riscos desnecessários para pesquisador e pesquisados. Salienta-se que há tanto a questão da integridade física do pesquisador-pesquisado em possíveis situações de “paranoia” quanto a possibilidade de as entrevistas virem a parecer que os usuários estariam delatando traficantes e os colocarem sob risco de morte. Ademais, especialmente pelas formalidades necessárias de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, gravação da entrevista, no conhecimento em contato com aquela população, poderia fazer com que não se sentissem à vontade de falar. E mesmo que na condição de informante, protegendo os dados dos entrevistados, como há outros meios de buscar por dados secundários inclusive relatos orais deles (cf. explicação contida nesse trabalho acerca dos *Outros Olhares*), entende-se que a submissão a perigo dos pesquisados e do pesquisador não se justifica.

¹⁴⁸ Previsto nos artigos 325 e 326 do Código Penal (CP) e Código Penal Militar (CPM) respectivamente.

madrugada, manhã, tarde e noite, seriam bastante extensos e fora da disponibilidade de tempo até mesmo de uma tese, demandou-se um grau de adaptabilidade criativa do pesquisador para estabelecer os critérios de seleção. Nesse condão, optou-se por analisar todas as filmagens que resultaram em ocorrências, com apreensões e/ou prisões, ou com apenas averiguações pelas quais foram gerados empenho no Central de Monitoramento do Olho Vivo/COPOM 8ªRPM da 8ª RISP.

Cumprido salientar que a análise das filmagens é somente um recurso metodológico da pesquisa, o qual deve também ser tensionado, no sentido de que o olhar da câmera (*Olhar do “Olho Vivo”*) é, de certa forma, um olhar parcial, visto ser “um olhar do Estado”¹⁴⁹, o qual, quando focaliza em algo estará, invariavelmente, sempre ignorando o resto do ambiente circundante que não fora registrado (de certa forma, “olhos ausentes” e “pontos cegos”). Nesse diapasão, Braga e Santos (2017)¹⁵⁰ obtiveram percepções relevantes daquele dispositivo interacional enquanto território material.

Todavia, esses mesmos autores notaram que, para avançar na descrição do território, *in casu* de suas lógicas interacionais, há a necessidade de contraste com outras formas de ver que cheguem a tanger o simbólico-cultural, conforme se verifica na conclusão do artigo em questão. Para tanto, é necessário a apropriação e problematização das teorias comunicacionais em face do trabalho empírico. Dessa maneira, o tensionamento pela teoria e por meio de outras fontes documentais (*Outros Olhares*)¹⁵¹ deve ser uma constante.

¹⁴⁹ A análise é trabalhada com fundamento teórico na temática “vigilância” na perspectiva do Panóptico (Jeremy Bentham e Michel Foucault) de forma bastante atual, bem como é tensionada por Bruno, Kanashiro e Firmino (2013), Bruno (2010), Bauman (2014) e David Lyon (2006), nas perspectivas de “vigilância e visibilidade”, as “máquinas de ver e os modos de ser”, “vigilância líquida” e “sinóptico e escopofilia”. Ademais, na pesquisa, proceder-se-ão aos complementos descritivos pela perspectiva de autores voltados para abordagem do conteúdo imagético propriamente dito.

¹⁵⁰ Um primeiro esforço nesse sentido, específico na seara desse olhar “Olho Vivo” enquanto campo, mas ainda prematuro em tensionamentos do olhar vigilante.

¹⁵¹ Livros e arquivos históricos da área em estudo, documentos e vídeos com relatos dos usuários (e.g. Cartilha do do Centro de Referência Especializado de Assistência Social em População de Rua – CREAS POP – “A Rua conta a sua história” e os vídeos da Campanha “Todos contra o crack” do programa *Valadares na TV*), reportagens do jornal da cidade (Diário do Rio Doce) e até mesmo da Cracolândia de São Paulo como comparativo, são exemplos de todo material que tem sido utilizado por esse pesquisador como fonte de *Outros Olhares*. Além disso, aqui também se enquadram a observação da população usuária ou de profissionais que com ela trabalham fora do dispositivo interacional em estudo, e.g. o “Seminário Intersetorial de Políticas Públicas: Foco em População em Situação de Rua”, do qual este pesquisador participou como ouvinte, no dia 23Nov17-Qui, no período da tarde - previsto das 13h30min às 17h.

Ademais, a observação *in loco* deve ser encarada como mais um olhar – o *Olhar de Perambulação*. Munido do respectivo caderno de anotações, com inspiração no *Flâneur* de Walter Benjamin (2018; 2017c), realizando as caminhadas propostas por Michel De Certeau, o pesquisador “perambulou” pelo território da crackolândia. Essas caminhadas permitiram entrar em contato com a área de estudo, de modo a aguçar sua percepção sensorial em relação àquela, de forma que, por meio desse procedimento, torna-se possível sentir cheiros, ouvir sons e ver mais de perto. Na condição um *andarilho-voyeur* (CERTEAU, 2011) que observa as práticas cotidianas e não estabelece apenas um olhar de cima, analisam-se no observável dispositivo interacional, as interações de populações (usuários, comerciantes, autoridades públicas, transeuntes) e principalmente, destas com o território material, buscando verificar as hipóteses iniciais da presente pesquisa.

É válido notar que as hipóteses iniciais constituíram-se nos esforços inferenciais preliminares, em face do problema e do desafio de observar o dispositivo interacional, de modo que serviram à tentativa de, por meio deste procedimento, realizar uma "descrição densa" (GEERTZ, 1978)¹⁵² dos indícios "processuais-interacionais", evidentes e negligenciáveis, num estudo do caso (BECKER, 1993) da crackolândia situada próxima ao Mercado Municipal, apreendendo o máximo desses circuitos do campo da comunicação enquanto uma disciplina indiciária (BRAGA, 2008; GINZBURG, 1987; POPPER, 1999; e outros).

Em razão dessa possibilidade bastante rica em sinestesia do método das caminhadas, é oportuno mencionar que Certeau (1994, p. 22) designou como “olhar totalizante” que “tudo vê” todos os olhares de cima, como a visão de um mapa, ou a vista do alto de um prédio. Em outro viés, com uma perspectiva mais comedida, a pesquisa não excluiu as visões de cima, mas ao invés disso, apenas as validou; quando pós-tensionadas, elas se sustentaram em evidências teóricas e/ou empíricas, tendo em vista que, como ressalta Massey (2008, p. 160) “Nem todas as visões do alto são problemáticas – são apenas outra forma de ver o mundo”.

¹⁵² Salienta-se que somente utilizou o autor enquanto apropriação de sua reflexão, porquanto a rigor, não foram utilizados os métodos etnográficos por ele explorados em seus trabalhos de interpretação e descrição. Embora haja até uma parte deste estudo afetada pela dimensão da “etnografia da cidade”, o que se pretendeu, com a adjetivação “densa” ora exposta, foi vislumbrar a espécie de extensão descritiva com a qual o pesquisador enfrentou o problema de pesquisa, através de uma voracidade perceptiva, tentando perceber múltiplos ângulos de aprofundamento caracterizador, porém, sem vilipendiar suas obrigações de contensão do risco de dispersão.

Dentre as várias inferências produtivas desse procedimento heurístico, menciona-se a verificação de que o dispositivo interacional investigado apresenta intensa circulação e movimentos, conforme necessidade adaptativa à dinâmica oscilação entre os sistemas / circuitos aberto, semiaberto e fechado, aparentando ter seu ápice nos dias de domingo, durante o período da feira do Mercado Municipal.

Assim, em etapa conclusiva desta abordagem metodológica, afirma-se que, por meio da articulação de olhares (tensionadores, antitéticos, vigilantes, totais, esquadrinhadores, perambulantes, de memória e outros diversos) lançados sobre os observáveis, estes têm dito sobremaneira a respeito da pesquisa em comunicação, exarando sínteses, as quais, longe de serem produtos finais, são sobreviventes indiciariamente provisórios da *dialética dos olhares*. Nessa espécie de *transmétodo*, é relevante pontuar que a concepção de olhares é ampla, pois inclui o sentir cheiros, ouvir ruídos, quando se trata da ótica do *Ohar de Perambulação*, de modo que esse olhar incrementa sinestesia ao método.

Entretanto, a ampliação maior das dimensões do ver se dá pelos *trans-olhares* ou *multiolhares*, uma vez que as várias maneiras de ver postas em contradição foram a principal tentativa desse método em ser líquido e adaptável o suficiente, conforme também foram, ou pelo menos se mostraram (ou se ocultaram) ser, os observáveis. Portanto, com toda essa hibridez no método assim como no observável, permitiu-se perceber mais o inesperado, o incomum e o casual, no intuito de se abstraírem as lógicas¹⁵³ do dispositivo interacional estudado.

Dentro desta perspectiva, deve-se ter em mente uma perspectiva plural, no sentido de quanto mais formas de ver o mundo se agregarem, com apoio dos referenciais teórico-metodológicos, maiores serão as chances de se alcançar alicerces mais sólidos nos resultados. Com fulcro nesse entendimento, seguindo Ginzburg (1989) e Braga (2008), procedeu-se ao trabalho de investigação pelo paradigma indiciário, não reduzindo a complexidade do fenômeno interacional e estando atento aos fatores de risco de "derivação" e "dispersão".

¹⁵³ A expressão é utilizada propositalmente no plural pelo pesquisador, posto que o “transmétodo” da *dialética dos olhares* objetivou / objetiva não excluir possibilidades de compreensão, conforme já explicado.

Conforme se abstrai de Braga (2008), ao relacionar Carlo Ginzburg com Howard Becker (1993) e Peter Burke (2000), há seis elementos centrais a serem harmonicamente desenvolvidos no procedimento indiciário, a saber:

- 1- *o estudo de casos singulares;*
- 2- *a busca de indícios que remetem a fenômenos não imediatamente evidentes;*
- 3- *a distinção entre indícios essenciais e acidentais;*
- 4- *o tensionamento mútuo entre teoria e objeto;*
- 5- *o trabalho de articulação entre indícios selecionados;*
- 6- *a derivação de inferências.*

Dessa forma, trabalhar dentro dos aspectos supra listados, somando-se a todos os demais trabalhos de investigação documental e bibliográfica, o trabalho de campo das caminhadas teve como base de realização ou tentativa o seguinte formato:

- a) Durante o período diurno, realizar-se-á uma vez por semestre, a partir do segundo semestre do ano 2017, em dois dias diversos, sendo um em dias de semana e outro no domingo. Este último se dará para observar o território no período da feira do Mercado Municipal, em que a Rua Bárbara Heliodora, entre os quarteirões das ruas Quintino Bocaiúva e Vereador Euzebinho Cabral, é interditada, de modo a atender à necessidade de espaço para as barracas dos feirantes.
- b) Durante a noite, realizar-se-á em apenas um dia por semestre, a partir do segundo semestre do ano 2017, pois terá o objetivo de comparar o território dentro e fora do período da atividade comercial das lojas na circunvizinhança, em especial do Mercado Municipal. A previsão de apenas um dia, durante o período noturno, é motivada pelo fato de que a pesquisa prévia, as estatísticas e outras fontes, apontam que, atualmente, a região tem cessado o comportamento de “cena de uso” de crack e outras drogas nesse período. Porém, no andamento da investigação, sendo constatada necessidade, poder-se-á adotar procedimento análogo ao período diurno.¹⁵⁴

¹⁵⁴ Deve-se esclarecer que totalizariam 09 (nove) caminhadas diurnas e 03 (três) noturnas, o que não é pouco para o intervalo de um ano e meio (três semestres – do 2º/2017 ao 2º/2018), uma vez que os usuários drogas são muito inteligentes e nem um pouco distraídos por aparelhos tecnológicos (e.g. celulares *smartphones*) como os demais atores interagentes. Logo, para mais observar do que ser observado, visando a menor afetação possível do pesquisador no dispositivo interacional, entendeu-se que este número de caminhadas seria bastante razoável aos propósitos da pesquisa. Entretanto, posteriormente, em conjunto com o orientador, verificou-se necessária a realização de novos percursos no segundo semestre de 2018, ultrapassando o número previsto, bem como abriu a possibilidade de ser ampliado a ter mais uma caminhada no ano de 2019, caso fosse percebida a necessidade ao longo do processo. Na análise de prós e contras, acerca de proceder a mais percursos a pé no território pesquisado e, diante da abundância de materiais empíricos já reunidos nas outras dimensões de olhares, verificou-se a desnecessidade da realização de caminhadas extras.

É interessante observar que o método construído/aplicado é uma tentativa de lançar olhares em uma perspectiva semelhante ao que Benjamin (2017a, p. 88) apresenta, ao falar que sob o efeito “close-up dilata-se o espaço, sob a câmara lenta, o movimento”, ocasião em que ele vislumbra que além de formas estruturais e padrões de movimentos conhecidos, podemos, através desses efeitos, descobrir os que estavam “completamente desconhecidos”. Cabe aqui uma analogia com o texto do artigo 239, do Código de Processo Penal (CPP)¹⁵⁵: “Considera-se indício a circunstância conhecida e provada, que, tendo relação com o fato, autorize, por indução, concluir-se a existência de outra ou outras circunstâncias” (BRASIL, 1941). Embora primeiramente haja um raciocínio abduutivo, ao invés de indutivo como o texto da lei traz, há uma semelhança com a ideia de perceber “olhos ausentes” e “pontos cegos”.

Apropriando-se novamente do autor em um diferente trabalho, é importante salientar que as construções escritas no âmbito desta pesquisa, por meio dos movimentos metodológicos propostos na tentativa heurístico-indiciária da dialética dos olhares, “não tem a pretensão de transmitir um acontecimento pura e simplesmente” – “informação” – (BENJAMIN, 1989, p.107), mas de integrá-lo à vida do pesquisador e da pesquisa, a fim de transmiti-lo “aos ouvintes como experiência”. Nesse sentido, entende-se como o autor aqui mencionado, que “a substituição da forma narrativa pela informação” foi um “empobrecimento da experiência na modernidade” (*Ibidem*).

Dessa forma, ao invés de se buscar uma ilusão de neutralidade, com a dialética dos olhares perpassada pelo filtro do olhar do pesquisador que será explicitado, com o intuito de permitir a sua constante objeção / tensionamento, deixaram impressas no empírico “as marcas do narrador como os vestígios das mãos do oleiro no vaso de argila” (*Ibidem*). Com a analogia cabível do trabalho de investigação criminal ao de análise de indícios no campo científico, ressaltadas as peculiaridades de cada uma, é oportuno citar o princípio de Edmond Locard (criminologista francês): “Todo contato deixa um vestígio” (FLETCHER, 2007, p. 19).

Nesse sentido, fato é que, por esse princípio, ocorrendo contato, haverá troca de materiais. Porém, na lógica de isolamento e preservação de locais de crimes, preocupando-se com “evitar contaminações”, pois os peritos precisam desse trabalho, iniciando “a cadeia de evidências

¹⁵⁵ Decreto-Lei 3.689/1941.

(‘cadeia de custódia’), que pode se estender desde o local até a investigação [...] e terminar no julgamento” (*Ibidem*, p. 22). Enquanto, no caso da pesquisa em comunicação, por ser interacional, é praticamente impossível (e nem é desejável) essa neutralidade entre “investigador” (pesquisador) e os observáveis.

Porém, a apropriação de que, havendo contato, terá troca de materiais, é relevante para perceber mais um indício de que, no contexto material, terão vestígios nos contatos, sendo cabível a metáfora dos *vestígios de barro nas mãos do oleiro* que Walter Benjamin usou para falar da narrativa em contraste à informação, o que é uma das diferenças do trabalho do pesquisador, por meio da dialética dos olhares, em relação ao jornalista investigativo, com suas técnicas e táticas. Nesse sentido, é importante destacar que há uma apropriação ampliada de tal princípio, porque existem também as trocas simbólicas. Logo, por mais que o pesquisador quisesse se utilizar de estratégias de observações nos “jogos” do olhar, em busca do ver e não ser visto, aquele teve de ser cômico de que a cada ida a campo, há dupla afetação entre ele e os observáveis.

Com essa percepção, a pesquisa não mirou objetos, nem pessoas, com olhares reducionistas, neutros ou antissépticos (e.g. a rotulação do usuário de drogas como o simples “nóia” – o “zombie” – cf. crítica aos “zumbificados”, em MARRA, 2017). Em sentido diametralmente oposto, o investigador esteve, como Braga (2012b) observa acerca da “ação praxiológica”, interessado em entender o que ocorre nas interações que a sociedade e seus participantes produzem e nas quais se engajam, sendo esse um objetivo de conhecimento, assim como que tal procedimento não trata de algo meramente contemplativo, mas sim de algo que pode ser usado para o bem estar e agir na sociedade, à procura de melhor entendimento entre os seres humanos.

Nesse mesmo espírito, pretendeu-se realizar uma pesquisa, em busca de se descrever, de forma densa, as lógicas processuais dos dispositivos interacionais que permeiam o objeto de estudo, observando a sua respectiva delimitação temática, temporal e geográfica. Portanto, concluída a explicação das estratégias metodológicas criadas/aprimoradas no âmbito do presente estudo, procede-se ao Capítulo 6, em que foram analisados e explicitados os dados provenientes do trabalho de campo, desenvolvido através de uma articulação empírico-teórico-epistêmica.

6 A ARTICULAÇÕES ABDUTIVAS

“Uma reordenação dos regimes de visibilidade está em curso nas sociedades contemporâneas, o que implica uma reorientação da experiência dos espaços em que vivemos e das tecnologias com as quais lidamos cotidianamente. Esta reordenação dos modos de ver e ser visto, envolve, num mesmo movimento, os dispositivos de vigilância [...], modos de atuação e significações. [...]” (F. Bruno, M. Kanashiro e R. Firmino).

“Mas as grandes reminiscências, o calafrio histórico, são uma esmola que ele (o flâneur) deixa para o viajante, que acredita poder acercar-se do *genius loci* com uma senha militar. Nosso amigo tem direito de se calar. Com a aproximação de seus passos, o lugar já começa a se animar; sem fala e sem espírito, sua simples e íntima proximidade já dá sinais e instruções.[...]”. (W. Benjamin).

“Tenho 37 Anos de idade, 20 anos que moro na rua, 10 anos que sou portadora do vírus do HIV; larguei o crack há um ano e quatro meses. Tive uma pessoa que me infectou que dizia ser meu marido, tive um ex que me espancava, mas hoje tenho uma pessoa que cuida de mim, que gosta de mim do jeito que sou, hoje me sinto uma pessoa realizada porque tenho o apoio dos meus filhos e uma neta linda de dois aninhos.[...]”. (J.B.A., 37 anos)¹⁵⁶.

Após os tensionamentos teóricos e a propositura dos movimentos metodológicos, sendo todos estes *um-em-processo*, o empírico foi trabalhado em constante revisitação ao teórico e ao metodológico, em busca de irem se atualizando e se aprimorando conjuntamente. Os esforços que foram desenvolvidos de aproximação com o objeto empírico, por meio de verificação de filmagens do sistema de monitoramento “Olho Vivo”, vídeos no YouTube, outros documentos¹⁵⁷ a respeito da área e das caminhadas de observação permeadas pelo imaginário

¹⁵⁶ Trecho de depoimento contido na Cartilha “A rua conta sua história” – trabalho conjunto da UNOPAR – Universidade Norte do Paraná e CREAS POP – Centro de Referência Especializado na População de Rua do município de Governador Valadares. Tal parceria acadêmico-profissional será novamente mencionada na seção secundária 6.3 na qual foram abordados os “Outros olhares”.

¹⁵⁷ Verificações em variadas fontes documentais sobre a crackolândia em estudo (Vídeos na internet, Matérias no Jornal Diário do Rio Doce, documentos históricos, etc.) e de outras que possam servir para estudo comparado

do *flâneur* benjaminiano, encontros e desencontros vislumbrou-se como procedimentos heurísticos.

Nesse escopo, com o intuito de atender aos objetivos dessa etapa da pesquisa de doutorado, apresentaram-se nas seções secundárias e terciárias deste capítulo, quadros sinópticos (inferências em processo/perspectivas futuras), exemplos de aproximação dos grupos envolvidos na dialética dos olhares (Olhar “Olho Vivo”, Olhar de Perambulação, Outros olhares e “Filtro do Pesquisador”, respectivamente) e inferências indutivas, a partir de episódios interacionais, sobre as cidades enquanto “camadas sobrepostas” e os sistemas de produção. Assim sendo, prossegue-se nessa abordagem acerca dos esforços e aproximações direcionadas ao trabalho de campo propriamente dito.

6.1 Quadros Sinópticos – Inferências abduativas I

Na busca de objetividade, a fim de reduzir a quantidade de páginas relativamente extensas do texto de uma tese, pela necessidade de demonstrar o estágio conclusivo da pesquisa que, em seu processo, viabilizou profícuas percepções e produções, foram apresentadas na condição de quadro, a sistematização das inferências em processo/perspectivas futuras. Assim, ao longo dos anos da investigação, o desenvolvimento de movimentos metodológicos e epistêmicos, realizados desde abril de 2018¹⁵⁸, cuja análise de indícios permitiu o processamento de

(especialmente a cobertura da Folha à “Crackolândia” da cidade de São Paulo com suas resiliências, transigências e movimentações dialéticas)

¹⁵⁸ O trabalho de produção, a partir desse período com maior maturidade do pesquisador na pesquisa em comunicação, já rendeu submissões e aprovações várias. Nesse sentido, destacam-se estes: artigo científico publicado na REBESP; Resumo ampliado apresentado e publicado em Anais do Seminário de Discente (I SDCOM) na Unisinos; Artigo apresentado no GP de Comunicação e Culturas Urbanas do INTERCOM-2018. Ademais, foi feita submissão e obtida aprovação de outros trabalhos, com contribuição para o campo da comunicação e deste em interface com outros campos, como por exemplo, os seguintes artigos: a) trabalho aprimorado sobre o método desenvolvido na Revista Tropos (Comunicação Sociedade e Cultura), produção em conjunto com o então orientador; b) sobre a formação histórica do bairro e um pouco da área objeto estudo da pesquisa, na RBEC (Interdisciplinar), em parceria com duas autoras; c) sobre direito e comunicação, mas mais voltado para Jornalismo – LP 2 (título “Breviário acerca da proibição de depor: a garantia constitucional do sigilo da fonte e a liberdade de exercício profissional”), na Revista “O Alferes”, em parceria com colega do curso de doutorado da Unisinos. Salienta-se que foi muito proveitoso esse tensionamento, nos eventos de socialização (demonstrados de forma completa no relatório pertinente), tanto por parte de professores quanto dos pares. Por fim, cabe destacar que, após esta etapa de objetivação curricular (Defesa Pública da Tese), como feito logo em seguida às anteriores (Qualificação e Seminário de Tese), o pesquisador pretende produzir trabalhos (inclusive concluindo um produzido, recentemente, com o seu atual orientador, em vias de submissão) e submeter a revistas de publicação científica e/ou congressos, com o intuito de favorecer a continuidade da potencialização heurístico-indiciária do objetar/tensionar na produção da presente tese para além dela mesma.

inferências variadas (por exemplo, criativas, quase conceituais/conceituais e inferências – nós – em construção). Estas, com as proposições investigativas em processo / perspectivas futuras, foram sintetizadas em um quadro sinóptico que apresenta, não só o que viabilizou a sistematização das inferências e da contribuição dessas com o aprimoramento da busca do *empírico conceitualizante* no âmbito desta investigação, mas também possibilita a apropriação por parte de outros pesquisadores em perspectivas futuras, para além da presente tese.

Por esse prisma, esta seção é, de certa forma, a parte mais dialógica do trabalho conjunto entre orientando e seu atual orientador, porquanto ocorrera antes mesmo deste ter assumido esse encargo de orientação, pois a construção trata de uma experiência iniciada na disciplina “Perspectivas de método”, em que o orientando pensou em fazer tais categorizações durante a realização da tarefa avaliativa, esquematicamente proposta. Obviamente, a apropriação se deu com as individualidades e idiosincrasias do orientando, carregadas para o papel, trazendo a sua interpretação e “artesanato”, mas fato é que sem a disciplina, talvez não teria se vislumbrado quão útil é tal exercício para melhor compreensão do caso em estudo.

Observa-se que a categorização das inferências aqui feitas (“criativas”, “conceituais ou quase conceituais sugeridas”, “nós em construção”¹⁵⁹ e, ao mesmo tempo, tratando de forma separada os esforços cognitivos da indução, dedução e abdução), foi tomada como procedimento relevante para o pesquisador pensar a esse respeito, até mesmo para apartar melhor os esforços abduativos, indutivos e dedutivos. Todavia, não são encaradas como um raciocínio apriorístico e absoluto de negação de que as inferências possam (e tendem a) ser mistas, e sim no sentido de que, via de regra, há o predomínio de um dos raciocínios, sendo este o critério que fora levado em conta para tal categorização. Assim sendo, dispõem-se os quadros sistematizados¹⁶⁰ por alíneas descritivas, na seguinte ordem: a) Indícios e inferências indutivas; b) Indícios e inferências dedutivas - leituras no campo da comunicação; c) Inferências “nós em construção”; d) Quadro de proposições investigativas.

¹⁵⁹ Expressão do atual orientador que, ao propor a tarefa e conversar com o pesquisador sobre o estudo, na condição de professor da disciplina, explicou a importância de perpassar o teórico, o caso e, em seguida, chegar aos “nós em construção”.

¹⁶⁰ Deve-se pontuar que, a apresentação das inferências e demais aspectos, nos quadros 3 a 6 precedidos de suas respectivas alíneas intituladoras, terem sido estruturados dentro do texto, logo após as estratégias metodológicas, partiu de uma sugestão na banca de qualificação, pois na ocasião, por conta do limite de páginas, o trabalho inferencial, até então procedido, foi sintetizado por meio de apêndice do relatório de qualificação. Obviamente, na ocasião, a conjuntura inferencial possuía menor profundidade nas reflexões desenvolvidas, devido ao estágio em que a pesquisa se encontrava.

a) Indícios e inferências indutivas

Quadro 3 – Inferências criativas/Indícios-base

Inferências criativas	Indícios
<p>A proximidade com bairros periféricos, que possuem pontos de venda de droga para abastecer de forma imediata os usuários, contribui para a manutenção da “<i>cena de uso</i>” de crack e outras drogas.</p>	<p>Mapa dos bairros e tensionamento com o Geoprocessamento Criminal; Percepções iniciais das imagens do “Olho Vivo”.</p>
<p>O fato de haver muitos estabelecimentos comerciais próximos à “<i>cena de uso</i>”, tornando-a relativamente ofuscada e alimentando sua existência através de recursos decorrentes da grande circulação de pessoas e mercadorias (por exemplo, as latas de bebidas vazias e outros materiais disponíveis que podem ser utilizados como cachimbos para o consumo de drogas; papelões para tampar carros do sol e ganhar um valor maior no “bico” de flanelinha; etc.), associado com a aparência/aspecto sujos do local, diminui a exposição à observação de terceiros durante o uso do crack e outras drogas. Apropriação dinâmica dos “Trunfos” materiais do território inclusive “extra”/”intra” cenário de drogas (e.g. vigiar carros em espaços/lotes que foram “limpos” <i>versus</i> dispersar drogas para não serem “flagrados” em espaços/lotes com entulho e lixo acumulado) por parte de usuários e pequenos traficantes e aproveitamento destes últimos de características estéticas do território e do “fluxo”, para sua infiltração fingindo-se de (confundindo-se com os) usuários.</p>	<p>Percepções iniciais das imagens do “Olho Vivo”; Fonte de “Outros Olhares” por meio de relatos de usuários, boletins de ocorrências e outros similares; Caminhadas de Observação (inspiração nos percursos de Certeau e no elemento imaginário do <i>flâneur</i> benjaminiano).</p>
<p>O local ser historicamente marginalizado, sendo simbolicamente associado à prostituição e à experiência do uso coletivo do crack e outras drogas, o que acaba por atrair usuários de drogas, traficantes e praticantes de outras condutas criminosas.</p>	<p>Estudo Piloto (pesquisa de mestrado) e outros afins sobre a formação histórica do Centro; O Mercado Municipal foi pouco e mal mencionado, ou mesmo “olvidado”, em relevantes registros do comércio valadarense</p>

	(e.g. ESPÍNDOLA, 1999; SANTOS, 2006; FIEMG, 2017 ¹⁶¹); Resultados da investigação da formação histórica do Centro da cidade de GENOVEZ, TEIXEIRA e BRAGA, 2019.
A complexidade do problema social que implica outro problema de pesquisa, demanda uma investigação profunda para entendimento da sua lógica enquanto dispositivo interacional. A abordagem material, dissociada das análises interacionais e simbólicas, por si só, não consegue descrever as lógicas e processos interacionais dos territórios de crackolândias.	A intervenção de “força” a princípio fracassada em São Paulo, fazendo com que a crackolândia, ainda na região central, “migrasse” do antigo ponto, surgindo uma nova, na praça Princesa Isabel e, posteriormente, usuários migram para al. Cleveland ¹⁶² ; A pesquisa de mestrado enquanto trabalho piloto permitiu compreender melhor contornos territoriais, mas estes não foram suficientes para o entendimento das lógicas dos processos interacionais ali operantes, demandando nova pesquisa com metodologia adequada para busca da leitura comunicacional dos processos, expressões e “assinaturas urbanas” ¹⁶³ .

b) Indícios e inferências dedutivas

Quadro 4 – Inferências “quase conceituais ou conceituais sugeridas”/Indícios-base

Inferências quase conceituais ou conceituais sugeridas	Indícios
Harmonização e aprimoramento mútuo de território e dispositivo, enriquecendo o arcabouço teórico de	A harmonia e complementaridade para situações diversas entre a ideia de “dispositivo”

¹⁶¹ O vídeo em 2min54seg, elaborado pela FIEMG Regional Rio Doce, a fim de divulgar uma “boa imagem” de Governador Valadares/MG, mostra muitas partes “importantes” da cidade (C.A.R.D.O., Pico da Ibituruna, Praça Serra Lima, Shopping, FAGV, Pitágoras, Viaduto *Mister Simpson*, Mergulhão, Viaduto do Santos Dumont/SIR, etc.) e principalmente no Centro, mas nenhuma aparição do Mercado Municipal e do “quadrilátero”.

¹⁶² O resumo desses movimentos coberto em várias reportagens da Folha entre 21 de maio ao início agosto de 2017 pode ser visto na matéria disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/08/1906372-trafico-testa-policia-mento-e-ensaia-retomar-acoes-na-crackolandia-de-sp.shtml>. Acessado em: 04/09/2017.

¹⁶³ A expressão “assinaturas urbanas” é utilizada na perspectiva de uma visão atualizada da sociologia urbana como encontrada em Silveira (2010), no sentido de a cidade como superfície de expressividade, de modo que é possível verificar nesta as disputas simbólicas e/ou políticas materializadas. Observa-se que o autor em questão não fala do caráter político em sentido estrito (ou seja, relativa ao Estado, ou a partidos), mas sim de forma ampla, abarcando as “micropolíticas e aquilo que Michel de Certeau chamou de ‘astúcias’ e ‘estratégias dos fracos’, encontradas no cotidiano miúdo e na experiência banal do vivido” (SILVEIRA, 2010, p. 77).

ambos os campos e conceitos quando postos em contato.	(AGAMBEN, 2005; CHIGNOLA, 2014; FOUCAULT, 2014; BRAGA, 2012a; 2012b; 2017a; 2017b; 2018) e a ótica relacional de território (RAFFESTIN, 1993; HAESBAERT, 2014, e outros), incluindo, igualmente, a reflexão quanto às crackolândias como “fluxos” / “territorialidades itinerantes” (CONCLI, 2017; FRUGÓLI JR. e CHIZZOLINI, 2017).
Similaridades supra estéticas da crackolândia em estudo com “os becos” de Porto Alegre/RS estudados por Bresciani (2001) e outros “espaços residuais”.	A similar carga negativa imposta, de caráter higienista e rotulador, no sentido de tais espaços serem apontados como lugares “escuros”, “sujos”, “esquecidos” ou “a esquecer”, “de perigo”, “marginalizados”. (ARANTES, 1994; BRESCIANI, 2001; BRAGA, 2015; GENOVEZ, TEIXEIRA e BRAGA, 2019).
Possibilidades de apropriação do conceito de espaços híbridos para potencializar o entendimento do espaço da crackolândia e aproximação do tema em estudo com a abordagem de a “Guerra dos Lugares” de Arantes (1994) em relação à Crackolândia de São Paulo.	A conotação de “guerra”, mais pertinente à discussão do território do crack, a eclosão desses lugares, ou não-lugares, fez o autor produzir questionamentos interessantes, os quais possibilitam conceber as crackolândias como “espaços híbridos”, pois, conforme os autores articulados (Briggs e Burke; De Certeau; Lefebvre; Virilio; Castells) na tese de Sandra Mara Garcia Henriques, tais espaços potencializam “a interação entre os indivíduos causando assim um impacto no meio social” (HENRIQUES, 2016, p. 8).
Apropriação do imaginário do <i>flâneur</i> e do <i>andareiro-voyeur</i> (BENJAMIN, 2018, 3v.; CERTEAU, 1993 e 2011) permitem uma abordagem metodológica diferenciada para o estudo do território, objeto da pesquisa. Aqui, infere-se também que esse permite um “Olhar de Perambulação” que pode e deve ser tensionado com outros olhares da pesquisa.	As caminhadas de observação permeadas pelo imaginário do <i>flâneur</i> benjaminiano, encontros e desencontros vislumbram-se como procedimentos heurísticos, na condição um <i>andareiro-voyeur</i> (CERTEAU, 2011) que observa as práticas cotidianas e não estabelece apenas um olhar de cima, verificam-se no observável dispositivo interacional, as interações de populações e principalmente destas com o território material
Abordagem teórica da vigilância e da “vigilância líquida” são promissoras para perceber que o conteúdo das imagens da central de monitoramento	A inferência tem fundamento teórico na temática “vigilância”, na perspectiva do Panóptico (Jeremy Bentham e Michel Foucault) de forma bastante

<p>do “Olho Vivo” é bastante útil à pesquisa, mas assim como as demais fontes de “Olhares”, precisa ser tensionado, <i>in casu</i> mais especificamente em sua condição de “Olhar do Estado”, objetivos claros do que procurar em sua observação, e ainda de seus modos de ver, que são afetados por “Olhos Ausentes” (quando foca em algo, não abrange outras direções fora da abrangência das lentes das câmeras), “Pontos Cegos” (tanto do próprio circuito quanto dos bloqueios que surgem por edificações, veículos pesados e afins), etc. Devem-se desenvolver métodos que deem conta de toda a conjuntura da junção dos olhares.</p>	<p>atual, bem como é tensionada por Bruno, Kanashiro e Firmino (2013), Bruno (2010), Bauman (2014) e David Lyon (2006), nas perspectivas de “vigilância e visibilidade”, as “máquinas de ver e os modos de ser”, “vigilância líquida” e “sinóptico e escopofilia”. Ademais a isso, correlaciona-se ao final com Weschenfelder (2016) apropriando-se da ideia benjaminiana de “rastros” para buscar “ver o invisível” no plano cinematográfico. O autor em questão utilizou-se de conceitos adequados à sua situacionalidade de pesquisa, tais como “olhos ausentes”, “pontos cegos” e outros afins. <i>Transmetodologia</i> (Maldonado, 2013).</p>
<p>Para a pesquisa em tela, deve o investigador explicitar prévia e continuamente os critérios e parâmetros adotados na investigação como meio de permitir a constante objeção em todas as etapas do estudo, a fim de que as correções dos desvios, explicações simplistas e influências de preconceitos sejam uma constante. Nesse sentido, também deverá apropriar-se dos recursos das outras ciências sociais, para deslocar métodos de seus lugares, a fim de auxiliar na explicação da lógica interacional do dispositivo complexo que é a crackolândia.</p>	<p>[...] não há receituários, como talvez nos façam crer alguns manuais de metodologia. Entretanto, é possível vislumbrar certas linhas arquiteturais que funcionam como fundamentação do desenho metodológico de um projeto dessa natureza. São essas linhas que busco explorar para explicitar procedimentos que, colocados no que chamarei de “bastidores da pesquisa”, ancoram os processos de sua construção. (BONIN, 2011, p. 21 – Grifo nosso).</p> <p>A contribuição epistemológica de outras ciências sociais ao campo da comunicação aqui proposta, dar-se-á na perspectiva de Jairo Ferreira do método como “uma moeda de circulação” (FERREIRA, 2010, p. 50), em que é possível deslocar os métodos de seus lugares (campos) de origem.</p>
<p>É oportuna, no que couber, a adoção de um procedimento metodológico para pesquisa da crackolândia enquanto dispositivo interacional análogo ao vislumbrado, com relação a áreas da cidade de Porto Alegre/RS na tese de Fabrício Lopes da Silveira – “Situacionalidades televisivas: comunicação, consumo e cultura material” (SILVEIRA, 2003), ou de sua abordagem posterior em “O parque dos objetos mortos: e outros ensaios</p>	<p>Utilidade para imergir no território da crackolândia e percorrê-lo enquanto dispositivo interacional, dentro de uma possível e diversificada etnografia de olhares (circunscritos e exorbitantes; tópicos e distópicos; etc.) nos “jogos”. Fortalece o “Olhar de Perambulação”, mas percebendo que este também demanda ser objetado/tensionado por outras fontes do Olhar.</p>

<p>de comunicação urbana” (SILVEIRA, 2010), no sentido de realizar percursos na forma de “trajetos antropológicos”.</p>	
<p>Ainda maior harmonização e aprimoramento mútuo de território e “dispositivo interacional” (não só “dispositivo”), enriquecendo o arcabouço teórico de ambos os campos e conceitos quando postos em contato. Conceitos podem ser trabalhados com a interpenetração matricial e a perspectiva de materialização da experiência mental (FERREIRA, 2020; VERÓN e LEVASSEUR, 1989). Ademais, desta interface teórico-conceitual, há possibilidade de proveito em outras ciências, por exemplo, para o direito e/ou para as recém-reconhecidas ciências policiais¹⁶⁴. Com as adaptações devidas, em busca por indícios "processuais-interacionais", evidentes e negligenciáveis, num estudo do caso da crackolândia em questão (BECKER, 1993; BRAGA, 2008, 2012a, 2012b; GINZBURG, 1987; POPPER, 1999; e outros) enquanto um ou mais dispositivos interacionais com seus sistemas de produção que envolvem diferentes “cidades” e que também é/são envolvido(s) por essas.</p>	<p>A apropriação de “dispositivo interacional” (BRAGA, 2010a; 2012a; 2012b; 2017a; 2017b; 2018b) apresenta bastante harmonia e complementaridade para situações diversas entre tal ideia e a ótica relacional de território (RAFFESTIN, 1993; HAESBAERT, 2014, e outros), como já vislumbrado, cabendo o complemento com interpenetração matricial e a perspectiva de materialização da experiência mental (FERREIRA, 2020; VERÓN e LEVASSEUR, 1989). Dinâmicas dos visitantes na exposição no museu permite apropriações comparativo-metodológicas com o estudo interacional do território da crackolândia enquanto um dispositivo interacional. Usos e apropriações do território fazem análises que permitem reflexões jurídico-policiais sobre a “privatização” dos espaços públicos e/ou como atuar em espaços de <i>privacidade adaptada</i>¹⁶⁵. Ademais, dessa mesma harmonização é que se verifica a leitura dos sistemas de produção e a circulação de sentidos (FERREIRA, 2016; 2017), que envolvem e são envolvidos pelas “cidades” em interação, superando a bastante estabelecida visão de “produtos” (FAUSTO NETO, 2008), pela observação da diversidade de lógicas efetivamente presentes em cada circuito e também nas estratégias circulatórias, o que permite observar “os processos interacionais em cada</p>

¹⁶⁴ O relativamente recente (aprovado em 09/10/2019) Parecer n° 945/2019, do Conselho Nacional de Educação (CNE) – BRASIL, 2019 –, reconheceu as Ciências Policiais como inseridas no rol das ciências estudadas no Brasil, tendo sido homologado pelo Despacho do Ministro de Estado da Educação, em 08 de junho deste ano (Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/despacho-de-8-de-junho-de-2020-260786948>. Acesso em: 03 ago. 2020). Assim, a presente pesquisa, certamente, pode contribuir com esse processo de aperfeiçoamento e sistematização do novo campo, especialmente na interface com o campo da comunicação, por cujas características (em especial sua natureza tentativa), tem muito a agregar aos estudos policiais.

¹⁶⁵ Inferência da pesquisa que será explicitada quando da análise de episódios interacionais referentes a essa abstração conceitual, principalmente do caso prático abordado na seção 6.3.2.

	‘passo’ de um circuito mais extenso” (BRAGA, 2017b, p. 64).
O relacionamento entre o circuito semiaberto da crackolândia com outros circuitos vizinhos, bem como entre as populações ali presentes, apresentam dupla-a-fetição capaz de gerar estabilidade onde se permeia a instabilidade.	A visão de circuito apontada por Braga (2012a; 2017b) é muito relevante para o estudo em questão. Porém, os desdobramentos tão-somente de circuitos aberto e fechado não são capazes de abstrair os contornos do “espaço híbrido” e “de confusão” das crackolândias, quando investigada além de pelo circuito interno das câmeras, “caminhando” por seu território, de modo a demandar uma qualificação extra (no caso, a de <i>semiaberto</i> , proposta por este pesquisador).

c) Inferências “nós em construção” – inferências produzidas, explicitando as fontes de indícios, sem se preocupar com explicações correlacionais e/ou comutativas entre indícios e inferências.

Quadro 5 – Inferências “nós em construção”

Inferência/Explicação	Fontes dos indícios
Inferência Nós – Há relatos e dados históricos que tensionam a ideia de que a região do Mercado Municipal / crackolândia – antiga Zona Boêmia – seria um não-lugar (GENOVEZ, TEIXEIRA e BRAGA, 2019; AUGÉ, 1994; 2019) ou “o novo-velho Calcanhar de Aquiles” (BRAGA, 2015) do Centro da cidade. A presente inferência contribui para um tensionamento da marginalização histórica do lugar, vislumbrando as intenções de “apagá-lo”, ao mesmo tempo que traz indícios de confirmação da hipótese inicial / inferência criativa de que o local envolve bastantes agonísticas e contradições (o lugar / o não-lugar, o material/ o simbólico, o público / o privado e a fins).	Estudo Piloto, Produção acadêmica sobre a formação histórica do Centro de Governador Valadares. Pesquisa Bibliográfica e Documental.
Inferência Nós – O território da crackolândia enquanto dispositivo interacional tem se desconfigurado durante o período noturno. Além disso, até mesmo durante o dia, tem ocorrido um	Caminhadas de Observação com registro em diário de campo, e pesquisa documental (com ênfase nos dados estatísticos, imagens do “Olho Vivo”) e o tensionamento mútuo desses,

<p>“êxodo” no sentido de outro território do crack (a “cena de uso” que se estabelece na Praça da Estação) superando numericamente com frequência o “resiliente” do Mercado Municipal. A hipótese inicial relativa às movimentações deste espaço do “comércio vivo” e da grande circulação de pessoas e mercadorias, ora em ofuscamento, ora em visibilidade, demandam articulações conceituais com “circuitos”, “dispositivo interacional” e “territorialidades itinerantes”, para seu enriquecimento enquanto aspecto tentativo-provisório de pensar o problema investigado.</p>	<p>conforme explicado de forma resumida no quadro de inferências ao lado.</p>
<p>Inferência Nós – O dispositivo interacional apresenta intensa circulação e movimentos, conforme necessidade adaptativa à dinâmica oscilação entre os sistemas/circuitos aberto, semiaberto e fechado, e aparenta ter seu ápice nos dias de domingo, durante o período da feira. As explorações dos trunfos do território/dispositivo interacional em estudo não obedecem somente às lógicas clássicas, mas também paraconsistentes, inventivas e afins, adaptando(-se) (a)os episódios interacionais e utilizando aquele tanto para finalidades lícitas quanto ilícitas conforme as necessidades/interesses de domínio e apropriação territoriais que surgem/insurgem. Por meio da análise das dinâmicas e movimentações dos usuários, bem como das transformações e deformações do território, é possível verificar a fetações de uma circulação de sentidos e sistemas produtivos particulares, nesse espaço de produção e reconhecimento. Nesse contexto, nota-se a coexistência de pelo menos três cidades que foram delineadas através do esforço metodológico e materiais de leitura, a saber: a cidade “administrativa” (regulada, mapeada e administrada), a cidade do “olho vivo” / outras formas de vigilância (por parte da polícia, outros órgãos públicos ou mesmo de comerciantes e</p>	<p>Caminhadas de observação e pesquisa documental, especialmente as imagens do “Olho Vivo” Filmagens (2013 a maio de 2016; algumas de 2018 e até mesmo do início de 2019) e documentos provenientes dos órgãos e entidades públicas ali atuantes (PMMG, CBMMG, etc.); “Outros Olhares” sobre a crackolândia em estudo e até mesmo comparativos com episódios da crackolândia de São Paulo, em uma perspectiva de leitura transmetodológica desses fenômenos (MALDONADO, 2013).</p>

<p>moradores) e a cidade dos usuários / “crackolândia”</p> <p>Portanto, verifica-se que tais inferências respaldam as hipóteses iniciais / inferências criativas pertinentes ao relacionamento dos circuitos e da circulação de sentidos da cidade.</p>	
<p>Inferência Nós – O crack, por seus atributos (alto pico plasmático e curta duração) favorece ao desenvolvimento de “cenas de uso” em proximidades com locais de “fornecimento” e até mesmo a mais contemporânea infiltração de pequenos traficantes em meio aos usuários, disfarçando-se destes, em busca de um lucro certo, maior e mais célere. Destarte, fornece indícios de confirmação da hipótese inicial / inferência criativa da pesquisa, concernente a essa questão, no sentido de que a proximidade com bairros periféricos que possuem pontos de tráfico de drogas para abastecer, de forma mais imediata, os usuários, contribui para a manutenção da “cena de uso”, mas complementando os seus limites que não previam a infiltração de traficantes entre os usuários.</p>	<p>Pesquisa Bibliográfica e Documental na variabilidade conjuntural dos “Outros Olhares” (PMMG, CBMMG, Centro Pop (antigo CREAS POP), CREAS, estudos comparativos, etc.).</p>

d) Proposições investigativas (sempre um em processo)

Quadro 6 – Proposições investigativas

<p>Premissa</p>	<p>O Território da crackolândia enquanto dispositivo interacional</p>
<p>Abstrações conceituais realizadas</p>	<p>Território da crackolândia e Dispositivo interacional.</p> <p>- “Dispositivo”, “Espaço”, “Território”, “Campo de forças”, “Guerra dos Lugares” e outros pertinentes.</p> <p>- Os circuitos – fechado e “semiaberto” – e “espaços híbridos” – os “olhos ausentes” e “pontos cegos”, contradições entre o lugar / o não-lugar, o material / o simbólico, o público / o privado e a fins, como necessidade de diversas fontes do Olhar em tensionamento e complementaridade.</p>

	<ul style="list-style-type: none"> - “Vigilância líquida”, “Dispositivo panóptico” e “Regimes de visibilidade”. - “Interpenetração matricial”, “Materializações da experiência mental”, “Cidades” / “Camadas” coexistentes, a circulação de sentidos e os sistemas de produção.
Proposta de Ângulos e Procedimentos	<p>“Dialética dos olhares”;</p> <p>Articulação / Tensionamento do Teórico e o Caso Prático (Perspectivas); etc.</p>

As proposições investigativas, embora tenham um sentido conclusivo dentro desta tese, são qualificadas como “sempre em processo”, na medida em que seus ângulos, procedimentos, abstrações conceituais e premissa(s), assim como as inferências sintetizadas nos quadros anteriores e em demais pontos desta pesquisa, podem e devem ser passíveis de continuidade e objeção permanente em outros estudos. Sabe-se que essa linha de raciocínio tensionante deve permear o bojo inferencial e conceitual de quaisquer investigações comunicacionais, com o intuito de preservar o seu aprimoramento pelas dúvidas, lacunas e contradições que movem sua perpetuação tentativa.

Entretanto, no caso de crackolândias, a atenção desprendida à continuidade, merece um enfoque maior, porquanto, muitas vezes, é “passado de largo”¹⁶⁶, sendo lembrado ocasionalmente, quando de acontecimentos que provocam repercussão em larga escala nos meios formais e informais de comunicação. Destarte, como lugares que envolvem variados problemas públicos, os apontamentos e inferências sobre as “cenas” de uso do crack e outras drogas, contidos nesta seção, demandam constante atenção, de modo que não se deve permitir o esquecimento, nem desses territórios, tampouco de suas respectivas populações que são assaz afligidas pela vulnerabilidade social.

¹⁶⁶ Apropriação da parábola do bom-samaritano, para demonstrar o olhar negligente sobre os valores mais fundamentais que podem ser afetados no esquecimento do ser humano e do bem comum primeiro plano. Em outra análise, referência semelhante também ocorreu com relação a não-atenção devida aos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, em MOREIRA, Cícero Nunes. **A passar de largo: vitimização repetida e violência conjugal**. 2006. Monografia (Especialização em Gestão Estratégica de Segurança Pública) – Academia de Polícia Militar, Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, 2006.

6.2 Aplicação do método no/do dispositivo comunicacional-interacional-midiático – abduções II

Em um esforço construtivo dos movimentos *empírico-teórico-espitêmicos* (ordem não obrigatória), a presente seção se encarregou de apresentar, de forma segmentada, com fulcro na divisão metodologicamente didática dos modos de ver propostos neste estudo, tentando abordar primeiramente, cada dimensão do olhar no seu tensionamento em separado, a fim de posteriormente, colocá-los à prova, enquanto olhares antitéticos que, em sua disputa dialética, permitem à condução de sínteses, como as apresentadas na seção 6.3.

Para tanto, esta abordagem acerca da aplicação do método no/do dispositivo comunicacional-interacional-midiático foi subdividida em quatro seções terciárias que serão enfrentadas doravante, a saber: 6.2.1 Olhar “Olho Vivo”, 6.2.2 Olhar de Perambulação, 6.2.3 Outros Olhares e 6.2.4 O filtro do pesquisador.

6.2.1 Olhar “Olho Vivo”

À procura por caminhos de investigação, verificou-se que a área da crackolândia em estudo é coberta pelo videomonitoramento do Programa “Olho Vivo” da Polícia Militar e, em razão de o pesquisador ser Oficial dessa Corporação, como já explicado na seção que tratou das estratégias metodológicas, este teve restrições para realizar entrevistas à população usuária de drogas. Entretanto, esse mesmo impedimento profissional foi o que lhe permitiu uma alternativa metodológica de usar as imagens, exclusivamente, em apresentação e/ou trabalho escrito.

Nesse sentido, a disponibilização desses dados foi de suma importância para o desenvolvimento desta pesquisa, porquanto possibilitou uma alternativa metodológica para solução da dificuldade de obtenção de dados pelo pesquisador, por outros meios. A decisão de começar a estudar filmagens iniciou ao final do mestrado, quando o pesquisador teve contato com o livro de Rose Satiko Gitirana Hikiji, baseado na sua tese de doutorado: “Imagem-violência: etnografia de um cinema provocador”. Em Hikiji (2012), encontrou-se um ensinamento importante no processo de análise fílmica, dizendo que nesta, o “**filme** é assim assumido **como** um verdadeiro *fieldwork*. É uma pesquisa de campo empírica na qual o ‘**campo**’ é a **película** que passa” (HIKIJ, 2012, p. 14 – grifo nosso).

Por outro lado, Hikiji (2012) trabalhou com filmes de cinema, de modo que o encontro com essa autora teve sentido somente em buscar o mesmo entendimento de assumir as imagens como um trabalho de campo e, no que coube, utilizou-se processos semelhantes ao adotado pela mencionada autora de análise descritiva. Assim, as dúvidas de como proceder a uma análise de filmagens de um sistema de monitoramento e não a uma “análise fílmica” começavam a tomar conta do pesquisador (ao final do e continuavam) no ano seguinte ao seu mestrado. Em uma oportunidade de participar do processo seletivo do doutorado da UNISINOS em parceria com a FADIVALE, houve um *insight* de que talvez o que faltava para alavancar esse *fieldwork* seria o contato com as ciências da comunicação.

Felizmente, com a aprovação no processo seletivo e início das primeiras disciplinas e leituras, foi possível verificar um início do *link* do tema “vigilância” em complemento às leituras de “olhares totalizantes”, permitindo trazer reflexões iniciais sobre o olho do Estado naquele sistema, de modo a trazer a produção de um artigo científico em parceria com o pesquisador Mauro Augusto Santos¹⁶⁷. Tal trabalho, como mencionado, tratou de um primeiro esforço na seara desse olhar “Olho Vivo” enquanto campo e, mesmo prematuro em tensionamentos do “olhar vigilante”, deu espaço para este eclodir.

Dessas reflexões, permaneceram as leituras de Jeremy Bentham e Michel Foucault na discussão do panóptico, conforme já apresentado na seção que abarcou a problematização teórica, mas seguiu aprofundando-se com visões mais atuais dos olhares vigilantes (e.g. Bruno, Kanashiro e Firmino, 2013; Bruno, 2010; Bauman, 2014; David Lyon, 2006), cujos fichamentos e revisitas permaneceram, ao longo desta pesquisa, como busca de pistas teóricas sobre o objeto em estudo.

Em continuidade à explicação desta seção, vale destacar que, como já explicado na Metodologia, devido à impossibilidade de verificar todas as gravações, cujas câmeras operam ininterruptamente 24h por dia, tampouco por amostragem que demandaria recortes temporais de todos os turnos (madrugada, manhã, tarde e noite), optou-se por analisar somente as

¹⁶⁷ BRAGA, Tiago Farias; SANTOS, Mauro Augusto. (2017). *Uma crackolândia de Governador Valadares: abordagem territorial a partir das imagens do sistema de monitoramento Olho Vivo*. REBESP - Revista Brasileira de Estudos de Segurança Pública. Goiânia: PMGO. v. 10, n. 2, 2017, p. 29-40. Disponível em: <http://revista.ssp.go.gov.br/index.php?journal=rebsp>; Acesso em: 21/06/2018.

filmagens que resultaram em ocorrências. Destarte, solicitaram-se as ocorrências com apreensões e/ou prisões, ou mesmo com apenas averiguações, pelas quais foram gerados empenho no Central de Monitoramento do Olho Vivo/COPOM 8ªRPM da 8ª RISP.

Na primeira remessa obtida, vieram 90 (noventa) vídeos¹⁶⁸ ainda na época do mestrado, porém, como explicado, o trabalho somente foi exercido, rendendo publicação, no período do doutorado, ao final de 2017. Nessa primeira etapa, foram obtidas, aproximadamente, 10h de imagens relativas ao período de Jan2013 a Mar2015 que, por si só, tornam inviável uma descrição e análise vídeo a vídeo, o que resultaria em, no mínimo, 90 páginas exclusivas a esta análise. Com relação ao ano de 2015, constam filmagens apenas de janeiro a março, tendo em vista que as mídias foram entregues ao pesquisador em 06 de abril de 2015, conforme Ofício de Remessa de imagens do Olho Vivo anexo a este trabalho.

Posteriormente, ao final do ano de 2017, vendo que esse grupo de olhares tinha muito a dizer sobre o objeto empírico, foi feita nova solicitação das filmagens que restavam dos demais anos, bem como renovado o pedido de uso das anteriores para fins de pesquisa/produção acadêmica, assim como das novas gravações que fossem obtidas. Em 09/11/2017, conforme Ofício de Remessa de imagens do Olho Vivo, também anexo a este trabalho, obtiveram-se as filmagens pertinentes aos períodos de “2015 - Abr a Ago”, “2015 - Set a Dez” e “2016 - Jan a Mai”.

Salienta-se que somente vieram gravações até maio de 2016, uma vez que o sistema “*ENDURA*” de gravação de imagens não estava funcionando desde o dia 20 de junho de 2016, e não estava aceitando comando para reinicialização do sistema para o retorno de sua função. Logo, não foi possível obter gravações de junho de 2016 em diante. Após serviço de manutenção nos equipamentos de gravação de imagens do Sistema Olho Vivo, recuperou-se a capacidade de gravação das imagens dos eventos desde as 12 horas do dia 13 de maio de 2018.

Apesar do retorno do funcionamento do sistema de gravação, a câmera instalada próximo ao mercado e saída para o bairro São Geraldo que é a mais relevante para observação da crackolândia em estudo, permaneceu sem essa capacidade de registro, por causa de problemas na rede de fibra ótica, sendo que foram adotadas as medidas necessárias para efetivação dos

¹⁶⁸ Ao invés de 88 (oitenta e oito) como em Braga e Santos (2017), ocasião em que 02 (dois) vídeos que vieram na remessa, embora assistidos, haviam deixado de ser contabilizados por erro na planilha, o qual fora verificado quando da revisão da planilha com a obtenção da segunda remessa no ano de 2018.

reparos no segundo semestre de 2018. Assim, as imagens relativas ao segundo semestre de 2018, também serão alvo dessa pesquisa e foram solicitadas no início do ano de 2019, à medida que se esperou a completude do ano de 2018 e o começo do ano seguinte (como fonte de reflexões tendenciais), para solicitar essa última remessa de gravações.

Deste modo, prossegue-se para essa abordagem acerca dos esforços e aproximações direcionadas ao trabalho de campo propriamente dito, destacando o Olhar “Olho Vivo”, como uma dimensão de busca e “garimpo” intensos na produção da presente tese. Logo, retomando a abordagem preliminar das imagens já obtidas, é importante notar que em apenas um ano e um mês (de Abr2015 a Mai2016) foram obtidos 93 (noventa e três) vídeos, ou seja, 03 (três) vídeos a mais do que nos dois anos e três meses de Jan2013 a Mar2015 da remessa anterior e teve mais tempo de filmagem totalizado¹⁶⁹.

Tabela 3 – Conversão Filmagens por Períodos – Jan2013 a Mar2019

Período	Contagem	Hora	Min	Segundos
2013	23	2	38	31
2014	27	3	22	2
2015 - Jan a Mar	40	3	56	38
2015 - Abr a Ago	37	3	30	18
2015 - Set a Dez	27	4	25	23
2016 - Jan a Mai	29	2	35	2
2018 - Set a Dez	158	3	43	30
2019 - Jan a Mar	88	1	35	6
TOTAL	429	25	46	30

Fonte: Filmagens fornecidas pela Chefia do COPOM contabilizadas pelo pesquisador.

Obs. Atualiza da contagem total de vídeos, tempo, etc., em planilha – 21 Jun 19.

Preliminarmente, acerca do ano de 2016, cumpre salientar que, apesar dos vídeos se referirem somente aos cinco primeiros meses (janeiro a maio), encontrou-se quantidade de mídias para esse curto lapso na pesquisa de ocorrências diversas relacionadas à crackolândia (objeto deste

¹⁶⁹ Embora ambos os intervalos totalizaram em torno de 10h de gravação, a primeira remessa de Jan2013 a Mar2015 foram 9h57min11seg em 90 vídeos, enquanto na segunda, referente ao período de Abr2015 a Mai2016, foram 10h30min43seg de gravação nos 93 vídeos. Assim, o total de gravação e vídeos até o momento juntados para a pesquisa foram respectivamente 20h57min11seg e 183 vídeos. Todavia, quando contados os vídeos relativos a Jun2018 em diante, há uma expressivamente maior quantidade de vídeos (246), mas um menor número de tempo de filmagens (5h18min36seg), o que leva à totalização de 429 filmagens com duração total de 25h46min30seg conforme se vê na Tab. 3.

estudo) superiores para os períodos de doze meses, nos anos de 2013 e 2014, respectivamente. Assim, por não se tratar de um ano completo, devido à interrupção do sistema de gravação, procedeu-se a uma discussão mais resumida, voltando-se, principalmente, para verificar se o padrão percebido nos demais anos está com tendência à manutenção ou à mudança.

Procedimento semelhante foi realizado em relação às filmagens do ano de 2015 (dividido em três frações nas remessas, i.e. “2015 - Jan a Mar”, “2015 - Abr a Ago” e “2015 - Set a Dez”), com o objetivo de prevenir que a maior parte da análise girasse em torno de um período menor (um ano), em detrimento dos padrões abstraídos dos outros dois anos e cinco meses analisados. Isso se deve porque aquele sozinho reúne 104 (cento e quatro) gravações, ou seja, 25 (vinte e cinco) gravações a mais do que os outros 03 (três) períodos juntos (2013, 2014 e 2016-Jan a Mai).

É relevante esclarecer que a escolha desse viés de análise em desenvolvimento se deu igualmente, para permitir a comparação de informações com fundamento nas demais fontes documentais e bibliográficas juntadas na presente pesquisa, as quais foram apresentadas para os outros anos. Por outro lado, para o ano de 2015 em diante, essa obtenção de fontes avulsas ficou um pouco prejudicada, devido aos relatórios mais completos de alguns órgãos e entidades terem deixados de ser produzidos naquele ano, em razão de encerramento de parcerias entre o município e o Estado¹⁷⁰.

Diante do grande volume de filmagens de interesse da pesquisa, quando do retorno do funcionamento do sistema de gravação do “Olho Vivo”¹⁷¹, sendo 158, de setembro a dezembro de 2018 e 88, de janeiro a março de 2019 (este último até extra à delimitação temporal da pesquisa, mas foi buscado para servir de análise de tendências, dentro da elasticidade de poder ultrapassar para antes ou depois do período de 2013-2018, sempre que servir na busca de

¹⁷⁰ Por exemplo, o trabalho desenvolvido pela Associação de Acolhimento aos Dependentes Químicos e Familiares (ADQF) quanto ao território objeto de estudo desta pesquisa foram projetos juntamente com a Unidade de Abordagem Social - Território Aliança pela Vida e CREAS POP, cujo trabalho em parceria foi realizado nos anos 2013, 2014, encerrando em abril de 2015. Os relatórios dos dois primeiros anos foram disponibilizados, mas posteriormente não houve outros relatórios. O CREAS POP depois foi transformado em Centro Pop e atualmente a fonte de dados mais próxima que o pesquisador pode ter acesso é do CREAS, uma vez que o Centro Pop não produz mais documentos pertinentes à população usuária de drogas que atendem. Tal situação será retomada na seção em que se abordaram os “Outros Olhares”.

¹⁷¹ O sistema de gravação ficou inoperante de junho de 2016 a agosto de 2018, período em que somente serviu para o monitoramento em tempo real. Após os reparos técnicos, manutenções e substituições de equipamentos, conseguiu retomar as gravações em setembro de 2018.

indícios e não prejudicar as delimitações do trabalho), foram feitas considerações dos vídeos de cada mês (Set2018, Out2018, Nov2018, Dez2018, Jan2019, Fev2019 e Mar2019).

Cumprе salientar que tal procedimento se deu porque juntos, esses períodos de apenas sete meses, alcançaram mais da metade (246 equivalendo a 57,34%) do total vídeos (429). Por outro lado, vale pontuar que, na quantidade de horas/min/seg., atingiram somente 5h18min36seg (19116seg), o que representa 20,6% do total de 25h46min30seg (92790seg). Com isso, percebeu-se que com o retorno das gravações, houve uma mudança parcial nas filmagens feitas pelo pessoal que trabalha na Central de Monitoramento do “Olho Vivo”, no sentido de filmar mais episódios, mas produzindo gravações de durações mais curtas.

Dessa maneira, com o fito de se adequar melhor a esse novo formato de observável dos períodos de Set2018 a Mar2019 e otimizar seu potencial de inferências, observando uma razoável limitação de páginas necessárias à sua abordagem na tese, a fim de evitar uma hipertrofia desnecessária no olhar “Olho Vivo”, foi realizada, por meio de tabelas/quadros sinópticos de menção aos episódios em sua totalidade e, somente quando necessário, foi retomado um ou outro episódio individualmente.

Tabela 4 – Quantidade de Vídeos por Câmeras/Períodos – Jan2013 a Mar2019

Câmera/Período	2013	2014	2015-Jan/Mar	2015-Abr/Ago	2015-Set/Dez	2016-Jan/Mai	2017	2018=Set/Dez	2019-Jan/Mar	TOTAL
861	6	1	0	3	0	0	0	3	0	13
862	6	22	13	26	23	17	0	25	5	137
863	5	1	10	7	4	9	0	21	2	59
Outras	6	3	17	1	0	3	0	86	46	162
825	0	0	0	0	0	0	0	23	35	58
TOTAL	23	27	40	37	27	29	0	158	88	429

Fonte: Filmagens fornecidas pela Chefia do COPOM contabilizadas pelo pesquisador.

Para obter uma análise abreviada desses dados quantitativos, por importar mais a sua objeção qualitativa, é válido explicar que o que se convencionou chamar de “Quadrilátero” da crackolândia objeto de estudo desta pesquisa é abrangido pelas câmeras 861 (Cruzamento das Ruas: Leonardo Cristino / Euclides da Cunha), 862 (Afonso Pena / Euzébio Cabral) e 863 (Bárbara Heliodora / José Luiz Nogueira). Destaca-se que das 429 filmagens analisadas, a maior quantidade (137 – aproximadamente, 32%) foi proveniente da câmera 862, situada na região

do “Lote vago”¹⁷² e “Depósitos”¹⁷³ e a segunda maior (59 – cerca de 14%) foi da câmera 863 instalada na região do “Ponto de ônibus”¹⁷⁴.

Vale salientar que, em Braga e Santos (2017), procedeu-se à análise de parte das filmagens (apenas até o início do ano de 2015), mas mesmo nesse universo parcial, a região do “Lote vago” concentrava a maior quantidade de imagens, o que motivou a realização de algumas pontuações sobre o local, com esforço inicial de olhares diacrônicos sobre suas transformações (sintetizadas sobretudo na seção 6.3.1). Todavia, duas considerações devem ser feitas com relação a uma mudança na dinâmica dos movimentos do território em estudo: a primeira é notada nos períodos de 2018-Set/Dez e 2019-Jan/Mar, para os quais, o campo "Outras" foi bastante pulverizado nas quantidades de câmeras diferentes que geraram gravações, sendo respectivamente, 33 e 20; a segunda diz respeito ao último período (2019-Jan/Mar), em que somente a câmera 825 despontou com alta quantidade de vídeos (35), realçando o já observado pelo Olhar de Perambulação acerca da movimentação do "fluxo" para a "Praça da Estação".

Nesse condão, as pontuações foram sistematizadas em sequência, iniciando as reflexões sobre o grupo de Filmagens 2013 e 2014 até março de 2015, seguido de abril de 2015 a maio de 2016 e setembro de 2018 a março de 2019. Em uma perspectiva qualitativa, o foco dessa divisão não visa quantificar partes arbitrariamente equânimes dos períodos, mas tão somente explicitar os aspectos mais relevantes aos propósitos da tese de cada grupo de remessa recebido, aproveitando-se, no primeiro, da síntese proveniente da publicação de artigo pertinente.

Dentro da brevidade e capacidade de síntese necessárias a esta fase do trabalho, trazendo à discussão e complemento os mesmos casos trabalhados em Braga e Santos (2017), são apresentadas somente imagens de três ocorrências do ano de 2013, apenas para exemplificação de como foram e continuam sendo realizadas as análises da pesquisa através desse trabalho. Nesse sentido, com relação ao ano de 2013, insta salientar que foi o que teve menos mídias

¹⁷² Situada na esquina das Ruas Bárbara Heliodora e Afonso Pena com Rua Vereador Euzebinho Cabral, trata-se de região bastante relevante na pesquisa, como apontada em Braga e Santos (2017) e reforçado neste trabalho.

¹⁷³ Região, situada de frente para o “Lote vago”, em que está instalado o depósito do fórum e de outras repartições, razão pela qual é alvo da mesma câmera (862) e muito frequentada pelos usuários, especialmente transitando de lá para o “Lote vago” (vice-versa).

¹⁷⁴ Região caracterizada pelo “Ponto de ônibus” que fica ao lado do Mercado Municipal, mais precisamente na esquina da Rua José Luiz Nogueira com Rua Bárbara Heliodora, onde os usuários de drogas costumam contatar com as pessoas que esperam ônibus (motivações diversas, tais como oferecer préstimos de serviço de carregamento de produtos comprados na feira, pedir cigarro e/ou dinheiro, etc.), ou aglomerarem-se no lado oposto da esquina.

encontradas a respeito da crackolândia, objeto de estudo da pesquisa, sendo apenas 23 filmagens que tiveram grande importância para compreensão de aspectos relativos à complexa dinâmica da “cena de uso” de crack e outras drogas em questão.

Nesse diapasão, a primeira filmagem trazida à tona se refere a uma abordagem a usuários de drogas, registrada no BO 43498, cuja data é de 04/07/2013 e as imagens capturadas se referem ao período de 7h53min às 8h14min – duração de 19min 58seg. As imagens se deram na esquina da Rua José Luiz Nogueira com Rua Vereador Euzebinho Cabral (mas foram capturadas pela Câmera 862, na esquina da Rua Afonso Pena com Rua Vereador Euzebinho Cabral), em uma região que se convencionou chamar na presente pesquisa, de região do “Lote Vago”. Na imagem abaixo (Fig. 9) é possível visualizar a área em análise e um detalhamento maior de sua condição enquanto um sistema de produção, foi tratado na seção 6.3.1

Fig. 9 - Vista Street view – região do “Lote Vago” e “Depósitos” – 2014



Fonte: Google Street View, Image, 2014 – adaptações/legendas da pesquisa.

Como observado pelo pesquisador ao longo de suas caminhadas de observação e análise de filmagens, bem como debatido em Braga e Santos (2017, p. 34), a região acima “sofreu mudanças materiais ao longo dos anos, principalmente o lote vago que passou por várias

transformações”¹⁷⁵. Nota-se ainda, que por um olhar rápido na imagem acima, há mato e entulho no lote (lado direito), inexistência de entradas pela Rua Vereador Euzebinho Cabral, tanto para o galpão quanto para o depósito do fórum (lado esquerdo) e uma estética relativamente (comparando-se com outras regiões centrais) deteriorada.

Em continuação e complementaridade às imagens abordadas por Braga e Santos (2017), volta-se a atenção mais propriamente, para a abordagem policial, enquanto procedimento de aproximação e averiguação de caráter preventivo exercido pela polícia, podendo ou não ensejar o procedimento de busca pessoal¹⁷⁶. Como se observa na filmagem de que proveio a Figura 10, os usuários estavam reunidos e traspassavam objetos uns para os outros – tais como isqueiros, “maricas”, etc. - tendo inclusive um aparente desentendimento entre eles, quando dois saem da “cena de uso”, e em seguida, a guarnição policial chega e aborda os dois que permaneceram no local.

Vale ressaltar que, na imagem, os usuários estão à esquerda da via, onde ficam os depósitos, lugar que muitas vezes é utilizado como estacionamento de Caminhões e acabam por obstruir a visão da câmera de monitoramento do “Olho Vivo”, impedindo a verificação do que está ocorrendo na região. À direita, fica o mencionado “Lote vago”, que é utilizado para homizio de pessoas e objetos ilícitos ou produto de delitos. Nesse contexto, com o objetivo de ilustrar o momento em que a guarnição PM procedia à abordagem aos dois usuários que permaneceram no local, dispôs-se abaixo a figura 10:

¹⁷⁵ As mudanças materiais da região do “lote vago” são alvos de acompanhamento da presente pesquisa, porquanto a cada transformação do local, novos usos e apropriações deste ocorreram (e.g. quando houve sua limpeza e passou a ser utilizado como estacionamento para veículos). Porém, a região, ainda que com algumas adaptações, continuou sendo escolhida pelos usuários como um ponto de encontro, mesmo após a construção de um prédio em seu lugar, constituindo-se, desta maneira, como um ponto importante na observação das lógicas interacionais do território estudado. Dessa maneira, em articulação teórico-epistêmico-empírica dos olhares da pesquisa, desenvolveu-se a seção 6.3.1, na qual se vislumbra o sistema de produção “Lote vago”, por meio da congregação de indícios oriundos dos episódios interacionais explicitados.

¹⁷⁶ Tal procedimento, embora também independa de mandado judicial, quando atenda outros requisitos legais (cf. Art. 244 do CPP, “A busca pessoal independe de mandado, no caso de prisão ou quando houver fundada suspeita de que a pessoa esteja na posse de arma proibida ou de objetos ou papéis que constituam corpo de delito, ou quando a medida for determinada no curso de busca domiciliar”), é mais específico e menos amplo do que a abordagem policial, pois esta abrange uma gama muito maior de possibilidades de realização da polícia ostensiva de prevenção criminal. Assim, compreende-se em abordagem não só uma busca pessoal e/ou veicular, mas também qualquer medida pela qual o policial, em cumprimento de sua missão constitucional, aproxima-se de uma pessoa, grupo, veículo, edificação e afins. Portanto, uma orientação preventivo-comunitária a um transeunte constitui uma abordagem policial, mas não uma busca pessoal.

Fig. 10 – Usuários durante abordagem policial na região do “Lote Vago” – 2013



Fonte: Central de Monitoramento do Olho Vivo/COPOM 8ªRPM

Essa região é a mais apropriada pelos usuários, levando-se em conta todas as filmagens analisadas e as caminhadas *in loco*. Provavelmente, esse fenômeno tem relação com seus aspectos materiais, mas também simbólicos, à medida que, mesmo após as muitas transformações do “Lote vago”, este continuou sendo um ponto de encontro dos usuários. Aspectos das transformações dessa região da área estudada serão revisitados na seção 6.3.1 deste trabalho.

Seguindo nessa proposta de discussão, apresenta-se a análise de 03 (três) filmagens concernentes a um indivíduo carregando uma bicicleta na região do Mercado Municipal, (Boletim de Ocorrência – BO 51095, de 06/08/2013), cujas imagens foram capturadas pelas câmeras 864, 866 e 867 – Rua Israel Pinheiro esquina com Rua José Luiz Nogueira, Rua Quintino Bocaiúva e Rua São Paulo, respectivamente. Para os objetivos da explicitação ora desenvolvida, bastará a apresentação de somente duas imagens desse contexto. Assim, na figura 11, verificam-se indícios de que a dinâmica acelerada da região do Mercado Municipal deixa as pessoas inteiramente absorvidas em suas atividades cotidianas, a ponto de nem sequer notarem um homem realizando reiteradas tentativas de destrancar a bicicleta, em um lapso relativamente longo da primeira filmagem, tampouco a sua posterior retirada do local, carregando-a trancada.

Fig. 11 – Homem tentando destrancar bicicleta no Mercado Municipal GV – 2013



Fonte: Central de Monitoramento do Olho Vivo/COPOM 8ªRPM

Em continuidade, verifica-se, igualmente, a Figura 12, acima, que ilustra o momento em que o indivíduo carrega a bicicleta com a roda de trás suspensa – porquanto continuava trancada – no meio do Mercado Central. As pessoas daquele lugar permanecem entretidas em suas rotinas do cotidiano e, simplesmente, não o notam, de modo que ele permanece invisível em meio à multidão. Na ocasião, importa mencionar que o indivíduo era mesmo o legítimo proprietário da bicicleta e apenas teve o cadeado emperrado. Contudo, somente o “olho do Estado”, por meio do sistema de monitoramento com câmeras do programa “Olho Vivo” que o estava observando, porquanto os olhos das demais pessoas, conforme se vê nas imagens, estavam fixos somente na prática de seus cotidianos respectivos.

Por outro lado, vale salientar que talvez não seja pelo desinteresse nas atividades do outro como um perigo, mas sim na confiança plena de que o sistema de videomonitoramento constitua uma espécie de “Olho de Deus”¹⁷⁷, é que as pessoas estariam indiferentes à observação alheia, à medida que não haveria mais necessidade de se preocupar com segurança pessoal e/ou patrimonial diante da proteção de tal “olho tecnológico infalível”. “Parece existir uma crença

¹⁷⁷ A expressão foi aqui utilizada a fim de remontar um post que Fernanda Bruno teria feito em seu blog e reproduziu em seu livro “Máquinas de ver, modos de ser: vigilância, tecnologia e subjetividade”, a respeito de uma representação pictórica “de Deus como um grande olho onisciente e onipresente – Os sete pecados capitais, de Hieronymus Bosch. Eis uma das primeiras visões da vigilância – o Olho de Deus ou Deus como Olho –, que também encontramos em cúpulas de igrejas católicas [...]” (BRUNO, 2013, p. 13).

reinante de que soluções tecnológicas são apropriadas e funcionam, mesmo não tendo funcionado na manhã de 11 de Setembro.” (LYON, 2006 *In*: BRUNO, KANASHIRO e FIRMINO, 2010).

Fig. 12 - Homem carregando bicicleta no interior do Mercado Municipal – 2013



Fonte: Central de Monitoramento do Olho Vivo/COPOM 8ªRPM

Ainda sobre o fato ora analisado, deve-se notar que “durante a abordagem da Polícia Militar, as pessoas que passam começam a observar o que está acontecendo, dando a entender que, quando se tem uma ação do Estado, há o desencadeamento do interesse de curiosos” (BRAGA e SANTOS, 2017, p. 35-36), perdendo, o indivíduo, sua anterior invisibilidade. Todavia, como bem observado pelos autores, a abordagem policial se deu fora do “Quadrilátero”, de modo que não é possível afirmar que “a reação dos espectadores seria diferente na área em estudo, em que os atores sociais parecem estar mais absorvidos em suas atividades” (*Ibidem*, p. 36).

Dentro desta lógica, Braga e Santos (2017) vislumbraram uma possível relação de sustentabilidade entre o Mercado e a crackolândia em questão, o que na lógica interacional, possibilita um processo mutualístico na perenidade da existência do território do crack ora estudado e o Mercado Municipal de Governador Valadares. A esse respeito, deve-se atentar para o fato de que os ambientes das crackolândias implicam espécies variadas de hibridez espacial, como a de confusão entre o público e o privado, posto que as ruas e praças apropriadas

pelas “cenar de uso” estabelecem fronteiras –simbólicas e materiais – que reconfigura os arranjos posicionais e os respectivos grupos sociais nas relações dentro daquele território.

Analisando esse aspecto, o livro de Tomás Chiaverini, “Cama de Cimento”, serve como ferramenta útil de comparação, pois mesmo tendo como objeto de estudo a população em situação de rua, o autor se propôs a fazer uma pesquisa com observação participante e entrevistas, conseguindo perceber a vivência da região da Sé, na cidade de São Paulo-SP, no período de 2005 a 2006. Ainda que não tenha seguido o rigor metodológico de uma investigação acadêmica, o jornalista alcança inferências relevantes, como a relativa à preferência das pessoas em situação de rua por se instalar na região central, em detrimento dos bairros periféricos.

Nos arredores da praça, que formam o subdistrito da Sé, está a área de maior concentração de pessoas que moram na rua, mais de 800.

Eles **preferem a região central**, que oferece **maiores possibilidades de bicos**, facilidade de transporte, tem **um comércio intenso com seu valioso lixo** – que sempre rende **papelão e latinhas** – tem **albergues e casas de convivência por perto** e o tempo todo **passam instituições religiosas** ou bons samaritanos civis a distribuir comida nas quentinas brilhantes, as cascudas, de papel laminado. E, nessas horas, todos se sentam para comer nas escadarias da catedral e dobram a tampa metálica em colheres improvisadas. (CHIAVERINI, 2007, p. 19 – Grifo nosso).

Vê-se que a indicação de preferência pela região central, pelo grupo populacional em situação de rua, coincide bastante com algumas das preferências dos usuários de crack, ressaltando inclusive que, parte considerável dos entrevistados no trabalho de Chiaverini (2007) afirmaram usar ou já terem usado essa droga. A título exemplificativo, pode-se citar a latinha de alumínio que, como já se verifica em Oliveira e Nappo (2008), é a principal “matéria-prima” para a confecção do cachimbo (“marica”) para o consumo do crack. No caso do Mercado Municipal de Governador Valadares e seus comércios circunvizinhos, verifica-se uma enorme produção de latinhas e outros insumos – por exemplo, canos PVC, garrafas PET, entre outros, – o que bate perfeitamente com a descrição de possuir “um comércio intenso” e “seu valioso lixo”.

Ademais, na fala do autor, há a questão do render também “papelão” e as “maiores possibilidades de bicos”, o que nas filmagens e caminhadas de observação tem sido visto com frequência. Os usuários vigiam veículos automotores estacionados no mercado, ainda oferecendo um papelão no para-brisa de alguns como um *plus* do serviço que mantém o interior do carro menos aquecido nos dias de sol intenso, bem como fazem outros serviços, e.g. carregar

compras, ajudar a montar/desmontar barracas e outros afins que lhes rende uma pequena remuneração¹⁷⁸.

Por essa visão, deve-se mencionar que há outras harmonizações com o pensamento de Chiaverini (2007), tais como a proximidade com centros de referência e o fazer parte do itinerário das doações de instituições religiosas, que fortalecem ainda mais o fundamento, *a priori*, da ideia de uma relação mutualística entre o Mercado e a crackolândia, com base nessa comparação. Além disso, nota-se outra correlação, referente aos levantamentos do autor em análise, acerca dos números da população de rua em São Paulo e o “incômodo” que tal minoria “provoca”:

O povo das ruas em todo o município de São Paulo – que em 1991 era composto por cerca de três mil pessoas¹⁷⁹ -, **hoje chega a mais de 10 mil**. A quantidade simboliza **menos de 0,1% da população paulistana, mas é uma minoria que incomoda**. Tanto que em 1986, a então Secretaria Estadual de Promoção Social estimava que havia 100 mil pessoas vivendo embaixo de pontes e viadutos da cidade, segundo reportagem do *Jornal da Tarde*. (CHIAVERINI, 2007, p. 19 – Grifo nosso).

Essa observação de ser uma minoria que incomoda¹⁸⁰, também é claramente aplicável à situação do território da crackolândia; é óbvio que há muito mais diferentes atores sociais ali que usuários de drogas. No Mercado, há um número infinto de comerciantes, clientes, transeuntes,

¹⁷⁸ Embora fora das proximidades do quadrilátero seja comum ver alguns dos usuários que ali frequentam fazendo “arte de rua” nos semáforos, na região do (e próxima ao) Mercado Municipal, é bastante raro de se ver. Às vezes, ocorre de ao anunciar produtos ter os artistas de ruas que pulam em uma roda de fogo, ou lançam ácidos em pulseiras e cordões para provar que é de ouro, tocam flautas peruanas para vender CD’s e segue relação de exemplos em que a arte seja um atrativo para anúncio de outro produto. O palpite provisório deste pesquisador nesse sentido é o de que talvez o mercado, com todas as suas ofertas em gritos e criativas disputas pela atenção dos clientes, torne difícil a competição, bem como seja um espetáculo suficiente com o qual os usuários não queiram competir, mas sim conviver.

¹⁷⁹ Fonte - conforme livro em tela: “População de rua – Quem é, como vive, como é vista”.

¹⁸⁰ Aqui cabe uma visita a Walter Benjamin em Rua de mão única, mais precisamente no trecho de “Proibida a entrada de mendigos e vendedores ambulantes!”, quando ele fala que nos queixamos “dos mendigos nos países sul e esquecemo-nos de que a insistência com que nos colam é tão legítima quanto à obstinação do estudioso perante um texto difícil[...] cocheiro [...] vendedor” (BENJAMIN, 2013, p. 64). Ele fala que não existe “sombra de hesitação, não há indício, ainda que imperceptível, de vontade ou reflexão que eles não leiam nossa fisionomia” (*Ibidem*). Primeiramente, porque o autor teve a sensibilidade de comparar e legitimar a insistência dos rogos por esmolas em que se funda a mendicância como tão legítimos quanto outras formas obstinadas e perniciosas de porfio que também podem representar “incômodo”. Em segundo lugar, a revisita a este texto é cabível nesta pesquisa, pois na região da crackolândia objeto de estudo desta pesquisa se reúnem todos esses personagens citados, guardadas as proporções da analogia possível: mendigos (usuários ou não) transitam o local; vendedores ambulantes são figuras demasiado representativas do Mercado Municipal; cocheiros, tanto na adaptação temporal dos mototaxistas que oferecem seus serviços aos gritos, ou mesmo de formatos mais próximos do personagem antigo, tais como carregadores de bagagens em carrinhos que também alardeiam seus preços por serviço, já as carroças são comuns no mercado mais no meio de vendedores e compradores que transportam mercadorias, e não para a condução de passageiros / bagagens; por outro lado, o estudioso perante um “texto” difícil, seria este pesquisador que não se rende em investigar aquele território/dispositivo interacional.

representantes de órgãos públicos (principalmente os de fiscalização e segurança pública), condutores de veículos e outros. Porém, guardadas as peculiaridades da apropriação da pesquisa do jornalista Tomás Chiaverini, a minoria que está ali também incomoda, tendo em vista ter chamado a atenção da população, da polícia e da imprensa, assim como a considerável parte de seus componentes em situação de rua.

Acerca da questão do incômodo social, oportuniza salientar que, conforme a doutrina majoritária do Direito Penal, o consumo de drogas ilícitas (dentre as quais, encontra-se o crack) não foi descriminalizado pela lei 11.343/06; porém, apenas deixou de ter pena privativa de liberdade. Raciocínio esse que é reforçado pelo fato de o tipo penal está previsto no “CAPÍTULO III” da lei que trata “DOS CRIMES E DAS PENAS”, mais precisamente no artigo 28, cujo texto foi reproduzido a seguir:

Art. 28. Quem adquirir, guardar, tiver em depósito, transportar ou trazer consigo, para consumo pessoal, drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar será submetido às seguintes penas:

I - advertência sobre os efeitos das drogas;

II - prestação de serviços à comunidade;

III - medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo.

Desse modo, frisa-se que, mesmo somente passivo a penas restritivas de direito, o legislador quis manter o status de delito para o uso de drogas ilícitas e, pensando nesse viés, independentemente, da exposição, e tomando o consumo explícito como uma desordem social mais séria, as abordagens do espaço e criminalidade são úteis para se compreender o território ora estudado e suas interações enquanto dispositivo interacional na verificação de um possível protooperativismo entre a crackolândia e o mercado.

Superadas tais considerações, torna-se oportuna a apresentação de outra cena explorada por Braga e Santos (2017), em que indivíduos apresentam comportamento suspeito (próximos e dentro do “Lote Vago”), capturada pela Câmera 862 (Rua Afonso Pena com Rua Vereador Euzebinho Cabral), com 17min59seg duração, das 8h30min às 8h48min, do dia 20/07/2013, tendo rendido o registro do BO 47117. No início do vídeo (Figura 13), um usuário está do lado de dentro do lote vago, em cima de um monte de entulho, conversando com outro indivíduo um pouco melhor vestido que está fumando algo semelhante a maconha do lado externo ao parco cercamento que restou do lote em questão.

Fig. 13 – Dois usuários conversando na região “Lote Vago” – 2013



Fonte: Central de Monitoramento do Olho Vivo/COPOM 8ªRPM

Observa-se que há bastante lixo e entulho no local; portanto, este constitui lugar mais viável de dispensar qualquer material ilícito, sobretudo entorpecentes, dificultando muito o encontro pela polícia. Em continuidade do vídeo, verifica-se que o indivíduo passa o que ele fumava para uma mulher, a qual, aparentemente, “queima a última ponta”¹⁸¹ e a lança no chão em seguida. A Figura 14 mostra o momento em que a mulher está procedendo ao referido uso, que em uma dimensão conceitual, esclarece o porquê de se chamar de “cena de uso” do crack e *outras drogas*, posto que substâncias ilícitas (e até mesmo lícitas, como é o caso do álcool) desempenham funções potencializadoras e/ou viabilizadoras de interações no território em estudo.

Ainda quanto à figura 13, nota-se, ao fundo, mais um indivíduo junto a alguns trapos, provavelmente também usuário, porque depois, os demais se juntam a ele por um tempo. Nesse quarteirão, poucas pessoas, além dos usuários, transitam, mesmo estando a apenas a dois quarteirões do Mercado Municipal e em plena manhã de sábado (20/07/2013), com o comércio

¹⁸¹ Essa expressão é, comumente, utilizada pelos usuários de drogas, para se referir ao ato de dar a última tragada num cigarro de maconha.

funcionando a todo vapor. Com fulcro nessa informação e com o percebido *in loco*, abstrai-se um uso, quase exclusivo¹⁸², pelos usuários de drogas dessa parte do território da crackolândia.

Fig. 14 – Usuária fumando “maconha” na região do “Lote Vago” – 2013



Fonte: Central de Monitoramento do Olho Vivo/COPOM 8ªRPM

Percebe-se que no andamento da filmagem, as figuras 13 e 14 foram extraídas, os usuários demonstram desconhecimento (ou no mínimo, indiferença) acerca do monitoramento do “Olho Vivo”, porquanto estampam suas faces até mesmo no momento do consumo de drogas. No contexto de 2013, com pouco tempo da existência do sistema de videomonitoramento (e menos ainda da configuração de uma “cena de uso” do crack e outras drogas) na região, era mais frequente tais comportamentos de consumo *de frente para a câmera* e indiferente a esta.

Vale pontuar que, como já notam Braga e Santos (2017) com relação à análise das mídias do referido ano, em comparação com as demais fontes bibliográficas e documentais, a hipótese inicial, no sentido de que o território da crackolândia em estudo é formado, principalmente, por seus aspectos materiais, cujas condicionantes ambientais contribuíram para sua depreciação histórica e permanência rotuladora da sua condição de lugar à margem da sociedade e de

¹⁸² Por outro lado, em caminhas já se verificou situações tensionantes no sentido de que há pessoas que respeitam aquele espaço como que pertencente aos usuários que ali geralmente ficam. Nesse sentido, uma imagem de filmagem aqui apresentada acerca da “privacidade adaptada” é cruzada com o processo de caminhada, como será verificado na próxima seção.

periferia da área central. Sobretudo, no que tange à área do “Lote Vago”, que se tornou tão marginalizada, ao ponto de ser quase de uso exclusivo dos usuários de crack.

Todavia, percebem-se, outrossim, nuances da reformulação hipotética mais avançada da pesquisa, quanto às dimensões materiais e para além destas, no sentido de que as lógicas dos processos midiático-interacionais da/naquele, nos atravessamentos entre o circuito fechado do sistema de monitoramento, nos atravessamentos de episódios interacionais que apresentam (des)continuidade com o circuito semiaberto do território da crackolândia. Esses aspectos serão melhor abordados neste estudo, vislumbrando-se que, ao longo dos anos, houve adaptações e convivências diversas entre os mecanismos do olhar vigilante e os seus respectivos vigiados, de modo que nessa relação, existiram, predominantemente, momentos mais “pacíficos”, mas ocorreram também ocasionais “colisões”.

Conforme evidenciado em Braga e Santos (2017), quanto ao ano de 2014, houve 27 (vinte e sete) mídias relacionadas à crackolândia, objeto de estudo desta pesquisa, sendo 04 (quatro) mídias a mais do que 2013, o que lhe deu relevância comparativa por ter um número semelhante de imagens relativas a uma mesma fração temporal (*i.e.* um ano), auxiliando na análise das dinâmicas da área investigada. Com o intuito de se estabelecer o padrão de uso de 2014, dentro do “Quadrilátero” da crackolândia estudada, tendo como parâmetros a área do “Lote Vago”, a incidência em dias de domingo, e outros aspectos similares, realizou-se a uma contabilidade parcial dos vídeos.

Conforme essa contabilização, a quantidade de vídeos da região do “Lote vago” foi de 22 num total de 27¹⁸³, o que demonstra que, em 2014, a área se consolidou ainda mais como o principal ponto do território estudado. Já o número de vídeos do “Quadrilátero”, em dias de domingo, foi de 06 (22,2%) num total de 27, sinalizando uma relação com a feira do Mercado, à medida que há carros estacionados nas proximidades e alta incidência de recursos – o lixo que é utilizado pelos usuários e até mesmo pela circulação de pessoas que reduz a exposição do uso explícito de drogas.

¹⁸³ Desse total, somente 05 (cinco) se referiam a ocorrências durante a noite ou madrugada (BRAGA e SANTOS, 2017).

Dessa sistematização, deve-se pontuar que a câmera 862 foi a mais exigida, no ano de 2014, pois abrange a região do “Lote vago”, parte mais ativa da crackolândia com fulcro nas filmagens, que totalizaram 22 (vinte e dois) vídeos. A câmera em questão alcança, além dos pontos do “lote vago” e dos “depósitos”, a área do “comércio de gás” (cruzamento das ruas José Luiz Nogueira esquina com Afonso Pena), em que se registraram 02 (duas) incidências de usos de crack filmados, no “corner da Polil”, à noite, no primeiro semestre de 2014.

Quanto ao ano de 2015, as filmagens que compunham a primeira remessa, referiam-se somente aos três primeiros meses (janeiro a março). Todavia, encontraram-se mais mídias para esse curto lapso de tempo (*in casu* trinta e oito vídeos) – no levantamento de ocorrências diversas relacionadas à crackolândia estudada – do que para os anos de 2013 e 2014. As análises de tal período vislumbraram a permanência de características de apropriação temporárias maiores durante o dia do que à noite e um início de modificação de práticas no uso e no tráfico de drogas dentro do “Quadrilátero”.

Com relação aos vídeos da primeira remessa¹⁸⁴ já terem sido analisados na publicação de Braga e Santos (2017), cujas sistematizações e reflexões foram aqui apresentadas, bem como de terem sido alvos de retome em outras seções deste capítulo (sobretudo na seção 6.3.1), para os propósitos desta seção, procede-se aos vídeos obtidos dos demais (de abril de 2015 a maio de 2016 e de setembro de 2018 a março de 2019), dentro de uma objetividade e seleção necessária de imagens que compõem o corpo da presente tese.

Preliminarmente, acerca dos anos de 2016, cumpre salientar que, apesar de os vídeos se referirem somente aos cinco primeiros meses (janeiro a maio), encontraram-se quantidade de mídias para esse curto lapso na pesquisa de ocorrências diversas relacionadas à crackolândia em estudo superiores que para os períodos de doze meses, nos anos de 2013 e 2014, respectivamente. Assim, por não se tratar de um ano completo, devido à interrupção do sistema de gravação, proceder-se-á, quando da conclusão da visualização das gravações do referido ano, a uma discussão mais resumida, voltando-se, principalmente, para verificar se o padrão percebido nos demais anos está com tendência à manutenção ou à mudança.

¹⁸⁴ Relativos aos anos de 2013, 2014 e começo de 2015, com o total de 90 (noventa), conforme explicado anteriormente.

Procedimento semelhante foi realizado em relação às filmagens dos anos de 2018 e 2019, com o objetivo de prevenir que a maior parte da análise girasse em torno de um período menor (frações de um ano, *in casu* trimestres), em detrimento dos padrões abstraídos dos outros três anos e cinco meses analisados. Isso se deve ao fato de aqueles reunirem sozinhos, respectivamente, 158 (cento e cinquenta e oito) e 88 (oitenta e oito) vídeos, cujas imagens são relativas a períodos de apenas três meses (“2018 – Set a Dez”; “2019 – Jan a Mar”, cf. Tab. 3).

Em outro sentido, apesar de demandar um certo cuidado por congregar sozinho, 104 (cento e quatro) gravações, ou seja, 25 (vinte e cinco) gravações a mais do que os outros 03 (três) períodos do intervalo de 2013 a 2016 (este só os três primeiros meses) juntos, o ano de 2015 foi o mais focado na presente seção, por ter reunido filmagens área estudada com movimentos e interações vários, servindo de referencial para estabelecimentos/modificações de padrões e tendências. Além disso, há um potencial menor de distorção perceptiva em suas análises, por abranger a totalidade de um ano, inclusive com divisão em três frações do ano (i.e. “2015 - Jan a Mar”, “2015 - Abr a Ago” e “2015 - Set a Dez” – *vide* Tab. 3) nas remessas de gravações recebidas.

No seguimento dessa análise numérica, sem nenhuma visão de necessidade obrigatória ou arbitrária de dimensões quantitativas ou de olhares totalizantes, porém, aceitando a lição de Massey (2008, p. 160) acerca de “nem todas as visões do alto” serem “problemáticas”, e sim, “outra forma de ver o mundo”, torna-se oportuno retomar o conteúdo “total” da Tab. 4, com o intuito de trazer quatro complementações à tabela e demais dados quantitativos acerca das filmagens, períodos, locais e câmeras, a saber:

- a) 1** – em 2015-Jan/Mar, as câmeras "Outras" (onde se reuniram câmeras cujas quantidades de vídeos não destacaram ao longo dos anos) tiveram repetições relativamente consideráveis, em termos percentuais ao total (40) de filmagens, cf. Câmeras 864 - 08; 866 - 03; 868 – 06;
- b) 2** – no intervalo 2016-Jan/Mai, as "Outras" foram 03 repetições da 868, o que tem representatividade no período, tendo em vista o total de filmagens (29) e a proveniência de poucas câmeras diferentes (3);
- c) 3** – nos períodos da remessa final (2018-Set/Dez e 2019-Jan/Mar), o campo "Outras" foi bastante pulverizado nas quantidades de câmeras diferentes que geraram gravações, sendo respectivamente 33 e 20;

d) 4 – no último período (2019-Jan/Mar), somente a câmera 825 despontou com alta quantidade de vídeos, realçando a movimentação do "fluxo" para a "Praça da Estação".

Por esse caminho de reflexivo-articulatório do que tem a dizer os episódios interacionais, enquanto observáveis do *fieldwork* olhar “Olho Vivo”, prossegue-se no andamento cronológico, com resumos-sínteses, imagens e ponderações pertinentes que viabilizam inferências sobre o objeto de estudo. Nesse escopo, tem-se a agressão perpetrada de um homem contra uma mulher, na região dos “Depósitos” (em frente ao “lote vago”), no dia 23 de abril de 2015, cf. BO 35139. Na ocasião, o autor da agressão foge da PM, mas foi preso, em seguida. Abaixo, a figura 15 demonstra a observação do momento das agressões, sendo afetado pelo “ponto cego” parcial, produzido pela interação do sistema de monitoramento com a obstrução relativa do poste, de acordo com os (re)arranjos disposicionais dos sujeitos e objetos monitorados pelo olhar vigilante.

Fig. 15 – Usuário agredindo usuária na região “Depósitos”/“Lote Vago” – 2015



Fonte: Central de Monitoramento do Olho Vivo/COPOM 8ªRPM

Em um nível de detalhamento maior, é válido explicar que há duas filmagens relativas a este fato, sendo a primeira, a dos acontecimentos, e a segunda, somente a continuidade da fuga/perseguição do agressor que fora preso pela Polícia Militar. O primeiro vídeo começa com indivíduo agredindo uma mulher em companhia de outra. A usuária chora e protesta pelas

agressões recebidas, apontando para seu rosto e corpo, onde parece ter sido atingida. As discussões e retomes de agressão permanecem com o agressor, ora se afastando, ora se aproximando, continuamente.

Nesse ínterim, passa uma ciclista por um “ponto cego” da filmagem, mas não dá para vê-la aproximando-se e somente parando um pouco à frente, conversando com as mulheres; ao que tudo indica, no intuito de ajudá-las; porém, a imagem demonstra que as usuárias e o agressor não foram receptivos a ela, aparentando tê-la repellido. Mesmo assim, ela insiste, parando mais à frente e tentando conversar à distância, ocasião em que a usuária agredida grita algo que não dá para entender, ao passo que o usuário caminha por trás do caminhão, aparentemente no sentido da ciclista, que não o vê, mas vai embora de vez, logo após o mencionado grito¹⁸⁵.

Em uma aproximação mais meticulosa dessa situacionalidade interacional, pode-se pensar que o repelir da ciclista tenha sido em tom de advertência, para ela “não se intrometer” na questão por parte de todos, ou pode ser que a usuária agredida quis proteger a ciclista, aparentemente, bem intencionada, que mesmo querendo ajudar, poderia também vir a ser alvo do agressor. Nessa segunda possibilidade, muitas vezes não percebida como possível, em decorrência de preconceitos e rotulações, repeli-la significaria protegê-la.

Retomando a narrativa fática, depois da saída de cena da ciclista, passou um indivíduo com uma sacola na mão e dá umas olhadas em direção à discussão; passa até perto deles, ri da situação, mas não chega, nem sequer a conversar com os envolvidos. A usuária agredida vai até o espelho retrovisor de uma van branca, estacionada do outro lado da rua, e examina a lesão no seu rosto, que parece ter sido causada do lado esquerdo da face próximo ao olho. Pouco tempo depois, a viatura da PM chega e o agressor vai, concomitantemente, caminhando para trás do caminhão, de onde foge. Os policiais militares o perseguem, um correndo a pé e o outro na própria viatura ligando giroflex e a sirene¹⁸⁶ e o indivíduo é preso.

¹⁸⁵ Destaca-se que a gravação em tela e as demais componentes do olhar “Olho Vivo” são somente imagéticas, não possuindo áudio. Entretanto, pelo semblante e distância das interlocutoras, nessa ocasião, assim como em outras similares, infere-se facilmente que a fala fora gritada, apenas não sendo possível saber o seu conteúdo

¹⁸⁶ Convém explicar que a inferência da sirene ter sido ligada advém da outra filmagem sobre a ocorrência em questão, na qual se verificam os carros se afastando da esquina em que não vê a viatura, de modo que certamente estavam ouvindo a sinalização sonora do veículo em emergência policial, e por isso, outrossim, a brindo passagem.

É importante verificar o companheirismo da outra usuária que era bem magra, mas permaneceu o tempo todo ao lado da usuária agredida e, mesmo não tendo sido alvo das agressões, esteve em companhia daquela, com intervenções sutis de tentativa de separar, falando pouco, no meio das brigas e sentada ao lado durante as agressões. Obviamente, ela não teve coragem de enfrentar o agressor que era alto, de compleição física mais robusta e não demonstrava qualquer constrangimento em agredir uma mulher¹⁸⁷, de modo que as suas interferências comedidas, no intuito de apoiar a outra usuária e sua permanência no local dos fatos durante todo o intercurso violento a expuseram a um risco de também se tornar vítima, inferindo-se uma relação de amizade entre as duas usuárias.

É relevante mencionar que tal episódio interacional, além da “imagem-violência”¹⁸⁸ ocorrida naquele dispositivo, acionando o mecanismo de vigilância policial como resposta necessária ao conflito violento, remete ao rastro benjaminiano no enfrentamento de “olhos ausentes” e “pontos cegos”, retomando a apropriação de Weschenfelder (2016). Vale lembrar que os “olhos ausentes” no olhar “Olho Vivo” ocorrem, constantemente, pois quando a câmera focaliza algo/alguém, obrigatoriamente, deixa de abranger uma área “dantesca” (mesmo com a rotação em 360°, toda focalização, excluirá, no mínimo, 180° de visão, daquilo que está dos lados para trás, o que pode ser ainda mais prejudicado pelo uso do zoom e bloqueios visuais que perpassem

¹⁸⁷ Agressões ocorrem com frequência no território da crackolândia, dentre essas, também se repetem as de imposição de gênero, como a ocorrida em 08 de agosto de 2015, relatada no BO 50091577, na qual o infrator, conhecido no meio policial pela prática de delitos contra a pessoa e contra o patrimônio, foi preso por agressão. No vídeo deste fato, o autor agride bastante uma mulher, enforcando-a com a camisa que ele tinha nas mãos, e quando ela consegue se desvencilhar, levantar e dar a volta em um carro estacionado, em protesto contra as agressões sofridas, ele se aproxima novamente a xingando. Em reação, ela aponta para a câmera e é possível ler algo nos lábios delas semelhante ao “Olho vivo tá ali ó” e, em resposta, o agressor, utilizando a camisa em seu pescoço, joga-a, novamente, no chão. Nota-se em tal episódio que a crença no “Olho vivo” como o “olho que tudo vê” está no meio dos usuários de drogas, de modo que ainda que tenham que se adaptar com tal olhar sobre eles em suas interações, muitas vezes, na condição de “vigiados”, esse mesmo olhar também lhes serve, paradoxalmente, como fonte de segurança. A gravação da mencionada ocorrência foi registrada na esquina de frente a de onde se localiza a câmera 861 (Euclides da Cunha com Leonardo Cristino), na divisa com o bairro São Geraldo e, felizmente, a viatura policial chegou a tempo de assistir a usuária vítima, assim como a abordar e prender o autor.

¹⁸⁸ Apropriação feita do conceito de “imagem-violência”, em Hikiji (2012), e não na análise deleuziana, com a necessária adaptação e comedimento, quanto àquela tê-lo apresentado em referência aos filmes ficcionais, para definir conteúdos visuais que “apresentam **imagens da violência** – atos de violência física [...] que são também **imagens violentas** em sua construção: provocam tensão, susto, ansiedade ou nojo [...] caracterizado pelo duplo-caráter da relação entre imagens e violência [...]” (HIKIJ, 2012, p. 104). Assim, semelhantemente, quando a autora fala do deslocamento da câmera para esquerda, não mostrando a realização do corte da orelha do policial perpetrada pelo torturador Mr. Blonde, em análise a momentos de distensão e violência, no filme “*Cães de Aluguel (Reservoir Dogs)*, Quentin Tarantino, EUA, 1992” (*Ibidem*, p. 106), reações de tensão similares (e até piores, por saber que, efetivamente, ocorreram) podem ser experimentadas ao assistir ao vídeo em tela, quando a violência do agressor é parcialmente escondida pelo “ponto cego” produzido com a obstrução do poste.

diversos). Já os “pontos cegos” podem aparecer, parcial ou plenamente, conforme os arranjos e rearranjos dos objetos e pessoas filmadas¹⁸⁹.

A pontuação aqui trazida serve tanto para lembrar que há as limitações de cada “modo de ver”, de forma que não há um olhar mais importante do que o outro. Assim, cumpre lembrar que, para dar conta desses aspectos limitadores de quaisquer dimensões do olhar e das complexidades dos observáveis envolvidos, foi desenvolvida a *dialética dos olhares* por este pesquisador, uma vez que aquela, antes mesmo de ser um método criado por este, constitui uma necessidade metodológico-adaptativa dos caminhos da pesquisa às singularidades do objeto estudo.

Em seguimento analítico dos aspectos relevantes a entender as lógicas interacionais daquele território, por meio da presente dimensão do olhar, vale a pena abordar o monitoramento (BO 35959) dos usuários de droga reunidos na Afonso Pena com Jose Luiz Nogueira, de 26 de abril de 2015, no “*corner* da Polil”. A importância dessa filmagem decorre, primeiramente, da apropriação desse espaço específico da área investigada, enquanto um recurso material à ocultação, ter ocorrido durante o dia, ao invés de à noite, como normalmente o é, pois aponta uma adaptabilidade e reconfiguração dos usos e práticas no território em questão.

É evidente que, por ser uma manhã de domingo, período de concomitância/concorrência com a feira, pode ter interferido no encorajamento dos envolvidos no tráfico e uso, mas ainda assim, é relativamente anômala a apropriação diurna do “*corner*” da Polil Tintas. Além disso, a gravação em tela tem relevância à compreensão circuitável dos pontos nodais do(s) dispositivo(s) interacional(is) envolvido(s), posto que há uma transição / deslocamento do ponto de venda/compra para o de consumo e de abordagem policial.

O vídeo em questão começa com um indivíduo vestindo casaco de moletom, caminhando até dois usuários (uma mulher e um homem, este um indivíduo muito conhecido no meio policial, à medida que ele é contumaz na prática de furtos a residência e a comércio, possui destreza em modalidades qualificadas do delito, a saber: mediante escalada e arrombamentos) em frente a

¹⁸⁹ Por exemplo, há um ponto cego parcial atrás do poste na filmagem ora estudada, quando não se consegue ver totalidade do ato agressivo (ato, agressor e agredida). Lado outro, atrás do caminhão, em muitos momentos, constitui um ponto cego pleno, porquanto conforme os arranjos posicionais dos envolvidos, não é possível visualizar o que ocorre detrás daquela “cortina” (veículo pesado).

Polil Tintas. Neste local, o indivíduo que até se veste semelhante aos demais usuários (roupas mais velhas tanto o casaco quanto a bermuda e o chinelo que trajava), mas por sua compleição física mais forte e outros comportamentos (como o de não-uso verificado nas filmagens), apresenta indícios de que se transvista de usuário¹⁹⁰, serve droga à mulher (de face hachurada na figura 16) e recebe dinheiro desta que tira a cédula do peito, debaixo do top que ela vestia, conforme reproduzido na imagem abaixo:

Fig. 16 - Usuários usando e vendendo droga – regiões da “Polil” / “Depósitos” / “Lote vago” – 2015



Fonte: Central de Monitoramento do Olho Vivo/COPOM 8ªRPM

Depois da venda, o indivíduo “fornecedor” passa pelos “depósitos” e fica na região do “lote vago”, do outro lado da rua onde ficam os caminhões, provavelmente, cômico de que os veículos pesados podem proporcionar-lhe um “ponto cego”, de acordo com seu posicionamento

¹⁹⁰ É uma prática comum nas crackolândias, para traficar pequenas quantidades reiteradas vezes, com menor risco de ser preso (em razão de ficar relativamente oculto / ser confundido com os demais usuários) e lucro mais alto (por já estar no meio dos “consumidores”, o fornecimento e a reposição são mais céleres). Na crackolândia em estudo e em seus circuitos ramificadores, esse padrão de comportamento começa a surgir ao final de 2014 e início de 2015, de forma não tão frequente. Contudo, ao longo do ano de 2015, vai se tornando menos raro o fenômeno. A esse respeito, como uma oportunidade de se articular o olhar “Olho Vivo” com a dimensão Outros Olhares, pode-se citar a ocorrência, constante no Registro de Evento de Defesa Social (REDS) Nº 2018-016634663-001, na qual uma usuária estava traficando crack, em meio uma territorialidade itinerante que surgiu em frente à loja “Casa Person Brasileira”, à Rua Afonso Pena com Rua Belo Horizonte (muito próximo ao local onde funcionava o Centro Pop), estava se vestindo como usuária e vivendo em situação de rua. Salienta-se que esse tipo de comportamento, embora seja de difícil detecção sem um estudo mais aprofundado e/ou trabalho de inteligência policial nas intervenções, é assaz importante, enquanto medida preventiva de atuações em “cenas de uso” do crack e outras drogas, no intuito de se conseguir distinguir quem é usuário de quem é traficante.

em relação à câmera. No novo local, ele conversa e fuma um cigarro com outro indivíduo e, em seguida, é abordado pela polícia. Tal procedimento policial foi feito com a divisão de esforços, sendo que a viatura parou onde se encontrava o indivíduo “fornecedor” e outro policial militar se deslocou a pé, surgindo no vídeo, pouco tempo depois, onde estava a usuária.

Esse pequeno detalhe de necessária estratégia policial para conseguir contatar com todas as partes da ocorrência, somado à dinâmica transição entre as regiões da “Polil”, dos “Depósitos” e do “Lote vago”, demonstram, preliminarmente, a riqueza da gravação, no que tange ao vislumbre da sobreposição de camadas territoriais (inferências das “cidades” em interação – *in casu* a dos usuários em contato/disputa com a dos feirantes de domingo e a vigiada pelo monitoramento – esta última, acionadora do aparato policial). Há muitas interações nesse sentido acionamento/viabilização de contatos entre as “cidades” pelo olhar de vigilância, como por exemplo, a relativa ao BO 30644, em que se verificou nas filmagens a articulação do acionamento de uma policial feminina, a fim de proceder à busca pessoal na usuária¹⁹¹. Um retorno mais pormenorizado sobre essa proposição inferencial encontra-se desenvolvido na seção 5.3 deste trabalho.

Um vídeo com conteúdo interacional relevante é o relativo ao BO 50163008, refere-se a agressões mútuas entre duas pessoas em situação de rua. O fato se deu em uma sexta-feira¹⁹², mais precisamente no dia 14 de agosto de 2015, às 15h19min, na esquina da Rua José Luiz Nogueira com Bárbara Heliodora (lado oposto ao “ponto de ônibus”), onde estavam se

¹⁹¹Na filmagem em questão, observou-se que a mulher apresentava dificuldade em cortar a droga, ajeitar a maleta e queimar a pedra, virando-se freneticamente de um lado para o outro e, aparentemente, querendo ver os movimentos alheios e ocultar a tentativa de acender a droga (provavelmente uma miscelânea de temores, vislumbra-se algumas possibilidades combinadas que, além da “fissura”, talvez expliquem a excessiva agitação: medo de outras pessoas a verem usando e a delatarem, medo da própria PM vir abordá-la pegando-a de surpresa, medo do “Olho Vivo” registrá-la na tentativa de uso e enviar uma equipe policial antes de ela concretizar o uso e ainda o medo de outro usuário ver e querer consumir com ela ou mesmo subtrair a droga). Em meio toda essa agitação, a mulher acaba optando por deixar o “Olho Vivo” vê-la usando, talvez motivada pelo raciocínio de que até o envio e chegada da polícia, ela provavelmente já teria logrado o êxito de fumar a sua pedra de crack. Porém, isso não ocorre, pois a PM chega antes, momento em que a usuária joga ao chão tentando dispensar tudo se movimentando bastante. O policial militar a coloca na posição de busca e sinaliza para ela aguardar nessa posição, enquanto acionam uma policial militar feminina para realizar a busca pessoal nela e, concomitantemente à espera da chegada da policial, dão busca no ambiente e nos pertences da usuária. Depois de um tempo, a policial feminina chega e procede à busca pessoal na usuária.

¹⁹² Sobre tal dia da semana, Braga (2015, p. 196) lembra que “nas sextas-feiras também se realiza uma feira, porém, de dimensão e impacto bem menor no trânsito e proximidades, nem mesmo afetando o ponto de ônibus do Quadrilátero e se encerrando ao meio-dia”. Por ter bem menor quantidade de barracas e se concentrar apenas no quarteirão à Rua José Luiz Nogueira, mais precisamente “entre as ruas Afonso Pena e Bárbara Heliodora, essa feira difere-se bastante da de domingo, a qual tem impacto em toda região do Mercado e dura até 14h, mas cuja limpeza só termina por volta de 17h” (*Ibidem*).

concentrando alguns indivíduos em situação de rua, que dormiam e mantinham seus pertences embaixo da marquise ali. Na ocasião, um indivíduo negro e outro moreno (este carregava seus pertences – cobertores, panos, sacola, etc. – durante todo o episódio e, inclusive os recolhia novamente, sempre que caíam no chão ao sofrer ataques, de modo que, aparentemente, ele estava sendo expulso daquele espaço dominado/apropriado como “moradia”) trocam socos e chutes, sendo que o primeiro permanece mais ofensivo, levando vantagem na briga, assim como perseguindo este último, com contínuas e intensas agressões, através de chutes e socos, ao longo da Rua Bárbara Heliadora, sentido à Quintino Bocaiúva.

Fig. 17 - Briga entre dois indivíduos próximo ao “Ponto de ônibus” – 2015



Fonte: Central de Monitoramento do Olho Vivo/COPOM 8ªRPM

A imagem acima ilustra o momento em que um indivíduo, trajando uniforme (camisa identificadora da empresa) de trabalho, passa no meio dos dois contendores, quase que “tombando” neles, tendo inclusive oportunidade de separá-los, mas somente se afasta e continua o seu percurso. Essa interação demonstra um viés de invisibilidade dos sujeitos na pulsação do Mercado Municipal, articulada em Braga e Santos (2017).

Na luta corporal em tela, outro indivíduo, igualmente em situação de rua, vestindo uma camisa de time de futebol (do Cruzeiro Esporte Clube), aproxima-se com uma espécie de chicote na mão, conversando no meio dos dois, mas o indivíduo negro fala algo para ele, provavelmente, no sentido de não se intrometer, pelo que aquele sai de cena. Carros e ônibus passam ao lado da pernicioso briga que, ora se dá na rua, ora na calçada, correndo risco até de serem atropelados

os contendores. No intento de fugir das agressões sofridas, o indivíduo moreno, num ato de desespero, atravessa a rua desviando-se dos veículos e entra sentido ao Mercado Municipal.

Fig. 18 - Outro momento da briga próximo ao “Ponto de ônibus” – 2015



Fonte: Central de Monitoramento do Olho Vivo/COPOM 8ªRPM

Cerca de 20min depois, quando a equipe PM chega e consegue abordar um dos agressores (*in casu* o que levou a vantagem na briga), ele já estava lavando um carro estacionado na rua, contando com a ajuda de outro indivíduo, à Rua José Luiz Nogueira, entre as ruas Afonso Pena e Bárbara Heliodora. *Vide* imagem abaixo:

Fig. 19 - Momento da abordagem policial – próximo ao “Ponto de ônibus” - 2015



Fonte: Central de Monitoramento do Olho Vivo/COPOM 8ªRPM

Verifica-se que o homem que, há pouco tempo, estava agressivo e violento, em uma luta corporal, através da qual expulsou outro indivíduo em situação de rua daquele território, momentos após, já estava calmo, exercendo seu ofício de lavador de carro, do outro lado da mesma rua em que tudo começou. Assim, nem o território, tampouco sua população, é uma coisa só, no sentido de ser apenas um lugar do crack, da violência e do delito, mas um espaço de realização da vida com interpenetrações de materialidades e territorialidades multivariadas e dinâmicas.

Em exemplificação dessa complexidade de ali não ser tão somente um território do crack, mas também paradoxal e obviamente, um espaço do consumo explícito da referida droga, o que motiva ser chamada de crackolândia, torna-se oportuno comentar a filmagem relativa ao BO 50163301. Na noite da mesma sexta-feira do episódio anterior (14 de agosto de 2015), na região do “Lote Vago”, um indivíduo de camisa social branca para fora da calça preta que trajava, vestindo-se com roupas não comuns entre os demais usuários frequentadores da “cena de uso”, aparece acendendo uma “marica” com o rosto totalmente exposto para a câmera do “Olho Vivo”, não sabendo da sua existência, ou não ligando para esta, começa a fumar o crack.

Fig. 20 – Homem fumando crack na região do “Lote vago” - 2015



Fonte: Central de Monitoramento do Olho Vivo/COPOM 8ªRPM

No início da gravação, às 18h49min, o usuário “turista” começa a conversar com outros dois indivíduos, havendo somente um carro preto ali estacionado, mas com a atitude ostensiva e descuidada¹⁹³ por parte daquele “consumidor” da droga; um dos indivíduos sai de cena, afastando-se dele e o outro que vestia uma camisa de time de futebol (do clube atlético mineiro) permanece com o usuário em questão. Após este “queimar a pedra”¹⁹⁴, os dois atravessam para o outro lado da rua, na lateral dos “depósitos” e ficam conversando atrás do poste, que como explicado anteriormente, é hábil à produção de um “ponto cego” ao olhar “Olho Vivo”. Minutos depois, a Polícia Militar chega ao local e procede à abordagem dos dois.

Fig. 21 – Uso do “Ponto cego” atrás do poste da região dos “Depósitos” - 2015



Fonte: Central de Monitoramento do Olho Vivo/COPOM 8ªRPM

Em seguimento à presente análise, é válido trazer à tona a abordagem policial realizada na região do “Lote vago”, no início da tarde do dia 1º de novembro 2015. Nitidamente, nota-se

¹⁹³ A adjetivação se deve, pois nesse ano de 2015, os usuários já conhecem o dispositivo panóptico do “Olho Vivo”, normalmente, escondendo o uso e a venda de drogas das lentes das câmeras com os recursos diversos (bonés, pedaços de papelão, etc.).

¹⁹⁴ Expressão comum, no meio dos usuários, para se referir ao ato de consumir crack. Pode-se citar o fato do BO 31087, do dia 07 de abril de 2015, em cuja filmagem, é possível notar duas usuárias mulheres colocando a mão na frente do rosto de um usuário, para ajudar este a tampar o seu uso da droga, e ele também põe uma de suas mãos na frente, impedindo a câmera de registrar o exato momento em que a pedra de crack foi fumada. No contexto desta mesma chamada policial, vê-se que um usuário conhecido da polícia, que estava trajando uma blusa vermelha e havia começado a fazer pequenos tráficos, passou antes pelo local, aparentemente fumando maconha e carregando drogas em quantidade pequenas na outra mão (pedras de crack), seguindo um itinerário pela parte lateral dos “depósitos” de frente ao “lote vago”, onde havia usuários sentados próximo ao poste e se ocultando atrás deste, bem como de outros usuários e de veículos pesados estacionados (*in casu* nesse exato momento, havia apenas um caminhão estacionado). Esse momento de ostensividade permitiu informações suficientes para a Polícia Militar organizar sua atuação e abordar a todos, com os procedimentos subsequentes devidos.

que o dia em questão é um domingo de feira, mesmo com o horário do início dos fatos (13h10min) coincidir com o momento de finalização das atividades, por ter ambulantes concluindo o serviço do dia com carrinho já montado para ir embora, caminhão de abacaxi parado na rua, vendendo e muito lixo ao chão, o que é comum logo após a feira.

Vale lembrar que essa conjuntura disposicional de veículo pesado, lixo acumulado no chão e afins, viabiliza potencialidade de recursos apropriáveis à configuração do lugar como “cena de uso” do crack e outras drogas. Nesse condão, tanto para ocultação do uso (produtores artificiais de “pontos cegos”) quanto para este ato propriamente (“maricas” fabricadas de recipientes plásticos e outros insumos residuais da feira), vislumbram-se os “recursos” ou “trunfos” das materialidades daquele território, cf. Figura 22 disposta a seguir:

Fig. 22 – Abordagem policial região do “Lote vago”- 2015



Fonte: Central de Monitoramento do Olho Vivo/COPOM 8ªRPM

Na ocasião dessa intervenção policial na região do “lote vago”, percebe-se que este já estava cercado e com materiais de construção, na parte interna, bem como o envolvimento de duas viaturas no procedimento, em face do considerável número (onze) de usuários reunidos. A mulher sobre a qual recaía a suspeição de estar usando drogas e passando a outros usuários, escondia algo na mão e um dos policiais militares abriu-a, verificando algo que, provavelmente, ela usaria como marica. Considerando que a situação já estava sob controle e a busca nas pessoas e nos arredores não ter ocasionado nenhuma localização de armas ou outra fonte de

risco da intervenção, a equipe que estava na viatura de apoio deixou o local da abordagem, permanecendo neste somente a equipe principal.

Pelas buscas, nada foi encontrado e o pessoal foi liberado; mas é provável que, para evitar apreensão e demais consequências legais, houve o descarte dos entorpecentes ilícitos com destruição/perda destes, quando da chegada dos policiais militares, uma vez que após finalizado o procedimento policial, os usuários se dispersaram. Porém, pouco tempo antes, os mesmos usuários demonstravam estar ali, naquele momento, somente para consumirem drogas, como se verifica nas imagens anteriores de uso e traspasse de materiais, inferindo-se o descarte com destruição ou perda da substância ilícita, pois logo em seguida ao embarque da equipe policial na viatura, para deixar o local, os abordados também abandonaram a “cena de uso”.

Poucos dias depois, na quinta feira daquela semana (dia 05 de novembro de 2015), usuários se reuniram no mesmo ponto para se drogarem, conforme vídeo relativo à chamada nº 50285884. Do outro lado da rua, havia caminhões estacionados (*Vide* Fig. 23) que poderiam ocultar totalmente, o consumo de drogas, mas preferiram usar ali mesmo. Deve-se pontuar, nesse contexto, que embora possam ser vistos mais facilmente do local onde estavam, de lá, eles também veem melhor, posto que conseguem visualizar a aproximação de veículos e pessoas (logo, igualmente, de viaturas e policiais). Além disso, mesmo em construção, o “lote vago” cercado é um trunfo para dispensar a droga de forma ágil e rápida, jogando-a no interior do cercamento, pois vendo antecipadamente, a chegada da viatura, conseguem fazer algo para não serem pegos em flagrante do uso.

Por esse raciocínio, observa-se que, no dinamismo interacional da sobreposição de camadas das cidades (vigiada, regulada, dos usuários, etc.), em que o usuário e o traficante buscam triunfar nos seus domínios e apropriações daquele território, não adianta apenas não ser visto sem ver – nesse diapasão, há comunhão análoga ao jogo de olhares do método desenvolvido para observá-los nesta pesquisa –, posto que a atitude de adaptação que lhes é exigida (pelos controles informais do tráfico em reação ao controle formal do Estado) envolve observar, com antecipação, o que ocorre ao entorno da “cena” de uso.

Na situação ora analisada, com a chegada da viatura, tão logo esta curva a esquina, a mulher usuária que estava mais ao canto, nota-a e levanta-se rapidamente, ocasião em que a outra

mulher, que havia chegado e se agachado junto aos usuários reunidos, também se levanta de forma ágil, de modo que com tais comportamentos, por uma simbólica ali conhecida e compartilhada, houve a sinalização para todos os demais da chegada da polícia, pelo que, todos se mexeram um pouco. Logo em seguida, chega outra viatura pelo sentido contrário da via, com o intuito de cerco a eventuais evasões.

Fig. 23 – Reunião de usuários na região do “Lote vago”- 2015



Fonte: Central de Monitoramento do Olho Vivo/COPOM 8ªRPM

A foto acima mostra o cenário em comento antes da interpenetração dos mecanismos de respostas às violações flagradas pelo “dispositivo panóptico”. Nota-se a presença de veículos pesados ao lado da região dos “Depósitos”, propiciando “pontos cegos” plenos, por meio de sua obstrução ao olhar “Olho Vivo”. Contudo, apesar de tal trunfo material, na gravação, verifica-se que os caminhões ficaram de um lado, e os usuários, de outro, de modo que estes, provavelmente, não optaram por ficarem mais próximos daqueles por questões simbólicas que permeiam o ato de consumo coletivo na região do “Lote vago” (o lugar, de longe, com mais repetição de filmagens, ao longo da delimitação temporal da investigação).

No andamento da filmagem, mesmo diante da ação policial, vê-se que as pessoas continuam passando a pé e de veículos automotores e de tração humana, por se tratar de horário comercial e início do dia. Surge um carro (Fiat Uno), que aparece na cena, estacionando um pouco à frente

do local da abordagem, saindo de dentro do referido veículo um senhor e uma senhora. Depois de um curto lapso, outro carro (Fiat Pálio) estaciona atrás do Fiat Uno mencionado e, de dentro daquele, sai uma jovem. Na figura 24, é possível visualizar, no viés de relance, o movimento das pessoas, o procedimento da polícia (conversando e realizando buscas pessoais e no ambiente) e os carros citados.

Fig. 24 – Abordagem policial com cerco de duas viaturas na região do “Lote vago”- 2015



Fonte: Central de Monitoramento do Olho Vivo/COPOM 8ªRPM

Deve-se destacar que é comum haver carros estacionados ali, ao longo do dia, o que além de render aos usuários uns trocados pelo serviço de “flanelinha” (às vezes, utilizam-se de papelão, como um *plus* à “vigilância” veicular, para atenuar o esquentamento interno dos veículos dos “seus clientes”), serve também para uma ocultação parcial e obstáculo à aproximação policial. Destarte, ao mesmo tempo em que os usuários se preocupam com a observação alheia aos seus movimentos, quanto mais movimentado o espaço por eles ocupado, mais vantagens (“trunfos” materiais) eles auferem do território, no sentido de oportunidades de reações às interpenetrações das “cidades” vigiada e/ou regulada.

Na continuidade das explicitações empíricas do presente olhar, importa notar que no dia 22 de novembro de 2015, cf. Chamada N° 50182434, houve uma briga na rua Euzébio Cabral, cujos autores são conhecidos da polícia pelo envolvimento com delitos diversos. No primeiro vídeo,

dois usuários iniciam uma discussão próximo à esquina da Afonso Pena com Euzébio Cabral e depois iniciam atos de violência na região dos “Depósitos” e “Lote Vago”. No começo da briga, ambos lançam um contra o outro, tijolos e pedras e o indivíduo que leva desvantagem, nesse violento embate, começa a correr. A corrida persiste e o que levou a vantagem, na disputa anterior, prossegue socando e derrubando o outro usuário.

Fig. 25 – Briga dos dois usuários em meio a chuva na região do “Lote vago”- 2015



Fonte: Central de Monitoramento do Olho Vivo/COPOM 8ªRPM

Nesse cenário, como chove bastante e a rua já está alagada, sendo as calçadas curtas, as quedas do usuário prejudicado na luta, ora são pelas pancadas recebidas, ora são por escorregos durante a tentativa de fuga de seu algoz. Após a briga, os dois trocam xingamentos e o indivíduo que apanhou bastante mostra que está com nariz sangrando, falando algo e empurrando o que lhe bateu (aparentemente, deve ter avisado que a polícia chegaria se continuassem ali, pois os dois são conhecidos do meio policial e já estavam acostumados com o monitoramento do sistema “Olho Vivo”); em seguida, correndo sentido ao bairro São Geraldo, enquanto seu algoz saiu caminhando sentido à Bárbara Heliadora.

Na ocasião, a filmagem continuou acompanhando o que apanhou (provavelmente o/a operador(a) civil, que operava aquela câmera, achou que o maior prejudicado no embate poderia pegar alguma arma branca ou de fogo, a fim de se vingar, pela surra tomada e, por isso, seguiu-

o)¹⁹⁵. Já no segundo vídeo, somente é possível visualizar a abordagem desse segundo autor, à rua Afonso Pena, chegando no bairro São Geraldo. Os fatos ocorreram depois de 1h da madrugada, de sábado para domingo e ambos os usuários, envolvidos na briga, foram identificados pela polícia.

Fig. 26 – Abordagem de um dos usuários que estavam na briga na divisa do Centro com o bairro São Geraldo de Governador Valadares - 2015



Fonte: Central de Monitoramento do Olho Vivo/COPOM 8ªRPM

O dinamismo da região, embora tenda a ser menos acentuado nas noites e madrugadas, pode sofrer afetações por intempéries várias. Nota-se que nada disso teria evitado o episódio violento anterior. No mesmo sentido, na noite/madrugada seguinte (do dia 22 para 23 de novembro de 2015), o sistema de videomonitoramento visualizou um homem passando drogas e conversando com usuários, individualmente, nas regiões do “Lote Vago”, “Ponto de Ônibus” e Mercado Municipal (confira BO 50183200).

O primeiro vídeo acerca desse fato, registra um domingo, mais precisamente o dia 22 de novembro de 2019, começando às 23h47min, com um indivíduo, bem vestido (bermuda,

¹⁹⁵ Para fins de análise fático-jurídica, importa mencionar que, como ambos os envolvidos iniciaram agressões mútuas com tijolos e pedras, independentemente, de quem levou a pior, ou a melhor, nessa briga, os dois são autores da contravenção penal de “agressão ou vias de fato”. Porém, pelas filmagens, aparentemente, só o que saiu em desvantagem é que foi vítima de lesão corporal leve – delito de ação penal pública condicionada a representação.

sapatênis e camisa esporte) e de idade aparente em torno de 55 anos, conversando com um usuário trajando camisa listrada, boné, calça e mochila, vindo da direção da clínica do Hospital Bom Samaritano e, ao passar pela esquina, eles se distanciam para não parecer que estão juntos e, logo em seguida, aproximam-se de novo, indo sentido ao “ponto de ônibus” (da Barbára Heliadora com José Luiz Nogueira). Chegando perto deste local, o homem “bem vestido” passa alguns pequenos objetos para o usuário.

Aparentemente, o mencionado homem estava escondendo as drogas em uma loja, no Mercado Municipal, na rua José Luiz Nogueira sentido Israel Pinheiro, que parecia estar fechada, mas ele conseguia acessar algo lá, onde os toldos tampavam a visão da câmera). Depois de um tempo, ele retorna para essa loja e uma mulher usuária o chama, parecendo que ele lhe pergunta algo (provavelmente se ela teria dinheiro), ocasião em que, aparentemente, ela se insinua para o suposto traficante, mostrando o seu corpo, tornando-o mais visível no vestido que ela usava (ela desceu os braços apontando para o corpo e deu uma pequena virada).

Em resposta, o indivíduo falou algo a ela, sinalizou para ir à esquina do “ponto de ônibus” e voltou na loja do mercado (provavelmente, pegou a droga lá) e foi em direção do lugar combinado, viraram-se ambos de costas para a câmera e ficaram numa parte escura da filmagem, parecendo que ele passou algo para ela e, depois, trocaram palavras, tomando rumos diferentes. No caso, ela seguiu sentido ao “lote vago” e ele retornou na direção da loja do mercado. Logo após, passa outro indivíduo em uma bicicleta e ele conversa com o homem que está traficando, naquele momento e lugar. Ato contínuo, os dois andam um pouco juntos e trocam conversas, mas depois o indivíduo na bicicleta prossegue seguindo e o “vendedor” retorna à “sua loja”.

No segundo vídeo, iniciado às 23h58min, do dia 22 (mas que terminará no dia 23, ou seja, já na segunda-feira) de novembro de 2015, com um senhor vindo da esquina da rua José Luiz Nogueira com a Israel Pinheiro, no Mercado Municipal, próximo à “loja” de que ele se aproximou por algumas vezes no primeiro vídeo, e é abordado pela PM. Com ele foram encontradas drogas e insumos, que foram apreendidos e suportaram sua prisão em flagrante delito, tendo sido conduzido na viatura policial à Delegacia de Polícia, pelo crime de tráfico de drogas, previsto no artigo 33, da Lei 11.343/06 (cf. BO 50183200).

Fig. 27 – Pedras, maricas e dinheiro trocados são encontrados com homem abordado e preso pela PM no Mercado Municipal- 2015



Fonte: Central de Monitoramento do Olho Vivo/COPOM 8ªRPM

Conforme o abstraído do diálogo e verificado pela busca documental, o autor negou ter vendido as drogas, tentando dizer-se usuário, mas um policial militar o contradiz, apontando para o alto e mostrando que o “Olho Vivo” o “pegou” (é possível fazer a leitura labial do PM, nesse momento, pois ele olhou bem no sentido da câmera que estava com zoom aproximado). Verifica-se o “olho de deus”, aqui na figura do “Olho Vivo” que, com sua “infalível” e “ininterrupta” *onisciência*, foi imprescindível para se produzir os elementos informativos necessários aos encaminhamentos preliminares de responsabilização penal do autor, assim como de separar o traficante do usuário.

Vale esclarecer que, embora haja uma predominância de homens adultos na crackolândia, a presença das mulheres cresceu bastante ao longo dos anos. Ademais, deve-se pontuar que a “cena de uso” do crack e outras drogas próxima ao Mercado Municipal é assaz incluyente, abrangendo pessoas de diferentes classes sociais, cor, idade (às vezes, até menores¹⁹⁶), sexo e

¹⁹⁶ Nesse sentido, tem-se a atuação policial de autoridade e, sobretudo de cuidado (em observância do princípio jurídico fundamental do “melhor interesse do menor”), da apreensão de uma menor, em virtude de mandado judicial de busca e apreensão dela, na região do “Lote Vago”, ocorrida em uma terça feira, dia 24 de novembro de 2015 (BO 50316939).

inclusive com necessidades especiais. A esse respeito, pode-se citar a filmagem da terça-feira, dia 24 de novembro de 2015, em que uma usuária, que é também cadeirante, aparece conversando com outra mulher. Esta parece dar dinheiro para duas crianças (aparentemente seus filhos) que surgem rapidamente no local, dispersando-os muito rápido dali. Ao que tudo indica, a provável mãe não quer que seus “filhos” continuem naquele lugar. Apesar do lado maternal ser vislumbrado nas imagens, deve-se notar que essa mesma mulher, por outro lado, sofreu abordagem policial, por fundada suspeita de seus outros comportamentos na filmagem (aparentemente servindo a cadeirante), tendo sido levada conduzida, quando foi pega com posse de drogas.

Fig. 28 – Usuária cadeirante, crianças e outra usuária na região do “Lote vago” - 2015



Fonte: Central de Monitoramento do Olho Vivo/COPOM 8ªRPM

Assim, ao mesmo tempo que o “fluxo” não discrimina quem nele entra para “comprar” e permite vislumbres de compaixão e amor, há outras formas de dilaceração da humanidade e insensibilidade decorrente do vício combinado com a exploração de um *consumismo* tresloucado da *sociedade de consumo*, conforme Albuquerque (2010) realça bem que “O que você consome consome você”. Em meio a tantas interações (típicas/atípicas, ordinárias/anômalas e outras tão complexas – sejam duais, ou não) daquele território e, em face da objetividade necessária à presente análise, torna-se oportuno, novamente, vislumbrar o aproveitamento da invisibilidade como um “trunfo” territorial-comunicacional.

Fig. 29 – Muitas pessoas e tráfico de drogas relativamente ocultado na região do “Ponto de ônibus” - 2015



Fonte: Central de Monitoramento do Olho Vivo/COPOM 8ªRPM

Na figura acima, percebem-se muitas pessoas reunidas no “ponto de ônibus”, mas esses não prestam atenção nos demais à sua volta, ou em qualquer coisa que esteja fora do seu cotidiano “comezinho” (esperar o ônibus – vendo se o que passa é o seu –; acessar o *smartphone*, imergindo nas “profundidades” daquela tela; e afins), de modo que estão, via de regra, totalmente absorvidos em seus afazeres individuais. Em tal contexto, um indivíduo trajando camisa listrada escura sai de dentro de um lugar ao lado do ponto em questão e, posteriormente, retorna a andar com um homem de blusa vermelha, virando na rua José Luiz Nogueira sentido à rua Israel Pinheiro.

Ato contínuo, ainda sob acompanhamento do olhar “Olho Vivo” das lentes da câmera 863 e em plena transição da tarde para noite de quinta-feira (dia 17 de dezembro de 2015), os dois indivíduos seguem *pari passu*, no trajeto mencionado e, no exato momento que o homem de camisa listrada escura termina de passar a droga para o indivíduo de blusa vermelha, a viatura policial aparece, submetendo-os à busca pessoal, frente a um estabelecimento comercial que estava com as portas fechadas. Vale citar que o indivíduo de camisa vermelha, aparentemente, pisoteia a droga que havia recebido, porquanto essa não fora encontrada no procedimento policial. Abaixo, dispôs-se a imagem da busca pessoal em andamento, na figura 30:

Fig. 30 – Abordagem à rua José Luiz Nogueira - 2015



Fonte: Central de Monitoramento do Olho Vivo/COPOM 8ªRPM

Como gravação conclusiva do ano de 2015, apresenta-se a relativa ao tráfico de drogas (REDS 2015-027820865-001), na região do “Ponto de ônibus”. Tal fato é relevante, primeiramente, por demonstrar um diferenciado papel de liderança feminina na ação delituosa, em um nível até então não vislumbrado naquele território: não servindo só outras mulheres, mas também os homens, e recebendo os valores em pagamento da “mercadoria”. Além disso, há a relevância de a ocorrência ter sido em uma “noite de Natal” (madrugada de 25 de dezembro daquele ano).

Fig. 31 – Mulher serve droga a usuário na região do “Ponto de ônibus” - 2015



Fonte: Central de Monitoramento do Olho Vivo/COPOM 8ªRPM

Percebe-se que a mulher em questão, durante boa parte do vídeo em que está “trabalhando” (servindo drogas) e conversando com as outras pessoas, toma uma latinha de cerveja, possivelmente, por também querer comemorar a “noite” natalina, talvez a tentativa parcial da “ceia” possível, dentro das potencialidades daquele território-dispositivo. Vale pontuar que, em uma parte do vídeo, há um senhor que chega de bicicleta, pega a cerveja da mão da mulher e toma “um gole” e a devolve; em seguida, constituindo um compartilhamento daquela “pomposidade” da ocasião (assemelhando-se a um ato de “partir do pão”, ou mais para um “dividir do vinho” posto “à mesa”). Pouco tempo depois, quando a mulher toma mais “um gole”, ela parece notar que a lata estava vazia, ou que o conteúdo desta (cerveja) havia esquentado, joga-a fora.

Fig. 32 – Mulher servindo droga a outro usuário – região do “Ponto de ônibus” - 2015



Fonte: Central de Monitoramento do Olho Vivo/COPOM 8ªRPM

O vídeo, que possui mais de 40min de duração, mostra a mulher vendendo drogas a diferentes “clientes” (adultos e até um de aparente idade avançada), que chegam tanto a pé quanto de bicicleta, atendendo até mesmo o indivíduo que havia sido visto, pelo olhar “Olho Vivo”, apanhando droga com outro usuário, no mês anterior, nas proximidades do “Lote vago” e “Depósitos”. Desse modo, vê-se que, naquela madrugada de Natal, a demanda estava relativamente intensa, a ponto de parecer que a “vendedora” negligenciava todos os cuidados

com relação à sobreposição de “camadas” das cidades vigiada e regulada, sendo repetidamente flagrada pelo videomonitoramento, servindo seus “clientes”.

Fig. 33 – Mulher servindo drogas e conversando com usuários na região do “Ponto de ônibus” - 2015



Fonte: Central de Monitoramento do Olho Vivo/COPOM 8ªRPM

Após a interrupção da gravação das filmagens, no período compreendido entre junho de 2016 a agosto de 2018, com os reparos e instalações necessárias ao retorno dessa funcionalidade do sistema “Olho Vivo” em Governador Valadares, nota-se que permanecem intensos os movimentos do “fluxo” na região da crackolândia do Mercado Municipal, na região do “Lote vago” e afins, mas há também uma pulverização mais intensa de lugares de reunião e de conflito entre os usuários. Assim, episódios relacionados às territorialidades do crack e outras drogas começam a ocorrer com maior intensidade fora do “Quadrilátero”, tanto próximo às bordas deste quanto mais distante do seu “epicentro” (i.e. Mercado Municipal, “Ponto de ônibus”, “Lote vago”, “Depósitos” e “corner” da “Polil”), conforme se verifica nos vídeos analisados.

A título exemplificativo, a filmagem e os relatos do tráfico ilícito de drogas do dia 26 de setembro de 2018, constado no Relatório do “Olho Vivo” e circunstanciado formalmente no REDS 2018-042993127-001, ocorrido no cruzamento das ruas Leonardo Cristino com Euclides

da Cunha, ilustram essa movimentação às bordas do território da crackolândia, como se alongasse esse (de/trans)formando-o¹⁹⁷:

DURANTE MONITORAMENTO DO SISTEMA "OLHO VIVO", O SGT FIORINI E SUA EQUIPE ATRAVÉS DA CÂMERA DE Nº 861 CONSEGUIU VISUALIZAR O AUTOR XXX ENQUANTO MEXIA EM ALGO NO CHÃO NA ESQUINA DO CRUZAMENTO DAS RUAS LEONARDO CRISTINO E EUCLIDES DA CUNHA, O INDIVÍDUO DURANTE TODA A AÇÃO OLHAVA PARA OS LADOS E APARENTAVA BASTANTE RECEOSO QUANTO A SITUAÇÃO, LOGO APÓS DESLOCOU À UM BAR PRÓXIMO DO LOCAL E FEZ CONTATO COM DOIS INDIVÍDUOS, POR LÁ PERMANECEU POR ALGUNS MINUTOS E RETORNOU AO CRUZAMENTO MENCIONADO ANTERIORMENTE.

CIENTE DAS INFORMAÇÕES MENCIONAS ACIMA, ESTA GUARNIÇÃO PM DESLOCOU AO LOCAL E EFETUOU A ABORDAGEM DE XXX, QUE AO AVISTAR A VIATURA DISPENSOU AO SEU LADO UM OBJETO DE COR BRANCA, AO VERIFICARMOS FOI POSSÍVEL CONSTATAR QUE SE TRATAVA DE UM PEDAÇO DESTACADO DE UMA SACOLA PLÁSTICA E EM SEU INTERIOR HAVIAM DEZESSETE PEDRAS DE SUBSTÂNCIA ANÁLOGA À CRACK E UM PAPELOTE DE SUBSTÂNCIA ANÁLOGA À COCAÍNA.

COM MATHEUS TAMBÉM FOI ENCONTRADO NO BOLSO DE SUA BERMUDA A QUANTIA DE CINQUENTA E DOIS REAIS DISTRIBUÍDA EM NOTAS E MOEDAS DIVERSAS. (Adaptado¹⁹⁸ do Relatório do COPOM / "Olho Vivo" de 26 a 27 de setembro de 2018 e REDS 2018-042993127-001).

Além desse mencionado fato, ocorrido próximo ao perímetro do “Quadrilátero”, em que foram apreendidas dezessete pedras de crack, um papelote de cocaína e cinquenta e quatro reais, pode-se citar outro que ocorreu fora e relativamente distante daquela. Mesmo assim, com interpenetrações ao território da crackolândia do Mercado Municipal. Tal fato ocorreu seis dias depois do anteriormente citado e se tratou de um homicídio consumado, ocorrido no Centro de Governador Valadares, ao “Centro C” (*Vide* a divisão territorial, na Fig. 2, desta pesquisa), na rua Prudente de Moraes, em que um dos autores fugiu do local da briga, para se homiziar na região do Mercado “Ponto de ônibus”, sendo capturado pelas imagens do “Olho Vivo” (Câmera 863 – Bárbara Heliodora com José Luiz Nogueira) e pela Guarnição da Polícia Militar (REDS nº 2018-43990566-001). Neste episódio, verifica-se, novamente, o fenômeno dos “invisíveis na multidão”, através do qual, contraditoriamente, na crackolândia e entorno, o crack e o delito ora explicitam-se tão visíveis, ora viabilizam a invisibilidade.

¹⁹⁷ Vale adiantar que, com base nessas constatações tanto pelo olhar “Olho Vivo” quanto nas outras dimensões da “Perambulação” e dos “Outros olhares”, foi produzido e apresentado na Seção 6.3.1, o “Mapa das dinâmicas/movimentos de usuários de crack e outras drogas no Quadrilátero”, a fim de ilustrar as (de/trans)formações comunicacional-territoriais ali vislumbadas.

¹⁹⁸ Foi retirado o nome do autor do tráfico, substituindo-o por “XXX”, com o intuito de inviabilizar sua identificação, garantindo o conhecimento somente do conteúdo do REDS, que é público, mas preservando os dados pessoais e demais informações de caráter sigiloso de um Boletim de Ocorrência.

A menção a esses dois últimos fatos, sem trazer as imagens relativas, mas narrando-as, com fulcro nas “cenas” imagens vistas e nos documentos relativos àqueles, tem o propósito de mostrar, com objetividade, como a interpenetração dos olhares nesse método dialético é necessária para se conseguir observar as interações tanto quanto dinâmicas e midiático-interacionais do território estudado. Logo, as percepções e inferências por meio da dialética dos olhares são também teórico-epistêmico-empíricas, uma vez que se comunicam com os observáveis, afetando (e sendo afetadas) por estes.

Em retomada às filmagens, após o retorno ao funcionamento do sistema de gravação, é válido trazer um episódio interacional, ocorrido na “Praça da Estação” (lugar que na transição dos anos de 2018 para 2019, foi se consolidando como maior “cena de uso” do crack e outras drogas do que a crackolândia do Mercado Municipal – assunto que será revisitado nesta pesquisa), no dia 08 de outubro de 2018, próximo das 11h. Na ocasião, uma mulher e um usuário (obs. ambos bastante conhecidos pela polícia) passam materiais entre as mãos de um para o outro, mas com angulação e movimento que a câmera não consegue captar.

Fig. 34 – Mulher e homem traspassando algo na “Praça da Estação” - 2018



Fonte: Central de Monitoramento do Olho Vivo/COPOM 8ªRPM

Indícios se reúnem no sentido de que os envolvidos aprenderam algo sobre os limites do equipamento de vigilância na região da “Praça da Estação”, dificultando o monitoramento, porquanto há outras filmagens em que não se conseguiu imagem do que exatamente foi traspasado entre os indivíduos naquele novo “fluxo”. Por mais que o (a) operador(a) se esforce em fazer o melhor acompanhamento de tudo, não foi possível certificar o que o usuário tirou do guidão da bicicleta e passou para a mulher, nem o que ela passou para ele. Pode ser que tenha passado o dinheiro para ela e pegado droga, pode ser o contrário, ou mesmo uma outra hipótese menos provável, mas outrossim possível, como simplesmente não ter passado nada de ilícito e ter feito parecer que sim para testar o que a câmera verificou ou não.

Assim, mesmo tal território não fazendo parte da abrangência da delimitação geográfica¹⁹⁹ da presente pesquisa, em face de essa possibilidade de inferência de uma possível aprendizagem paraconsistente, experimental e inventiva²⁰⁰ dos usuários acerca do sistema de monitoramento, com as ligações temáticas afetas ao crack e às crackolândias, bem como com a relação recebimento de um “fluxo” oriundo da “cena de uso” objeto deste estudo, vislumbrou-se importante trazer tal vídeo para reflexões midiático-interacionais pertinentes.

Em seguimento ao proposto para esta seção, passamos a explicitação de dois episódios interacionais registrados pela câmera 862, na região do “Lote vago”, sendo que o primeiro deste contou com três filmagens. Na primeira delas, um senhor compra crack de duas mulheres na região do “lote vago” e, em seguida, fuma a substância ali mesmo. Posteriormente, os três (o idoso e as duas mulheres citadas) e outros usuários próximos são submetidos a abordagem policial. Com esse vídeo e uma análise cronológica de anteriores, nota-se que, com o avançar dos anos, as mulheres da crackolândia passam não só a ocupar, mas também a se estabelecerem nos papéis de destaque e liderança da traficância na região estudada. Talvez tenha relação com habilidades individuais das mulheres daquela população, sobressaindo-se em relação aos

¹⁹⁹ Fica entre as ruas Belo Horizonte (esta é a do Centro Pop, o qual inclusive está a apenas um quarteirão da Praça da Estação) e São Paulo, distando aproximadamente quatro quarteirões da última rua do “Quadrilátero” em seu sentido (*in casu* da rua Quintino Bocaiúva). Por essa razão, é um fora da delimitação, mas relativamente perto, tornando-o relevante também por isso, pois de 2018 para 2019, como já mencionado, houve movimentos de usuários para outras áreas com distância similar à região da crackolândia do Mercado Municipal (e.g. a “Praça dos Imigrantes”, situada a poucos metros do “GV Shopping” e coberta pela câmera 826, onde houve registros de abordagens de usuários que ocuparam aquele espaço).

²⁰⁰ Não sendo possível a qui o viés das lógicas formais e clássicas, ao invés de algo intuitivo/abduutivo/experimental, posto que os usuários não possuem o mapeamento das câmeras, ou o conhecimento das singularidades técnicas destas (como capacidade de *zoom*, rotação, etc.), para uma aprendizagem partindo de premissas maiores e menores para uma conclusão.

homens; porém, as possibilidades podem encontrar respaldo em outros fatores interacionais da interpenetração com outras “cidades”. Por exemplo, com a “cidade da vigilância”, uma vez que somente serão alvo de busca pessoal por outras mulheres (ressalvado o acarretamento de retardamento ou prejuízo à diligência, cf. Art. 249 do CPP²⁰¹), o que, geralmente, permitir-lhe-ão terem um tempo extra para se desfazerem de algum objeto ou material ilícito.

Nos dois últimos vídeos de continuidade do episódio em questão, é possível visualizar que um outro senhor, também usuário de drogas, utiliza-se de um guarda-chuva aberto sobre o carrinho de bebê, aparentemente, para ampliação do espaço de “ponto cego” do monitoramento do “Olho Vivo” e/ou de passantes da via. Todavia, sob pena de cometimento conclusões reducionistas ou inferências automatizadas, deve-se clarificar que, em outros momentos da pesquisa, houve apropriações diversas dessas espécies de anteparos²⁰² (desde as mais comuns – com o fim de proteção contra chuva e sol –, até usos mais inusitados, e.g. viabilizador de privacidade, para aliviar necessidades fisiológicas na rua).

Fig. 35 – Domínios e apropriações variadas na região do “Lote vago” - 2018



Fonte: Central de Monitoramento do Olho Vivo/COPOM 8^aRPM

²⁰¹ “Art. 249. A busca em mulher será feita por outra mulher, se não importar retardamento ou prejuízo da diligência” (BRASIL, 1941 – Grifo nosso).

²⁰². Tal visão é aberta e não fantasiosa, posto que a além de as camadas se interpenetrarem com usos e apropriações variados no/do dispositivo, as formas de realização da vida, por cada ator social, não se resumem à mera repetição de uma única conduta programada, independentemente da dependência química, ou de outros fatores pessoais.

Em fechamento da análise de vídeo da presente seção, tem-se uma briga que ocorreu perto do “lote vago”, na noite do dia 20 de novembro de 2018, ocasião em que um usuário socou e pisoteou a cabeça de outro caído ao chão, e uma mulher usuária surgiu em socorro do caído, separando as partes, antes que culminasse em um resultado morte. Nesse momento, outro usuário que assistia à briga, a princípio, distante e inerte, também vem ajudar a apartar o agressor. A passividade com que este último assistia às agressões é interrompida, provavelmente, não só para ajudar a outra usuária a acalmar os ânimos do agressor, mas outrossim, porque este, como último golpe, praticamente pula sobre a cabeça do usuário ao chão que ficou desacordado.

A cena é tão forte, a ponto de se indagar mais por aquilo que ela não mostra (se houve, por exemplo, uma hemorragia interna na cabeça do usuário caído; se este sobreviveu; etc.), o que faz recordar novamente o conceito de Hikiji (2012) acerca da “imagem-violência”. No meio dos circuitos e interacionalidades, ocorre no dispositivo, com certa frequência, agressividades, violências físicas e psíquicas, de modo que, muitas vezes, esse espaço de lutas simbólicas é, igualmente, arena de “guerras” materiais.

Fig. 36 – Luta corporal entre dois usuários na região do “Lote vago” - 2018



Fonte: Central de Monitoramento do Olho Vivo/COPOM 8ªRPM

Por não se dispor de informações sobre todo o ano de 2018, buscou-se somente verificar a tendência de manutenção ou não dos padrões identificados nos anos anteriores. Diante das mídias do último trimestre de 2018 e do primeiro de 2019, foi possível afirmar que há uma tendência de continuidade de alguns aspectos, como os usos temporários (dia e noite) do lugar, e de modificação de outros, por exemplo, a fortificação do tráfico de drogas dentro (e fora) do “Quadrilátero”, seja praticado por usuários, seja por ponto de tráfico. É importante notar que, apesar de haver uma evolução de práticas no tráfico de drogas na região – de apenas próximo para exatamente dentro do “Quadrilátero” e de outros espaços de uso coletivo; ocupação e estabelecimento feminino em papéis de liderança; traficantes de ambos os gêneros que se transvestem de usuários, com uma espécie *mimetismo / camuflagem*, para auferir vantagens de um tráfico mais rápido e menos exposto; etc. –, ao longo do recorte temporal estudado.

Percebeu-se que, em todo o período de investigação, somaram-se indícios de corroboração à hipótese principal desta pesquisa. Verificou-se que a influência dos aspectos materiais e condicionantes ambientais na dinâmica do uso, inclusive nas territorialidades variadas com os usos diferenciados do espaço físico no dia e na noite, foi notada durante a discussão. Por essas constatações de territorializações mais flexíveis, que se notam as lógicas interacionais do/no dispositivo interacional e midiático, há uma interpenetração de “camadas” e “cidades”, assim como práticas e usos cujas lógicas envolvem as materialidades, mas também as superam, afetando e sendo afetadas pelo caráter simbólico de permanência do “fluxo” da crackolândia pesquisada.

Desse modo, dinâmicas territoriais complexas, como o “êxodo” para “Praça da Estação” (lugar que, na transição dos anos de 2018 para 2019, foi se consolidando como maior do que a crackolândia do Mercado Municipal, no que tange ao funcionamento como “cena de uso” do crack e outras drogas) e o seu contraponto da resiliência do território objeto deste estudo, semelhante ao “Craco resiste” em São Paulo/SP (cf. na seção 6.2.3 Outros Olhares), tem muito a dizer sobre o dispositivo e as contradições dialéticas dele abstraídas. Interações entre o material e o simbólico, assim como envolventes do público e do privado, do lugar e do não-lugar e de outras dualidades afins, surgiram e agregaram aos movimentos teórico-empírico-epistêmicos.

Nesse sentido, inferências foram processadas tensionando os olhares totalizantes, e objetando também as suas críticas, pois conhecendo mais do olhar vigilante e do que este viabilizou conhecer da área estudada, enxergou-se o “fora da caixa” da referida fonte de olhares. Verificou-se que o videomonitoramento, sem dúvida, é útil à sua finalidade precípua de vigilância (e acionamento dos mecanismos de resposta que os casos monitorados requererem) dos comportamentos ilícitos, sobretudo quanto ao tráfico e ao consumo de drogas, no caso da área investigada. Porém, aquele, outrossim, lança olhares para além da normalidade de uma sentinela (e aciona os devidos mecanismos formais), por exemplo, de socorro às vítimas e/ou de interrupção de atos de violência.

Por outro lado, em caráter conclusivo da presente seção, deve-se lembrar que como toda dimensão de olhares na metodologia desenvolvida possui, além de suas potencialidades, seus limites e, conforme demonstrado neste percurso de explicitação, no caso do olhar “Olho vivo” há tanto as interrupções à busca do rastro indiciário (e.g. “pontos cegos” e “olhos ausentes”) quanto as próprias limitações técnicas (conteúdo somente visual, demandando alcance do auditivo, apenas inferencialmente). Portanto, torna-se necessária a visita individual e integrada das outras dimensões de olhares, de modo que se prossegue à seção 6.2.2, na qual foi abordado o olhar de “Perambulação”.

6.2.2 Olhar de Perambulação

Inspirado pelo andarilho-voyeur de Certeau (1993; 2011), permeado pelo imaginário do *flâneur* benjaminiano, portanto, crendo que a “rua conduz o flâneur em direção ao tempo que desapareceu” (BENJAMIN, 2018, p. 702), por meio de registros em diários de campo constante de anotações por tópicos e, sempre que possível, também com fotografias e/ou filmagens²⁰³, esse Olhar de Perambulação. Nesse contexto dinâmico-participativo do pesquisador, analogamente à afetação *barro/mãos do oleiro* benjaminiana, o procedimento foi muito importante para a pesquisa.

²⁰³ Os diários de campo eram feitos por tópicos em aplicativo de celular “Minhas Notas” (ou com papel/caneta caso estivesse sem o aparelho em questão, o que ocorreu somente uma vez) e, tão logo encerrada a atividade, fora da área em estudo terminava de explicar brevemente cada tópico para não correr o risco de esquecimento e enviava no mesmo dia para o email do orientador, com o objetivo de manter salvo também na web tais anotações. Quanto às fotografias e filmagens, essas foram realizadas quando possível fazê-las sem revelar ou pôr em risco o trabalho de observação.

Sem nenhum detrimento da riqueza dos demais olhares, por sua característica aberta/livre e ampla dimensão sinestésica, na acepção de ser um olhar que abarca mais do que os olhos, pois não só vê, mas também ouve, cheira, capta sabores e sensações múltiplas, o Olhar de Perambulação poderia ser até visto como *o olhar dos olhares* no método (des)construído. De fato, poder-se-ia indagar que sentir os cheiros característicos do mercado como, por exemplo, no “beco do frango”, ou ouvir os ruídos de carros de som passando e gritarias das ofertas de ambulantes, são comuns naquele espaço. Entretanto, perambular pelo mercado para observar as interações da crackolândia, a fim de não ser reconhecido e para prevenir o comprometimento da pesquisa, às vezes demanda comprar alimentos e ali mesmo os consumir, sentir na pele o calor mais severo do sol num caminhar constante, em busca de ver/ouvir/sentir o que não está imediatamente acessível.

Em outro sentido, não obstante tal dimensão do Olhar seja, outrossim, provocativa de inferências, questionamentos e *insights* em sequência, que se acumularam e viraram um texto de uma espécie de olhar comunicacional e humanamente processual-problematizante, com benefícios de permitir um olhar mais que um olhar, por sua sinestesia (sente-se cheiros, ouve-se sons, etc.), possui limitações na busca pelas condições de produção do território. As principais fontes limitadoras do Olhar de Perambulação repousam, principalmente, nas possibilidades de ser visto/notado, porquanto a ocorrência desta identificação, pode prejudicar e/ou condicionar comportamentos.

Mesmo com várias precauções/cuidados no processo, é um olhar demandante de tática e estratégia o tempo todo para o pesquisador, devendo ser usado em complemento aos demais olhares. Deve-se notar que a captação das materializações e materialidades que se transformam no repertório/arquivo de imagens no “Olho Vivo” e Outros Olhares (e.g. *Street View*) permitem arquivar imagens, diversificadas fontes de informações e “assinaturas urbanas” (SILVEIRA, 2010), sem tanto risco de exposição, e ainda, problematizando mais as condições de produção, sob o viés comunicacional dos processos midiáticos.

Logo, por essa razão de qualquer dimensão do olhar apresentar seus respectivos limites, a complementaridade e contínuo tensionamento entre as dimensões do olhar foram uma riqueza metodológica assaz necessária a esta pesquisa, na busca pelos indícios negligenciáveis, de modo

que não deve existir (e não houve) um apriorístico *olhar dos olhares*, mas ao invés disso, a racionalidade do método impõe que cada olhar diga/observe o máximo de si mesmo e dos outros com ele relacionados, para que, de forma antitética e articuladamente, exarem-se sínteses ricas em inferências e descobertas.

Nesse sentido, o Olhar de Perambulação, que é inclusive mais do que um olhar, demanda tática e estratégia combinadas com o objetivo metodológico, constantemente. Ao mesmo tempo, porém, coloca-o em contato mais direto com os observáveis da pesquisa, sentindo proximidade humana com seu objeto empírico, o que no caso das ciências sociais e humanas é tanto proveitoso quanto desejável. Destarte, com base nessa premissa, procedeu-se a um trabalho de relato de 05 (cinco) das 11 (onze) idas a campo²⁰⁴, realizadas ao longo dos anos de 2017 e 2018, e de ilustrações fotográficas quando possível. Nesses termos, iniciamos as narrativas²⁰⁵ dessa atividade de investigação.

Em julho de 2017, o investigador realizou a primeira caminhada da pesquisa de doutorado. Em tal ocasião, foi à região do mercado municipal, simular como se estivesse comprando hortifrútis, a fim de fazer uma caminhada de observação, por cerca de 40min (entre 11h40min às 12h20min). Utilizando-se de um aplicativo de celular, para anotar alguns tópicos básicos, como se ele falasse no aplicativo *whatsapp*, em cujos intervalos, perguntava preços e/ou realiza interações afins.

²⁰⁴ Ressalvada a experiência comparativa de caminhada pela cracolândia de São Paulo, que também será discutida nesta seção, houve onze experiências de idas ao campo do olhar de perambulação, no âmbito deste estudo, sendo caminhadas ou mesmo só a tentativa de realização dessas que tenham sido parcialmente frustradas por condições climáticas e outras situações explicadas em cada caso concreto. De qualquer forma, ainda que em alguns casos, as perambulações de observação tenham sido parciais e combinadas com deslocamento por veículo automotor, toda experiência de ir até o campo nesse propósito foi demasiadamente enriquecedora para a pesquisa. Escolheram-se apenas quatro dos percursos, para serem analisados de forma integral, em busca de uma objetividade necessária aos propósitos da tese. Contudo, todas as perambulações serviram como fonte de tensionamento de umas às outras, assim como delas em relação às demais dimensões de olhares.

²⁰⁵ Usamos essa expressão, porque de fato, estamos narrando a experiência e nosso comportamento dentro dela em um contexto interacional, portanto, foi inevitável em alguns momentos o rompimento com uso da terceira pessoa do singular comum ao texto dissertativo, devido inclusão do pesquisador no contexto observado produzindo um texto mais narrativo, de modo que houve necessárias apropriações da primeira pessoa, quer no plural (majestático), ou mesmo no singular. Tal necessidade foi enxergada até mesmo pelo respeito pelos observáveis, cabendo uma apropriação do que disse Wagner (2010, p. 28): “Em outras palavras, **a ideia de cultura coloca o pesquisador em pé de igualdade com seus objetos de estudo**” (Grifo nosso). Sabe-se que o autor estava apresentando sua ideia de “objetividade relativa” nos estudos culturais, que é um pouco diferente do estudo aqui em processo, mas este pesquisador, igualmente, sente-se em pé de igualdade “com os seus objetos” e sujeitos de estudo (talvez por isso, cada ida a campo foi um relevante aprendizado novo...), de modo que a apropriação do pensamento do autor, com as ressalvas já mencionadas, torna-se cabível e oportuna.

Nessa dinâmica, o pesquisador conseguiu filmar alguns segundos de uma parte, em que usuários podem ser rapidamente vistos, ao fundo. Foram feitas quatro pequenas filmagens de poucos segundos, porque o objetivo era conseguir observar sem ser notado como observador. Como não estava de férias, por ser policial militar, com barba feita e cabelo cortado, mas trajando um boné, com o propósito de atenuar as possibilidades de reconhecimento como profissional de segurança pública. Com o mesmo foco, preferiu perambular toda a região do mercado, só circulando por fora, a região próxima ao “lote vago” e “depósitos”, onde os usuários mais se aglomeravam (principalmente para uso).

O investigador fez uma anotação por tópicos, durante a caminhada e, depois desta, corrigiu-a no próprio aplicativo, com o intuito de ficar mais fácil o entendimento, em linhas gerais, o que se observou. Reproduziu, abaixo, o que está no aplicativo como a primeira nota do caderno de observação. Destaca-se que, posteriormente, no envio ao então orientador, que já trabalhou com “trajetos antropológicos” (“O Parque dos objetos mortos” *Op. Cit.*), o pesquisador foi incentivado a preservar, nesse sentido, o trabalho, buscando continuar a não ser reconhecido e a descrever as coisas e fatos com os quais se deparasse nos percursos. Logo após o texto, foi produzida uma montagem com parte das imagens provenientes de fotografias tiradas e curtas filmagens realizadas nesse “esforço perambulante”.

a) 1ª Caminhada - 30/07/2017 - Domingo - iniciada por volta das 11h40min

Percebeu-se na rua Bárbara Heliodora que a feira tem se expandido para além da rua Vereador Euzébio Cabral (antiga "rua 50") com uma barraca de pastel e caldo de cana no sentido da rua Euclides da Cunha. Vê-se que o Hospital Bom Samaritano passou por diversas reformas, estando com a fachada toda reformada. Na esquina do hospital (cruzamento da Euzébio Cabral com Bárbara Heliodora), havia 02 barracas e atrás delas um pequeno caminhão baú atravessado na pista (ao final da feira as barracas foram sendo desmontadas e colocadas no caminhão baú).

Usuários (aparentemente em torno de uns 10 espalhados - alguns sentados, outros em pé andando) atrás próximo ao poste atrás de veículos, nas proximidades da região dos depósitos e lote vago (que estava cercado). Em razão de este observador não estar de férias, estando com barba feita e cabelo cortado, poderia ser que os usuários o reconheceriam como policial

militar, de modo que o método de perambulação se deu em toda a região do mercado e apenas fazendo o perímetro (circulando por fora a região próxima ao lote vago e depósitos), onde eles estavam mais aglomerados...

Alguns usuários foram vistos também em meio a feira... havia 03 (02 homens e uma mulher) conversando e um deles fumando cigarro que depois passou para a mulher²⁰⁶...

Outros vigiando carro (José Luiz Nogueira entre a Bárbara Heliadora e Afonso Pena; Afonso Pena da esquina com Quintino Bocaiúva até a esquina com Euclides da Cunha; e nos estacionamentos de frente para e à lateral do mercado situados às ruas Quintino Bocaiúva e Israel Pinheiro).

Um indivíduo caído bêbado vomitando deitado no chão (esquina Afonso Pena com Quintino Bocaiúva), no mesmo local, outro usuário vigiando carro não demonstrando preocupações com o bêbado caído que aparentava estar passando mal.

Vários produtos sendo vendidos, ferramentas e peças velhas - furadeiras, catracas... Próximo aos carros na José Luiz Nogueira (lado oposto ao ponto de ônibus) podendo ser provenientes de crime, pois nada tem nota fiscal...²⁰⁷

Vê-se muito lixo jogado no chão, seja orgânico (sobra de frutas, verduras, essas estragadas, etc.), seja inorgânico (garrafas, copos e outros materiais plásticos, e.g. sacolas, latas de alumínio, frascos de iogurte usados, etc.)...

À medida que era possível sem chamar atenção, simulando que eu só estava mexendo no celular, fiz poucas curtas filmagens no celular de usuários, mas apontando a câmera do celular

²⁰⁶ O compartilhamento do cigarro e de outras coisas (bebidas, comida, etc.), entre alguns usuários contrasta a imagem de individualismo que muitas vezes permeiam as relações de consumo e de propriedade. Há situações em que ocorre o comportamento individualista entre os usuários, especialmente quando do fumar a pedra de crack, mas até nesses momentos, há compartilhamentos como pela forma de uso “dar uma segundinha” (Vide Capítulo 3), na qual se nota traços de um valor da comensalidade / protooperativismo. Ocorrem também situações de frieza e distância, como nesse mesmo dia o usuário que vigiava os carros, em busca de sua renda, não deu nenhuma importância para o indivíduo embriagado que vomitava caído ao chão próximo à quele.

²⁰⁷ Embora a venda sem nota fiscal seja um procedimento comum de ambulantes no mercado e, via de regra, um irrelevante jurídico, em tais circunstâncias, havia muitos objetos/ferramentas que, por serem fáceis de carregar e ter um valor e saída (de fácil alienação) relativamente consideráveis, normalmente, são produtos de furtos/outros delitos. Além disso, recaía suspeição no comportamento dos dois indivíduos que estavam com os produtos à mostra, uma vez que se demonstravam muito cuidadosos e observadores de quem quer que se aproximasse.

para o mercado e rapidamente virando para eles, a fim de não ser notado. Para não chamar atenção, foram poucas, porque tinha de perguntar preços de produtos e comprar Hortifrúti para não parecer que só estava "sapeando". Assim, neste dia, gravei apenas 04 vídeos curtos de alguns segundos, pois tentei enfatizar em perceber o cenário enquanto território do crack e dispositivo internacional. As filmagens ficaram muito curtas, pois é muito difícil filmar sem as pessoas perceberem, mas servem como material de análise. A caminhada em volta dos quarteirões e dentro da feira duraram no total cerca de 40min. Não foi possível demorar mais que isso para não chamar muita atenção e acabar prejudicando os objetivos do percurso. Apesar de domingo de feira ser o melhor dia para observar sem ser muito observado, devido ao grande movimento (dos feirantes, compradores, usuários de drogas, transeuntes em geral, veículos no entorno, etc.), ainda assim, é necessário parecer que está fazendo alguma coisa diferente de ser comprador.

O curto registro acima é o que foi possível de síntese da ida *in loco* em questão, produzindo o texto através de tópicos, logo após a visualização presencial das cenas, sem mesmo rever os vídeos, para que o texto fosse redigido, de forma simples, imediata e espontânea, a fim de gerar poucas confusões mentais decorrentes do natural esquecimento / lapsos de memória. Todavia, posteriormente, combinando o breve relato com as fotografias e filmagens curtas, reuniram-se, em plenitude, os materiais de análise do episódio em discussão, para ser trabalhado em confronto com as demais fontes de olhares²⁰⁸.

A escolha dessa narrativa, para ser uma das cinco apresentadas nesta etapa conclusiva da pesquisa, principalmente, por ter sido a primeira ida a campo, registrando o visto *in loco* e, como um esforço inicial, provocou no pesquisador um ânimo de ver possibilidades no método ainda em construção à época. Como um esforço de síntese ilustrativa de alguns dos aspectos relatados dessa primeira caminhada, elaborou-se a montagem abaixo, produzida das filmagens e fotografias feitas no dia:

²⁰⁸ Nessa própria primeira caminhada, teve um usuário que passou e riu para mim (pesquisador) meio que me cumprimentando e fazendo uma palhaçada, enquanto eu passava no cruzamento da Rua Euzebinho Cabral com Bárbara Heliodora, mas, como eu estava simulando conversar no telefone, somente vi o ocorrido posteriormente. De fato, este mesmo usuário esteve vigiando carros e ajudando na desmontagem de barracas de hortifrúti ao final da feira, quando ocorreu essa interação. Achei que ele pudesse até ter verificado que eu estava fazendo uma filmagem na ocasião, porém, após reiteradas vezes revendo a filmagem e nos retornos ao dispositivo interacional, pude constatar que não.

Fig. 37 – Montagem imagens da 1ª Caminhada – 30/07/2017 – usuários na região da crackolândia / mercado municipal de Governador Valadares



Fonte: Dados da pesquisa

Dando prosseguimento aos percursos, é relevante trazer à tona a caminhada de observação, com duração em torno de 1h, na sexta-feira, dia 08 de setembro de 2017, iniciada às 16h08min, da qual foi feita um conjunto de anotações no dia, tendo terminado detalhes dos últimos parágrafos no dia seguinte, porquanto o pesquisador acabou vendo, posteriormente, que faltava colocar por qual sentido que saiu, quando terminava a caminhada, e outros complementos similares. Embora tenha sido uma caminhada bem simples, também agregou com a observação das permeabilidades e transições do empírico, sobretudo em uma “guinada” estratégico-atitudinal de disfarce e adaptabilidade para a produção fotográfica possível. Segue abaixo, as

anotações, tentativas do diário de campo sobre a caminhada em questão e, prosseguindo-se a estas, uma montagem fotográfica com imagens produzidas no dia do citado percurso:

b) 3ª Caminhada - 08/09/2017 - Sexta - iniciada por volta das 16h08min

Passando pela rua Afonso Pena, a movimentação de atores sociais diversos, em especial os ligados aos seus respectivos comércios... Ao se aproximar dos “depósitos” e “lote vago” que continua todo cercado por uma espécie de tampão metálico, já vi movimento de um senhor e aparentemente seu filho, para o carro deles, com sacolas de produtos que pareciam ser produtos de compras em lojas do mercado...

Usuários (seis, sendo duas mulheres e quatro homens) reunidos, próximos ao antigo “lote vago”, mas mais perto da antiga entrada do hospital, entre o poste e os carros estacionados... Consegui fazer uma filmagem muito curta e de ruim qualidade do local em que estavam...

Hospital está com uma nova fachada e havia pessoas de manutenção telefônica mexendo no poste com uma escada erguida...

O supermercado varejista-atacadista “Atacadão” (à Rua Bárbara Heliodora esquina com Euclides da Cunha) com preços espalhados por parte considerável de sua parede externa e as pessoas comprando... Fotografei os preços para parecer que estava conferindo as ofertas, a fim de não chamar muita atenção, para o meu trabalho investigativo de “orientação-navegação”.

Seguindo para o Mercado... O lado da rua Bárbara Heliodora estava com os toldos abaixados para dar sombra e amenizar o calor... Comércio vivo, como sempre e, à rua Israel Pinheiro, um senhor com maçarico estava arrumando a bicicleta dele... A margarida (profissional geralmente do gênero feminino que trabalha no serviço de varrição das vias públicas) limpando a rua, pessoas vendendo (com ofertas mais silentes do que as da feira de domingo)²⁰⁹... “Beco do frango” com os odores característicos, mas bem mais brandos do que

²⁰⁹ Vale lembrar que na sexta-feira também ocorre uma feira livre, na região do Mercado Municipal, porém, como já explicado, é de menor amplitude o isolamento de vias, assim como só funciona durante o período da manhã, e a caminhada ora apresentada se deu durante a tarde.

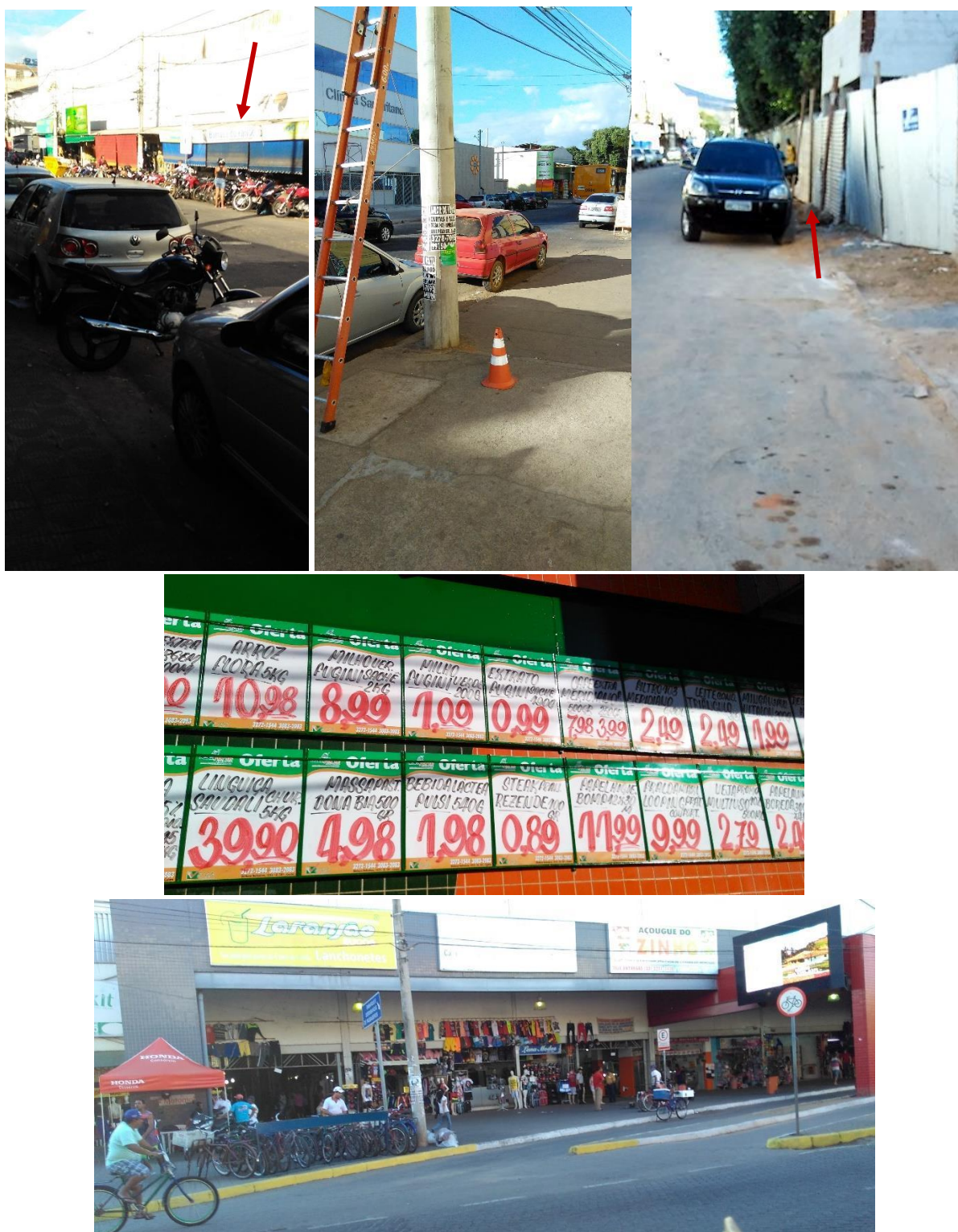
já fora, aparentemente devido às operações do poder público municipal, em especial pelo Corpo de Bombeiros, Ministério Público... Percebe-se que todos os becos estavam mais limpos...

Retornando ao ponto de ônibus, à rua Bárbara Heliodora esquina com José Luiz Nogueira, cheio e pessoas mantendo suas concentrações distraídas quanto ao observador (em especial por também estarem usando celulares). Havia muitas pessoas aglomeradas, não sendo possível fotografar sem ser notado. Por outro lado, parar e observá-los. Entrar e sair da pequena lanchonete, da farmácia (“Farmaluz”) e da padaria (“Padaria ki delícia”) – Locais ao lado do “ponto de ônibus” – sem comprar nada, esperar um tempo o ônibus e depois sair sem pegar nenhum, não aparentou chamar a atenção dos demais presentes... esses então, distraídos e absorvidos em sua rotina, comportando-se diferentemente dos usuários que me observaram passando perto deles, mesmo que à rua, uma vez que eles ocuparam toda a calçada, mas olham e desconfiam...

Fui para fila no supermercado (“EPA”) situado à rua Israel Pinheiro, de frente ao Mercado Municipal... Foi bom para observar movimentos do que é possível ver no mercado... Ouvir conversas na fila... As pessoas, no geral, falando que a fila está grande, pessoas entrando no supermercado e demonstrando aparente alívio de terem saído do calor (não tinha ar-condicionado em tal estabelecimento)...

Tirei algumas poucas fotos durante a caminhada, de forma aleatória do que foi possível fotografar do cotidiano sem ser visto como “fotógrafo”. Retornei pelo perímetro, à rua Quintino Bocaiúva sentido à Bárbara Heliodora (passando em frente à lotérica, supermercado “Coelho Diniz”, etc.), saindo do local em estudo por esta rua, às 17h, na direção da rua Benjamin Constant... Somente terminei de escrever esse parágrafo no dia seguinte, porque só havia escrito que havia retornado, mas sem explicar que havia saído tomando o sentido da rua Benjamin Constant pela Bárbara Heliodora, o que só pude ver no dia seguinte ao copiar o texto para enviar ao orientador...

Fig. 38 – Montagem imagens da 3ª Caminhada – 09/09/2017 – percurso na região da crackolândia / mercado municipal de Governador Valadares



Fonte: Dados da pesquisa

Para facilitar a visualização dos lugares do percurso na montagem acima, observa-se que, das três fotografias verticalizadas, a primeira ilustra a parte de trás do mercado com os toldos

abaixados, a segunda, a frente Clínica do Hospital Bom Samaritano; a terceira, o “lote vago” em obras e os usuários reunidos, vigiando carros. Já com relação às duas imagens na horizontal, a primeira mostra os preços na parede externa do Supermercado “Atacadão” e a última, a “nova”²¹⁰ fachada do Mercado Municipal.

Como explicado antes da apresentação do texto e imagens, foi uma caminhada simples, sem interações de destaque; porém, foi útil ao aprimoramento performático do pesquisador em "invisibilizar-se" no campo, à medida do possível, obviamente. O aperfeiçoamento das táticas de olhar sem ser visto, como por exemplo, nos modos, fazer para fotografar sem parecer que está fotografando (pelo menos não “descaradamente”), implicam estratégias de simulação variadas (e.g. fingir esperar o ônibus no ponto, ou orçar preços numa farmácia), de um lado, para não chamar a atenção alheia e, por outro, para viver, em sua "aparente normalidade", as lógicas e as práticas do terreno estudado.

Além disso, há inferências que se articulam com o teórico-epistêmico, ao se notar o discurso revitalizante em cada mudança estética no Mercado Municipal e nas adjacências deste, como na Clínica do Hospital Bom Samaritano, ou mesmo a estampagem dos preços do supermercado, na quase totalidade de sua parede externa, como um “grito silente” das ofertas. Verificando-se “imagens emblemáticas” e a interação/interpenetração dos “mundos” ou “lógicas” do mercado afetando outros “mundos” e “lógicas”, semelhantemente, ao que Silveira (2010) aborda em seu trabalho.

Não obstante esse assunto ser alvo de retome mais aprofundado na discussão das inferências das “cidades”, “camadas” e sistemas de produção na seção 6.3 e em suas terciárias derivadas, é válida tal apropriação de Silveira na presente abordagem das caminhadas de observação, posto que seu tensionamento com esse procedimento pode contribuir muito com os ganhos teórico-

²¹⁰ Embora essa fachada de melhor aparência e outras mudanças no Mercado Municipal já venham desde meados de 2007 e 2008, tomando o lugar com uma estética externa mais atrativa à clientela, as obras, referenciadas como “reforma” ou “revitalização”, são uma constante necessidade naquele centro comercial. Ainda que possam ter fins de promoção pessoal com essas bandeiras de melhorias da área, não se pode negar que, em todo cuidado com aquele espaço, há, no mínimo, a consciência do seu valor econômico, cultural e até mesmo político, para a cidade. Uma das últimas menções revitalizantes da área se desenvolveu em 2018, quando as imposições voltadas à promoção da segurança, em matéria de defesa civil e ambiental, por meio de um trabalho integrado envolvendo o Corpo de Bombeiros Militar, o Ministério Público do meio ambiente e outros órgãos e entidades, provocaram os lojistas e à Administração Municipal a realizar os aprimoramentos hidráulicos e elétricos necessários. Sobre essa última e um pouco do seu contexto de “revitalização”, sugere-se a visualização da matéria do “MG TV - 1ª Edição” de link a seguir: <https://globoplay.globo.com/v/7078413/>.

empírico-epistêmicos da pesquisa. Isso se deve ao fato de que nos percursos no campo é igualmente importante procurar pelas “assinaturas” apostadas na paisagem urbana (preços, pichações, cartazes, painéis, toldos, etc.), as quais têm a cidade como “superfície expressiva na qual se projetam e se materializam diferentes *assinaturas*” (SILVEIRA, 2010, p. 78).

Em uma explicação mais adiante, Silveira (2010) afirma que o procedimento etnográfico em questão não se daria no formato clássico, mas seria fruto de adaptações e reordenações aos seus propósitos, por meio de um estranhamento, distanciamento ou isolamento interpretativo dos cenários e paisagens do cotidiano, a fim de elevá-los à condição de objetos epistêmicos. Inspirado na possibilidade de uma “etnografia de rua” abordada pelas antropólogas Cornélia Eckert e Ana Luíza C. da Rocha (2002), deve-se observar a cidade enquanto “objeto temporal, lugar de trajetos e percursos sobrepostos, urdidos numa trama de ações cotidianas” (ECKERT e ROCHA, 2002).

Nesse sentido, vale lembrar que, além desse detalhe distintivo na apropriação de uma espécie de “etnografia de rua”, pela dialética dos olhares, a “perambulação” é somente fonte de uma dimensão de olhares, não podendo ser hipertrofiada, nem diminuída. Assim, deve-se recordar ainda que, no “quadrilátero” eleito como *corpus* principal desta pesquisa, as “assinaturas”, selecionadas por sua representatividade expressiva, na busca de compreender um território em suas lógicas interacionais, nem são colhidas exclusivamente pelo Olhar de Perambulação, mas por todas as dimensões de olhares, tampouco são aceitas aprioristicamente, porquanto podem e devem ser tensionadas com o conjunto teórico-empírico da pesquisa.

Além das questões já mencionadas, um aspecto conclusivo a respeito da caminhada ora analisada, trata-se da absorção das pessoas, na região do Mercado Municipal pelas atividades em andamento nos seus respectivos cotidianos, que se distraem, aparentemente, vendo só o “aqui-agora” – o calor, a fila, o ônibus a chegar, etc. –, não dando a devida atenção à sua volta. Essa distração pode ser vista, em uma perspectiva individual, no sentido de que não visualizarem que algo fora da sua rotina pode acontecer (ou já estar acontecendo), como por exemplo, elas estarem sendo observadas por terceiros (o que, geralmente, não acontece com os usuários, que são mais atentos à sua volta) e, também em uma visão macro de não perceberem aos graves problemas circundantes, tais como o tráfico de drogas, a dependência química e a situação de rua.

Assim, notam-se que, frequentemente, os compradores e vendedores na região do Mercado Municipal estão, frequentemente, ali tão próximos, mas ao mesmo tempo, tão distantes desses problemas. Com o foco de seguimento da explicitação dessa fonte de olhares, procedeu-se à abordagem da oitava caminhada, como a terceira das cinco selecionadas nesse propósito.

c) 8ª Caminhada - 06/01/2018 - Sábado – em dois momentos (cf. abaixo)

- **À tarde** – por volta das 12h30min

Na caminhada, à tarde, próximo ao local, havia usuários vigiando carros e circulando em meio ao mercado, como meu celular estava sendo atualizado, não pude fotografar as cenas, mas em razão de eu não ter o celular como alibi de distração, apenas andei observando de soslaio (e chamando mínimo de atenção) as interações na região do mercado, próximo ao horário de fechamento da maior parte dos comércios, no sábado... O calor estava muito forte e os usuários, que vigiavam carros próximo à clínica do Hospital Bom Samaritano, à rua Vereador Euzebinho Cabral (proximidades da região do antigo “Lote vago”), estavam oferecendo pedaços de papelão para serem colocados nos para-brisas dos carros, a fim de diminuir o aquecimento pelo sol, o que já estava posto em muitos veículos, de modo que parecia ter boa receptividade desse recurso “negociado” pelos usuários com os donos de carros. Sai caminhando para fora da região do “quadrilátero” observando proximidades de outros pontos comerciais, que esporadicamente também reúnem usuários, com o objetivo de olhar outras possíveis pistas e, quando cheguei à praça Serra Lima, verifiquei um usuário conhecido (por este pesquisador de ver a imagem dele em filmagens e caminhadas de observação) utilizando a fonte da praça como uma piscina, fazendo mergulhos na água. O calor estava muito intenso, e o usuário se apropriou da fonte, tornando-a “sua” piscina. Diante da impossibilidade de retornar à tarde ao local por conta de outros compromissos, mas com essa curiosa apropriação da fonte que fica a seis quarteirões da abrangência do quadrilátero e a permanência do calor intenso, no início da noite, propus-me a fazer uma nova ida ao local e ao quadrilátero à noite, já munido de câmera e carro, para me ocultar e poder registrar parte do que eu visse.

- **À noite** – por volta das 20h30min – utilizando-me de carro com os vidros suspensos para não chamar atenção (em outros termos, ver e não ser visto)

- *"a moda" ("clube na praça") se espalhou – indo à Praça Serra Lima, novamente, tomado pela curiosidade, se diante da permanência do calor intenso na cidade, haveria mais usuários utilizando a fonte como piscina, deparei-me com vários usuários à beira e na fonte como em uma piscina, tornando a praça, iluminada pelos ainda residuais enfeites natalinos, semelhante a um clube de lazer (de dentro do carro, para não chamar atenção, tirei fotos da cena interacional²¹¹)...*

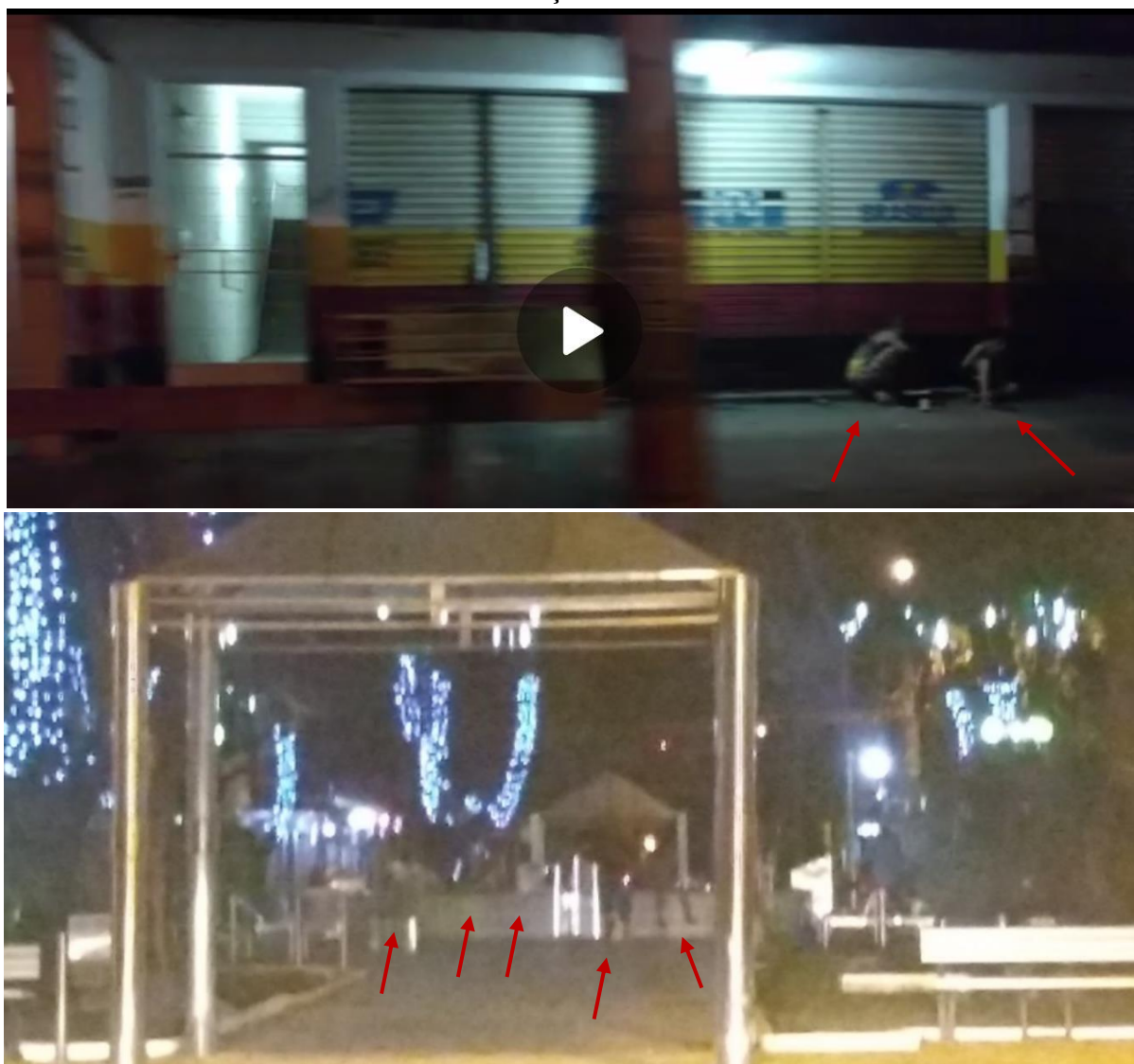
- *já no "quadrilátero", com supermercado Atacadão fechando, bar e supermercado "Coelho Diniz" abertos, bem como com pessoas passando pelo local, havia usuários próximo ao antigo "lote vago", mas na "quina" da parede (espécie de vão) em que os usuários conseguem se esconder de quem passa pela Afonso Pena. Nesta rua, dois usuários em frente à "Polil Tintas" (que trabalha com polimento de tintas automotivas, situada à Rua Afonso Pena, 3604, ao lado da Distribuidora de Bebidas Vargas – esquina com a José Luiz Nogueira). Tal loja também possui uma "quina" (espécie de vão que convenciamos chamar de "corner" da "Polil") que oculta os usuários agachados em relação a quem passa no outro sentido da Afonso Pena. Os dois usuários estavam agachados manipulando algo, que poderia ser preparando para o uso de drogas – procedi à filmagem, de dentro do veículo e sem ser notado. Havia também um usuário sentado na esquina (com Euzebinho Cabral) região dos "depósitos" (foto de longe e não filmagem porque estava no lado oposto da via) e outro usuário que passa sem camisa do outro lado na esquina com a Euzebinho Cabral (este aparece na filmagem por estar do mesmo lado que os outros dois usuários sentados e frente à "Polil"). Na outra parte, próximo à região do "lote vago", ao lado da clínica do Hospital Bom Samaritano, à Rua Vereador Euzebinho Cabral, aproveitando-se não só do vão da parede, mas também das duas caçambas de "tele-entulho" que ali estavam, os usuários se reuniram ali próximo (filmei a cena, mas como o celular ficou apoiado em um nível mais elevado, pegou parcialmente só).*

²¹¹ *In casu* as imagens não ficaram muito boas, pela distância e cuidados para não ser descoberto, aproveitando-se do sinal fechado por poucos segundos, mas é possível visualizar as nuances caracterizadas na narrativa, quanto à iluminação residual-natalina e à presença de usuários. Por isso, mesmo estando um pouco desfocada, integrou a montagem da Fig. 37.

- As fotos e filmagens foram feitas, só de dentro do carro, para não ter de desembarcar à noite e correr o risco de ser notado pelos usuários no local. Fiz a volta nos quarteirões algumas vezes de carro e depois desci, andando, como se quisesse ainda ir ao “Atacadão” que havia acabado de baixar as portas...

Conforme já pontuado nas anotações, foram feitos alguns registros, através de filmagens curtas e fotografias, quando da passagem de carro, pelos lugares mencionados, à noite. Dessa maneira, elaborou-se uma montagem ilustrativa desse percurso, para os fins visuais próprios. *Vide* abaixo:

Fig. 39 – Montagem imagens do segundo momento da 8ª Caminhada - 06/01/2018 – Sábado – na área estudada e na Praça Serra Lima – Governador Valadares



Fonte: Dados da pesquisa

A apropriação da fonte como piscina e, posteriormente, a coletivização dessa ideia de um usuário, permite uma correlação com a apropriação de outras tantas praças no país, refletindo-se sobre a função social da propriedade pública e as rupturas por conta da "luta" pelo direito ao lazer, moradia e afins, sendo relevante para percepção das lógicas interacionais do território estudado e de sua população.

Além disso, há outros dois motivos de relevância nessa caminhada bipartida: em primeiro lugar, o fato de ter observado fenômenos com repetição, no dia e noite afetados pela conjuntura ambiental, no caso temporal (calor intenso e persistente); em segundo ponto, a diacronia que se tem, ao verificar a filmagem feita pelo pesquisador (como um exemplo de “vigilância líquida”, mas voltada para busca de indícios das lógicas processuais), em contraste/tensionamento com outra imagem do olhar “Olho Vivo”, em que o uso (ou a tentativa deste) também ocorre no “corner” da “Polil”. Sobre esse último ponto, apresenta-se a imagem abaixo, a qual já havia sido verificada ainda na época do estudo piloto.

Fig. 40 – Indivíduos usando crack na frente da “Polil Tintas” (próximo ao depósito de bebidas – ao lado – e ao comércio de gás – à esquina oposta no outro quarteirão) – 2014



Fonte: Central de Monitoramento do Olho Vivo/COPOM 8ªRPM

Vê-se que o lançamento do olhar diacrônico-tensionante de uma imagem do olhar de Perambulação de janeiro de 2018 com outra do olhar “Olho Vivo” antiga (de janeiro de 2014), possibilita vislumbrar que, tanto mais recentemente, quanto há quase sete anos, o “corner” da “Polil” configura-se, geralmente, como ponto de consumo de crack e outras drogas, no período noturno, de modo que sua apropriação diurna é uma excepcionalidade. O contraste das imagens produzidas, dentro de sua capacidade técnica e recursos para a produção das filmagens, implica graus diferentes de detalhamento e nitidez.

Destarte, quando se comparam as duas imagens do “corner” da “Polil”, sendo a primeira, contida na montagem anterior (Fig. 39) e, a segunda, da ilustração supra (Fig. 40), aquela apresenta estar aquém, quanto à qualidade imagética, o que se deve às diferentes condições de produção de um sistema de monitoramento a de um “flâneur” que porta uma câmera. Porém, as duas ilustram momentos de reunião antes, durante ou após, o uso do crack em dupla. A esse respeito, com relação à última imagem do olhar “Olho Vivo”, nota-se que os usuários estão fazendo uso da técnica de consumo chamada “dar a segundinha” (cf. sobre no Capítulo 3).

Retomando a imagem contida na montagem da figura 39, deve-se ponderar que aquela viabiliza não só um *olhar diacrônico*, quando contrastada com a figura 40, cuja cena se passa no ano de 2014, mas também *anacrônico*, por estar fora do seu tempo (ou mesmo lugar “natural”, outrossim, tensionante do *tópico* e *distópico*²¹²), quando comparada com a outra fotografia da montagem da mesma montagem (Fig. 39), em que muitos usuários estavam na “piscina” da Praça Serra Lima). Ademais, *mutatis mutandis* a diacronia, notada pela escalada dos anos entre as duas imagens, obedece a um *quase sincrônico* (22h42min, em um caso e, 20h20min, no outro, mas ambas no início de janeiro – dia 06 e 05 respectivamente), mesmo que em anos diferentes (2014 e 2018).

d) 9ª Caminhada – 14Jan2018 – Domingo – iniciada às 12h

Levei minha esposa comigo para fazer compras na feira do mercado, a fim de que eu tivesse um alibi diferente do celular, permitindo eu observar mais, ainda que registrando poucas fotos

²¹² Como explicado no Capítulo 4, novamente, o uso da derivação (*dis*)*topia* aqui abrange o tensionamento tanto do que está “no lugar” e “fora do lugar” quanto na acepção de uma “antiutopia”.

(como eu estava indo de tenda em tenda, procurando produtos da feira, e.g. alho descascado, cabeças de cebola, etc., eu tive um álibi melhor, então bati apenas três fotos para registrar sem chamar atenção: 1- de longe, registrando os manequins de uma loja, no perímetro final do “quadrilátero”, na esquina da Quintino Bocaiúva com Afonso Pena; 2- de longe, pegando o moto táxi 24h aberto, algumas tendas e uma pick up Saveiro prata na esquina da Bárbara Heliadora com Quintino Bocaiúva e, ao fundo, uma mulher de blusa verde e toca carregando sobre os ombros uma estrutura/armação metálica verde, grande e aparentemente pesada, de sua barraca que estava sendo desmontada; 3- algumas barracas sendo desmontadas na rua Bárbara Heliadora, pela feira que já está se encerrando e, nesta foto, consegui registrar, mais afastado, um usuário sem camisa, o qual, depois de me aproximar, percebi que ele estava oferecendo ajuda para desmontar as barracas em troca de dinheiro).

A observação pesquisando tenda por tenda, como comprador acompanhado de outra pessoa me permitiu perceber (ouvir além de ver) muitas outras interações, das quais destaco 5 de relevante observação e as explico em passant em seguida:

1- Usuário vestindo camisa do Atlético empurrando carrinho com bebê e outra usuária aparentando ser uma família e pedindo ajuda e alimentos aos feirantes e transeuntes... Tentaram pegar Hortifruti do chão (havia muitos espalhados que caem ou estragam e ficam próximos das barracas, mas próximo a esta barraca estavam amontoados mais separados de forma organizada um pouco de quiabo e aparentando qualidade ainda boa para o consumo mesmo estando ao chão) que estava no canto da barraca e o ambulante olhou para a criança e autorizou falando "pode levar". Aí o homem com a camisa do time pegou os quiabos e colocou na parte inferior do carrinho de bebê.

2- Usuário que me deu passagem numa parte estreita entre barracas... Falou para mim de forma amistosa "pode passar, Patrão". Ele estava com um hálito etílico forte e o andar um pouco cambaleante. Foi rápido o contato, mas foi uma interação inevitável desse pesquisador e foi interessante que, mesmo aparentemente alcoolizado, o usuário foi muito simpático em sua atitude de ceder passagem e sem me pedir nenhum trocado ou ajuda.

3- Usuários reunidos na região do antigo lote vago... Tive de olhar rápido porque a barraca e o caminhão que permitiam olhar pra lá sem ser notado estavam sendo desmontados, mas pude

ver a uma mulher e dois homens abaixados na lateral da clínica do hospital Bom Samaritano aparentemente estando na iminência de consumirem o crack. Infelizmente não tive condições de observar mais, tampouco registrar foto sem comprometer a pesquisa.

4- Venda de ferramentas, materiais de metal, celulares e outros provavelmente de procedência duvidosa. À rua José Luiz Nogueira, entre as ruas Bárbara Heliodora e Israel Pinheiro, havia um ambulante com várias peças expostas ao chão ferramentas (chaves de fenda, inglesa e até furadeiras), torneiras, bocas de fogão, correntes, etc., e pouco mais à frente, havia uma banqueta com alguns aparelhos celulares diversos (desde antigos a smartphones), porém não era possível ver qual dos homens perto era o proprietário da banqueta e celulares. Pela quantidade grande e venda sem nota fiscal, bem como pelo conhecimento que temos de prisões pretéritas de receptadores em condição análoga na região, verificou-se uma aparente procedência duvidosa daqueles objetos e, no caso dos celulares, ainda mais suspeita a atitude de não ser possível identificar de imediato quem era o dono dos que estavam ali próximos. Ademais a isso, depois de rodar pelo mercado e voltar ali cerca de vinte minutos depois, não estavam mais ali nem o homem com as ferramentas e equipamentos ao chão, assim como a banqueta com os celulares.

5- Casal de usuários abraçados aparentemente namorados com o homem consolando a mulher. Quando estava terminando de fazer "as compras" na feira, tendo observado interações variadas no/do mercado e atores sociais, algumas interessantes para compreensão melhor da lógica internacional do dispositivo, deparei-me na esquina da Bárbara Heliodora com Quintino Bocaiúva, com os dois usuários abraçados, enquanto eu passava indo embora. Estavam agachados e o homem abraçando a mulher (esta chorava) por trás falando com ela algo semelhante a "tô com você...". Não compreendi direito porque ele falou meio suspirando e foi só o tempo de eu passar com minha esposa pela esquina, para observar sem ser notado. Ai infelizmente não ouvi com exatidão as palavras, mas foi possível entender que ele estava consolando-a e falando que estava com ela.

Conforme explicado no registro de campo, nessa ocasião, o investigador levou sua esposa consigo, na feira do mercado, para comprarem coisas da feira, tendo a compra como álibi para observar, sem ser observado, tendo sido bons os resultados. Foi de grande relevância a quantidade de interações extra ao contexto de “cena de uso” da região, demonstrando que o

usuário é maior do que o crack. Várias interações, não diretamente vinculadas ao uso de drogas, foram visualizadas na caminhada em questão, tais como o “casal” de usuários empurrando o carrinho do seu bebê, pedindo alimento (hortifruti), a gentileza do usuário com este pesquisador, numa interação do acaso e os dois usuários agachados, enquanto um consolando a outra que chorava.

Obviamente, não se trata de uma visão romântica que negue os aproveitamentos das dinâmicas e movimentos do Mercado e da feira, para a prática de delitos, até porque, havia em concomitância, as interações para uso na região do “Lote vago”, bem como da venda de produtos com procedência duvidosa, no mesmo território²¹³. Contudo, a demonstração de afeto e de outros contextos interacionais, são potencializadoras de enfrentamento da “coisificação” do usuário e a “personificação” da droga.

Sabe-se que a “personificação do crack”, como já discutida nesta pesquisa, com Albuquerque (2010) e outros autores, é algo que, muitas vezes, prejudica bastante o dependente, pois acaba implicando a objetificação do usuário, tornando-o menor do que a droga. A dependência química é um problema grave, mas o resgate dos laços afetivos e a articulação em rede constituem um importante vislumbre de oportunidades de recuperação/enfrentamento do vício, inclusive com boa probabilidade de êxito, de acordo com os especialistas da rede de saúde e assistência social²¹⁴.

Portanto, esclarece-se que o percurso, ora explicitado, contribui para compreensão interacional daquele dispositivo. Em complemento à anotação de campo, utilizando-se de duas fotografias tiradas naquele contexto, produziu-se a montagem da figura 41 que ilustra a dinâmica quase

²¹³ Além desses eventos, em simultaneidade à caminhada em tela, pelo olhar “Olho Vivo” e os registros de ocorrências policiais dos Outros Olhares usados em tensionamento àquela dimensão de olhares, viram-se vários comportamentos hostis demonstrados dos usuários, sobretudo entre eles mesmos. Nesse diapasão, podem-se citar dois episódios, que ocorreram na região do Mercado Municipal de Governador Valadares, no ano de 2015, e que integram os materiais reunidos da pesquisa, mas por economia e objetividade necessárias, não foram trazidos ao corpo desta tese: a) Filmagem relativa ao BO 14259, na qual, um homem furtando uma bicicleta motorizada, durante a feira de domingo, do Mercado Municipal, não sendo visualizada do muitos detalhes dele, visto que as tendas erguidas o ajudaram produzindo “pontos cegos”, em 25jan2015; b) Filmagem a respeito do BO 35959, em que um usuário (conhecido no meio policial pela prática de crimes contra o patrimônio e também contra a pessoa) futa um indivíduo bêbado, que se encontrava adormecido no chão da esquina de frente com o “ponto de ônibus” (rua José Luiz Nogueira com rua Bárbara Heliodora), sendo posteriormente localizado e abordado na saída de uma loja à rua José Luiz Nogueira.

²¹⁴ Na próxima seção (6.2.3 Outros Olhares), verifica-se, em um documento analisado (“A Rua Conta a Sua História”), inclusive uma fala de um educador social acerca da população em situação de rua / usuários dependerem muito de apoio do então CREAS POP enquanto “equipamento” completar “o quesito de recuperar a própria dignidade dele” (SANTOS, 2017, p.9).

“religiosa” (semanalmente, no mesmo dia e hora, semelhante a uma missa ou um culto) das tendas e barracas sendo desmontadas no Mercado Municipal, em razão do término do horário da “feirinha” de domingo.

Nesse sentido, na figura abaixo, percebe-se a presença, não só das tendas, mas também de veículos pesados que, mesmo estando ali para outras finalidades, acabam por servir à produção de “pontos cegos” ao olhar “Olho Vivo”. Além disso, verifica-se o lixo acumulado no chão das ruas, próximo aos ambulantes, que são apropriáveis aos usuários para fins diversos (desde alimentação, até material para “fabricação” de cachimbos / “maricas”, como explicado anteriormente neste estudo).

Fig. 41 – Montagem imagens do segundo momento da 9ª Caminhada - 14/01/2018 – Domingo – região do Mercado Municipal – Governador Valadares



Fonte: Dados da pesquisa

Em continuidade, foi escolhida a décima ida ao território da crackolândia que, apesar de ter sido bem rápida, pelas circunstâncias de sua possibilidade, surpreendeu-nos deparando com o inesperado, que é aquilo que mais procuramos nessa “reinvenção” do cotidiano enquanto um *andarilho-voyeur*. Dessa célere passagem pelo dispositivo, em maio de 2018, aprendemos muito sobre a privacidade como mencionada no olhar “Olho Vivo” é adaptada / mitigada para alguns em situação de rua que vivem naquele território, uma vez que esta é igualmente relativizada até mesmo pelas filmagens ininterruptas dos dispositivos de “olhar vigilante”. Este último é, inclusive, para qualquer um que ali passe.

Todavia, nesse dia, vimos uma senhora respeitando em muito aquele espaço público de privacidade adaptada, de modo que mesmo célere, a duração dos efeitos daquela cena provocou reflexões que demonstraram que o lançamento de olhares sobre aquele território, em busca de compreendê-lo ou de pelo menos descrever algo sobre ele, tem valido à pena. De fato, um espaço com seus conflitos e questões, mas um espaço de socorro e de carência, cujos problemas demandam paciência do conceito para seu entendimento e, com isso, quiçá, futuras proposições de políticas públicas que contemplem suas complexidades sem perder de vista sua necessidade de humanização²¹⁵, muito mais que de “revitalização”.

Destarte, traz-se abaixo, o registro desse trabalho de campo que, por ter sido célere, mas ter pulsado bastante a repetição de percepções na cabeça do pesquisador, foi desenvolvido sem tópicos, mas em texto direto, pois foi difícil conter o digitar de textos no aplicativo de notas, após começada a narrativa da experiência. Provocaram inferências, questionamentos e *insights* em sequência, que se acumularam e viraram um texto de uma espécie de olhar comunicacional e humanamente processual-problematizante.

²¹⁵ Muitos usuários largaram profissão, família e demais direcionamentos da vida e se sentem aprisionados ao crack e a rua, como será demonstrado, de forma simplificada, na seção que tratou dos Outros Olhares, em alguns depoimentos provenientes de vídeos, livros e livretos. Nesta etapa conclusiva da pesquisa, tais questões foram mais abordadas na perspectiva de *transolhares* e, por essa razão, são sempre revisitadas e tensionadas, em diferentes partes do texto da tese, na medida em que os olhares, dentro da proposta epistêmico-metodológica da presente investigação, devem ser sempre postos em oposição criativa se atravessarem dialeticamente, jamais permanecendo, hermeticamente, reclusos em um único compartimento textual.

e) 10ª Caminhada - 22Mai2018-Ter - passagem rápida pelo dispositivo – regiões do "Lote vago" e "Polil"

Passei rapidamente no Centro, por volta de 15h, onde pude observar por poucos minutos a proximidade da região do "lote vago" cuja construção está do prédio lá está já em fase de conclusão de acabamentos. Consegui avistar um usuário agachado de longe na lateral da clínica do Hospital Bom Samaritano, num lugar em que normalmente se reúnem e outro olhando carros estacionados. Fotografei a construção quase concluída edificada sobre o antigo "Lote vago" e muito de longe (para não chamar atenção) o usuário agachado, bem como a fachada da "Polil", cuja parede com curvatura faz um "corner" que os usuários normalmente em dupla ou trio optam para consumir crack ali à noite, aproveitando-se da proteção visual que essa "parede" lhes fornece. Fiquei nas proximidades por poucos minutos, mas o suficiente para observar um pouco das interações desses dois usuários com o local, abrangendo os objetos (no caso os carros, um os vigiando, provavelmente, para receber um trocado dos donos dos veículos estacionados, já o outro se agachando, aparentemente, para usar da proteção visual dele) e pessoas desses. Uma mulher, relativamente bem arrumada (com uma camisa amarela, parecendo ser de seda estampada, calça social, calçado fechado) passou a pé, pela rua Euzébio Cabral, ao lado de onde estavam esses usuários na curta calçada (e ela pela rua), não esboçando nenhum medo, mas andando de cabeça reta, demonstrando um certo respeito de não olhar para o lado, indicando uma espécie de respeitar a "privacidade" do usuário naquele espaço. Essa senhora, somente olhou para o outro lado da rua (no muro do "depósito" – lado oposto de onde estavam os usuários), com o barulho e o acenar de um indivíduo (aparentemente um feirante) conversando com o senhor que estava atrás, próximo do caminhão ali estacionado). Pensei na tensão entre o público e o privado, que se exprime do espaço, pois mesmo sem medo, o comportamento daquela senhora me pareceu indiciar uma "privatização" do espaço público, posto que o olhar reto me remontou a etiqueta de eu não olhar para dentro da casa do outro, ou para a mesa em que estão sentadas pessoas que eu não conheço, ou para outras situações que meu olhar poderia denotar uma "invasão" no espaço do outro. Embora rápida essa observação, a cena me implicou a reflexões diversas nesse sentido, especialmente no questionamento da transformação do lugar público, questionando essa condição, tornando-o privado e, até mesmo em me perguntar que, ainda que a rigor, continue formalmente público, não implica, da mesma forma, respeitar que o outro está no "seu" espaço? Não no sentido de que ele estaria autorizado a usar drogas ali, como às vezes o faz, pois há um comportamento formalmente proibido, mas, com relação a todas as formas de

apropriação não criminais que ele ali exerce, enquanto sujeito habitualmente (em alguns casos praticamente morando) na/daquele espaço, por que não deveria ser lhe dado o respeito àquele espaço pessoal para todas as apropriações lícitas que ele vivencia cotidianamente ali? Não seria reificar demais todas as relações do ser humano com o ambiente, se o espaço, só por sua designação formal, tornasse um território público a priori e absoluto? Essas questões não implicam uma defesa de uma usucapião da calçada, o que nem é juridicamente amparado. Todavia, provocam o pensamento de que o respeito, ao espaço de (e ao direito à) intimidade e privacidade das pessoas, deve ser sempre visto como importante nas interações humanas e humano-ambientais, tanto quanto (ou até mais que) a classificação formal do lugar em que ocorrem essas interações. Uma das fotos que fiz pegou a senhora virando para olhar o homem acenando com a mão e um usuário, que olhava os carros da calçada, no outro lado da rua (lateral da clínica do Bom Samaritano). Na foto, é possível ver inclusive que a mulher está, na rua, mais perto do lado em que estão os usuários (o que estava agachado não apareceu na foto) do que dos outros dois homens, do outro lado da rua, sendo mais um indício de que ela não tinha medo dos usuários ali. Embora a foto não tenha ficado muito boa, pois tenho de fotografar simulando está falando no celular, mostrou detalhes da cena narrada neste registro. Esclareço que somente pude escrever essa anotação, quando cheguei em casa, à noite, e a rápida, porém, profícua, lembrança da observação, inclusive da passagem da senhora, ficou vívida em minha cabeça.

O registro supra exposto foi um misto de questionamentos permeados pelo emocional-racional e teórico-empírico conceitualizante (ou pelo menos, em busca de sê-lo), tendo de fato a sensibilidade do olhar que, para muitos, pode ser pouco, mas para poucos, não só pode ser, como de fato, é muito. É uma cena tão interessante que, ao rever a imagem da senhora com aparente tamanha sensibilidade, lembrei-me da “força totêmica” de algumas imagens, como trabalhado por Rosa (2017) na constituição em *totem* das imagens do menino *Aylan Kurdi*.²¹⁶

Nesse sentido, procedeu-se à montagem abaixo, na qual se verifica, em destaque (com maiores dimensões e no topo da montagem), a imagem mencionada por último, trazendo também as

²¹⁶ É importante notar que a apropriação é feita com ressalvas, porquanto Rosa (2017) trabalha a constituição em *totem*, a partir de sua inscrição na circulação, enquanto no presente caso, a imagem teria se transformado, de certo modo, em símbolo, somente para o pesquisador que, ao olhá-la, verifica que ela sofreu “uma espécie de blindagem que impede seu esquecimento” (ROSA, 2017, p. 348).

obras quase concluídas sobre o antigo²¹⁷ “lote vago” e a fachada da “Polil”, que foram mencionadas no registro. *Vide* figura 42, disposta a seguir:

Fig. 42 – Montagem imagens da 10ª Caminhada – 22/05/2018 – Terça - passagem rápida pelo dispositivo – regiões do "Lote vago" e “Polil”



Fonte: Dados da pesquisa

É importante mencionar que a imagem em destaque viabiliza um olhar diacrônico, posto que a edificação concluída sobre o antigo “lote vago” permite enxergar transformações consideráveis

²¹⁷ A adjetivação é apenas para esclarecer que o local deixou de ser um lote vago, transformando -se, ao longo dos anos de pesquisa. Entretanto, a referenciação permanece como região do “Lote vago”, na medida em que as transformações foram sendo alvo apropriações adaptativas pela população usuária, que permite inferir o lugar como um sistema de produção. Tal assunto foi revisita do na seção 6.3.1.

da região, ao longo dos anos. De maneira análoga, poderia ser lançado também um olhar sincrônico, pois nessa ocasião, havia voltado a gravar o sistema de videomonitoramento “Olho Vivo”. Logo, os múltiplos olhares continuam a surgir em confrontações, provocando questionamentos, inferências e percepções acerca do objeto de estudo.

É importante mencionar que, além dessas caminhadas no território do crack em estudo, foram feitas, pelo pesquisador, passagens de carro, nas adjacências da “cena de uso” próximo à rodoviária de Belo Horizonte/MG, no dia 05 de julho de 2018, assim como caminhadas de observação na cracolândia de São Paulo/SP, no dia 28Jan2019, na perspectiva de se processar um *Olhar de Perambulação Comparado*. Iniciando este último procedimento, deve-se pontuar que sua realização se deu em acréscimo ao que já estava sendo feito na dimensão Outros Olhares, que era o acompanhamento das matérias da Folha de São Paulo sobre aquele lugar, inclusive para tensionar as “falas” e os “lugares de fala” do referido jornal.

O percurso foi feito de forma similar às demais caminhadas da pesquisa, anotando tópicos no aplicativo de notas do *smartphone* e em papel para, posteriormente, serem articulados em texto; porém, com o uso adicional de uma câmera modelo “Go Pro Hero 3” ocultada, porquanto o investigador não conhecia bem o território, precisou ter mais cautela e segurança no uso do celular e bloco de papel. As caminhadas na mencionada Cracolândia não será alvo de discussão aprofundadas nesta pesquisa, em razão dos objetivos, delimitação temática e critérios de seleção de exemplos propostos; mas foram incorporadas como um Olhar de Perambulação comparativo.

Enquanto tensionamento dos Outros Olhares, do jornalismo e de pesquisadores, citados em vários momentos deste trabalho, que caracterizaram territorialmente a Cracolândia de São Paulo, a caminhada realizada por este pesquisador e a visita ao 13º Batalhão da Polícia Militar para busca de documentos, diagnósticos ou pesquisas relacionadas, rendeu conhecimentos diversos. Destaca-se que o Comandante daquela Unidade de Execução Operacional havia defendido uma tese, no Centro de Altos Estudos de Segurança (CAES), da Polícia Militar do Estado de São Paulo (PMESP), em que tratou a cracolândia como um “laboratório para as ciências policiais”, discutindo experiências de atuação integrada com a Guarda Civil Metropolitana (GCM), Assistência social, Saúde e Comunidade, constatando que a opinião dos

respondentes (que moravam ou trabalhavam na área, em São Paulo) é de que as ações devem ser predominantemente integradas e multidisciplinares (DAFFARA, 2018).

f) Caminhada de Olhar de Perambulação comparativo – 28Jan2019 – cracolândia São Paulo/SP

Breves tópicos salvos no aplicativo de notas do smartphone e anotados em papel, no dia 28 de janeiro de 2019. Posteriormente, foram articulados em texto, conforme disposto abaixo.

- Reprise de anotações com base nas filmagens e papel

Deslocando para a Estação da Luz saímos (estava eu e minha esposa) em caminhada sentido à Estação Júlio Prestes, a qual fica de frente ao fluxo maior da Cracolândia. Deixei a câmera ligada e no caminho pela Rua Mauá podemos ver alguns usuários em situações inusitadas, alguns movimentos das proximidades do Museu da Língua Portuguesa ²¹⁸, discussões/brincadeiras entre ambulantes, abordagens policiais²¹⁹, etc. Fui caminhando e passei pela base do programa “Crack É Possível Vencer” mas sem comunicar com ninguém para não afetar a observação in loco. Deixei minha esposa na Estação Júlio Prestes, pois ela teve medo da enorme quantidade de usuários no “fluxo” e que passavam por nós, pois

²¹⁸ Embora tenha acesso da estação com saída na própria entrada do Museu da Língua Portuguesa, aparentemente, só estava entrando por ali, e não saindo, pois havia cones bloqueando tal subida. Desde o lamentável incêndio do referido museu, em dezembro de 2015, o local vem passando por reparos e reformas, tendo o novo telhado, com estrutura importada do Peru, sido concluído em 18 de julho de 2018 (cf. reportagem G1: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/museu-da-lingua-portuguesa-encerra-obras-no-telhado-queimado-por-incendio-em-2015.ghtml>), porém, na ocasião da caminhada de observação, com um rápido olhar, percebeu-se que suas proximidades seguiam com alta movimentação, de transeuntes, passageiros, seguranças, turistas e ambulantes.

²¹⁹ Ao longo da rua Mauá sentido à rua Cleveland, houve duas abordagens policiais no percurso até a Estação Júlio Prestes, sendo a primeira realizada por três PM's de motocicletas policiais a um indivíduo e ao seu veículo “de luxo” (um *Kia Sportage*) e, logo após dobrara esquina, a segunda a uma travesti, aparentemente, em situação de rua e a seus pertences, na calçada, junto a um sofá em condições precárias, realizada por dois PM's em *bikepatrolha*. No meio dos pertences, havia uma espécie de marica de cano PVC. A travesti tossia muito e, um pouco afastada, reclamava da procura nos objetos, meio que realizando uma espécie de protesto, em contraste ao indivíduo anterior, proprietário do veículo, que conversava baixo com os policiais, parecendo querer se expor o mínimo possível. Verificou-se que a fundada suspeita que justificara a abordagem não teve condão discriminatório, pois da mesma forma em que o dever de averiguar se incumbiu ao em vulnerabilidade social, outrossim, coube ao mais abastado. Não foi possível confirmar se a busca pessoal (e pessoal veicular) dos dois casos diferentes guardavam relação, no sentido de que o indivíduo no carro fosse suspeito de estar passando drogas para usuários ali próximos, dentre os quais, a travesti.

poderiam ver que eu estava com uma câmera ocultada²²⁰ em funcionamento. Fui até a banca de revistas e conversei com a mulher da banca perguntando sobre a tenda do Programa Municipal anterior “De braços abertos” e ela falou que não tinha mais e me indicou o lugar em que estaria instalado o atual programa “Redenção”²²¹, mesmo sem saber falar o nome de qualquer um deles. Depois, fiz um giro rápido para o fluxo e retornei para buscar minha esposa na estação. Em seguida, fomos até à base da PM do programa “Crack É Possível Vencer” e conversei com os PM’s da PMESP, Cb Suana e Cb Camargo, explicando quem eu era, enquanto pesquisador, e os propósitos da pesquisa em minha cidade, com uma oportunidade comparativa ali. Os PM’s me deram informações gerais sobre a “cena de uso” e a atuação da PM e da Guarda Municipal, bem como me explicaram como eu fazia para chegar no 13º Batalhão da Polícia Militar na Metrópole de São Paulo (13º BPM/M) e conversar com o Comandante de lá, Ten Cel PM Daffara, que além de comandar o Batalhão cuja área abrange o “fluxo”, seria igualmente pesquisador daquele território, tendo escrito tese em ciências policiais concernente à Cracolândia, razão pela qual, tornou-se mais necessário (já era objetivo deste pesquisador para verificação documental) conhece-lo, a fim de trocar ideia sobre a pesquisa por ele realizada. Os PM’s ainda me falaram que mesmo a câmera estando ocultada, se os usuários percebessem, eu corria risco de ela me ser tomada, e falaram que, se eu quisesse passar por lá novamente, eles estariam monitorando de longe para não ter riscos e, em seguida, encontrar-me-iam mais à frente, com o intuito de me explicar como eu faria para chegar no Batalhão mencionado. Assim foi procedido e consegui realizar nova filmagem do “fluxo”, de forma velada, passando pela rua/alameda Cleveland. Posteriormente, fomos ao gabinete do Comandante do Batalhão da área, para fins de busca de dados da pesquisa daquele (seria para ver diagnósticos e outros documentos, mas em face do estudo por ele realizado, que continha as informações para o olhar comparativo, modificou-se o propósito da ida àquela

²²⁰ Em razão de ser um território cujo conhecimento por parte do pesquisador era apenas passando de carro pelo local, portanto em condições de segurança e habilidade menores para utilizar o celular para filmagens e/ou fotografias com pouca afeição nos observáveis, o pesquisador conseguiu emprestado equipamentos de filmagem que pudesse bem ocultar na pochete que utilizou.

²²¹ No âmbito municipal, havia durante a administração de Fernando Haddad, o programa “De braços abertos”, posteriormente, este foi substituído na administração de João Dória (continuado por Bruno Covas) pelo programa “Redenção”, com enfoques diferentes no viés de cuidado. No início, o último teria apostado mais na internação compulsória e promoção da abstinência do que na redução de danos, mas teria gradativamente se aproximado do primeiro no que tange ao fortalecimento da redução de danos, embora a gestão do “Redenção” teria alegado que não houvesse oposição entre esta política e a de promoção da abstinência. Nesse sentido, matérias da Carta Capital (<https://www.cartacapital.com.br/politica/programa-de-doria-para-a-cracolandia-recicla-acoes-do-de-bracos-abertos/>) e do Estadão (<https://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,gestao-doria-adotara-acoes-de-reducao-de-danos-na-cracolandia,70002103730>) trazem relatos acerca desse movimento dos programas municipais. No âmbito estadual, desde 2013, dentro da mesma ideia de acolhimento, assistência e tratamento dos usuários, há o programa “Recomeço”.

repartição pública) sobre a cracolândia (foi feito uma breve narrativa sobre esse contato) e passando pelos setores adjacentes e perímetro mediato da região, tendo nesse segundo momento contemplado a caminhada pelo Centro de Referência de Álcool, Tabaco e Outras Drogas (CRATOD), região de comércio de diversos (roupas, decoração, etc.) no Bom Retiro (esta etapa, enquanto aguardávamos o horário agendado, para conversar com o pesquisador/Comandante de Batalhão) e de eletrônicos, no bairro Santa Efigênia (esta última após a reunião com aquele). Enquanto passávamos pelo CRATOD, presenciamos uma briga entre uma mulher e um homem (ambos usuários – notável pelo que carregavam para montar maricas, dedos queimados e o teor das falas/xingamentos, aparentemente, fazendo menção ao uso compartilhado, além da proximidade ao Centro de Referência indo em direção a ele), na qual aquela desferiu tapas no rosto deste e o xingou por diversas vezes. Pelo que se pode ouvir parcial dos xingamentos, ela não teria gostado de algum comportamento dele durante o uso de drogas, como se ele tivesse a prejudicado, ou favorecido outra pessoa e, por isso, ela o batia e o chamava de “safado” e outros nomes. Durante a briga, o homem tentava continuar empurrando o carrinho, seguindo sentido a atravessar a rua para o CRATOD e, quando ele pedia para sair da frente ou falava qualquer coisa com a mulher, esta lhe desferia um tapa na cara. As pessoas à volta, de carro ou do outro lado da calçada, continuavam passando sem prestar atenção neles, ressalvado dois adolescentes que riram da cena e comentaram algo a respeito do “estalo” do primeiro tapa. A discussão ali não pareceu comover as outras pessoas, talvez se o homem reagisse, as pessoas poderiam intervir, em proteção a mulher (até mesmo eu me preservei, enquanto pesquisador, mas preocupado de começar uma briga mais séria e/ou de o homem tirar algum objeto do carrinho, para ser usado como arma, ou a mulher da mochila dela, ocasião em que para proteger o ser humano, talvez eu tivesse que agir/pedir socorro e abandonar a observação, mas não foi preciso). Infelizmente, eu já não estava mais com a câmera ocultada, então só foi possível tirar uma fotografia à distância, simulando como se eu falasse pelo celular, sendo que, por meio daquela, foi registrado um dos momentos em que a mulher xingava o homem.

Observa-se que, em alguns poucos momentos da filmagem, aparece uma imagem verde à frente lente. Trata-se da camisa usada pelo pesquisador durante a gravação, pois a forma que foi ocultada a câmera permitiu tal incidente, por raras vezes. Abaixo, foram dispostas quatro figuras, consecutivamente, relativas a esse percurso:

Fig. 43 - Movimentação na Estação da Luz na parte conexa ao Museu da Língua Portuguesa – São Paulo/SP – 2019



Fonte: Dados da pesquisa

Fig. 44 – “Fluxo” (à frente) lado oposto da Estação Júlio Prestes e banca de revista desta (à esquerda) – São Paulo/SP – 2019



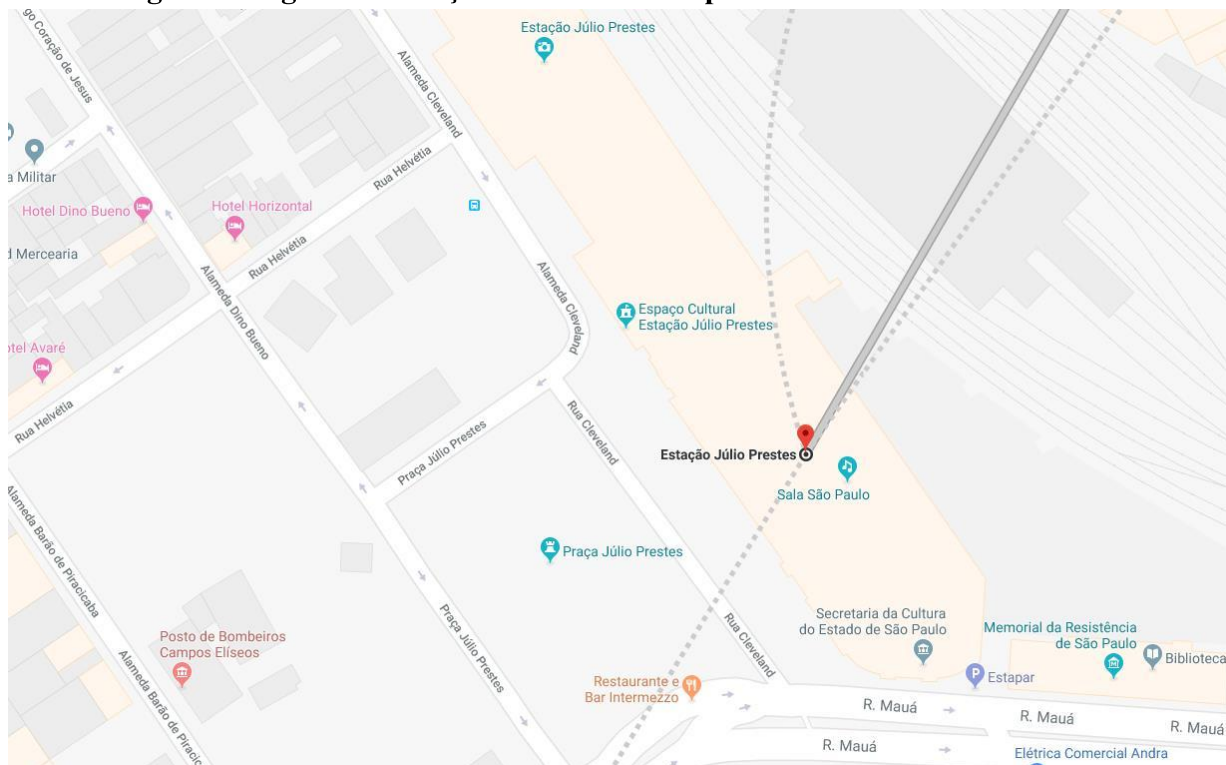
Fonte: Dados da pesquisa

Fig. 45 – Briga de mulher e homem usuário à rua do CRATOD – São Paulo/SP – 2019



Fonte: Dados da pesquisa

Fig. 46 – Região da Estação Júlio Prestes e proximidades – São Paulo/SP



Fonte: Google Maps

As figuras 43 a 45 se referem a momentos da narrativa constante no registro de campo do percurso, na região da cracolândia de São Paulo, realizado no dia 28 de janeiro de 2019, como apresentado anteriormente. Enquanto a figura 46 serviu para viabilizar ao leitor uma compreensão cartográfica do percurso narrado (vindo pela Rua Mauá). Em conclusão dessa ida à São Paulo, para conhecimento de aspectos interacionais-territoriais da sua “famigerada” cracolândia, deve-se fazer uma rápida menção à conversa com o Comandante do 13º Batalhão da Polícia Militar que abrange aquela circunscrição.

O contato com o Ten Cel PM Comandante do 13º Batalhão da PMESP e autor de pesquisa daquela área, no campo das ciências policiais, foi bastante amistoso e acolhedor. Em conversa pessoal, o oficial em questão mostrou a este pesquisador o que era feito de serviço em parceria com outros órgãos e entidades, quer de assistência social e saúde pública, quer de segurança pública (e.g. a GCM) e, principalmente, para ele mostrar algumas peculiaridades/dificuldades, enquanto estudioso do problema e comandante da área de atuação, em um período de intervenção constante, bem como no partilhar da sua tese.

Outro esforço do Olhar de Perambulação comparativo, somente de veículo, pois com o propósito bem delineado de verificar, de forma célere, os contornos e aspectos físicos da “cena de uso” próximo à rodoviária de Belo Horizonte, uma vez que essa também foi contemplada pelo Programa “Crack É Possível Vencer”, recebendo o micro-ônibus devidamente identificado. O percurso veicular se deu em uma quinta-feira, mais precisamente no dia 05 de julho de 2018, durante o dia, tendo consistido em passagens de (re)conhecimento da “cena de uso”, situada na região central de Belo Horizonte.

Abaixo, dispôs-se uma montagem fotográfica, apenas para noção do cenário, em comparação rápido-ilustrativa com a crackolândia alvo do presente estudo, que também foi contemplada pelo mesmo programa do Governo Federal, como mencionado nesta pesquisa:

Fig. 47 – Montagem imagens de 05Jul18-Qui – passagem de carro nas adjacências da “cena de uso” do crack próxima à rodoviária de Belo Horizonte



Fonte: Dados da pesquisa

Percebe-se que as imagens, componentes da montagem supra, mostram o uso do micro-ônibus do programa “Crack é possível vencer” da frota da PMMG com videomonitoramento bem posicionado, nas proximidades da “cena de uso” em questão, assim como o comportamento bastante ostensivo dos policiais militares, pelo uso dos coletes reflexivos, atuando de forma integrada (com a participação dos agentes municipais da área de assistência social – estes distribuídos nos veículos Kombi e Caminhão). Essas ações integradas são assaz relevantes à contemplação de todos os três eixos do programa em tela, “Prevenção, Cuidado e Autoridade”, com fulcro em uma política de segurança pública, conforme Brasil (2013) sinaliza, no sentido de desenvolver ações coordenadas, criando vínculos com a comunidade, na execução da polícia de proximidade.

Nesse sentido, o Olhar de Perambulação *comparativo* serviu à verificação do potencial dessa dimensão do olhar, na colheita de diferenças e similaridades de crackolândias em grandes cidades, em relação a de uma cidade de médio porte e, sobretudo ao reconhecimento de que o método da dialética dos olhares possui aplicabilidade em diferentes “cenas de uso” do crack e outras drogas, desde que observadas as necessárias adaptabilidades. Assim, o método, enquanto relevante contribuição teórica-empírica-epistêmica da presente pesquisa, mostrou-se, mais uma vez, como dialético em todo o seu processo de (re/des)construção.

Com o tensionamentos e comparações, dialeticamente, os aspectos limitadores do ato de perambular, em busca de indícios processuais, são atenuados nas probabilidades de afetação dos episódios interacionais por parte do pesquisador e da exposição deste, à medida que há um aprimoramento do seu proceder metodológico com a repetição e a observação de si mesmo enquanto fonte de olhares, e ainda, a exarcação de sínteses mais fidedignas, resultantes da complementação das demais fontes do método. É relevante mencionar que outros registros e análises do diário de campo, componentes do Olhar de Perambulação, foram visitados em outras seções específicas deste trabalho; porém, para os fins ora propostos, concluída está tal abordagem, partindo-se para explicitação da dimensão Outros Olhares.

6.2.3 Outros Olhares

Ao longo das investigações, muitos foram os documentos encontrados que, pouco a pouco, foram trazidos ao corpo da pesquisa. Por esse prisma, vários arquivos documentais, reunidos e

verificados pelo pesquisador, compuseram o desenvolvimento dos “Outros Olhares”. Contudo, esta dimensão do olhar circula quase todo o trabalho produzido, com ênfase nas linhas de contextualização da área estudada (Capítulos 2 e 3) e nas seções pertinentes às demais fontes de olhares deste Capítulo 6.

Nesse diapasão, pesquisas, documentos, vídeos e quaisquer conteúdos (sejam sonoros, escritos, audiovisuais, etc.) que não se enquadrem nas dimensões dos olhares de Perambulação ou “Olho Vivo”, podem e devem ser considerados pertencentes à presente dimensão, sendo, portanto, os Outros Olhares, uma dimensão “conglobante”²²². Em complemento a esse trabalho disperso, pretende-se, com a devida objetividade, proceder à análise de dados mais metódica e concentrada, nesta seção.

Para tanto, documentos de algumas instituições (6º BPM da PMMG, especialmente do Setor que abrange a área central e da Seção de Planejamento; antigo CREAS POP, CREAS, ADQF, antigo Projeto Território Aliança Pela Vida, e outros – principalmente da Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS; 6º Batalhão de Bombeiros Militar – 6º BBM – especificamente, a Cia de Prevenção e Vigilância – Cia PV), de outras pessoas jurídicas (Jornal Diário do Rio Doce, Hoje em dia, Folha de São Paulo, etc.), de pessoas naturais (fotos antigas de historiadores e moradores de Governador Valadares), disponíveis na Internet (vídeos no Youtube, OBID) e de outras fontes (e.g. a participação em seminário voltado para a população em situação de rua)²²³, foram alvo de busca constante.

Seguindo uma ordem cronológica da obtenção dos documentos que foram instigando o interesse do pesquisador, na área investigada, desde seu estudo piloto da região (BRAGA, 2015), destaca-se um Ofício da PMMG, em nome do então Comandante do 6º BPM, no período de início da formação da crackolândia na região da Zona Boêmia, com data de 05 de julho de 2010. Segundo esse documento, realizou-se o encaminhamento de duas mulheres que estavam

²²² Apropriação do termo utilizado por Eugenio Raúl Zaffaroni, com as adaptações devidas, tendo em vista que o jurista utiliza o adjetivo em tela com relação à “tipicidade conglobante”, para definir que não há tipicidade, quando a conduta, descrita como crime, é autorizada ou determinada pelo Estado. A esse respeito, cita-se ainda, Braga (2020, p. 98) que explica que “[...]a tipicidade conglobante decorre do princípio jurídico-filosófico da não-contradição (aristotélica definição de que uma proposição não pode ser verdadeira e falsa ao mesmo tempo) e da proibição de comportamento contraditório no direito”.

²²³ Todas essas instituições ou entidades forneceram os dados de livre e espontânea vontade para o uso sem restrições na pesquisa e apresentação desta. As solicitações dos dados e as respectivas autorizações foram digitalizadas e guardadas com o pesquisador.

em situação de rua e seriam usuárias de crack, com 31 anos de idade, vivendo na crackolândia do Centro e se prostituindo para sustentarem o vício.

No documento, conforme Braga (2015), foram pedidas providências ao Secretário Municipal de Assistência Social, no intuito de resgatar a cidadania dessas mulheres, o que demonstra um esforço de ação de resposta integrada que, segundo Santana (2011), é a melhor maneira de se fazer frente ao problema, ou seja, através do trabalho em rede intersetorial. Outro dado relevante daquela pesquisa, acerca dessas duas mulheres²²⁴, é o fato de que elas eram provenientes de outros bairros (*in casu* Carapina e Santo Antônio), localizados, relativamente, longe do Centro. Mesmo assim, abandonaram suas casas e foram viver, de forma deplorável, na crackolândia.

Com esse mesmo viés de ações integradas, foi igualmente encontrado um Ofício da PMMG destinado ao Comandante do Corpo de Bombeiros Militar (CBM), em nome do então Comandante do 6º BPM, com data de 15 de junho de 2010, solicitando apoio em Operação Policial para fiscalização de estabelecimentos que promoviam apresentações musicais ao vivo, na região da antiga zona boêmia (BRAGA, 2015). O referido ofício permite verificar que a Polícia Militar começou a procurar envolver mais os demais órgãos nas intervenções para melhoria da região, reconhecendo a multiplicidade daquele território que demanda intervenções articuladas em rede, de modo que já se encontravam nuances da tentativa de atuação na lógica dos eixos de prevenção, cuidado e autoridade, antes mesmo da existência do (ou contemplação da área pelo) programa “Crack É Possível Vencer”²²⁵.

Existem outros ofícios juntados à pesquisa, desde seu primeiro esforço, contendo informações de encaminhamentos a órgãos e entidades, com pedidos de apoio; mas os dois selecionados abarcam a representatividade dos tipos mais comuns desse viés de solicitação de articulação em rede: a) provocativo da transferência de responsabilidade do problema, de acordo com a competência legal-funcional (e.g. o destinado à Secretaria de Assistência Social); b) chamamento à intervenção conjunta, somando esforços, dentro de seus diferentes poderes-deveres (por exemplo, o enviado ao Corpo de Bombeiros Militar).

²²⁴ Os demais dados dessas mulheres foram preservados, com vistas à não exposição desnecessária do ser humano.

²²⁵ Deve-se lembrar que, conforme já tratado neste trabalho, a polícia comunitária ou de proximidade, como filosofia e estratégia organizacional, para busca de soluções de problemas em parceria entre os policiais do setor e a respectiva comunidade, é algo veementemente promovido pela PMMG, a qual é modelo nessa seara.

Esclarecendo quão relevante e louvável é a articulação em rede, não só de órgãos públicos, mas também em parcerias público-privadas que envolvam as pessoas, na procura conjunta de soluções aos problemas dos lugares, deve-se mencionar que tal perspectiva trata de um caminho que já se mostrou promissor, em outros contextos de “cenas de uso” de drogas, inclusive em outros países. Como exemplo dessa busca, com êxito incontestado, pode-se lembrar o caso de *Taunusanlage*, em Frankfurt, na Alemanha, citado nesta pesquisa, por ocasião da discussão teórica dos espaços e territórios, desenvolvida na seção 4.2.

Em seguimento aos dados do 6º BPM, verificou-se a existência do Diagnóstico de cenas de uso/tráfego de drogas, datado de 25 de fevereiro de 2015, o qual serviu para fundamentar solicitação de inclusão da área da crackolândia e de outros pontos, no programa do Governo Federal “Crack É Possível Vencer”. Dentre os lugares incluídos, por se configurarem como “cenas de uso” de crack e outras drogas, nota-se que a maior parte se encontrava na área central, com exceção de alguns pontos, nos bairros São Geraldo, Vila Mariana e Santa Terezinha.

Com fulcro nessa seleção de pontos, é importante salientar que os bairros São Geraldo e Vila Mariana estão em contato direto com a “cena de uso” estudada, que por muitos é considerada mais uma área deste primeiro bairro do que do próprio Centro da cidade. Acerca dos pontos com ligação à crackolândia em tela, Braga (2015) destaca que há um bastante próximo a esta que possui uma área degradada e, igualmente, em proximidade com diversos pontos comerciais, a saber: o “Beco do Guanabara”²²⁶.

Tal local situa-se à Rua Vereador Euzebinho Cabral esquina com Rua Caio Martins e é mais voltado para o **tráfego de pequenas porções de drogas** do que propriamente uma “cena de uso”, com “alta incidência de roubos/assaltos” (Diagnóstico de cenas de uso/tráfego de drogas – 6º BPM - 2015). (*Ibidem*, p. 119 – Grifo nosso).

Em continuidade à explicitação informativa do Diagnóstico, apresentam-se as imagens eleitas como Pontos 01 e 02 do documento em análise, destacando-se que estes se encontram dentro do território da crackolândia objeto de estudo da presente pesquisa, conforme disposto a seguir:

²²⁶ Conforme se verifica no conjunto de documentos, vídeos e percursos, os indícios reunidos apontam o “Beco Guanabara” como um dos pontos de tráfico que abastece e afeta a “cena de uso” do crack objeto deste estudo, porém, guarda características diferentes, não foi alvo de análise nesta pesquisa. Até mesmo no estudo piloto, que se voltou mais exclusivamente à caracterização territorial, considerou-se a multiplicidade de enfoque em pontos de tráfico, fora da região investigada, uma fonte de derivação com potencial de inviabilização da pesquisa, servindo somente para vislumbre de como o território em questão pode ser (e, de fato, é) afetado por outros territórios que o contatam (ou melhor ainda, com ele interagem).

Fig. 48 - Imagens dos Pontos 01 e 02 – com endereço e justificativa cf. Diagnóstico cenas de uso/tráfego de drogas do 6º BPM - 2015

Ponto 01: Rua José Luiz Nogueira com Rua Afonso Pena - Centro

Referência:

Justificativa do local: ponto de tráfico e uso de drogas e rota de assaltantes

Imagens do local:



Ponto 02: Rua Vereador Euzebinho Cabral com Rua Bárbara Heliodora - Centro

Referência:

Justificativa do local: ponto de tráfico e uso de drogas e rota de assaltantes

Imagens do local:



Fonte: Adaptado do Diagnóstico de cenas de uso/tráfego de drogas – 6º BPM - 2015

Na figura acima, foram marcados com setas, aspectos relevantes às dimensões interacionais à contextualização tópico-diacrônica. Nesse sentido, notam-se, nas imagens: locais bastante frequentados pelos usuários (ainda que pelo horário, não tenham aparecido em todos os pontos), tais como o “corner” da “Polil Tinta”, a fachada antiga da Clínica do Hospital Bom Samaritano com muro contíguo ao “Lote vago”, este e, à sua frente, os “Depósitos”; a presença de usuários e insumos materiais (e.g. colchão, papelão, etc.) nas imagens do Ponto 02 (região do “Lote vago” e “Depósitos”).

Deve-se notar, ainda, que os pontos 01 e 02, que estão dentro do convencionado “Quadrilátero” da crackolândia objeto deste estudo, foram apontados pelo Diagnóstico de cenas de uso/tráfego de drogas como os dois mais prioritários de intervenção, por constituírem “ponto de tráfico e uso de drogas e rota de assaltantes”. Deve-se frisar que o dado documental ora analisado contém

argumentos estatísticos (relativos ao intervalo de anos 2012-2014) que embasaram sua ordem de seleção de pontos.

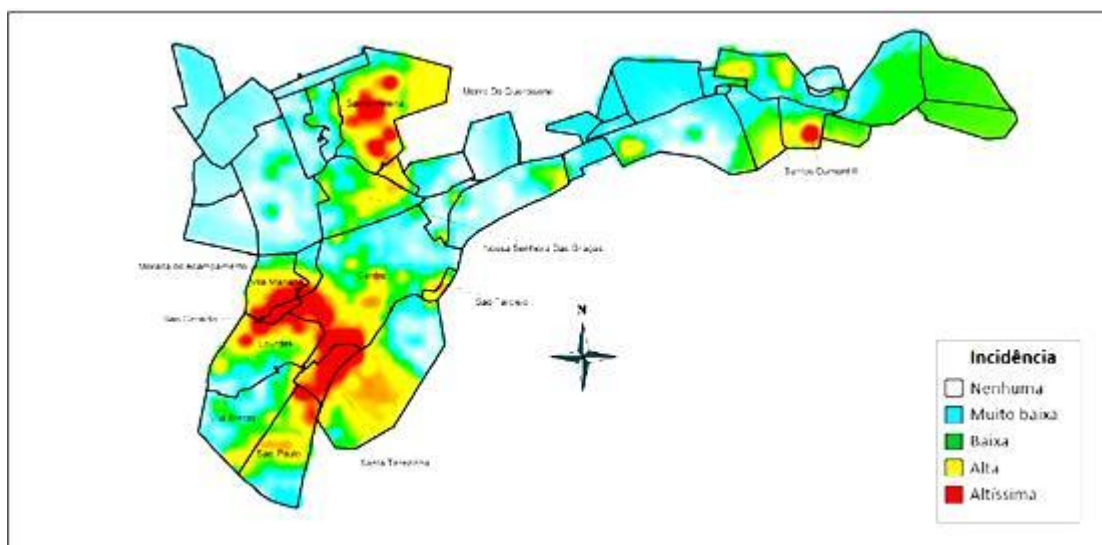
Todavia, na perspectiva qualitativa da presente pesquisa, ainda que as “visões de cima”²²⁷ não correspondessem à movimentação e dinâmicas da região estudada, esta continuaria relevante à sua pesquisa interacional-territorial, posto que as articulações teórico-empíricas das idas a campo demonstram o dinamismo complexo daquela “cena de uso” do crack e outras drogas, razão pela qual permaneceria demandante de olhares comunicacionais e humanos de pesquisadores.

Nesse pensar, como ensina Massey (2008), os mapas não equivalem ao espaço geográfico que representam; porém, irrefutavelmente, eles representam algo desse e, por essa mesma razão, conforme já mencionado, a referida autora destaca que não se pode tomar *a priori* que todas as “visões do alto” sejam problemáticas. Além disso, a dialética dos olhares se propõe a ser um método includente-conjugador (e não excludente-dispersor) das diferentes formas de ver os observáveis.

Prosseguindo nessa explicitação, é oportuno o vislumbre dos Mapas de Kernel do documento em análise, diagnosticando a evolução do consumo e do tráfico de drogas (da cocaína e de subprodutos desta: *in casu* crack e merla), dentro do período de 36 meses, no município de Governador Valadares. Desse modo, expôs-se, primeiramente, o mapa pertinente ao consumo das substâncias mencionadas:

²²⁷ Longe de querer diminuir o valor das informações quantitativas do Diagnóstico em tela, até porque elas foram entrecruzadas com as experiências e vivências dos policiais militares e de outros profissionais que, diariamente, prestam serviço àquela comunidade, tentando articular respostas em rede aos problemas do respectivo setor de policiamento, a afirmação aqui feita volta-se para duas questões: primeiramente, que ao objeto teórico-empírico-epistêmico da presente pesquisa, mais importa as questões qualitativas pertinentes às lógicas processuais-interacionais do território em estudo; em segundo lugar que, diante de tantas filmagens e verificações *in loco* do pulsante dinamismo dos usuários naquela “cena de uso” do crack e outras, em caso de não haver correspondência estatística com incidências altas no mapa de consumo e tráfico na região, provavelmente, o erro estaria na “porta de entrada” da atuação, pois certamente haveria “cifras negras” / infrações não relatadas à polícia, para tal resultado em contraste com a realidade ali verificada. Essa assertiva é tão verdadeira que, mesmo com as limitações dos dados estatísticos que só alcançam aquilo que, formalmente, teve atuação e registro decorrente, observam-se nitidamente, nos mapas do diagnóstico em epígrafe, as “zonas vermelhas” concentradas na área estudada.

Fig. 49 – Mapa do Consumo de drogas – área do 6º BPM na cidade de Governador Valadares – 2012-2014



Fonte: Armazém de Dados (REDS – PMMG e PCMG)

Com base na imagem acima, observa-se o maior *cluster*²²⁸ de incidência “altíssima” (em vermelho, cf. legenda) no consumo de drogas, situado na área da “cena de uso” pesquisada – abrangendo-a em sua totalidade - e de sua circunvizinhança (bairros Lourdes, São Geraldo e Vila Mariana). Na mesma linha de raciocínio, pode-se incluir a incidência alta como também predominante, posto que todo o entorno do núcleo vermelho está cercado pela maior “mancha” amarela.

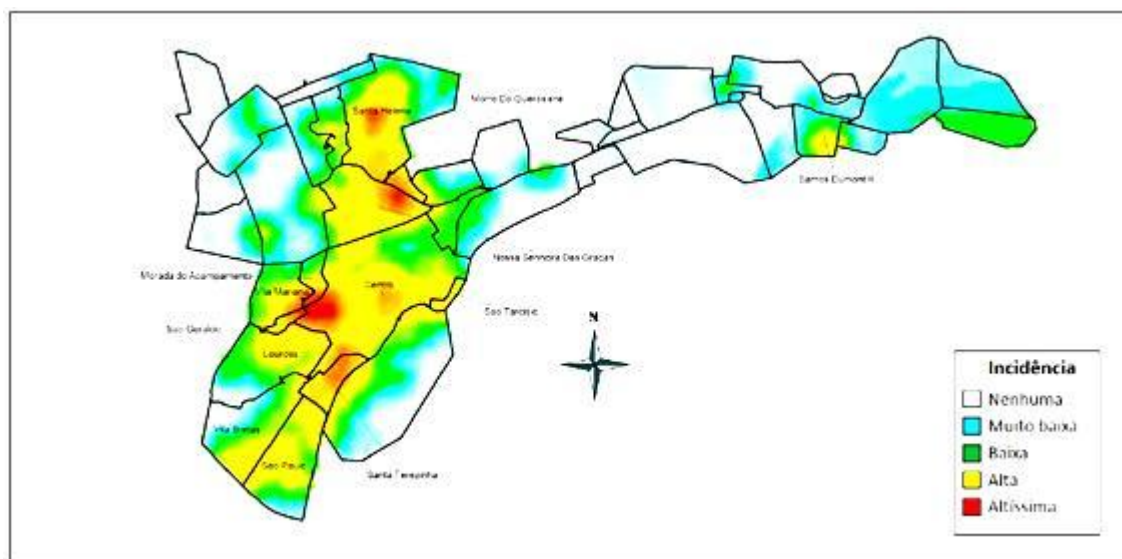
Ainda nesse intuito analítico, salienta-se que o Mapa de Kernel, acima apresentado, foi elaborado em referência a um período de 36 meses (anos de 2012-2014), pelo que se pode afirmar que a concentração das incidências altíssima e alta do consumo de drogas na crackolândia objeto deste estudo, desenvolveu-se, ao longo desses três anos, tornando o dado mais relevante quanto à sua validade, em relação a um considerável lapso temporal.

Em observância da abordagem mercadológica do tema drogas, já mencionada neste trabalho, deve-se pensar nos dois “polos” envolvidos – o da oferta e o da demanda, ou em outras palavras, o do fornecimento e o do consumo –, procedeu-se à análise do tráfico de drogas na área do 6º BPM, dentro de Governador Valadares. Destarte, a fim de verificar a condição em que se

²²⁸ De acordo com Goldstein (2003), ao tratar do que pode ser definido como um problema no policiamento comunitário, a expressão se refere a um grupo de duas ou mais ocorrências (*cluster* de incidentes) que são similares, em um ou mais aspectos (procedimentos, localização, pessoas e tempo), que provoca danos e, portanto, é uma preocupação para a polícia e, sobretudo para a comunidade.

encontrava a região da “cena de uso” do crack e outras drogas e o seu entorno, em termos da oferta/fornecimento das substâncias em questão (cocaína, crack e merla), quando vislumbrada a necessidade do diagnóstico em análise.

Fig. 50 – Mapa do Tráfico de drogas – área do 6º BPM na cidade de Governador Valadares – 2012-2014



Fonte: Armazém de Dados (REDS – PMMG e PCMG)

Percebeu-se que, na região da área investigada e sua circunvizinhança, concentravam-se as maiores incidências altíssima e alta, de modo que a primeira ficou ainda mais evidente na crackolândia propriamente dita e nos seus respectivos vizinhos mais carentes, a saber: bairros São Geraldo e Vila Mariana. Sob a ótica mercadológica, aliada à abordagem territorial-comunicacional, é possível abstrair que, das múltiplas redes estabelecidas naquele território, enquanto dispositivo interacional-midiático, há reunião de aspectos materiais, sobretudo o fornecimento das drogas levadas em consideração (cocaína, crack e merla) nas proximidades, teriam marcado esse momento inicial de consolidação da crackolândia próxima ao Mercado Municipal.

É igualmente importante destacar que os mapas expostos, quando somados com a leitura de registros de ocorrências que também se incluem na dimensão de Outros Olhares e com a análise de filmagens provenientes do olhar “Olho Vivo”, fornecem indícios de que a proximidade com os bairros periféricos mencionados, que possuem pontos de venda de droga para abastecimento de forma mais imediata os usuários, contribui para a manutenção da “cena de uso” naquele espaço.

modalidades criminais (por exemplo, nos roubos em que se verificou uma uniformidade de “mancha” verde e amarela), trabalhadas por Braga (2015), sob o viés exclusivo da análise territorial-material. Em outro sentido, dados mais atuais estatísticos foram verificados e, principalmente, o lançamento de olhares atuais, com idas a campo por meio dos olhares de Perambulação e “Olho Vivo”, em objetação com esta dimensão dos Outros Olhares que apontam para uma descontinuidade desse desenho que parece se irromper.

Nesse sentido, verificou-se que o desenvolvimento de passagens de drogas por traficantes que se transvestem de usuários, como pontuado no olhar “Olho Vivo”, complementando este com Outros Olhares dispostos naquela seção, por meio da colação de informações provenientes nos boletins de ocorrências e o *êxodo* para a “cena de uso” da Praça da Estação, assim como para outros pontos fora do convencionado “Quadrilátero”, trouxe modificações substanciais. Embora não seja o objetivo deste estudo uma cronologia/atualização estatística, ou outra proposta quantitativa, mas apenas vislumbrar lançamentos de “Outros Olhares” sobre o território da crackolândia, torna-se relevante mencionar o aumento da incidência dos roubos no Centro de Governador Valadares, com base no conteúdo do “Plano Operacional nº 01/2017 – 6º BPM”, que estabeleceu o “Plano de Intervenção na Área Central de Governador Valadares”.

O Centro de Governador Valadares é o **principal local de concentração dos crimes de roubo na cidade**. Deve-se evitar o “lugar-comum” de se justificar a concentração de crimes contra o patrimônio na área central única e exclusivamente em razão da atividade comercial e econômica que ali se desenvolve. **Certamente existem outros elementos** estruturais que contribuem para essa concentração de delitos. (MINAS GERAIS, 2017, p. 6 – Grifo nosso).

Longe de querer realizar análises e inferências sobre fenômeno tão complexo e extra ao objeto desta pesquisa, que foi o aumento no delito de roubo naquele ano, mas como uma oportunidade de se vislumbrar a observação relevante do referido plano, que vai de encontro ao reducionismo simplista de que a maior disponibilidade do alvo da ação justificaria “única e exclusivamente” a concentração “mancha” vermelha da incidência. Ou seja, não se pode dizer que a maior atividade comercial e econômica, por si só, defina a maior quantidade de roubos no local, até porque, se assim o fosse, o Centro de Londres, com um aparato bancário colossal e uma realidade assaz cosmopolita de receber pessoas turismos vários, especialmente o de negócios, teria cifras drásticas, o que não corresponde à realidade.

Mutatis mutandis os números de tráfico de drogas não são aptos a explicar sozinhos as interações e permanência do “fluxo” de uma dada “cena de uso” do crack e outras drogas. Obviamente, que é inegável a dupla-afetação, porquanto, por uma silogística simplista, sem o tráfico, não haveria o uso (e vice-versa), assim como sem o bem material disponível (mercadorias e valores armazenados ou em circulação) não haveria sua subtração mediante violência / grave ameaça, portanto, não havendo roubo.

Porém, seria utópica a ideia de uma sociedade sem crime e sem uso de drogas (sejam lícitas ou ilícitas, conforme formal definição pelo poder público). Por esse raciocínio, reconhece-se que, com a proposta do presente estudo, mais se está interessado nas interações e em suas lógicas, olhando “de perto” e “em confrontação” os processos operantes e interagentes, do que na procura de um *causalismo* ou de números parametrizadores do seu “enquadramento”. Nesse sentido, apesar de uma visão acertada quanto à negação de uma análise reducionista, em um primeiro momento, nota-se que, com relação à discussão da teoria ecológica (ou da desorganização social), o plano traz uma aceitação desta sem objetá-la no contraste entre o material e o simbólico:

A fim de se tornar possível o **resgate desse “controle informal”**, torna-se indispensável que **intervenções ambientais** passem a integrar **os portfólios de ações de combate e prevenção da criminalidade**. A **manutenção dos espaços públicos organizados e limpos** passa a ser objetivo de **segurança pública**, pois o próprio **ambiente revitalizado** seria capaz de **desestimular** um eventual infrator que circule pelo local. (*Ibidem*, p. 7 – Grifo nosso).

É claro que há intervenções ambientais que são aptas a ajudar a responder não só aos roubos, mas às infrações penais diversas que ocorrem na região central, como por exemplo, nesta pesquisa, verificou-se que, em algumas vias, o estacionamento de caminhões viabiliza “pontos cegos” plenos ao sistema de videomonitoramento, de modo que a ocorrência de delitos (inclusive os graves, como o homicídio), nesses pontos, deixariam a vigilância fragilizada. Logo, é sugerível, ao poder público municipal, a proibição de, em dadas partes da via, que se estacionem veículos pesados, para os fins preventivo-criminais.

Por outro lado, a crença de que a “limpeza” e “organização” do ambiente seria suficiente à potencialização do “controle”, sendo “capaz de desestimular” infratores, não se tem garantia disso. De fato, o ambiente, mais desorganizado e com lixo acumulado, serve ao homizio de objetos ilícitos e instrumentos de delitos variados (arma de fogo, droga, etc.). Entretanto, há

outros fatores de caráter comportamental (no caso do roubo, vítimas mais distraídas à aproximação de pessoas estranhas) e simbólico-subjetivo (internamente ao infrator, como o significado de conseguir lograr êxito de uma atividade criminosa com maior repercussão; ou mesmo, informações reunidas sobre a pessoa ou estabelecimento que será alvo da ação) que estão além do condicionamento somente material.

O próprio documento reconhece tais questões, quando fala do “controle informal”, bem como no momento em que, além de incluir, nos planos de ação, fala da importância do envolvimento dos fiscais de posturas municipais e demais atores sociais, componentes do Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGIM), utilizando-se, inclusive, da estrutura deste, “para as discussões e formulações das políticas públicas de segurança que se fizerem necessárias” (MINAS GERAIS, 2017, p. 5). Dessa maneira, vê-se que não há um viés higienista de tal proposta, uma vez que se quer incluir todos os atores envolvidos, para verificarem o que precisa ser feito, mas há uma ênfase nos aspectos materiais do território.

Essa reflexão tem fundamento no fato de que o plano em tela abrange sugestão de intervenções conjuntas de melhoria (poda de árvores, reparos na iluminação pública, limpeza urbana, etc.), em ambientes da área central que, frequentemente, são apropriados por pessoas em situação de rua e usuários de drogas. A relação dos principais lugares identificados é composta dos seguintes pontos: “**Interações do Mercado Municipal**, do Hospital Regional e da Rodoviária, além das **Praças** dos Pioneiros e da **Estação Ferroviária**” (*Ibidem*, p. 11 – grifo nosso). Observa-se que o documento de 2017 colocava como prioridade da segurança pública, no Centro de Governador Valadares, a área de estudo desta pesquisa, buscando um esforço conjunto para que a política de segurança pública incluía outras dimensões de interface (e.g. saúde, assistência social e afins). Ademais, vê-se que é citado, por último, a Praça da Estação Ferroviária (região que mais reuniu filmagens no ano seguinte ao plano – 2018).

Deve-se pontuar que as constatações, ainda que mais voltadas ao viés material, no primeiro momento, o documento aponta o diagnóstico do grave problema, trazendo áreas degradadas e abandonadas, assim como pessoas em situação de rua e usuários, em condições de desamparo estatal, bem como aqueles que se envolvem com delitos e infrações diversas, demandantes de diferentes respostas do Poder Público. Assim, por sua força de conclave a um esforço sinérgico do GGIM, a ênfase em uma polícia comunitária identificadora de problemas e solucionadora

destes, assim como o acompanhamento sistemático dos indicadores enquanto diagnóstico dos pontos a melhoria de entrega, deve-se mencionar que nos anos seguintes, a redução criminal fora uma constante na área em estudo e no Estado de Minas Gerais²²⁹.

Com fulcro na demonstração das várias medidas promovidas pelo Comandante do Setor Centro, que se relacionam direta ou indiretamente com a área em estudo, montou-se o Quadro abaixo, com dados extraídos do “Diário de intervenções conjuntas na Área Central”, em que o oficial em questão descreve os eventos de aplicação prática da estratégia definida no “Plano de Intervenção na Área Central”, recém-analisado nesta seção:

**Quadro 7 – Eventos correlatos do “Diário de intervenções conjuntas na Área Central”
em ordem decrescente - 2017**

10/10/2017 - Operação conjunta com a Vigilância Sanitária para apreensão de óculos. Os camelôs se revoltaram e iniciaram um protesto, inclusive ateando fogo a uma barraca, ocasionando interdição de via. Em seguida, se deslocaram para protestar em frente a Prefeitura Municipal. Tentaram interditar a via, mas não foram autorizados.

06/10/2017 - Grande operação da Fiscalização de Posturas. Foram abordados dezenas de vendedores ambulantes, sendo apreendidos os excessos das barracas. A Operação contou com três equipes da PMMG e vários fiscais, causando grande impacto na região central.

29/09/2017 - Grande operação conjunta contra a receptação de celulares na Região do Mercado Municipal. Foram apreendidos mais de 200 celulares em três lojas de reconhecidos receptadores. Oito pessoas foram presas. Uma pistola calibre 380 foi apreendida, bem como R\$ 10.205,00 reais em dinheiro.

19/09/2017 - Operação com a Vigilância Sanitária resultou na fiscalização de dezenas de barracas de camelôs no centro da cidade. Foram apreendidos óculos que eram comercializados de forma irregular.

17/08/2017 - Operação policial resultou na apreensão de mais um trenzinho da alegria.

08/08/2017 - Operação com a Assistência Social, Fiscalização de Posturas e Limpeza Urbana. Foram retiradas as pessoas em situação de rua de vários locais: Praça do Shopping, Praça dos Pioneiros; Estádio do Democrata; Praça da Estação; Barraca na Sete de Setembro próximo à Peçanha; Antiga Rua 50, próximo ao Mercado. Duas pessoas solicitaram passagens para a Cidade de Teófilo Otoni.

03/08/2017 - Operação com a Assistência Social, Fiscalização de Posturas e Limpeza Urbana. Foram retiradas as pessoas em situação de rua de vários locais: Praça dos Pioneiros; Estádio do Democrata; Praça da Estação; Barraca na Sete de Setembro próximo à Peçanha; Antiga Rua 50, próximo ao Mercado. Duas pessoas foram encaminhadas para atendimento e outras duas solicitaram passagens para sair de Valadares.

01/08/2017 - Operação com a fiscalização de posturas. Foram apreendidas centenas de DVD e carrinhos utilizados para o comércio das mídias.

²²⁹ Apesar de não ser tema desta pesquisa, diante da informação passada sobre o aumento, no contexto do plano mencionado, por questão ética, entendeu o pesquisador, como necessário, este apontamento, principalmente, em razão da diminuição considerável do efetivo e outros desafios com que os Comandos, nos diversos níveis, têm lidado, exigindo-lhes, de forma cada vez mais frequente e intensa, a inventividade, o “espírito de sacrifício” e a cooperação mútua com outros órgãos e entidades, na solução dos problemas de defesa social.

01/08/2017 - Operação com a Assistência Social, Fiscalização de Posturas e Limpeza Urbana. Foram retiradas as pessoas em situação de rua de vários locais: Praça dos Pioneiros; Estádio do Democrata; Praça da Estação; Barraca na Sete de Setembro próximo à Peçanha; Antiga Rua 50, próximo ao Mercado. O lixo recolhido demandou dois caminhões. Cinco pessoas pediram passagens para retornar às cidades de origem, o que seria providenciado pela Assistência Social ainda naquela data.

31/07/2017 - Operação com a Assistência Social, Fiscalização de Posturas e Limpeza Urbana. Foram retiradas as pessoas em situação de rua da área anexa ao Estádio do Democrata. O lixo acumulado por aquelas pessoas foi recolhido em caminhão e a área foi completamente limpa. As pessoas que aceitaram tratamento foram encaminhadas ao CAPS pela Assistência Social.

27/07/2017 – Operação com os fiscais de postura na Praça da Estação. Foi Interditado o Hotel Minas, maior problema do local, que fomentava o tráfico e a prostituição. Nessa mesma oportunidade foram fiscalizados outros dois hotéis, Redentor e Bel Vic, mas nada de irregular foi constatado pelos fiscais. Durante a operação, prendemos o principal traficante da Praça da Estação.

26/07/2017 – Operação com os fiscais de postura na área Central. Foram apreendidas mais de 5 mil mídias de DVD, em cinco pontos distintos do Centro da Cidade.

06/07/2017 – Operação com fiscais de postura na área Central resultou em apreensão de milhares de mídias de DVD e barracas irregulares. Na Região do Mercado Municipal, os agentes apreenderam parte de uma banca que estava com excesso de mercadoria.

27/06/2017 – Operação com a Vigilância Sanitária abordou um local de distribuição de remédios. Havia notícias de que poderia estar ocorrendo Tráfico de Drogas no local. Não se contactou o tráfico, mas diversas irregularidades por parte da Vigilância, que notificou o proprietário.

21/06/2017 – Operação com os fiscais de postura na Área Central apreendeu milhares de mídias de DVD que eram vendidas em diferentes pontos. Foram recolhidos ainda vários carrinhos. Na região do Mercado Municipal foi apreendido um carrinho de frutas, o que gerou grande repercussão na cidade.

06/04/2017 – Operação policial na “Feirinha” da Praça dos Pioneiros resultou na apreensão de um Trenzinho da Alegria, o que espantou diversos carros similares que rodavam de forma irregular pelo Centro da Cidade.

Fonte: Dados do “Diário de intervenções conjuntas na Área Central” do Comandante do Setor Centro.

Vale salientar que, no Quadro acima, extra às estratégias tradicionais de polícia, pelas quais houve prisão de indivíduos, apreensão de droga, armas, etc., destacam-se as atuações de polícia comunitária / solução de problemas, por meio de operações integradas com a assistência social, vigilância sanitária, fiscais de postura e afins, resultando em encaminhamentos para além daquela ação ou operação conjunta. Por exemplo, encaminhamento de usuários ao Centro de Atendimento Psicossocial – Álcool e Drogas (CAPS-AD), a compra de passagens para retorno ao ambiente familiar e o recolhimento do lixo acumulado / limpeza dos lugares em que as pessoas em situação de rua permanecem, que são medidas de resgate de dignidade e lançamento de um olhar humano na atuação estatal.

É importante observar que o propósito dessa reflexão se volta a destacar o esforço relevante de se elaborar, em conjunto, as respostas a problemas relativos à área central da cidade, com repetidas ações comunitárias voltadas às pessoas em situação de rua e usuárias de drogas. Por

outro lado, não se defende aqui uma superioridade das táticas não tradicionais de polícia, em detrimento das tradicionais, até porque, conforme a emergência e gravidade da chamada policial, não é conveniente, tampouco seguro, o envolvimento de outros atores e da própria comunidade, naquele momento de repressão imediata.

Nesse contexto, torna-se válido citar o fato trágico de um homicídio iniciado na região da crackolândia, objeto deste estudo, e consumando nas proximidades do “Beco do Guanabara”, em 1º de novembro de 2017, cf. REDS 2017-032990138-002 (BO 50255641 – Homicídio Consumado). Além do REDS em questão, foi alvo da dimensão Outros Olhares, um vídeo produzido pela PM, em que o autor confessa o crime e a motivação deste. A mídia possui 2min12seg de duração e, de acordo com o autor, em razão de a vítima ter-lhe furtado “camisinhas” (preservativos masculinos), ele (autor) pegou uma barra de ferro semelhante a um facão e bateu violentamente contra o pescoço da vítima (homem, 41 anos), a qual correu sentido ao “Beco do Guanabara”, caindo desfalecida próximo deste.

O vídeo mostra a frieza do autor, preso pela PM, em falar, demasiadamente calmo e com detalhes, sobre como retirou a vida do outro usuário, por causa de um motivo tão fútil. Apesar de ser uma interação bastante infeliz, o REDS e o vídeo, pertinentes a esse fato, possibilitou relembrar dos riscos pessoais do Olhar de Perambulação, sobretudo para pesquisadores que não trabalham na área de segurança pública e podem demorar mais para detectar o início de um conflito violento, com potencial revés ao observador. Além disso, nota-se os respectivos circuitos de evasão da “cena de uso”, contraditoriamente, no sentido ao local mais configurado como ponto de venda de drogas. Talvez isso tenha ocorrido, pois na ocasião, o autor era também usuário de drogas.

No seguimento analítico dos Outros Olhares, vale explicar que foram verificados documentos do Corpo de Bombeiros Militar, mais precisamente da Cia de Prevenção e Vistorias (Cia PV) do 6º BBM, acerca das intervenções realizadas no Mercado Municipal. Cópia digital da planta do projeto de prevenção de incêndio e outras formas de ler aquele espaço, que é a maior edificação na região estudada, permitiram, novamente, notar que os mapas, enquanto “visões de cima”, servem aos seus propósitos representativos (medidas de área/perímetro; cálculos de saídas de emergência, hidrantes, afins). De maneira análoga, as atas das reuniões, ocorrências e autuações, para os atores participantes, envolvem pactuações de ajustes de conduta,

responsabilizações jurídicas do descumprimento flagrante e/ou futuro (descumprimento de acordos) e outras afins.

Contudo, para este pesquisador, verifica-se ali, numa perspectiva interacional-midiática, a exteriorização (através de documentos, entrecruzadas com imagens e matérias jornalísticas) de um conflito ou de uma coexistência fractalizada, entre as camadas das cidades “regulada/planejada” e “vigiada”, com a cidade dos “lojistas do mercado” (e não a dos usuários/“crackeiros”, como na proposição analítica da seção 6.3, podendo se inferir, nesse contexto, uma quarta cidade). De um lado, a regulação que demanda questões de defesa civil e ambientais afetas à prevenção de incêndios e acidentes, cujo descumprimento provoca medidas administrativas que podem chegar até a interdição do estabelecimento; de outro, a voz não uníssona dos lojistas daquele imenso centro comercial, ajustando-se ou sofrendo as consequências da inobservância, com reações individuais e coletivas variadas²³⁰.

Dentre os vários documentos relevantes que estão sendo analisados na pesquisa, destaca-se a cartilha/livreto “A rua conta sua história”, desenvolvida como um projeto integrante da disciplina de “Estágio Supervisionado Obrigatório III” do curso de Serviço Social da UNOPAR – Universidade Norte do Paraná, que teve “como finalidade contar histórias de vida de alguns usuários atendidos CREAS POP – Centro de Referência Especializado na População de Rua do município de Governador Valadares” (CREAS POP, 2017, p. 1)²³¹. Salienta-se que muitos dos entrevistados se assumiram como usuário ou ex-usuário de crack, na condição de atendidos pela “rede”, além de profissionais da área falarem das dificuldades, desafios e conquistas, em sua missão de acolhimento.

²³⁰ Ao longo dos anos do estudo, houve idas e vindas desses episódios, que constam em documentos e em matérias. Não obstante oscilaram os momentos dos ânimos mais aflorados com as exigências de cumprimento das regras necessárias, atenuando parte dos problemas estruturais do local. Há retornos sistêmicos à demanda de correção das irregularidades, quanto às normas de prevenção de incêndios e a fins. A exemplo disso, tem-se a matéria de março de 2020, disponível em: <https://www.valadares.mg.gov.br/detalhe-da-materia/info/prefeitura-reune-lojistas-do-mercado-para-a-dequacoes-as-normas-de-prevencao-e-combate-a-incendio/87458>. Acesso: 04 dez. 2020.

²³¹ Trecho de um dos depoimentos contidos nessa cartilha foi apresentado como epígrafe deste Capítulo 6. O documento é de uma grande riqueza e foi bastante relevante para a pesquisa e, mesmo sem possuir data de sua edição/impressão, sabe-se que esta ocorreu em 2017, cruzando informações recebidas das técnicas do então CREAS POP (atual Centro Pop), e a publicação no sítio eletrônico da prefeitura municipal, cf.: <https://www.valadares.mg.gov.br/detalhe-da-materia/info/centro-pop-livro-mostra-a-realidade-das-pessoas-em-situacao-de-rua/73773>.

Com o intuito de realizar um breve retrospecto das principais falas, interligando-as por tópicos, quando necessário, iniciamos com a fala da Coordenadora do então CREAS POP (atual Centro Pop), na época, a senhora Maria Gorette Coelho:

A implantação do CREAS Pop- Centro de Referência Especializado em População de Rua iniciou-se através de discussão no CMAS- Conselho Municipal de Assistência Social onde verificou-se a necessidade deste serviço no município, uma vez que o mesmo era ofertado pelo CREAS- Centro de Referência de Assistência Social, que além de trabalhar com violência intra familiar atendia também a população em situação de rua. Neste momento entendeu-se que como o recurso advindo do MDS- Ministério do Desenvolvimento e Combate a Fome era pouco, o município não teria como gerir sozinho o programa, e, diante disto, foi pensado na parceria entre prefeitura municipal e ADQF- Associação de Dependentes Químicos e Familiares, para que desta forma houvesse condições de arcar com todas as despesas como aluguel, pagamento da equipe e taxas diversas, dentre outras. Vale ressaltar que neste momento a orientação da Irmã Cristina, coordenadora nacional da Pastoral de Rua foi de fundamental importância para a articulação da implantação do serviço. (COELHO, 2017, p. 2).

Percebe-se que, de acordo com a então coordenadora do Centro de Referência em questão, o trabalho articulado em rede com a ADQF, era, além de uma necessidade operacional-funcional, uma exigência econômico-material, porquanto os recursos municipais advindos do Governo Federal eram insuficientes às demandas da população em situação de rua. Ademais, já no início de seus trabalhos, em 2011, observa-se que havia uma quantidade de problemas desse grupo populacional, relacionado ao abuso de substâncias psicoativas, o que possibilitou a parceria com a ADQF. É importante mencionar que, nessa época, a rede viabilizava não só um controle, mas a produção de relatórios integrados que, infelizmente, não mais foram produzidos com o fim da parceria²³².

²³² Conforme as informações de resposta às solicitações documentais desta pesquisa, o trabalho, desenvolvido pela ADQF, quanto ao território estudado, nos projetos “Unidade de Abordagem Social - Território Aliança pela Vida e CREAS POP”, no primeiro projeto, foi realizado nos anos 2013 e 2014, encerrando em abril de 2015, cujos relatórios já haviam sido disponibilizados na ocasião da investigação piloto (pesquisa de mestrado) e, posteriormente, não houve outros relatórios. Já no segundo, nos anos de 2011 a 2016, sendo parte dos relatórios disponibilizados através da Coordenação do Centro Pop. Todavia, no contato com este Centro, o pesquisador foi reencaaminhado à procura da ADQF e do CREAS, que havia assumido a pasta ligada à abordagem social. Embora houve boa vontade no atendimento e fornecimento das informações reunidas, tais como “rotas do serviço”, atendimentos individuais (com preservação dos dados pessoais), houve uma perda dos relatórios que tinham além dos dados sumarizados das quantidades de atendimento e problemas, informações textuais sobre atividades em grupo, instruídas com fotos dos eventos, e outras fontes de investigação qualitativa, de modo que na opinião deste pesquisador, houve uma perda informativa. Deve-se esclarecer que toda rede foi sempre solícita, no apoio à pesquisa, desde à autorização de acesso aos dados por parte do Secretário Municipal de Assistência Social, até na explicação da disposição dos serviços e fornecimento informativo na “ponta da linha”, como por exemplo, a Cartilha/Livreto ora analisado, que foi doada a este pesquisador pela então coordenadora da abordagem social do CREAS.

Em continuidade a sua fala, a então coordenadora, após contextualizar questões afetas aos apoios recebidos para mobiliário, aluguel do espaço de referência e afins, esclareceu que, em prol de um melhor entendimento, contactou previamente os vizinhos do imóvel, para explicá-lhes sobre o que seria implantando ali, de como seria o serviço e, quando foi realizada a capacitação da equipe, aqueles foram convidados e se sentaram juntos desta (COELHO, 2017). Outra ponderação muito relevante feita pela interlocutora foi quanto ao protagonismo dado aos assistidos, em ajudarem a elaborar o termo de convivência e outros aspectos, conforme disposto abaixo:

[...]Concretizando a chegada dos **usuários**, **sentamos juntos para se criar o Termo de Convivência**, as **oficinas**, as **regras**; **aprendi que eles são muito duros na hora de construir as regras**, mas eles mesmos **quebram estas** regras, por isso a importância de ser tudo **documentado**. (COELHO, 2017, p. 3 – Grifo nosso).

É interessante a explicação de que os usuários são “muito duros”, na proposição das regras, mas, mais transigentes em “quebrá-las”, motivo pelo qual é relevante documentar toda a construção conjunta. Desse modo, nota-se que o fornecimento de protagonismo ao usuário, não necessariamente, indica que ele cumprirá as determinações daquela “camada” regulada e planejada; porém, a documentação de que ele fez parte do processo, aparentemente, é um trunfo argumentativo à atividade coordenação.

Nessa perspectiva, verifica-se a luta por um protagonismo, nas narrativas dos usuários, de modo que pode ensejar mentiras, sonhos e realizações, que misturam ficção e realidade na fluência do discurso, o que demanda do educador social uma escuta qualificada. A esse respeito, apresentam-se abaixo, trechos das falas dos educadores sociais Juscélia do Carmo, Jorge Vieira e Marcio Ferreira dos Santos:

O **trabalho** é um pouco **cansativo**, tem que ter um **jogo de cintura**, um **psicológico equilibrado** pra você trabalhar porque é um **público difícil**. [...] São pessoas que vivem na mesma situação, **moram na rua**, mas tem **histórias diferentes**. São **diferentes formas e motivos** que os levam a ir morar na rua, uns por causa da **dependência química**, outros por **conflito familiar**, enfim, é uma visão diferente que tenho deles hoje. (CARMO, 2017, p.6-7 – grifo nosso).

Sou **educador social**, faço a **ficha**, o **cadastro** deles e **encaminho para a Assistente Social** para ser feita **uma escuta qualificada**. Há **reunião semanal** onde são **explicadas** todas as **normas da casa** e **durante o dia** isso vai **sendo reforçado**. É muito engrandecedor esse trabalho [...] (VIEIRA, 2017, p.8-9 – grifo nosso).

A partir do comento que me deparei com várias vidas aqui, eu reparei que tem muita gente que chora a dificuldade, e a dificuldade deles não passa nem perto das de muitos aqui. Aprendemos a pesar na balança, e como **educador social** Às vezes até **acompanhar um pouco mais**, porque **eles chegam e contam muitas histórias, mesmo que algumas não sejam reais**, mas é **onde começa o vínculo**, onde eles **aprendem a respeitar o serviço**, respeitar o trabalho e a respeitar **até a gente** mesmo. [...] tento às vezes até colaborar de forma com o **diálogo** pra ver se conseguimos **reduzir os danos de cada usuário**, tanto de **bebida alcoólica e outras drogas**, porque de certa forma eles precisam de uma pessoa pra conversar e sempre quando conversam comigo sobre alguma coisa, cria-se um vínculo, [...].

A **função do educador não é só ficar na portaria**, é isso que enxergo, às vezes **uma informação que a Assistente Social não colheu**, não conseguiu colher porque a pessoa de certa forma é resistente ao conversar, às vezes **na naturalidade ele solta com o educador social** e assim **o educador pode estar contribuindo**. (SANTOS, 2017, p.10 – grifo nosso).

O enxergar o ser humano, o diálogo como algo que afeta, positivamente, à redução de danos para aqueles usuários, além disso, nota-se a busca de ser parte e sentir-se incluído, como algo tão comum nas pessoas, que até mesmo na fala dos educadores sociais, verifica-se a necessidade de esclarecer que fazem “uma escuta qualificada” e que “o educador pode estar contribuindo”. A sensação de pertencimento, de estar contribuindo com algo maior, na mesma lógica do sentido de território / sentimento de pertença acerca das identidades coletivas de que fala Zambrano (2001), relaciona-se com a busca pelo reconhecimento que os usuários também buscam.

Dessa forma, as histórias contadas, como bem pontuou o educador social Santos (2017), “mesmo que algumas não sejam reais”, oportunizam a criação e fortalecimento de vínculos, por meio do diálogo. Acima do ser parte, narrativas vislumbram sinais de uma “luta” pelo protagonismo, ainda que momentâneo, em suas histórias (às vezes, de caracteres *transficcionalis*²³³), superando a condição de “invisível”, ou mesmo de mero coadjuvante. Nessa percepção, dispuseram-se, abaixo, as falas dos usuários F.R.D.S (24 anos) e C.S.D.S. (53 anos)²³⁴:

[...] Eu estava no albergue (abrigo) aí **me mandaram vim pra cá**, aí eu vim, **mas aqui não é do meu “naipe” não**, tô aqui pra passar hora mesmo, mas vim atrás do serviço, fiquei sabendo que aqui pra baixo tem bastante negócio de roça, aí eu vim, **mas não gosto de ficar na “muvuca” assim, não, não é meu tipo não**, você já percebeu que gosto de ficar na minha, sou na minha, lá no albergue não lá dentro, **lá**

²³³ Apropriação adaptativa da adjetivação utilizada por Fabrício Silveira, em seu livro “Gigante Figura”, para designar os atravessamentos entre ficção e realidade, no percurso narrativo, feito pelo autor, a respeito da trajetória do personagem Ugo Battista.

²³⁴ As falas dos usuários constantes na cartilha em análise, enquanto fontes orais de pessoas identificadas somente pela idade e iniciais de seus nomes, serão da mesma forma referenciadas nesta pesquisa, esclarecendo que integram o rico acervo das memórias compartilhadas em “A rua conta a sua história” (CREAS POP, 2017).

fora, tá assim de mulher querendo andar comigo, eu não quero, não sou de andar com qualquer um não, **sou “entojado”, eu tô assim hoje (vestimenta) porque eu quero**, porque eu não gosto de ficar assim não, **o povo fica falando que sou boy, não é boy, gosto de andar arrumado, gosto dos meus tênis de marca, tenho vários** de marca entendeu? As meninas do lado de fora do albergue (abrigo) fica interessada em mim, tá cheio de mulher, mas tô tranquilo de mulher, vim atrás de mulher, vim atrás de trabalho, **eu não sou morador de rua, eu não tenho cara de morador de rua tenho? Não tenho mesmo**, é a primeira vez que tô ficando assim... [...] Eu nunca fiquei nesse lugar, albergue (abrigo) nunca precisei disso, eu tenho cara que fica aí? Eu não tenho né, você já percebeu né, já percebeu que eu ando arrumado no meio do povo né, você já percebeu né, fico na minha entendeu, **sou faixa preta e tenho o dedo mole (sabe usar arma de fogo), mas sou na minha; pode puxar meus documentos, não tenho ficha nenhuma**, entendeu, **meu pai mecânico, meu tio é vereador** da cidade, pode puxar lá, **meu pai tá usando droga** não vou mentir pra você não, tem casa, duas casas, tem dinheiro a juros, tem carro do bom e do melhor entendeu; **minha tia é enfermeira**, tira raio x do joelho, minha irmã é enfermeira, meu irmão trabalha na padaria e eu **sou mecânico** do carro e moto **e sou vaqueiro**, tiro leite, **mas não tenho vício nenhum**, entendeu.[...] (F.R.D.S, 2017, p.16-17 – grifo nosso).

Morei quinze anos na rua [...] Nesses quinze anos que fiquei vagando, tentando me encontrar comigo mesmo, e **me envolvi com as drogas, com o álcool, tive preso**, e as coisas foram ficando cada vez mais difícil, **não tive apoio principalmente da família**, com isso a família distancia, se afasta da gente. Eu estava doente, e com isso adoecia a família; até cair a ficha, acordar pra realidade demora um tempo. Foram experiências negativas e também positivas. Até então estava fora e retornei para Valadares, praticamente dois anos de retorno, e nesse retorno tive oportunidade de ser **eleito pelos moradores de rua, como representante** dos moradores de rua por um período de sete meses. Desde o dia sete de dezembro do ano passado (2015) **me desliguei por motivo de doença, tive que abandonar o cargo**, às vezes as pessoas perguntam por que abandonei o cargo, tava passando muito mal, desmaiando, perdendo peso, não tava me alimentando, fui aconselhado a me afastar do cargo pelo próprio médico, estava com Diabetes, a até então não sabia.

O cargo me deu oportunidades de **conhecer pessoas de outro nível**, promotor, juiz, desembargador, advogados, delegados, sempre estavam **em reuniões com eles**, e isso **ia me ajudando a enxergar o outro lado da minha vida que eu não via, dentro da minha própria história**. Dentro desse período que eu abandonei, afastei do movimento, a minha saúde melhorou, as coisas começaram a andar de outro forma, **hoje me vejo assim, de outro forma, hoje estou junto com a minha família**, resgatando, porque **não resgatei tudo ainda, porque não é fácil, cada passo é uma conquista e isso aí demora tempo**, não é da noite pro dia, eu também tenho que requerer a confiança deles, to vivendo com minha irmã, estou junto com ela, hoje **seria um pecado eu falar que estou em situação de rua**, hoje eu tenho um teto, um lugar pra tomar banho, me alimentar. A minha vida em si está ótima em vista do que era e a tendência é melhorar com o decorrer do tempo. (C.S.D.S, 2017, p.7-8 – grifo nosso).

Notam-se as diferenças de vanglórias nas respectivas falas de si, enquanto o primeiro diminui os colegas assistidos e o lugar que o socorre, caracterizando-o como não do seu “naipe”, o segundo se orgulha de ter sido eleito como representante pelos demais “moradores de rua”. Da mesma forma, F.R.D.S., talvez por ser mais novo, desenvolve um discurso mais voltado ao protagonismo, como se fosse visto como “playboy”, “mulherengo” e “faixa preta”, incluindo

até atributos de envolvimento criminal, quando diz ser “dedo mole”²³⁵, ainda que se contradizendo, logo em seguida, ao afirmar que não possui antecedentes criminais (“pode puxar meus documentos, não tenho ficha nenhuma”), já C.S.D.S., provavelmente, por ser mais maduro, sentiu-se importante por fazer parte de algo que considerou maior do que ele, que era representar aqueles que o elegeram, nas reuniões e eventos.

Obviamente, há momentos em que C.S.D.S. exagera em sua humildade, o que acaba por internalizar a existência de uma “casta superior” de profissionais e/ou autoridades, com os quais o “cargo” lhe deu o privilégio de reunir. Todavia, ressalvada essa questão, as pontuações dele denotam maturidade ao mencionar, sem nenhum orgulho, o fato de já ter sido preso e o seu “resgate” do álcool e demais drogas como um processo lento, no qual “cada passo é uma conquista”. Em outro sentido, F.R.D.S. afirmou, categoricamente, não possuir nenhum vício, falando que seu genitor estaria “usando drogas”, em seguida, citando as profissões de seus parentes (pai mecânico, tio vereador, tia e irmã enfermeiras) e dizendo saber exercer a profissão de seu pai (mecânico), assim como também ser vaqueiro.

Em razão de o material ser muito rico nas possibilidades de exploração discursiva, sob o risco de derivação da abordagem, escolheram-se apenas mais dois troncos para os tópicos de fala a serem explicitados, a saber: a) o medo, o preconceito e a transformação da percepção em razão da convivência; b) a personificação do crack *versus* a presença da religiosidade / deidade. Destarte, foram selecionados alguns trechos das narrativas dos profissionais de assistência social e dos usuários, em que tais troncos temáticos aparecem na retórica, iniciando com o primeiro tópico.

Nesse diapasão, apresenta-se a fala de dois educadores sociais e de uma ex-usuária de crack, envolvendo experiências vivenciadas, que permitem refletir sobre medo, desconhecimento, preconceito e transformações:

Antigamente quando passava na rua que eu **via um morador de rua**, anteriormente chamado de mendigo, eu **tinha medo de me aproximar**, achava que se passasse perto deles podiam me oferecer algum tipo de risco, hoje não. **Por conhecê-los tenho confiança neles. O CREAS Pop me fez crescer como ser humano** e ver a vida de outra forma. (CARMO, 2017, p.7 – grifo nosso)

²³⁵ Embora a pessoa que tenha feito a redação da fonte oral, interpretou a expressão como um saber manusear da arma de fogo, a interpretação mais frequente é de quem “atira” / “mata” facilmente (se provocado), semelhante a um “pavio curto”, porém, a falta de paciência mais voltada à solução de conflitos pelo uso da arma de fogo.

A partir do CREAS Pop **a sociedade começou a olhar a população de rua com outros olhos**, sem tanto **preconceito, medo do diferente**.

[...] hoje **vejo** morador de rua **com outros olhos, sem preconceito!** Todos aqueles que quiserem conhecer o Centro de Referência venham e terão possibilidade de conhecer o que é um morador de em situação de rua. (VIEIRA, 2017, p.8-9 – grifo nosso)

Tenho 37 Anos de idade, 20 anos que moro na rua, 10 anos que sou portadora do vírus HIV; **larguei o crack há um ano e quatro meses**. Tive **uma pessoa que me infectou** que se **dizia ser meu marido**, tive um ex que **me espancava**, mas **hoje tenho uma pessoa que cuida de mim**, que gosta de mim do jeito que sou, hoje me sinto uma pessoa realizada porque tenho o **apoio dos meus filhos** e uma **neta linda** de dois aninhos.

Em **todos os dias batalho contra o vício e contra o vírus também**. Passei a ter respeito dos meus familiares, reconquistei o carinho do meu irmão. Sou uma pessoa que **creio em Deus**, sou amiga, sou companheira, mas sou muito difícil também. Mas quando eu me apego e amo, mudo pela felicidade de duas pessoas. **Já fui muito humilhada, já sofri muitos preconceitos** diretos e indiretos (choro), mas hoje (choro) me sinto forte e segura e pronta pra enfrentar qualquer batalha, além de ser amiga, sou sentimental, sou as vezes ignorante, mais o mais bonito em mim é o amor pelo próximo.

Espero que **todos que leiam essa pauta possam refletir e se tornar pessoas melhores como eu me tornei**. Muito Obrigada. (J.B.A, 2017, p. 3-4 – grifo nosso).

Vê-se que a aproximação, com as pessoas em situação de rua, fez os profissionais de assistência social entendê-los melhor e não mais enxergar o “risco” de lidar com aquelas por generalizações, o que os tornou melhores acolhedores. Observa-se ainda, que a narrativa da ex-usuária é muito impactante, em razão de ter superado tudo aquilo que sofrera. Como estava sem usar drogas e (re)integrada em seus laços afetivos/ familiares, provavelmente, ela não deve ter inventado nenhuma parte das crueldades sofridas e, no máximo, pode haver hipérboles, decorrentes do lembrar uma experiência cercada de tanto sofrimento físico e mental.

Com tamanha história de superação de problemas e tragédias, certamente, o desejo conclusivo da fala de J.B.A. será sempre atendido, no sentido de que todos que a leiam, reflitam e se tornem pessoas melhores como esta se tornou. Por outro lado, mesmo valorizando e reconhecendo bastante o apoio de sua família (cônjuge, irmão, filhos e neta), a “personificação do crack” é marcante, em alguns pontos da narrativa, por exemplo, na expressão “larguei o crack há um ano e quatro meses”, prosseguida do retome consciente de que a “batalha contra o vício” (“e contra o vírus também”) é diária, mencionando ser “uma pessoa que crê em Deus”. Logo, torna-se oportuno iniciar o segundo tópico discursivo proposto.

Nesse diapasão, o fenômeno da “personificação do crack”, visitado e tensionado nesta pesquisa, tanto em uma perspectiva teórica (ALBUQUERQUE, 2010; MEDEIROS, 2010; MARRA,

2017; e outros), por meio do qual tende a se colocar o crack como uma pessoa e usuário como um objeto ou um autômato (“*zombie*”), é repercutido nas falsas (*vide* Capítulo 3) ideias de droga “picada do vampiro” (que viciaria na primeira dose). Entretanto, as questões e vulnerabilidades conjunturais, dentre as quais estão a situação de rua e as próprias peculiaridades da droga, normalmente, permanecem impactando a vida do usuário, o que torna assaz difícil sua “luta” contra a droga. Em face disso, como forma de contraponto a essa “droga demoníaca” e inspiração a reunir forças diariamente, nota-se uma presença veemente da religião e da deidade nos discursos de como vencer o crack.

Outros exemplos de histórias que narram trajetórias de vida com a presença do crack, por vezes, com uma participação relativamente personificada do crack, que surgiu na vida como uma companhia para suportar as aflições, ou que fez o/a usuário(a) perder “oportunidades” e “jogar a vida fora”. Dentro desse contexto, reproduziram-se, abaixo, trechos das falas de F.F. (24 anos) e J.M.S (38 anos).

Eu **me envolvi com crack nos meus 22 anos** de idade. **Meu marido ficou com minha amiga na minha cama**; passou **porra na minha boca**, me deu **facãozada na cabeça**. Eu arrumava a casa, quando a casa tava limpinha, ele me chamava a amante pra dentro de casa, chamava ela pra dormir e me batia pra sair de dentro de casa. Todo dia de manhã ele ia me buscar na casa da minha amiga, ele **me ameaçava muito**, ele não me deixava sair de casa; **ai ele pegou e foi preso, foi ai que consegui sair dele**. **Mesmo** ele **preso**, ele **mandava recado**, que quando saísse ia me bater, ia me matar; **ai fiquei revoltada e vim pra rua**. Conheci um rapaz que trabalhava num circo e fui embora com ele, chegou lá também não dei muito certo, eu voltei pra cá; **ai agora eu conheci meu esposo**, que é o D, eu **to parando de usar o crack**, já **vai fazer uma semana que não uso crack**, e eu tenho uma experiência de vida muito sofrida. (F.F., 2017, p.9 – grifo nosso).

Fui para Bahia, fiquei trabalhando lá três anos, fui **mandado embora porque o patrão descobriu que eu tinha vício de cocaína**. Depois desse emprego tive **várias oportunidades e joguei tudo fora**, no final do dia **me afundava nas drogas**, ao invés de abraçar as oportunidades que tive na vida, joguei fora por causa da **dependência química, das drogas, do crack, da cocaína, eu ainda uso, nunca deixei de trabalhar não, graças a Deus**. Hoje trabalho **vendendo picolé**, sorvete numa empresa aqui em Valadares. Minha vida é corrida **graças a Deus, não pego nada de ninguém, to morando no abrigo**. Cheguei em Valadares 22 de Março de 2013. Quando quero alguma coisa eu luto, corro atrás, eu consigo. **Faz três semanas que não uso nada, peço a Deus pra não me deixar cair em tentação**, eu **não quero mais fazer minha mãe sofrer** (J.M.S., 2017, p.19 – grifo nosso).

Na fala de F.F., nota-se que ela sofreu violência física, psíquica e sexual, que ela parece apontar como fatores que a conduziram ao uso do crack e à situação de rua, bem como coloca a frase de parar o consumo da droga no gerúndio (“to parando de usar o crack”), o que, aparentemente, demonstra uma fragilidade na segurança do abandono do vício nesse momento inicial. Por outro

lado, J.M.S. que, embora fale que há três semanas, não usa “nada” e está morando no abrigo, articula o tempo presente para se considerar ainda na “dependência química”, ao dizer “eu ainda uso”.

A última narrativa apresenta como finalização, preocupações religiosa e familiar, mais especificamente, um pedido a “Deus” para não o deixar “cair em tentação”, com o intuito de não querer mais fazer sua “mãe sofrer”. A religião e a deidade aparecem como requisitos, até mesmo na fala da então Coordenadora Maria Gorette Coelho, quando ela explica que “Deus sempre encaminha as pessoas certas” e que o/a profissional tem de “ser cristã”, para servir na missão do Centro de Referência Especializado em População de Rua:

Deus sempre encaminha as pessoas certas e ele mesmo dá um jeitinho de capacitá-los. A primeira equipe a trabalhar no CREAS Pop era formada por Natália (Psicóloga), Eunice e Amanda (Assistentes sociais), Wesley (Enfermeiro) e Fernando Barbosa (Coordenador da Pastoral da Sobriedade).

[...]

O equipamento é um serviço de apoio, guarda de documentos, referência de endereço e espaço de convivência; as regras de funcionamento são discutidas todas as segundas férias junto com os usuários e equipe. O programa **CREAS Pop só dá certo trabalhando lado a lado com os usuários. Tem técnicos que são excelentes em outros serviços, mas no CREAS Pop a pessoa tem que ser cristã, pegar a sua técnica e a misericórdia do seu coração**, o dia que isso se perder você **não vai deixar de ser uma boa técnica, mas não serve para este serviço. Se o profissional não acreditar mais na transformação não adianta**, os usuários vão ver isso nos seus olhos, você tem que acreditar no serviço para transformação deles. (COELHO, 2017, p. 2-3).

Por esse prisma, convém citar o livro do “pastor” e “ex-usuário”, Rogério Maia, cuja capa traz a imagem de um indivíduo literalmente “queimando a pedra” (fumando o crack) sobre uma “latinha” de alumínio, com o título (“Crack”) e subtítulo (“Como se livrar desta droga”) escritos em caixa alta. A personificação do crack e o antídoto desta, por meio da atuação divina, encontram-se no discurso de parcela significativa do livro que, em essência, tenta mostrar que a recuperação/libertação do vício é possível através de Deus.

O autor em comento versa sobre três passos básicos, para lograr êxito, nesse propósito: primeiro, reconhecer-se como dependente químico; segundo, compreender que não se sairá dessa situação sozinho; terceiro, que “o importante da sua vida, é buscar o auxílio de Deus” (MAIA, 2015, p. 19). Além disso, Maia (2015) aponta-se como um “exemplo vivo” de que é possível vencer o crack por esse caminho:

Eu sou um exemplo de superação, fé e confiança na Palavra de Deus. Ex-usuário de drogas, cheguei a dormir embaixo de marquises e calçadas, junto a mendigos. Hoje, sou pastor evangélico, escritor e autor de cinco livros, casado e pai de duas filhas. Viajo pelo Brasil pregando e ensinando a Palavra de Deus. (MAIA, 2015, p. 55 – grifo nosso).

Longe de querer criticar qualquer lógica quanto à fé ter um papel relevante, no árduo processo de abandono das drogas, dentre as quais, o crack, com suas singularidades já analisadas neste estudo, abarca complexidades dificultadoras, mas, muito pelo contrário disso, pois é um meio de se crer que na possibilidade de o ser humano vencer a substância psicoativa, a reunião das falas, nesse sentido, teve outro condão. Além de buscar indícios da forma de ver o mundo dos atores sociais envolvidos, propôs-se a um tensionamento desses Outros Olhares (como de quaisquer outras fontes de ver da pesquisa), na perspectiva dialética de compreender as interações, demonstrando que, assim como a valorização da religião, como apoio no tratamento, pode ser algo salutar, também pode ser problematizante.

Desse modo, se o condicionamento daquela se der, na condição de “único meio” para a “libertação”, de tal sorte que, por esse raciocínio, o indivíduo ateu nunca conseguiria se recuperar, certamente, não será um bom método, pela lógica includente necessária à acolhida. Em outro viés, o raciocínio de acreditar na transformação do ser humano, como algo relevante tanto quanto a técnica que envolve o serviço de acolhimento, como mencionado por Coelho (2017), é uma assertiva em que se visualiza mais temperança e mediania.

Outras iniciativas diversas, nesse sentido de dar voz ao usuário de crack, podem ser vistas na internet (e.g. “SP Invisível”²³⁶), até mesmo no nível local, como é o caso dos vídeos no *YouTube* referentes à Campanha do programa Valadares na TV “Todos contra o crack” que ensejou a publicação de um vídeo, em 30 de abril de 2012²³⁷ e, de outro, em 17 de junho de 2012²³⁸.

²³⁶ “O **SP Invisível** é um movimento de conscientização das pessoas através de histórias de pessoas em situação de rua da cidade de São Paulo. Queremos humanizar as pessoas para que elas possam enxergar com as lentes do amor e ver no que todo mundo diz que é invisível, o João, a Maria, o José e suas histórias”. Disponível em: <https://spinvisivel.org/> Acesso em: 06 abr. 2018.

²³⁷ Vídeo de 3min44seg, programa “Valadares na TV”, campanha “Todos contra o crack”, matéria publicada em 30 de abril de 2012. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=JQqvGjF0FDQ&feature=youtu.be>. Acesso em: 08 out. 2017.

²³⁸ Vídeo de 3min51seg, programa “Valadares na TV”, campanha “Todos contra o crack”, matéria publicada em 17 de junho de 2012. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=ZyN8T1gOHEQ&feature=youtu.be>. Acesso em: 08 out. 2017.

Posteriormente, há um vídeo do apresentador do referido programa (“Hércules Dias”) orando e conversando com os usuários, o qual foi publicado em 29 de dezembro de 2012²³⁹.

Características de “personificação” da droga e de busca da deidade são percebidas, em todos os três vídeos. Os dois primeiros vídeos foram gravados no mesmo dia (30 de abril de 2012), mas publicados em datas diferentes. No primeiro, há entrevista de uma mulher, que fala ser usuária de crack e dependente química desta droga, explicando que quer “largar”, porém, é muito difícil, deixando recado para as pessoas não entrarem no crack, pois é “um caminho sem volta”. O vídeo é encerrado quando o apresentador ia iniciar entrevista com outra usuária.

O segundo vídeo consiste na entrevista da mulher que apareceu no final do primeiro, cuja narrativa toma rumo semelhante à primeira gravação, mas, com a diferença em focar a fala na condição de mãe da entrevistada, explorando mais esse lado emocional-familiar. No início de tal vídeo, publicado apenas em 17 de junho de 2012, começou com uma imagem do “Pico da Ibituruna” ao fundo e uma mensagem, escrita em caixa alta e fonte vermelha, ocupando parte considerável da tela, com os dizeres “ACORDA VALADARES O CRACK ESTA DESTRUINDO FAMILIAS VEJA O DEPOIMENTO DESTA MÃE!”.

O último vídeo, publicado em 29 de dezembro de 2012, começa com a imagem, ao fundo, do apresentador do programa em questão (“Hércules Dias”) e alguns usuários, de mãos dadas, orando e conversando, em frente ao muro da Clínica do Hospital Samaritano, na região do “Lote vago”. À frente, aparecem os seguintes dizeres, em caixa alta e fonte branca: “JESUS CRISTO CHEGOU NA CRACOLÂNDIA DE GOV. VALADARES NESTE NATAL!”. Durante a oração, é possível ver algumas garrafas PET de refrigerante e uma caixa de isopor (provavelmente, contendo salgado, ou outro alimento, que deve ter sido servido com os refrigerantes).

Após esse momento litúrgico, o apresentador entrevistou um usuário que, ao contar sua experiência com o crack, mencionando as perdas que a droga lhe trouxe e apresentando uma narrativa bastante condizente com o fenômeno da personificação (“[...] o óleo, você fumou ali a primeira vez, acabou [...] quando não fumo mais a pedra, me bate uma depressão danada”),

²³⁹ Vídeo de 3min52seg, na região do “lote vago”, em frente ao muro da clínica, publicado em 29 de dezembro de 2012. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=ZyN8T1gOHEQ&feature=youtu.be>. Acesso em: 08 out. 2017.

deu conselhos para ninguém “entrar para essa vida”. Durante a entrevista, ouvia-se uma música gospel de trilha sonora. Não obstante os vídeos serem de 2012, portanto, fora da delimitação temporal deste estudo, pela oportunidade de confrontação com outras fontes da presente dimensão da dialética dos olhares, foram vistos e analisados pelo pesquisador.

Ainda integra essa dimensão “Outros Olhares”, a análise da formação histórica do bairro Centro, da cidade de Governador Valadares/MG, a partir da articulação das falas de três colaboradores²⁴⁰ cuja informação oral foi concedida pelos senhores MR, AC e ZC aos pesquisadores, Cristiane Caldas Diniz Teixeira e Tiago Farias Braga, em agosto de 2014, encontrando-se disposta no Acervo do Observatório Interdisciplinar do Território/Univale. Não obstante tenha sido permitida a divulgação dos nomes, conforme o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE), pertinente ao trabalho, devidamente assinado à época, na presente pesquisa, assim como no artigo publicado, denominaram-se os colaboradores apenas com suas iniciais, a fim de resguardá-los.

Em publicação de artigo em coautoria (GENOVEZ, TEIXEIRA e BRAGA, 2019), os avanços e levantamentos de dados da investigação, base do referido trabalho, foram demasiadamente além do conteúdo publicado, de modo que aqueles colaboraram bastante para a reunião de indícios do processo/percurso histórico da área em que se situa crackolândia em estudo. A título ilustrativo, apresentaram-se trechos de entrevistas realizadas no âmbito do trabalho que conduziu à produção de Genovez, Teixeira e Braga (2019) e falam sobre a região em estudo nas décadas de 1950, 1960 e 1970.

Em meio às entrevistas, referentes ao trabalho de levantamento da formação histórica do Centro de Governador Valadares, também visitado em outros momentos desta investigação, constatou-se a dinâmica pulsante da região do Mercado Municipal e sua circunvizinhança. Por esse prisma, os autores em questão, acerca das falas do Sr. ZC, cujas memórias sobre a área central em análise se voltavam para a década de 1970, versam que:

[...]ao bairro **o destaque** continua sendo o **comércio** e a **proximidade com a Zona Boêmia**, denominado pelo Sr. ZC de **rua de prostituição**, conhecida como *Torresmo*. A **violência** local e o **Capitão Pedro** marcaram suas lembranças. Um tempo

²⁴⁰ “[...]cada um dos colaboradores chegou à cidade num tempo diferente, o Sr. MR chegou em 1933, o Sr. AC em 1964 e o Sr. ZC em 1973. Juntos eles completam o recorte temporal pretendido [...], entre as décadas de 1920-30 até a década de 1970, ou seja, da formação ao início do período de estagnação”. (GENOVEZ, TEIXEIRA e BRAGA, 2019, p. 44).

perpassado pelo **progresso** que **remodelou o espaço**, com o surgimento de casas boas, **redimensionando os arredores do Mercado Municipal**. (GENOVEZ, TEIXEIRA e BRAGA, 2019, p. 57 – grifo nosso).

Em uma perspectiva complementar, colacionamos trechos da entrevista do Sr. ZC, que contextualizam o lugar de fala da reflexão feita no artigo ora abordado, com comentários sobre a região estudada, na presente e naquela pesquisa, conforme dispostos abaixo:

[...] e o mercadão sempre foi aquele movimento, um entra outro sai, vende, compra, era uma atração, era um ponto turístico nosso aqui, era o Mercado Municipal. (ZC)²⁴¹
 [...] Antes do bairro... ah aqui tinha as casas de comercio e tal. Aqui nesse setor por perto tinha uma rua de prostituição que chamava o torresmo (risos). Daí o progresso foi chegando e acabou com isso tudo. Começaram a edificar casas boas etc. No Mercado também tinha ruas por lá com um bando de mulheres de vida livre - como se chamava naquele tempo -, dava muito movimento e tal. Mas a violência sempre teve em todos os cantos. Aqui também tinha um pouco, não era muito fácil. Mas tinha o famoso, o legendário Capitão Pedro Ferreira. Ele já era coronel nessa época e desvendou isso tudo; descobriu esses crimes e conseguiu trazer muita paz pra região (ZC)²⁴²

Nota-se, pelos relatos do Sr. ZC que, mesmo a menção ao “Torresmo” ou às “mulheres de vida livre”, podendo inferir certa carga de separação através da adjetivação negativa, não teve conotação rotuladora do lugar, tampouco das pessoas, posto que o entrevistado inclusive riu, de forma amistosa (e não jocosa), na conclusão de sua fala. No mesmo tom, percebe-se que o Sr. ZC demonstra um carinho com aquela área, sobretudo com o Mercado Municipal, a ponto de afetuosamente, alcunhá-lo de “Mercadão”, assim como considerá-lo “uma atração”, “um ponto turístico nosso aqui”.

Ademais, a fala do entrevistado acerca do dinamismo vivo do Mercado Municipal, ao dizer que “o mercadão sempre foi aquele movimento, um entra, outro sai, vende, compra”, também foram considerados quanto à movimentação da Zona Boêmia: que “dava muito movimento e tal”. Destarte, esse espaço de comércio pulsante, que estende seus movimentos ao seu entorno, sem dúvida, representava para o entrevistado um lugar, ao invés de um não-lugar.

No mesmo sentido, alguns relatos, por parte do Sr. AC, deram conta de que a Zona Boêmia de Governador Valadares teria sido “uma das mais famosas do Estado.[...] era muita mulher,

²⁴¹ Informação oral concedida pelo senhor ZC aos pesquisadores Cristiane Caldas Diniz Teixeira e Tiago Farias Braga, em agosto de 2014. Acervo: Observatório Interdisciplinar do Território/Univale.

²⁴² Idem.

muito dinheiro, na época tinha aqui muito dinheiro, com o dinheiro da mica, madeira, boi. Era uma cidade próspera[...]. Vinha muito forasteiro. Era ponto estratégico.” (AC).²⁴³ Esse entrevistado inclui a Zona Boêmia com um papel na prosperidade da cidade de Governador Valadares. Claro que menciona esta, outrossim, como um ponto estratégico, de modo que seria atrativa a pessoas de fora, que poderiam ter interesses escusos ao espírito de urbanidade local; porém, em relação à “casa das mulheres”, a fala do Sr. AC denota um condão de reconhecimento da função social contributiva, nesse contexto de crescimento econômico.

Além disso, o entrevistado observa que dois carros alegóricos da Zona Boêmia saiam “para competir com os três clubes daqui, o Minas, o Ilusão e o Garfo. [...] na avenida, desfilando ali.” (AC).²⁴⁴ Nessa linha de pensamento, verifica-se o contraste e o tensionamento à rotulação e estigmatização do lugar que, ainda que por vezes sua memória não tenha sido registrada, o Mercado Municipal e suas adjacências persistem. (ESPÍNDOLA, 1999; SANTOS, 2000; BRAGA, 2015; GENOVEZ, TEIXEIRA e BRAGA, 2019).

Ainda em uma perspectiva múltiplo-dinâmica dos Outros Olhares, em um viés mais atual de problematização da área, sabe-se que a caracterização de “territorialidade itinerante” torna as crackolândias, enquanto “fluxos”, algo bastante difícil de se observar. Nesse sentido, Bianca Chizzolini, ao ser provocada quanto às intervenções do poder público na região da crackolândia, para além de seus objetivos próprios, produzirem deslocamento desta territorialidade, observou: “Quando os usuários de crack se deslocam, todo um conjunto de coisas, objetos, dinâmicas e relações que eles compartilham os acompanham” (CHIZZOLINI, 2017).

Deve-se observar que, no que tange ao contexto de fala, a autora em questão fez tal asserção, oito meses após a intervenção da prefeitura e, ao contrário do que havia afirmado o, à época, prefeito João Dória, “a crackolândia nada parecia ter acabado” (*Ibidem*). Nesse contexto, além das matérias, vídeos e coberturas da área estudada, na proposta de uma dimensão comparativa dos Outros Olhares, foram acompanhadas informações da maior “cena de uso” do crack e outras drogas de São Paulo, sobretudo as matérias publicadas pela Folha de São Paulo.

²⁴³ Informação oral concedida pelo senhor AC aos pesquisadores Cristiane Caldas Diniz Teixeira e Tiago Farias Braga, em agosto de 2014. Acervo: Observatório Interdisciplinar do Território/Univale.

²⁴⁴ Idem.

Essa fonte jornalística foi bastante apropriada, como se viu em várias matérias relacionadas à cocaína e seus derivados (principalmente, o crack) vislumbradas ao longo da presente pesquisa. A cobertura da Folha de São Paulo dos episódios ocorridos, nos primeiros dias e meses após a ação policial do dia 21 de maio de 2017, que teria prendido traficantes e expulsado o “fluxo” com o deslocamento deste para Praça Princesa Isabel²⁴⁵ – nesse ínterim, a “diáspora” para cerca de vinte e três pontos²⁴⁶, as “faxinas” do local, as críticas à intervenção e apoio²⁴⁷ ou rebate a essas por outros jornais, bem como pesquisas de opinião quanto à concordância com a internação compulsória dos usuários de crack²⁴⁸ –, até o retorno para o ponto antigo, em 21 de junho de 2017, foi intensa.

Contudo, depois do retorno do “fluxo” ao ponto antigo, o assunto passou a ser abordado apenas esporadicamente, pelo jornal em questão, normalmente, quando ocorria algum episódio de maior repercussão. Deve-se esclarecer que não só a Folha de São Paulo, mas outros jornais de alcance nacional e até mesmo os locais, as (re)visitas às “cenas de uso” do crack e outras drogas são motivadas por fatos que “gerem notícia”. Apesar de entender a necessidade comercial-empresarial dos jornais, há dois prejuízos sociais com as idas e vindas não persistentes às crackolândias de um modo geral.

Primeiramente, é que, pelos movimentos de obliteração por meio dos quais já se tentam “passar de largo” por aquele ambiente em que há diversos problemas públicos, o jornalismo deveria ser uma constante fonte de pressão, para o poder público e a sociedade, enxergarem suas

²⁴⁵ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/paywall/login.shtml?https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/05/1887193-nova-cracolandia-de-sao-paulo-tem-oferta-de-crack-a-r-4-e-lojas-fechadas.shtml>. Acesso em: 25 mai. 2017.

²⁴⁶ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/paywall/login.shtml?https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/05/1887552-antiga-cracolandia-agora-se-espalha-por-23-pontos-do-minhocao-a-paulista.shtml?cmpid=newsfolha>. Acesso em: 26 mai. 2017.

²⁴⁷ Nesse diapasão, matéria da *BBC Brasil*, através da entrevista de uma psicóloga, mencionava ser hipocrisia a crítica da ação policial desconhecendo a realidade da crackolândia. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/brasil-40067399?ocid=wsportuguese.chat-apps.in-app-msg.whatsapp.trial.link1_.auin. Acesso em: 25 jun. 2017.

²⁴⁸ *Vide*: <https://www1.folha.uol.com.br/paywall/login.shtml?https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/06/1889949-quatro-em-cada-cinco-em-sp-defendem-internacao-a-forca-de-usuarios-de-crack.shtml>. Importante observar que a lei específica, sobre a internação involuntária de dependentes químicos, com os requisitos específicos de pedido familiar ou por parte “servidor público da área de saúde, de assistência social ou de órgãos públicos integrantes do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (Sisnad)”, somente foi promulgada em 2019 (Lei 13.840/2019). Para mais informações, sugere-se a leitura da matéria da Agência Câmara de Notícias. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/559425-lei-que-permite-internacao-involuntaria-de-dependentes-quimicos-e-sancionada/>. Acesso em: 23 jun. 2019.

respectivas quotas de responsabilidade social, quanto à saúde e à segurança públicas, unindo-se no enfrentamento qualitativo do problema. Em segundo plano, tem-se a perda da produção sistemática de informações do lugar, que serve para além dos fins do jornal, como por exemplo, a presente utilização no interesse acadêmico.

Nesta pesquisa, de forma mais específica, informações relevantes para a compreensão das interações e indícios da consciência dos usuários acerca das câmeras do “Olho Vivo” e das adaptações desses para *driblá-las*. A esse respeito, a matéria do “Hoje em Dia”, de 29 de abril de 2013²⁴⁹, já citada nesta pesquisa no Capítulo 2 (*Vide* seção 2.5), ao falar do uso do crack em grupos, aponta as apropriações das calçadas (mais precisamente debaixo das marquises), assim como de construções e lotes abandonados, por parte dos usuários que, com estratégias de mudanças de pontos, tentavam driblar o olhar de vigilância do “Olho Vivo”.

Assim, mesmo com a necessidade de tensionamentos, o que é próprio do método proposto, as fontes jornalísticas têm muito a cooperar com as pesquisas, de modo que elas devem persistir na cobertura, sempre que essa se voltar a um problema público ainda não resolvido. Ademais, o jornalismo, em busca de não apenas criticar, mas também de somar esforços na resolutividade, com a acolhida e socialização²⁵⁰ de informações e sugestões, pode afetar diretamente, se não na solução da situação problemática com suas complexidades, pelo menos, no melhor tratamento dessa e na diminuição do sofrimento das pessoas envolvidas.

Nesse pensar, encontrou-se um vídeo curto no *YouTube* (<https://youtu.be/EO23gbxnxHA>) intitulado "Quem não fuma não sabe como é", produzido por “Ponte Jornalismo”, no contexto da “campanha” que criaram (“A Craco resiste”), em reação ao início da gestão de João Dória, quando este acabara de assumir a Prefeitura de São Paulo e disse que iria acabar com a Cracolândia. O vídeo é de 10 de janeiro de 2017 e expõe o diálogo entre dois usuários que começam falando da importância da tenda para usarem banheiro ao invés de “cagar na praça”.

²⁴⁹ Disponível em: <http://www.hojeemdia.com.br/horizontes/dependente-dribla-olho-vivo-e-forma-cracolandia-em-governador-valadares-1.117741>. Acesso em: 11 nov. 2020.

²⁵⁰ Obviamente, sem violação da garantia-princípio, prevista no art. 5º, inciso XIV, da Constituição Federal de 1988: “é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional”. Para uma leitura jurídico-comunicacional dessa garantia-princípio, com enfoque nos tensionamentos da liberdade de exercício profissional do(a) jornalista e a proibição de depor, sugere-se a leitura do artigo a seguir: BRAGA, Tiago Farias; SOUZA, Wesley Wadim Passos Ferreira de. **Tensionamentos à proibição de depor: a garantia constitucional do sigilo da fonte e a liberdade de exercício profissional do(a) jornalista.** *O Alferes* (Belo Horizonte), v. 29, n° 75, p. 11-38, 2019.

Há uma parte do vídeo em que um usuário mostra a tatuagem de nome Aline, sua ex-mulher, e fala que se casou com o crack agora, demonstrando o quão controlado pelo vício esse usuário assume estar. Realizou-se a captura da tela no exato momento em que o usuário mostra a tatuagem sem aparecer o seu rosto, pois mesmo ele tendo mostrado o rosto na entrevista voluntariamente, preferimos incentivar a pensar que nem o nome da “amada” que está gravado no braço tem representatividade maior que o crack na vida daquele indivíduo, conforme por ele declarado.

Fig. 52 – “Quem não fuma não sabe como é” – “Ponte Jornalismo” - YouTube - 2017



Fonte: *YouTube* (<https://youtu.be/EO23gbxnHA>)

Embora haja apenas a coincidência na relação de homonímia, ao se mencionar o nome “Aline”, verifica-se que no acompanhamento dos conflitos recentes, na Cracolândia de São Paulo, como fonte de Outros Olhares comparativos, a pesquisa deparou-se com o triste episódio do falecimento “Aline” (e não “Gabriela” como foi divulgado num primeiro momento, por alguns jornais televisivos). No contexto de um novo confronto com a GCM na Cracolândia de São Paulo, em 09 de maio de 2019, durante uma operação da GCM, “Aline” teria sido atingida com

um disparo que a acertou na cabeça, ficando gravemente ferida²⁵¹. No dia seguinte, foi divulgada a sua morte e, no dia 11 de maio de 2019, houve novo conflito²⁵².

É importante esclarecer que o presente remetimento fático não trata de nenhum juízo de valor da ação da GCM, a qual alega que seu pessoal foi alvo de disparos de arma de fogo de outra pessoa do “fluxo” e teria agido em revide, até porque os responsáveis terão o devido processo legal para apuração de responsabilidade pelo juízo competente, o que não tem nada a ver com as reflexões desta pesquisa. Em outro sentido, a menção do episódio objetiva um não “passar de largo”, diante da morte de um ser humano e da escalada de violência da Cracolândia, cujos conflitos se recrudescem, impactando não só os diretamente envolvidos, mas toda uma coletividade circundante de moradores e trabalhadores da região, ou mesmo daqueles que a atravessam enquanto percurso diário.

Nesse contexto, ainda mais recente, no dia 09 de dezembro de 2020, ocorreu um “arrastão” na região de concentração de usuários, em que um grupo cometeu delitos de dano, furto e roubo contra os veículos automotores e os respectivos condutores e passageiros que passavam nas ruas (mais precisamente na “Alameda Nothmann e na Rua Helvétia”). O episódio, enquanto acontecimento violento e criminoso, causou pavor às pessoas que estavam sendo vitimadas e os vídeos circularam por redes sociais, sendo motivador do retorno dos olhos da imprensa para a Cracolândia de São Paulo.²⁵³

Em seguimento analítico da dimensão Outros Olhares, vale citar a participação deste pesquisador, representando o Batalhão a que servia à época, no “Seminário Intersetorial de Políticas Públicas: Foco em População em Situação de Rua”, no dia 23Nov17-Qui, no período da tarde - previsto das 13h30min às 17h, mas acabou atrasando um pouco, para começar, indo até às 17h30min. Tal participação foi muito útil para pesquisa.

²⁵¹ Vide <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/05/acao-na-cracolandia-causa-conflito-com-usuarios-de-drogas-no-centro-de-sp.shtml>.

²⁵² Cf.: <https://vejasp.abril.com.br/cidades/mulher-e-morta-na-cracolandia-durante-acao-da-guarda-civil-metropolitana/>; <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/05/morre-mulher-baleada-na-cabeca-durante-confronto-na-cracolandia-em-sp.shtml>.

²⁵³ Exemplos de matérias e dos comentários dos internautas abaixo das próprias matérias, nesse sentido, podem ser vistos nos links das reportagens adiante dispostas: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/12/09/elas-estavam-desnorteadas-pegando-qualquer-coisa-que-pudesse-gerar-valor-diz-vitima-de-arrastao-na-cracolandia.ghtml>; <https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2020/12/a-chaga-da-cracolandia.shtml>; <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2020/12/13/videos-mostram-antes-e-depois-de-arrastao-na-cracolandia-em-sp-veja-imagens.ghtml>.

Isso porque, principalmente nos debates, permitiram-se ouvir profissionais da rede (SMAS, Centro Pop, CRAS, CREA, Abrigo, ADQF, HPS, CIMOS, etc.) e até mesmo pessoas da população em situação de rua, e o problema do crack foi mencionado algumas vezes. Fotografaram-se alguns slides anotando o que o palestrante e pessoas da plateia falaram àquele respeito relacionado ao crack/crackolândia. A terceira palestrante não pôde vir então, o tempo dela foi totalmente aberto para debate, com o fito de ouvirem-se as angústias de cada público.

O pesquisador evitou participação nos debates para que os moradores em situação de rua que estivessem ali não prestassem muito atenção em sua aparência física, a ponto de depois o reconhecerem sem farda, quando em campo. Então, fez questão de ouvir e anotar tudo aquilo que achou relevante. Seguem abaixo, dispostos exemplos de anotações relevantes sobre população em situação de rua, confirmados por alguns na plateia que frequentam o território da crackolândia:

- Interessante que a maior dificuldade apontada (40,4%) foi segurança - Portanto, assim como as pessoas têm medo de passar perto de pessoas em situação de rua (e.g. as que estão na Cracolândia), estas também se sentem inseguras... Elas também sentem medo... (Foto de slide da pesquisa feita em MG anexa)

- 2º maior motivo para ir para rua (40,9%) foi o álcool e outras drogas... (Foto de slide da pesquisa feita em MG anexa)

Ressalta-se que todas as reportagens da Folha sobre a Cracolândia de São Paulo, do período da pesquisa (especialmente de 2017 em diante, ocasião em que houve acompanhamento quase diário da busca do “fim da crackolândia”), bem como idas àquela pessoalmente, a fim de permitir estudo comparado das dimensões Outros Olhares e Olhar de Perambulação, foram práticas focadas por este pesquisador.

No mesmo propósito, os relatórios feitos em parceria pela ADQF e o então CREAS POP (hoje, Centro POP), por meio do trabalho da Unidade de Abordagem Social - Território Aliança pela Vida, também possuíam dados relevantes acerca dos atendimentos àquela população. Todavia, como pontuado neste trabalho, infelizmente, só há relatórios referentes aos dois primeiros anos

(2013 e 2014), uma vez que foi encerrada a parceria em abril de 2015 e, posteriormente, não houve continuidade desses, para fins de sua análise qualitativa²⁵⁴.

A fonte de dados mais próxima do conteúdo desses antigos relatórios, mas com muitas perdas em relação à antiga redação em conjunto, a que o pesquisador pode ter acesso, é do CREAS (Centro de Referência Especializado em Assistência Social), posto que o Centro Pop não produz mais documentos pertinentes à população usuária de drogas a que atendem. Ademais, o Centro Pop passou a atuar somente como centro de referência (ou seja, estático, para quem o procura), não possuindo mais nenhuma intervenção de abordagem social (que vai até o assistido), de modo que esta, no âmbito da SMAS²⁵⁵, foi totalmente concentrada no CREAS.

Por fim, diante da objetividade necessária ao relato da pesquisa, optou-se por trabalhar, primeiramente, com amostras de cada fonte de olhares e explicá-la, de uma forma concentrada, mas que traduzisse, sempre que oportuno, um pouco da conjuntura tensionante de materiais e da análise destes, no processo dinâmico e dialético de envolvimento das outras dimensões de olhares. Dessa maneira, cumpriu-se o percurso analítico desta seção, visitando documentos para análise de modificações, tendências e outros aspectos em confronto com os demais grupos da dialética dos olhares.

6.2.4 O filtro do pesquisador

O ponto de tentativa do método, com a busca de dar liga nas pistas colhidas por cada fonte de olhar, no processo de encontros e desencontros, aprendendo, desaprendendo e reaprendendo, trata do “Filtro do Pesquisador”. Embora não seja uma fonte de olhar, o investigador traz consigo a sua bagagem de vivência acadêmica e profissional, que já vem de anos, tendo contato com territórios do crack.

Nesse sentido, ressalta-se que os dados que foram analisados, de maneira articulada, tanto com as teorias estudadas/abordadas quanto com o verificado nos observáveis por meio do método desenvolvido, certamente, passaram pelo filtro do pesquisador que já está, há mais de sete anos,

²⁵⁴ A abordagem quantitativa desses, foi contemplada no estudo piloto (cf. BRAGA, 2015).

²⁵⁵ Essa observação se dá, porquanto existem trabalhos independentes de abordagem social na localidade, de cunho eclesialístico, promovido por voluntários das igrejas católicas, protestantes, centro espíritas e a fins.

buscando conhecer melhor esses espaços complexos de consumo do crack e outras drogas. Tal perspectiva harmoniza-se com a explicação de Minayo (2016, p. 14), no sentido de que a metodologia deve abranger, além da “teoria de abordagem (método)” e dos “instrumentos de operacionalização do conhecimento (as técnicas)”, “a criatividade do pesquisador (sua experiência, sua capacidade crítica e sua sensibilidade)”.

Destarte, em face dos parâmetros necessários para se caminhar na pesquisa, de fato, é “a marca da criatividade” que constitui a “nossa ‘grife’ (ou seja, nossa experiência, intuição, capacidade crítica de comunicação e indagação)” (*Ibidem*, p. 16). Sendo assim, sem dúvida, a idiosincrasia do pesquisador marcou a pesquisa com os registros de suas singularidades em ver e problematizar o(s) mundo(s) de sua investigação, de modo que a explicitação do *filtro* do investigador, colocando-se à mostra no processo de estudo e “garimpo”, foi aqui tomado como uma prática salutar e relevante nos encaminhamentos deste trabalho.

Obviamente, que houve também o outro filtro, que Goldstein (2003, p. 67) chama de “acúmulo de experiência e conhecimento”, desenvolvido pelo pesquisador, ao longo dos quase dezessete anos que exerce a profissão de policial militar²⁵⁶, evidentemente, priorizando os referenciais teóricos em relação ao conhecimento profissional. Nessa arte tentativa de proceder a um peculiar “artesanato intelectual”, apropriando-se de Charles Wright Mills, buscou-se a harmonização do movimento empírico-teórico-epistêmico.

Desse modo, na articulação de todos os olhares em conjunto, por meio do “Filtro do Pesquisador”, é que se obtiveram as abduções das inferências da pesquisa, enquanto descobertas e novos conhecimentos provisórios da dialética dos olhares. Assim, nas idas e vindas da investigação do território da crackolândia, enquanto um dispositivo interacional, após superados os tensionamentos dos olhares (em relação a si e aos outros), nas seções anteriores (6.2.1 a 6.2.3), cujo foco concentrado em cada olhar, separadamente, trouxe abduções enriquecedoras, partiu-se para explicitação inferencial mais relevante desta pesquisa: as inferências abduativas III, sínteses articuladoras de todas as dimensões de olhares.

²⁵⁶ Com o objetivo de prevenir que visões pessoais prejudicassem a análise, procurou-se basear as opiniões de cunho profissional nos livros, manuais, procedimentos operacionais padrão e outros registros, bem como sempre explicitar tais visões para sujeitar à crítica e revisão de pares.

6.3 As Cidades – inferências abduativas III a partir dos episódios interacionais

Os olhares se tensionam mútua e dialeticamente, nos episódios interacionais observados. Destarte, imagens da crackolândia, vistas pelo olhar “Olho Vivo”, podem ser infirmadas/confirmadas/complementadas pela dimensão do Olhar de Perambulação (inclusive o comparativo) e/ou pela dos Outros Olhares (matérias de jornais locais ou nacionais, documentos/materiais do local e até mesmo outras pesquisas, ou quaisquer fontes não enquadráveis nas demais).

Assim, com o caráter constante e heurísticamente tentativo, respondendo às questões de cunho epistêmico-metodológico desta investigação, o método (re/des)construído sinalizou o como proceder a investigações acerca dos indícios “processuais-interacionais” para o estudo do caso da crackolândia do Mercado Municipal, bem como quais os caminhos e abordagens foram necessários ao estudo aprofundado da lógica dos processos midiáticos daquele território.

No entanto, quanto ao inter-relacionamento das dimensões da dialética dos olhares observando a si próprias e às demais, e o desenvolvimento de uma matriz, para sistematizar e melhor viabilizar esse jogo interpenetrante das fontes de ver/observar, propostas neste estudo, entende-se que a segunda parte demandaria uma demonstração de tal matriz, para responder afirmativamente. De fato, a Figura 8 deste estudo traz o desenho esquemático da dialética dos olhares. Porém, a rigor, não há ali uma matriz explícita, e sim, implícita, pronta para ser engendrada.

Nesse sentido, cômicos de que a imagem tanto sumariza questões quanto as complexifica, e ainda, em busca de concretizar (dar vida a) a matriz, abstraída do método proposto, produziu-se uma matriz diádica, desenvolvida a partir de tríades, que serve de mapa cognitivo-explicativo da dialética dos olhares, enquanto relevante contribuição epistêmica deste estudo. Assim, o quadro abaixo dispôs dessa abordagem diagramática:

Quadro 8 – Matriz / Mapa cognitivo da dialética dos olhares

Fontes/Fontes	A	B	C
A	AA	AB	AC
B	BA	BB	BC
C	CA	CB	CC
Legenda:	A- Olhar “Olho Vivo” B- Olhar de Perambulação (<i>flânerie</i>) C- Outros Olhares		

Fonte: Da pesquisa.

A interpenetração das fontes (ou dimensões) de olhares A, B e C (cf. Legenda acima), dispostos na vertical e na horizontal, seguem uma dinâmica em que os três se observam e observam uns aos outros, de modo que a matriz é lida da seguinte maneira: A se observa, observa B e observa C; B observa A, observa-se e observa C; C observa A, observa B e se observa. Portanto, verifica-se que o esquema acima resume e responde às questões correlatas ao interrelacionamento das dimensões da dialética dos olhares e ao desenvolvimento de uma matriz sistematizadora dos movimentos do método, com base nos fundamentos teóricos e de interface.

Nessas dinâmicas e jogos do olhar, as interações empírico-epistêmicas permitiram o aguçamento da produção de inferências, a ponto de alcançar sínteses do movimento dialético (e interpenetrante dos dispositivos midiático e interacional) que as fez aflorar. Dentro desse contexto, a partir dos episódios interacionais, eclodiu a inferência das cidades e as suas derivações em sistemas de produção, tratados nas seções vindouras.

Por esse prisma, a perspectiva das “cidades” ou “camadas” coexistentes vê uma *Polis* que, como ponderou Guimarães (2009, p.31), em sua origem, não “é necessariamente um terreno ou uma paisagem que localizamos como cidade; diferente disso é o conjunto de cidadãos em processos políticos e decisórios”. Logo, o espaço urbano, composto de várias lutas e “guerras”, constituir-se-ia da materialização das condições da reprodução da vida, mas abrangendo o significado político do direito à cidade, o qual envolve, outrossim, a participação política, cultural e simbólica dos cidadãos.

Desse modo, tal percepção de cidade é viável à análise das interações dos cidadãos, nas múltiplas relações de domínio e apropriação territoriais, perpassam os aspectos materiais, porém, igualmente, atravessam-se para além desses. Assim, abstraindo as proposições de Ferreira (2020) acerca de Verón e Levasseur (1989), é cabível a adaptação de aspectos concernentes às estratégias de visitação, modelos de visitantes, lógicas dos espaços, sugestão de percursos, “núcleos decisórios”, perspectivas dos visitantes (as câmeras de vídeo com alternância de turnos e dias da semana) e outras similares, com as ponderações devidas, para busca por indícios "processuais-interacionais", evidentes e negligenciáveis, num estudo do caso da crackolândia em questão (BECKER, 1993; BRAGA, 2008, 2012a, 2012b; GINZBURG, 1987; POPPER, 1999; e outros) enquanto um ou mais dispositivos interacionais, com seus

sistemas de produção que envolvem diferentes “cidades” e que também é/são envolvido(s) por estas.

A compreensão de tais arranjos disposicionais e de produção, verificando-se acessos, práticas e usos, em suas semelhanças e diferenças nos episódios interacionais, as conexões com outros dispositivos e os circuitos em suas especificidades²⁵⁷ fazem parte do trabalho metodológico-empírico. Diante dessas considerações, por meio da articulação / tensionamentos teórico-empíricos, com base no uso da dialética dos olhares, como método de leitura de episódios interacionais e de seus espaços de interação, procedeu-se à apresentação de alguns exemplos de resultados de tal apropriação de caminho de investigação. Partiu-se de duas situações apenas, uma vista primeiramente pelo Olhar “Olho Vivo”, mas com alguns tensionamentos pelos Outros olhares e Olhar de Perambulação²⁵⁸, e outra, partindo-se daquele para os demais, no objetivo de enxergar as lógicas de interação entre dispositivos e sistemas de produção.

Embora a inferência das “cidades” / “camadas” coexistentes tenha surgido na abdução dos empíricos desta investigação, como contextualmente serão retomadas nas seções a seguir, em relação aos sistemas de produção vislumbrados, aquela também retoma as reflexões teóricas desta e de outras pesquisas. Nesse sentido, apropria-se das análises de Silveira (2010), quando este apresenta uma articulação rápida entre Canclini (2003) sobre as “imagens emblemáticas” em megalópoles, Klein (2003), quanto às intervenções urbanas (*Détournement* ou *culture-jamming*), e “os textos de resistência”, nas palavras de Certeau (2000), cujo resultado traz uma suposição teórica assaz rica, no sentido de três mundos / lógicas a que pertencem tais assinaturas, a saber:

- a) “Mundos” / lógicas do mercado (a diversidade de marcas, logotipos, *outdoors* e outras formas de anunciabilidade publicitária) – observa-se que, aqui, enquadra-se, por exemplo, os preços fotografados na porta do supermercado “Atacadão”, quando da

²⁵⁷Nesse viés, Braga (2017b, p. 64) explica que é mais produtivo, nas variedades de pesquisa sobre os circuitos – principalmente desses, enquanto dispersores, não apenas de “produtos”, mas também de vozes e experiências –, estudar caso a caso, observando “os processos interacionais em cada ‘passo’ de um circuito mais extenso.

²⁵⁸ É importante lembrar que, além das caminhadas no território do crack em estudo, foram feitas pelo pesquisador também caminhadas de observação na Cracolândia de São Paulo, no dia 28Jan2019, com a perspectiva de se processar um *Olhar de Perambulação Comparado*, em acréscimo ao que já estava sendo feito de acompanhamento de matérias da Folha sobre aquele lugar, inclusive para tensionar as falas e os lugares de fala do referido jornal. O procedimento foi feito de forma similar às demais caminhadas da pesquisa, anotando tópicos no aplicativo de notas do smartphone e em papel para, posteriormente, serem articulados em texto, mas com o uso adicional de uma câmera ocultada, como já explicado neste estudo. Destarte, verifica-se que o confronto dos olhares com relação a si próprios e com as outras dimensões, nesta pesquisa, não foram apenas um planejamento, mas também uma prática persistente, em busca do empírico conceitualizante.

Caminhada realizada em 08 de setembro de 2017, ou até mesmo, a própria estrutura de barracas e os ambulantes, do Mercado Municipal, nos momentos dos gritos anunciando preços e produtos da feira. A lógica do “mercado”, como uma “camada” em sobreposição e interpenetração às demais lógicas de interação ali operantes;

- b) “Mundos” / lógicas da sociedade civil, movimentos sociais e atores sociais “desinstitucionalizados” – de forma similar, verificaram-se inscrições no território, por parte dos usuários de crack e outras drogas, no sentido de serem, igualmente, “textos de resistência”²⁵⁹;
- c) “Mundos” / lógicas da ordem ou regramentos institucionais, da gestão do Estado (“placas de sinalização de trânsito, monumentos históricos, mobiliário urbano, etc.”), que, na ideia de modernidade líquida e suas ambivalências, estaria, principalmente, em ambientes no bojo dos conflitos de sociabilidade, como as crackolândia, em precariedade.

Nota-se que, *mutatis mutandis*, a tríade proposta pelo autor em questão, é apropriável aos observáveis do presente estudo. Por esse raciocínio, vale salientar que o mesmo autor fala sobre cartografar qualitativamente, poucos casos de representatividade, com relação ao seu propósito de tratar de toda cidade de Porto Alegre, procurando abstrair as disputas simbólicas e percebendo “coexistências, justaposições e canabalizações desses discursos (e/ou desses interesses) antagônicos grafados no espaço público” (SILVEIRA, 2010, p. 79-80).

Nesse cenário de “mundos”, “camadas” e “lógicas”, em meio às interpenetrações dos dispositivos (midiático e interacional), bem como na complexidade dos circuitos e sistemas de produção percebidos, surgem os empíricos e o que estes engendram. Observando as dinâmicas de sobreposições, abstraem-se pelo menos três *idades*, que, interacionalmente, complementam e tensionam as acepções teóricas, para recrudescimento dessas, por “fractalização” ou autopoiese:

- a) A *cidade regulada/planejada*, a que a gestão institucional tenta ou promete construir/viabilizar;

²⁵⁹ A caminhada do dia 24 de novembro de 2017 (Sábado), permitiu tal correlação, quando o pesquisador, andando no entorno da crackolândia, visualizou algumas pichações, dentre as quais, destacou-se uma, apostada no muro do antigo "CESU" – atual CESEC, situado à rua Leonardo Cristino próximo à esquina com a Quintino Bocaiúva, no Centro de Governador Valadares –, provocativa de reflexões, *ipsis verbis*: “ ‘Não é só de coragem que se vive, mas viver com medo é pior que a morte’ . OkOk”.

- b) A *cidade vigiada*, através do “Olho Vivo”, de outros monitoramentos estatais e não-estatais (“vigilância líquida”, cf. BAUMAN, 2014; 2017), que tenta vigiar e obstar/enfrentar as possíveis “cidades ilícitas”, abrangendo também as rondas e abordagens policiais de verificação);
- c) E a diferença entre a *cidade do crack* oscilante entre pró e contra a *cidade dos usuários* ou “*crackeiros*”, porque esses consumidores são mais do que o consumo da “pedra”; porém, muitas vezes, pelo vício e dependência, articulam-se/interagem em função daquele, podendo virem a ser alvos frequentes de tal rotulação metonímica.

Assim, (re)conhece-se a complexidade comunicacional de tal coexistência que, via de regra, envolverá mais “camadas” ou “cidades” em interação, mas cuja inteligibilidade pode ser ampliada, por meio da abdução inferencial triádica ora explicitada, posto que os principais movimentos interacionais observados na/daquele território, deram-se no contexto de interpenetrações das mencionadas *cidades*.

Em razão da brevidade necessária aos propósitos exemplificativos das inferências sínteses ora trazidas, este limitou-se a análise de apenas dois casos ilustrados nas seções terciárias decorrentes da presente (i.e. 6.3.1 e 6.3.2), observando a concisão e contenção às possibilidades de análises derivadas. Entretanto, ressalta-se que as inferências da pesquisa foram feitas, com observância do amplo e inclusivo esforço metodológico-dialético, conforme apresentado, a seguir.

6.3.1 Episódios interacionais ilustrativos de um sistema de produção “Lote Vago”

A região a que se convencionou chamar, desde o estudo piloto, de região do “Lote Vago”, em razão de, à época, ter abrigado um lote vago que, ao longo dos anos, modificou-se, porém, tanto o lote quanto os demais componentes do lugar, sobretudo o muro do então “ambulatório” (passou depois a ser uma clínica e, atualmente, é uma Unidade Hospitalar de fato) do Hospital Bom Samaritano, à direita, e os “depósitos”, à esquerda, aparentemente, fomentaram a escolha dos usuários pelo local, conforme pode ser visualizado na Figura 9 (cf. seção 6.2.1).

Ao longo dos anos da pesquisa, a variação dos usos do território e de seus recursos, com a adaptação às materialidades, fez com que, conforme adiantado na seção 6.2.1, as alterações materiais da região do “lote vago” fossem alvo de acompanhamento no presente estudo, porquanto a cada transformação do local, novos usos e apropriações deste ocorreram. Nesse viés, Braga (2015) já havia percebido três fases, pelas quais a região do “Lote Vago” havia passado: uma primeira, em que aquele estava com mato alto e cercamento precário; a segunda, em que foi realizada a limpeza do mato que cobria a quase totalidade do lote, o que permitiu sua apropriação como estacionamento; a terceira (atual à época), em que estava totalmente cercado e com fruição particular por parte dos proprietários (ou locatários) também como estacionamento. No âmbito desta pesquisa, foi possível identificar mais dois momentos de transformação do “lote vago”, que foram o de início das obras de edificação do imóvel e a de conclusão da estrutura predial respectiva.

Nesse sentido, verifica-se como relevante apresentar a imagem do espaço do “lote vago”, logo após a limpeza (capina) e cercamento de sua área, uma vez que tal transformação, aparentemente, não afetou a preferência dos usuários de crack e outras drogas que, conforme sustentam Braga (2015), Braga e Santos (2017) e as imagens do olhar “Olho Vivo”, continuaram frequentando o lugar, tanto na área dos “depósitos” quanto na parede da então clínica do Hospital Bom Samaritano.

Fig. 53 – Vista ampla da região do “lote vago” e parcial dos “depósitos” aos fundos, após limpeza do lote – 2015



Fonte: Arquivo de fotografias da pesquisa do estudo piloto – Adaptado de Braga (2015).

A transformação material provocou outros meios de domínio e apropriação, por parte dos usuários e de outros frequentadores do local, dentre essas, destaca-se a de uso como um estacionamento “público” para veículos, com oportunidade, ainda que célere, de uma extensão da área de disponibilidade de veículos a serem vigiados e render “gorjetas” pelo serviço de “flanelinha”. Com uma nova articulação de trunfos do território, perdendo-se uma considerável área de homizio e dispensa de objetos/materiais ilícitos que era o lote “sujo” e, ao mesmo tempo uma possível reconfiguração dos recursos providos pelo lugar, tais como maiores fonte de renda e proteção visual (inclusive do videomonitoramento), através da ampliação dos carros e outros veículos estacionados que viabilizam duplo-benefício de mais “trocados” e “pontos cegos”, as materialidades ainda poderiam preponderar na explicação da preferência da região pelos usuários.

Por outro lado, meses depois, com o fechamento do espaço e início de obras até a conclusão do prédio ali edificado, a continuidade da preferência da região, em detrimento de quaisquer espécies de protooperativismo com os novos circuitos de usos e fruições do espaço material, provavelmente, faz indagar sobre interpenetrações entre o dispositivo interacional e o dispositivo midiático mais voltadas para o campo simbólico. Com base na confrontação dialética dos olhares, verificou-se que a resiliente permanência, ainda que com um “fluxo” menor, dos usos e apropriações do lugar como “cena de uso” do crack e outras drogas, mesmo diante das transformações materiais e dos “êxodos” para outros territórios, trazem indícios da região do “lote vago” comportar-se como um sistema de produção de sentidos.

Por esse prisma, enquanto um espaço de produção e reconhecimento, o lugar já teria se tornado uma referência para muitos usuários, de modo que seu significado vai para além de um substrato material que é conjunto de vantagens para sua exploração, podendo ser vislumbrado como uma espécie de ponto de encontro “consagrado”, viabilizador de socialização, interações, e, talvez, até mesmo de memórias. Obviamente, que as vantagens materiais, por exemplo, da propiciação de “pontos cegos” e do aprendizado paraconsistente dos usuários, decorrente de adaptações, inventividades e repetições de episódios, quanto a saber “sobreviver” melhor nas interpenetrações com as camadas de regulação e vigilância que ali operam, estão ainda no bojo das interações que contribuem para essa “resiliência” do território. Contudo, não se pode ignorar que há produções de sentidos que afetam essa continuidade.

Nesse pensar, desenvolveu-se uma análise abreviada e retrospectiva de materiais da pesquisa. Como um período inicial “efervescente”, observa-se que, no ano de 2014, a região do “Lote Vago” continuava em plena atividade, aumentando as incidências em relação aos anos anteriores, passando a caracterizar-se como a principal “cena de uso” do crack e outras drogas da cidade. Como exemplo disso, esta seção apresenta o BO n° 25900, cujo atendimento abrangeu 03 (três) vídeos relativos ao dia 09 de abril de 2014, a partir das 16h40min. No primeiro desses vídeos, visualiza-se uma reunião de usuários sentados próximos, conversando uns com os outros, transpassando objetos e materiais entre eles, bem como observando, sorrateiramente, o ambiente à volta.

Fig. 54 – Usuários abaixados entre carros e muro da clínica, na região do “Lote Vago” – 2014



Fonte: Central de Monitoramento do Olho Vivo/COPOM 8ªRPM

A imagem acima demonstra esse momento de assembleia e movimentação, no “ponto mais quente” da crackolândia em estudo. Observa-se que, na ocasião, havia entulho e lixo acumulados no lote vago (que deu origem ao epíteto da região) e na calçada adjacente, sendo muitos desses substratos residuais apropriados como insumo para o uso de crack (conforme verificado na pesquisa – principalmente, através do olhar “Olho Vivo” –, latas de alumínio, garrafas PET, pedaços de cano e outros materiais diversos, servindo de cachimbo para o usuário), e que a via está cheia de carros estacionados (alguns, inclusive com papelões no para-brisa, o que ilustra um *plus* no serviço de vigilância dos veículos, com o intuito de atenuar o aquecimento interno-veicular).

Na cena, os usuários estão todos agachados, aparentemente para aproveitar da proteção visual dos veículos que eles também vigiam em troca de gorjetas. Na filmagem em questão, com duração aproximada de dois minutos, os demais usuários saem e apenas uma mulher permanece, no local, fumando crack sozinha:

Fig. 55 – Mulher consumindo crack, na região do “Lote Vago” – ano de 2014



Fonte: Central de Monitoramento do Olho Vivo/COPOM 8ªRPM

Observa-se, pela imagem acima, que a mulher usuária está sentada, de modo que utiliza a proteção visual dos carros estacionados, mas, parece não saber da (ou ser indiferente a) existência câmera 862 do circuito de monitoramento “Olho Vivo”, posto que ela consome o crack com a face voltada para o sentido dessa mesma câmera. Vale notar que esse comportamento desconhecedor ou displicente ao acompanhamento do “olho do estado” não é o costumeiro nesse período, de modo que há comportamentos protetivos da imagem por meio de papelão e outros meios (na ocasião desse mesmo caso em análise, ocorre através de um “gorro” a proteção do rosto do usuário enquanto este consome crack), assim como de interações em “revolta” contra esse dispositivo panóptico.

A título exemplificativo do ato de rebelar-se contra o sistema de videomonitoramento, cita-se um episódio ocorrido no ano de 2015, em que houve inclusive tentativa de dano à mesma câmera em análise (*in casu* 862) perpetrada por uma usuária, por meio de lançamento de pedras contra o dispositivo, além de ter desferido tapas no poste e proferido xingamentos. A respeito desse fato, registrado no BO n° 10190, do referido ano, apresentam-se as duas figuras na sequência. A primeira ilustra o momento, logo após a mulher ter dado tapas no poste-suporte

da câmera 862, ocasião em que ela aponta o dedo para essa e profere xingamentos, cf. figura abaixo:

Fig. 56 – Mulher “xingando”²⁶⁰ a câmera 862, após bater no poste-suporte desta, na região do “Lote Vago” – ano de 2015



Fonte: Central de Monitoramento do Olho Vivo/COPOM 8ªRPM

Depois desse primeiro ataque contra o equipamento, a mulher escorregou no barro, caindo ao chão, enquanto tentava lançar uma pedra. Em seguida, ela buscou outras pedras no chão e começou a lançá-las (imagem abaixo) contra a câmera, não conseguindo atingi-la diretamente.

Fig. 57 – Mulher lançando pedras contra câmera 862, na região do “Lote Vago” – 2015



Fonte: Central de Monitoramento do Olho Vivo/COPOM 8ªRPM

²⁶⁰ Os xingamentos foram inferidos, devido às feições de raiva, enquanto gritava e, em alguns momentos, também por leitura labial.

No meio desse ato de “revolta”, a usuária em questão xinga pedestres, dá tapas em carros que passam pela via, mas, sempre visualiza faróis em sua direção, ela se afasta, aparentemente, imaginando que possa ser a polícia chegando. Quando a PM chegou ao local com motocicletas, conseguiu surpreendê-la, sem dar espaço para fuga, prendendo-a pelo delito de dano ao patrimônio público, na modalidade tentada. Retornando ao ano de 2014, na sequência da filmagem da mulher consumindo crack, nota-se que a dinâmica de consumo de crack e outras drogas, na “cena de uso” em tela, continua acelerada. Aproximadamente dez minutos após a mulher fumando crack retro mencionada (Fig. 55), reuniram-se vários usuários próximos ao “lote vago”, mais precisamente no muro do Hospital Bom Samaritano, e usaram drogas: alguns fumaram crack, outros cigarros (provavelmente “capetinha”)²⁶¹ e maconha.

Fig. 58 – Usuários consumindo crack e outras drogas na região “Lote Vago” – 2014



Fonte: Central de Monitoramento do Olho Vivo/COPOM 8ªRPM

Percebe-se, acima, bastantes usuários reunidos, consumindo drogas em plena luz do dia, conversando e traspassando objetos, sem se preocuparem em ocultar esse uso, à medida que há usuários em pé, e não somente agachados ou sentados, bem como se vê uma aparente indiferença à existência do videomonitoramento. O consumo das drogas se preserva intenso e com transições para o pequeno tráfico, de maneira que em menos de cinco minutos, a mesma câmera captura a cena do indivíduo que, na imagem anterior, consumiu crack, servindo outro

²⁶¹ Na gíria dos usuários, trata-se de cigarro de tabaco comum misturado com crack.

usuário, e enquanto este consome o crack, aquele cobriu sua face com um “gorro” (boné camuflado), aparentemente, com o intuito de ocultar o uso da droga:

Fig. 59 – Usuário servindo crack para outro consumir na região do “Lote Vago” – 2014



Fonte: Central de Monitoramento do Olho Vivo/COPOM 8ªRPM

Ao longo dos anos, por repetidas vezes, comportamentos como o da cena supra exposta, enseja a dúvida se os usuários têm ou não consciência da presença da câmera, pois aparentemente, tentam se ocultar dela e até mesmo protestam, com relação ao aparelho de videomonitoramento. Todavia, não raras vezes, paradoxalmente, parecem ignorar sua existência. Dessa maneira, apesar de se colacionar exemplos em que, irrefutavelmente, há não só a consciência, mas, outrossim, uma insatisfação por parte dos usuários com a presença do sistema de videomonitoramento. Em alguns casos, não é possível saber se, com a ocultação através de bloqueios físicos, eles querem se esconder apenas das pessoas que transitam nas ruas, de uma chegada inesperada da polícia, ou da vigilância ininterrupta do dispositivo de vigilância estatal.

Retomando a análise da continuidade do “lote vago”, enquanto um sistema de produção, mesmo em meio às suas transformações materiais, desloca-se para o final do ano de 2015, mais precisamente para o final da tarde do dia 17 de dezembro do referido ano (cf. vídeo de Chamada nº 50354029). Em tal data/hora, a região do “Lote vago” está demasiadamente movimentada, não obstante o lote já esteja totalmente cercado por placas metálicas, com a construção iniciada no seu interior.

Fig. 60 – Usuários e outras pessoas reunidos na região do “Lote Vago” – 2015



Fonte: Central de Monitoramento do Olho Vivo/COPOM 8ªRPM

As modificações do espaço físico, diante de outras questões interacionais e midiáticas que o envolvem enquanto um “campo de forças” e um sistema de produção pulsante, são atravessadas pela capacidade adaptativa do território e de suas respectivas populações que, resilientemente, preservam sua dinâmica interacional. Claro que há aspectos materiais atrativos que se mantêm inalterados à “cena de uso” do crack e outras drogas, como por exemplo, os vários carros estacionados (que, como mencionado, são fonte tanto de recurso econômico – valores pelo serviço de flanelinha – quanto de produção de “pontos cegos”), ou ainda, a alta circulação de pessoas / mercadorias pela região e a proximidade com pontos de tráfico de drogas.

Assim, há ali um sistema de produção que se adapta e persiste afetando e sendo afetado pelo que está à sua volta. A fluidez e interconexão desse dispositivo midiático e interacional produz interações que exploram suas materialidades, para além dessas. Nesse sentido, utilizando-se da própria última filmagem explicitada, é possível ilustrar a capacidade “mimética” que, conforme explanado na pesquisa, pequenos traficantes têm desenvolvido, no sentido de se fingirem de usuários, para aumentarem os ganhos pela maior celeridade (no fornecimento e reposição da

“mercadoria” *in loco*) e ainda tentarem ludibriar a polícia e, indiretamente, todo o sistema de perseguição criminal²⁶².

Nesse sentido, retomando a continuidade do vídeo em questão, vê-se um indivíduo mais forte, de camisa gola polo listrada escura (*vide* figura abaixo), recebendo dinheiro e servindo os usuários, na região do “Lote vago”. O homem tem pertences no local, aparentemente, a fim de se confundir com os usuários. Durante o andamento da filmagem, nota-se que ele toma uma garrafa d’água que deixa na quina do muro (ao fazer isso, observa o ambiente, parecendo verificar se há aproximação da polícia) e permanece, no meio dos usuários, conversando e fumando cigarro e maconha, simulando ser um “igual” do grupo.

Fig. 61 – Indivíduo passando-se de usuário na região do “Lote Vago” – 2015



Fonte: Central de Monitoramento do Olho Vivo/COPOM 8ªRPM

Depois de servir alguns usuários, que lhe pagaram de imediato, o homem em questão segue junto com o seu parceiro (um indivíduo de camisa vermelha, que aparecera no início do vídeo e está à calçada do muro do hospital, na figura anterior) e anda com ele pela rua Bárbara Heliodora, parando um tempo no “Ponto de ônibus” e, em seguida, retomando a caminhada pela rua José Luiz Nogueira, no lado da via oposto ao Mercado Municipal, sentido à Israel Pinheiro, quando é abordado pela Polícia Militar.

²⁶² Utilizando-se de vestimentas e pertences semelhantes aos dos usuários, assim como sempre portando pequenas quantidades de droga, caso fosse pego, sem outros elementos fático-jurídicos que demonstrassem o tráfico de drogas, responderia somente pela posse da substância entorpecente ilícita.

Como não foi encontrado nada com os dois abordados, estes foram liberados, após a busca pessoal. Provavelmente, eles já haviam vendido todas as pedras de crack que tinham em mãos e estavam deslocando para buscarem mais e continuarem a dinâmica do tráfico “dentro” do dispositivo. Porém, diante da abordagem policial, não retornaram. Deve-se notar que essa região do “Lote vago” e “Depósitos” passou a ser ainda mais frequentada, nos anos seguintes, conforme se infere da confrontação dos olhares (sobretudo o olhar “Olho Vivo”, *vide* seção 6.2.1), somente sofrendo uma queda no número de seus frequentadores, no final do ano de 2018 e início de 2019.

Consoante essa visão, apresenta-se uma caminhada de reconhecimento que, embora não tenha sido uma das selecionadas para compor a seção 6.2.2 deste estudo, também agregou a esse como Olhar de Perambulação, principalmente, no que tange à perspectiva de colação de episódios interacionais ilustrativos do “lote vago” enquanto um sistema de produção. Na ocasião, foi realizado o percurso, sob a ótica de um reconhecimento dos usos e apropriações no/do território, durante a noite de quinta-feira, do dia 03 de agosto de 2017. Abaixo segue o registro de campo textual, seguido de uma montagem das fotos da região do “Lote vago”.

- "Caminhada" – 03/08/2017 – Quinta – iniciada às 21h20min

Foi procedido a um reconhecimento prévio dos usos atuais do território no período noturno. O procedimento se deu inicialmente de carro desembarcando, em pontos estratégicos, para verificar como está a movimentação durante a noite. Tanto de dentro do veículo quanto após o desembarque desse, percebeu-se a ausência dos usuários de drogas no local, os comércios quase que em sua totalidade fechados, ressalvado uma farmácia 24h ("Indiana") à Rua Israel Pinheiro do lado oposto ao mercado e um boteco à rua Bárbara Heliodora, praticamente no meio do quarteirão entre as ruas Vereador Euzebinho Cabral e José Luiz Nogueira, do lado oposto ao ponto de ônibus. Havia pouco trânsito de pessoas no "quadrilátero" de abrangência da cracolândia. Havia um caminhão de limpeza da Secretaria Municipal de Obras (Semov) e dois funcionários desta devidamente uniformizados lavando as ruas próximas ao mercado, limpando o lixo ali acumulado. À frente do Hospital Samaritano, que foi reformada, está com uma iluminação muito forte e inclusive à lateral deste (região do lote vago e depósitos). A

região do “lote vago” e “depósitos” não tinha nenhuma pessoa circulando ou sentada e apenas um caminhão baú estacionado próximo à esquina com a rua Leonardo Cristino. O lote vago que se encontra totalmente cercado e está com prédio em construção no seu interior, estava com entulhos à porta, do lado externo ao cercamento de placas de metal. Aparentemente, a iluminação, ausência de veículos, circulação de pessoas, cercamento do lote, alteraram a dinâmica de o local e a região não terem sido suficientemente atrativos para os usuários de crack, como o foram neste domingo (30/07/2017), ao período manhã e início da tarde (última caminhada). Durante o percurso, sem deixar as poucas pessoas da rua notarem foram tiradas poucas fotografias, a fim de incorporar ao arquivo de campo deste pesquisador. O procedimento, como ainda se apresenta inicial no esforço de aguçar a percepção sensorial do comunicacional-interacional nesse “circuito-ambiente” e estando as ruas vazias, durou em torno de apenas 20min. Ao perambular por outros trechos do Centro, já desligado dos interesses da pesquisa, deparei-me com alguns poucos usuários na praça em frente ao “GV Shopping”. É importante observar que a praça em questão, especialmente durante à noite, tem características semelhantes às da região do mercado municipal no período diurno, como movimentação de diversas pessoas, uma espécie mais branda de “guerra dos lugares”: os clientes dos vários trailers de cachorro quente, os transeuntes em geral (maioria indo para ou saindo do shopping), os estudantes (perto tem faculdade Pitágoras – ao lado do shopping; e no Centro, há muitas escolas, faculdade e cursinhos), os punks, as pessoas em situação de rua e outros “lutando” pelo seu espaço. Assim, é interessante notar que a praça em questão e outros pontos do Centro possam estar recebendo “migrações” dos usuários de crack à noite, em busca de outros dispositivos internacionais, visto que, no período noturno, o dispositivo internacional do mercado se modifica expressivamente de um lugar de mobilidade e movimento para um lugar quase “estático”.

Fig. 62 – Montagem imagens da região do “Lote Vago” em obras e com a rua vazia – 03/08/2017



Fonte: Da pesquisa.

As imagens e o registro escrito dessa caminhada trouxeram uma situação bastante atípica, até mesmo no período noturno, pois a região foi visualizada sem a presença de nenhum usuário, ou de qualquer outra pessoa, no encontro do “lote vago” e “depósitos”. Apesar de haver um veículo pesado estacionado do lado da via dos “depósitos” e três caçambas de entulho do “lote vago”, o que viabiliza “pontos cegos” parciais, nota-se que as obras tanto do imóvel em construção no antigo espaço que ficava o lote vago, assim como as obras do Hospital em andamento reformando sua fachada e muros, estavam deixando o lugar com muita sujeira de cimento e entulho espalhados pela calçada e rua.

Destarte, o lugar estava desagradável para dormir, o que pode ter contribuído para o esvaziamento naquela noite, especificamente, porquanto em caminhadas seguintes tanto naquele ano de 2017 quanto em 2018, visualizaram-se usuários reunidos nas regiões “Lote vago”, “Depósitos” e “Polil”, predominando a presença noturna nesta última região. Outro indício no mesmo sentido encontra-se no fato de que a queda no número dos frequentadores da região do “Lote vago” somente ocorreu na transição do fim de 2018 e início de 2019, quando houve uma movimentação maior do “fluxo” para região da Praça da Estação.

Ainda nesse período, deve-se esclarecer que continuou sendo constatada a presença de usuários na região do “Lote vago”, principalmente no período diurno, sobretudo nos domingos de feira, cujas movimentações interacionais se realizam com uma dinâmica de sobreposição diferenciada. Por meio dessa, a *cidade regulada/planejada* permite adaptações diversas para melhor se mover a “cidade dos feirantes/ambulantes”, o que afeta, diretamente, a *cidade vigiada* e a *cidade dos usuários/crackeiros*.

Desse modo, a região do “Lote vago” sobrevive, enquanto um sistema de produção de sentidos, usos e práticas, circulam, propiciando curiosas interpenetrações entre o interacional e o midiático. A essa característica da região, ainda que com adaptações, continua sendo escolhida pelos usuários, como um ponto de encontro, inclusive após seu cercamento pleno, seguido da construção de um prédio em seu lugar, o que se convencionou a chamar de *a resiliência do “Lote vago”*. Como já pontuado, tal resiliência se dá para além das questões materiais. Logo, em meio às “materializações da experiência mental” (VERÓN e LAVOUSSER, 1989;

FERREIRA, 2020), o território sobrevive, (de/con)formando-se como um lugar assaz importante, na observação das lógicas interacionais do dispositivo estudado.

Vale salientar que às caminhadas do Olhar de Perambulação, somaram-se ao já vislumbrado por outras fontes de olhares, de modo a notar que o fenômeno do “êxodo” para Praça da Estação, mais veemente no ano de 2019, deu-se, principalmente, por motivações materiais²⁶³. Portanto, agregando-se às transformações das conjunturas ambientais da região do “Lote vago”, tornando-a materialmente menos atrativa (não tendo nem sequer mais um “lote vago”), mas, contraditoriamente, ainda com “fluxos” resilientes, pode-se dizer que a região em tela sobrevive e se adapta, mesmo em face das alterações materiais.

Nesse viés, o “lote vago” parece se perpetuar, em um universo mais simbólico-subjetivo, ou seja, mais afeto àquilo que os indivíduos compartilham e experimentam coletivamente naquele espaço e o que essas interações representam para eles, do que às materialidades proporcionadas pelo território. Obviamente, não se pode negar que os impactos materiais do território estão ali presentes, como demonstra a presente pesquisa.

Entretanto, o interesse maior é pensar que, apesar desses aspectos conjunturais modificativos, há sistemas de produção que seguem preservando-se, acima de êxodos e ao lado dos retornos do “fluxo”, de modo que a crackolândia do Mercado Municipal resiste e persiste, em uma longa trajetória, saindo pelas bordas e deformando o aparente “Quadrilátero” do estudo piloto, conforme vislumbrado na Fig. 63, com o Mapa de dinâmicas e movimentos dos usuários. A referida ilustração constituiu um exemplo dessas transformações e deformações que afetam a circulação de sentidos, nesse espaço de produção e reconhecimento, tendo sido disposta a seguir:

²⁶³ Por exemplo, com as vantagens de ser mais perto dos centros de referência (sobretudo do Centro Pop, do qual dista apenas um quarteirão) e ter baixa iluminação do local onde se agruparam tendas/cabanas dos usuários (o que limita o olhar “Olho Vivo”), sem deixar de ter momentos vespertinos específicos de circulação alta, em decorrência dos horários de chegada e partida dos trens de passageiros. Estes viabilizam aos usuários alguns “bicos”, tais como o transporte de bagagens e/ou vigilância dos veículos automotores que chegam para buscar os viajantes. De acordo com o sítio eletrônico da empresa Vale, o horário de funcionamento segue o seguinte esquema: a) Horário de funcionamento: diariamente de 7h às 12h - 15h às 17h; b) Horário de chegada do Trem de Passageiros (BH x Pedro Nolasco): c) 14h08; Horário de partida do Trem de Passageiros (BH x Pedro Nolasco): 14h16; d) Horário de chegada do Trem de Passageiros (Pedro Nolasco x BH): 13h06; e) Horário de partida do Trem de Passageiros (Pedro Nolasco x BH): 13h14. Disponível em: <http://www.vale.com/brasil/PT/business/logistics/railways/Passenger-Train-Vitoria-Minas/Paginas/governador-valadares.aspx>. Acesso em: 18 dez. 2020.

um Hospital – “Bom Samaritano”)²⁶⁴ possibilitando inferências relevantes a seu respeito, seja pela grande quantidade de movimentações e ocorrências que dali resultaram em filmagens do sistema de monitoramento “Olho Vivo”, a região em tela pode e deve ser reconhecida como a mais relevante às reflexões e tensionamentos ora propostos.

6.3.2 Um olhar sobre o sistema de produção de uma peculiar privacidade adaptada

Em continuidade, com base na busca pelos Outros Olhares, com as fontes documentais diversas²⁶⁵, e numa “reinvenção” do cotidiano enquanto um *andarilho-voyeur* (CERTEAU, 1993; 2011) pelo Olhar de Perambulação, com passagens a pé e registro em diário de campo do constatado no dispositivo crackolândia em questão, inspirado e conduzido pelo imaginário / espírito livre do *flâneur* benjaminiano (BENJAMIN, 2018), ao longo do ano de 2018, verificaram-se características peculiares da relação entre público e privado no território em estudo.

As inferências das constatações foram fortalecidas com o Olhar “Olho Vivo” e permitiram constatar que eclode um caso singular de privacidade produzida nos diversos mundos, camadas e cidades ali coexistentes/operantes, a qual é adaptada e mitigada para alguns em situação de rua que vivem naquele território. Tal mitigação decorre de motivos vários, sendo relativizada até mesmo pelas filmagens ininterruptas dos dispositivos de “olhar vigilante”. Este último afetando, inclusive, qualquer um que ali passe.

Nesse viés, é importante citar Lyon (2006) acerca da passividade e aceitação dos cidadãos em serem vigiados, no entendimento de que se trata do “preço a ser pago pela segurança”. Contudo, os frequentadores daquela região em situação de rua que ali fizeram morada, não tendo uma

²⁶⁴ Mesmo após a edificação de um prédio na área de outrora mata/entulho e posterior estacionamento, verificaram-se as reuniões de usuários em continuidade, de modo que a adaptabilidade e permanência do “fluxo” na região perpassa, mas igualmente transcende, aspectos meramente materiais.

²⁶⁵ Além dos documentos reunidos, na lógica deste Olhar, este pesquisador, como pontuado anteriormente, participou, representando o Batalhão em que servia à época, do “Seminário Intersetorial de Políticas Públicas: Foco em População em Situação de Rua”, no dia 23Nov17-Qui, no período da tarde - previsto das 13h30min às 17h, que foi muito útil para pesquisa. Principalmente nos debates, permitiu-se ouvir profissionais da rede (SMAS, Centro Pop, CRAS, CREA, Abrigo, ADQF, HPS, CIMOS, etc.) e até mesmo pessoas da população em situação de rua que também participaram, e o problema do crack foi mencionado algumas vezes. Fotografaram-se alguns slides anotando o que o palestrante e pessoas da plateia falaram àquele respeito em relação ao crack/crackolândia, destacando-se o tempo aberto para debate em que se ouviu as angústias de cada público.

moradia própria para se refugiarem dos olhos de vigilância, resta-lhes alternativas, como as já verificadas pessoalmente e em filmagens, sobre o uso de papelões e outros artefatos, enquanto tentativa de fugir da captura das câmeras. Claro que isso não é tão simples, pois envolve conflitos variados da privatização do espaço público em diversas possibilidades tensionantes (“guerra dos lugares”, “luta pelo espaço”²⁶⁶, etc.).

Nesse mesmo condão, é muito importante destacar o pensamento de Zigmunt Bauman, embutido no questionamento feito por Braga (2020, p. 76), acerca de “como é possível orientar-se por princípios que tentam permanecer sólidos, em meio à liquidez que se demonstra cada vez mais apreensível da realidade contemporânea”? Embora o autor desenvolvesse uma apropriação para tratar da interface jurídico-sociológica em outros propósitos, a pergunta tem serventia para se repensar as ciências da comunicação com os já citados direitos à cidade e à privacidade/intimidade.

Mais atinentes à mencionada passividade dos cidadãos à vigilância, Bauman (2017), em seu livro, escrito em parceria com o psicanalista Gustavo Dessal, “O retorno do pêndulo: sobre a psicanálise e o futuro do mundo líquido”²⁶⁷, no qual ele revisita a discussão do “binômio” segurança e liberdade. Sob tal perspectiva, o autor explica que Freud, em 1929, teria chegado à conclusão de que o “mal-estar psicológico” teria origem na “renúncia a uma considerável porção de liberdade em troca de um incremento de segurança. Essa liberdade truncada é vítima principal do ‘processo civilizador’ [...]” (BAUMAN, 2017, p. 17 In: BAUMAN e DESSAL, 2017). A esse respeito, Silva e Braga (2020, p. 239) esclarecem que:

Na ocasião, o saudoso Bauman demonstra como *Freud*, em seu tempo, teria “renunciado ao excesso de segurança em troca de uma expansão inaudita da liberdade”. Contudo, o mesmo autor avalia que, **nos tempos atuais de incerteza e insegurança**, apresenta **um contexto diferente do freudiano de déficit de liberdade**. (Grifo nosso).

Percebe-se que Bauman (2017) não crê que o pensamento *freudiano* sobre o “cabo de guerra” travado entre segurança e liberdade, permaneceria ileso, no contexto hodierno, mais de oitenta anos depois de sua concepção. Atualmente, são perceptíveis os indícios no sentido “de que cada

²⁶⁶ Aqui, cabe também, nessa interação dos circuitos e dispositivos, a apropriação reflexiva a respeito da circulação de Ferreira (2017, p. 109), no contexto de “luta pelo reconhecimento, no âmbito dos fluxos” em que “a circulação remete aos conflitos e possibilidades de reconhecimento social, acionados por atores e instituições (...)”.

²⁶⁷ BAUMAN, Zygmunt; DESSAL, Gustavo. **O retorno do pêndulo: sobre a psicanálise e o futuro do mundo líquido**. 1. ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

vez mais gente cederia, de bom grado, parte de sua liberdade em troca de emancipar-se do aterrador espectro da insegurança existencial” (*Ibidem*, p. 19). Por esse prisma, observa-se uma clara e profícua harmonia entre a cessão de bom grado de uma parcela da liberdade, de Zigmunt Bauman, com a aceitação/passividade dos cidadãos à vigilância, de David Lyon.

Nesse contexto, as interações no/do território em estudo perpassam a confluência de produções urbanas que se formam de mundos e lógicas diversas em interação, da Regulação/Regramento, do Mercado, da Sociedade Civil e outros produtores macro, até as suas reverberações específicas nas *camadas* coexistentes que se afetam mutuamente e, conforme já arroladas, podem se dividir em pelo menos três: a *cidade regulada/planejada*, a *cidade vigiada* e a *cidade dos usuários/“crackeiros”* (diferente da confusão metonímica que reduz essa a tão somente ser “cidade do crack”).

Dentro desta lógica, notando-se uma possível relação de sustentabilidade entre o Mercado e a crackolândia em tela, bem como desta e as condições de produção, torna-se oportuno se apropriar do pensamento de Scott (1998), quando ele fala do contraste entre a Brasília planejada e a conseqüente Brasília não planejada, aquilo que o planejamento não viu em princípio, porém, de certa forma o sustentaria:

*The unplanned Brasília – that of the rich and that of the poor – were not merely a footnote or an accident; one could say that the cost of this kind of order and legibility at the center of the plan virtually required it be sustained by an unplanned Brasília at the margins. The two Brasília was not just different; they were symbiotic.*²⁶⁸ (SCOTT, 1998, p. 130).

Nesse sentido, Braga e Santos (2017) salientam que, assim como se observa uma relação de simbiose entre as “duas Brasília” mencionadas acima, esforços na leitura das interações da/na crackolândia do Mercado Municipal têm sido desprendidos, a fim de se verificar, se existe também um processo mutualístico, na perenidade da existência do território do crack ora estudado e o Mercado Municipal de Governador Valadares. Deve-se atentar para o fato de que os ambientes das crackolândias implicam a confusão entre o público e o privado, porquanto as ruas e praças apropriadas por tais “cenas de uso” do crack e outras drogas “estabelecem

²⁶⁸ As Brasília não planejadas – a que é dos ricos e a que é dos pobres – não eram meramente uma nota de rodapé ou um acidente; pode-se dizer que o custo deste tipo de ordem e legibilidade no centro do plano virtualmente exigia ser sustentado por uma Brasília não planejada nas margens. As duas Brasília não eram apenas diferentes; elas eram simbióticas. (Tradução nossa).

fronteiras – às vezes, mais simbólicas do que físicas – que separam, segregam, aproximam, reúnem e ordenam os grupos sociais em relação (na)daquele(s) dispositivo(s)” (*Ibidem*, p. 36).

Todavia, durante uma apropriação metodológica do Olhar de Perambulação²⁶⁹, viu-se uma senhora respeitando, em muito, aquele espaço público de *privacidade adaptada*, de modo que mesmo célere, a duração dos efeitos daquela cena provocou reflexões que demonstraram que o lançamento de olhares sobre aquele território, em busca de compreendê-lo ou de pelo menos descrever algo sobre ele, valeu a pena. De fato, um espaço com seus conflitos e questões, mas também de socorro e de carência, cujos problemas demandam a paciência do conceito para seu entendimento e, com isso, quiçá, futuras proposições de políticas públicas que contemplem suas complexidades, sem perder de vista sua necessidade de humanização²⁷⁰, muito mais do que de “revitalização”.

Não obstante tal dimensão do Olhar seja, outrossim, provocativa de inferências, questionamentos e *insights* em sequência, que se acumularam e viraram texto de uma espécie de olhar comunicacional e humanamente processual-problematizante, com benefícios de permitir um *olhar que é mais que um olhar*, por sua sinestesia (sentem-se cheiros, ouvem-se sons, etc.), possui, da mesma forma, limitações na busca pelas condições de produção do território. As principais fontes limitadoras do Olhar de Perambulação repousam, principalmente, nas possibilidades de ser visto/notado, porquanto a ocorrência desta identificação, pode prejudicar e/ou condicionar comportamentos.

Mesmo com vários cuidados/precauções no processo, é um olhar que exige do pesquisador tática e estratégia durante todo o tempo, de modo que deve ser usado em complementaridade aos demais olhares. Logo, as captações das materializações e materialidades que se transformam no repertório/arquivo de imagens no “Olho Vivo” e Outros Olhares (e.g. *Street View*) permitem arquivar imagens, sem tanto risco de exposição e problematizando mais as condições de produção, sob o viés comunicacional dos processos midiáticos.

²⁶⁹ Mais precisamente a 10ª Caminhada, realizada no dia 22 de Maio de 2018 (Terça-feira), em que se procedeu uma passagem rápida pelo dispositivo na região do “Lote vago” e bem próximo deste nas proximidades da “Polil”.

²⁷⁰ Há usuários largaram profissão, família e demais direcionamentos da vida e se sentem aprisionados ao crack e a rua, como tem sido demonstrado de forma simplificada na pesquisa dentro dos Outros olhares, em alguns depoimentos provenientes de vídeos, livros e livretos. Nas revisitas dos materiais da pesquisa, tais questões foram cada vez mais percebidas na perspectiva de *transolhares*.

Obviamente, vale pensar a exemplo de Weschenfelder (2016), na apropriação da ideia benjaminiana de “rastros”, tentando “ver o invisível” no plano cinematográfico, cujos conceitos adequados à sua situacionalidade de pesquisa (“olhos ausentes” e “pontos cegos”), também irão sempre existir, na dimensão “Olho Vivo”, por melhor que seja a capacidade produtora de imagens do olhar totalizante de um sistema de monitoramento. Por essa razão, a complementaridade e contínuo tensionamento entre as fontes do olhar são uma riqueza metodológica demasiadamente necessária a esta pesquisa, enquanto busca pelos indícios negligenciáveis.

Destarte, é relevante pontuar que a análise das mídias do ano de 2013 e 2014, em comparação com as demais fontes bibliográficas e documentais, reforçavam a primeira parte da hipótese inicial da pesquisa, que fora proposta no sentido de que o território da crackolândia em estudo é formado, principalmente, por seus aspectos materiais, cujas condicionantes ambientais contribuíram para sua depreciação histórica, perpetuando a sua condição de lugar à margem da sociedade, e sobretudo, de periferia da área central. Principalmente, com relação à área do “Lote Vago”, a qual se tornou quase que um espaço de uso exclusivo dos usuários de crack, por vezes evitado por transeuntes e visitado pela polícia para resolver problemas diversos tais como brigas, o consumo e até mesmo o tráfico de drogas.

Por outro lado, a partir do ano de 2015, as filmagens e demais fontes da pesquisa demonstram a coexistência cada vez mais constante entre os muitos participantes da vida ao entorno do Mercado Municipal e modificações estruturais no ambiente do “Lote Vago” que vislumbrou que os territórios materiais e simbólicos se interpenetram na resiliência daquele espaço. Assim, em busca de uma reflexão mais atualizada e com a objeção de outras dimensões de olhares sobre os dispositivos e circuitos operantes na crackolândia em estudo, enquanto viabilizadora de processos interacionais produtores de “mundos”, camadas e *ciudades*, que convivem e se afetam mutuamente, esta seção passa a abordar um episódio interacional que problematiza o *boderline* e conflituoso trânsito entre o público e o privado, nesses “espaços residuais” (ARANTES, 1994) dos centros comerciais.

Em face dos propósitos da seção, apresentar-se-á apenas uma imagem (Figura 64), a fim de complementar as considerações até o presente momento da espécie *sui generis* de privacidade

produzida²⁷¹ no âmbito desse “espaço residual” do Centro da cidade. Nessa visão, esclarece-se que a figura abaixo diz respeito à parte de uma gravação, relativa ao segundo semestre de 2015, a qual foi obtida pelo pesquisador, na última remessa recebida da Central de Monitoramento do COPOM, e permite uma reflexão relevante sobre aspectos do privado / íntimo na crackolândia.

Fig. 64 – Usuárias brigam e usuário permanece dormindo – região do “Lote Vago” – 2015



Fonte: Central de Monitoramento do Olho Vivo/COPOM 8ªRPM

O episódio em questão (Chamada nº 50270525) se deu na manhã do dia 26 de outubro de 2015. A imagem acima ilustra o momento em que duas usuárias brigam e a usuária de bolsa preta alçada ao ombro, logo após ter se defendido de um ataque de espeto de pau, desferido pela usuária com blusa colorida (rosa e amarela), dá um *tapa duplo* (com as duas mãos simultaneamente) na face desta última, chegando a lhe derrubar o chapéu, mas o usuário (seta vermelha apontando-o), deitado ao lado da confusão, assim permanece dormindo encolhido ao chão. Os demais usuários, nesse momento, não fazem nada para tentar impedir o agravamento da situação e, o que trajava blusa azul, bermuda estampada e boné, ainda gritou algo rindo, aparentemente, insensível e até mesmo satisfeito em assistir ao embate violento.

²⁷¹ O sistema produtivo aqui não é simplificado e abrangido cabalmente pela “situação de circulação controlada em nível empresarial” e leva a “jogos complexos” de oferta e reconhecimento, cf. Braga (2017b), de modo que reflete e articula o processo de circulação em Fausto Neto (2010) com maior produtividade do estudo caso a caso dos circuitos.

É interessante notar que as usuárias primeiro, discutem, parecendo proferir xingamentos (inferência devido às feições de raiva), em tom alto (em razão da distância uma da outra atrelada ao aparente esforço no falar), depois se agridem, dispersam-se, chegando uma guarnição da Polícia Militar ao local e procedendo à abordagem aos demais usuários que permaneceram ali. Mesmo com tantas interações vívidas, o indivíduo que dormia ao chão, somente se levanta quando acordado por um policial militar, que aponta, sinalizando para o homem também ir para a posição de busca pessoal.

Nesse contexto, vislumbra-se uma espécie de “privacidade adaptada” ou “mitigada” de quem vive na rua, ou em termos melhores, de quem se encontra em situação de rua. O que ocorre também para outras questões da fisiologia humana, além do sono, como por exemplo, ao fazer suas “necessidades” em locais mais isolados das proximidades, em face da inexistência de banheiros públicos ali perto²⁷².

Assim, a produção de transformações “entre Eclésia, a Ágora e a Oikos” mencionada por Ferreira (2020) e, debatida em relação aos “meios *semio-técnicos-sociais*” quando estes são também midiáticos por Ferreira (2017), no território da crackolândia, ocorre quase que como “*um de uma vez*”. Tal assertiva se dá no sentido de que lá, a Ágora é, outrossim, o que resta mais próximo de um *Oikos* do usuário (nas ocasiões em que este se torna uma pessoa em situação de rua) e a *Eclésia* permeia esse espaço, tentando regulá-lo e geri-lo com as complexidades que as camadas coexistentes e interagentes da cidade lhe apresenta.

Com o intuito de revisitar e esclarecer a célere, mas, paradoxalmente, profunda abordagem teórica da crackolândia enquanto um “espaço híbrido”, deve-se pontuar que para Henriques (2016, p. 15) os “espaços híbridos” denotam “a união entre espaço urbano e espaço virtual”. Entretanto, a apropriação deste conceito vislumbra a hibridez do espaço urbano em planos distintos, sobretudo no que se refere ao público/o privado, ao lugar/o não-lugar, ao material/o simbólico, e outros que se impermeiam e cujos domínio e apropriação no dispositivo

²⁷²Em parte, tal situação explica uma movimentação expressiva do “fluxo” para a região da Praça da Estação, a uma distância de aproximadamente seis quarteirões da região do Mercado Municipal, mas a um quarteirão da sede do Centro Pop (antigo CREAS POP), que é o centro de referência específico, no atendimento à população em situação de rua. Claro que há as rotinas de a bordagem social, na qual os integrantes do sistema de assistência social e até mesmo representantes eclesiais diversos (ênfase aos católicos e protestantes) levam alimentos e materiais de higiene àquelas pessoas reunidas próximo ao Mercado Municipal semanalmente, porém, não é a mesma coisa que utilizar as instalações de um centro de referência, em que o usuário pode usufruir de cuidados maiores que a rua não lhe permite (por exemplo, tomar um banho).

interacional crackolândia se perfaz de forma não só antagônica, mas também múltipla e híbrida, em suas dimensões e temporalidades pelos seus diversos atores sociais.

A percepção desses antagonismos e dessa “guerra”, de maneira múltipla, também pode ser levada a perceptível interação, no dispositivo (conforme o trabalho de campo possibilitou a discussão sobre *privacidade adaptada* abordada nesta seção através da aplicação do método da *dialética dos olhares*), da própria “luta pela moradia”. Retomando a lição de Carlos (2004, p.147-148), no sentido de a luta pela moradia não ser a luta por um “teto mais serviços”, mas pela vida contra as formas de apropriação privada. Assim, o habitar significaria a apropriação dos lugares de realização da vida²⁷³.

Nesta lógica de coleta de indícios para inferências, mais propriamente à delimitação temática, torna-se relevante destacar, no estudo das filmagens do sistema de monitoramento “Olho Vivo” a respeito da crackolândia situada próxima ao Mercado Municipal de Governador Valadares/MG, trata-se de um circuito fechado (ou um circuito interno). Tal percepção surgiu, à medida que, mesmo tendo as câmeras rotação 360°, elas encontram-se afixadas em locais específicos, captando e transmitindo os sinais para a Central de Monitoramento no Comando de Operações da Polícia Militar (COPOM).

Por outro lado, verificou-se que a mesma crackolândia, enquanto território e dispositivo interacional, dentro da lógica da “guerra dos lugares” de Arantes (1994), deve ser tratada como um *circuito semiaberto*²⁷⁴, com base nos indícios reunidos na pesquisa, pois como observado, o circuito em análise não é totalmente aberto, uma vez que comporta estranheza e até mesmo

²⁷³ Em uma leitura jurídico-comunicacional, é necessário um juízo de ponderação (“tensionamento”) ao direito à propriedade, inclusive a do próprio Estado, com outros direitos fundamentais respaldados na Constituição Federal de 1988 que não só o direito “a intimidade, a vida privada” (art. 5º, X) e “a moradia” (art. 6º, Caput), mas principalmente a dignidade da pessoa humana enquanto fundamento da República Federativa do Brasil (art. 1º, III) e os objetivos desta de “construir uma sociedade livre, justa e solidária” e “erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais” (art. 3º, I e III respectivamente), na apreciação das lides de tal território. Tal questão envolve complexidades não só de fornecer não só “o teto mais serviços” que Carlos (2004) menciona, mas até mesmo de convencer o ser humano a se reconhecer / autonomizar-se acima da condição de usuário de crack e/ou de em situação de rua, bem como outras necessidades que demandam uma articulação de esforços supra ao aparato de vigilância, o qual acaba tendo de repetidamente mediar e atenuar conflitos, com limitações jurídicas e profissionais diante do que o caso requer.

²⁷⁴ Propõe-se esse termo, pois é o que melhor tem condições de abarcar o “funcionamento” da crackolândia enquanto um circuito híbrido e de contrastes marcantes, e paradoxalmente, evanescentes. *In casu*: o público e o privado; o lugar e o não-lugar. No presente trabalho, apresenta-se um esforço de tal sugestão terminológica, em razão de o pesquisador estar articulando as noções de “espaço híbrido”, “guerra dos lugares”, “campos de forças” e outros afins que, inferencialmente, permitem a categorização do território da crackolândia, como um circuito “semiaberto”.

temor nos externos, mas também não é totalmente fechado, porquanto é permeável. Assim, trata-se de um *circuito semiaberto* (constituente de um espaço de notável hibridez), inferindo-se que o relacionamento entre esse e outros circuitos vizinhos, bem como entre as populações ali presentes, apresentam dupla-afetação, capaz de gerar estabilidade onde se permeia a instabilidade.

Segundo Braga (2017a, p. 44), a reiteração de conexões entre diferentes dispositivos interacionais caracteriza “um circuito, que passa direcionar explicitamente o fluxo comunicacional adiante, em determinadas condições contextuais”. Lado outro, o autor lembra “que um mesmo dispositivo interacional pode estar inscrito em diferentes circuitos (ou *trabalhar* diferentes circuitos).” (*Ibidem*, p. 45).

Por esse prisma, é importante mencionar ainda que, nos métodos da investigação, os percursos no local viabilizaram olhares diacrônicos (permitiram enxergar mais transformações da região do “Lote vago” e outros espaços ao longo dos anos) e também sincrônico (pois a ocasião também estava sendo vista pelos operadores do “Olho Vivo”), de modo que os múltiplos olhares surgiram em confrontações, provocando questionamentos, inferências e percepções, acerca do objeto de estudo e suas caracterizações. Dessa maneira, sua perspectiva produtora e *circuitável* não é algo pronto, apriorístico; porém, tentativo-adaptativo, que demanda uma confluência objetante-criativa, apta a perpassar o conjunto *téorico-epistêmico-metodológico-empírico* (e não necessariamente observando essa ordem).

Por essa razão, as cidades sob tal leitura são produtoras até mesmo de regras de convivência, e, em uma visão simplificada de coexistência das três cidades (a *vigiada*, a *administrada* e a *usada pelos “crackeiros”*) abstraídas, cada um que entra no dispositivo está em interação com os seus arranjos, de modo que a inobservância destes provoca reações.

Por isso, a quebra das regras da cidade dos *crackeiros* enseja consequências (ainda que sem amparo legal para, os mecanismos internos de controle informal que existem e se manifestam, muitas vezes, por meio de violência, infelizmente, são exercidos como forma de “solução” dos conflitos). Igualmente, rupturas das regras da cidade *vigiada* / da polícia, obviamente, também terão consequências no viés da preservação ou restauração da ordem pública, havendo um protocolo de atuação para cada ocorrência. Da mesma forma, a cidade *administrada* estipula

seus regramentos, em busca de possibilitar a urbe, em sua razão de existência, sob a justificativa de viabilizar a convivência pacífica entre os concidadãos.

Diante disso, as conexões entre dispositivos/espços/camadas/cidades diferentes do território da crackolândia (por exemplo, *Mercado Municipal*-“*Lote vago*”; “*Lote Vago*”-“*Depósitos*”; “*Depósitos*”-“*Ponto de ônibus*”; “*Lote Vago*” – “*Polil*”; etc.) mostram intercomunicações que seguem adiante e retornam, fornecendo pistas e indícios sobre os quais se têm feito inferências e buscado descobertas que seguem para além da presente pesquisa. Logo, a *privacidade adaptada* ou mitigada agrega-se às outras inferências sínteses (abduativas III) e às demais da investigação, com o intuito de que tenham servido, não só a este estudo, mas que se aperfeiçoem na lógica do “método” como “moeda de circulação” (FERREIRA, 2010) transcendendo linhas e campos.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Imagine por um instante que eu tenha pedido emprestado à técnica, para escrever a obra, a próxima pena: a *caneta-leitor*. Em seu entender, que é que apareceria na tela, insultos ou cumprimentos? Mas jamais vimos um escritor escrever em favor de sua caneta...” (P. Virilio).

O atravessamento de olhares sobre o território da crackolândia objeto de estudo do presente trabalho, há muito tempo tem inquietado este pesquisador que, em busca de avançar nos conhecimentos desenvolvidos ainda no mestrado, superando o viés quantitativo-material deste, à procura de métodos e descobertas qualitativo-interacionais, levou-o ao encontro com as ciências da comunicação. Dentro desse contexto possibilidades tentativas, por meio do olhar comunicacional, obviamente, sem diminuir a importância dos estudos territoriais viabilizados pela investigação anterior porém, reconhecendo seus limites à pesquisa em comunicação.

Nesse percurso, tornou-se necessário o processamento de diferentes movimentos teórico-epistêmico-metodológico-empíricos, que permitisse extrair dos observáveis respostas para questões desdobradas das configurações do território estudado, enquanto dispositivo interacional, bem como das lógicas de seus processos interacionais. Para tanto, demandou-se pensar em um método que desse conta das vicissitudes líquidas e híbridas a que ele se propunha observar, contribuindo para as ciências comunicacionais, mas, outrossim, permitindo a interface com outros campos, sob os auspícios do tensionamento e da complementaridade, como procedimentos heurísticos.

Eis aí uma grande riqueza do método construído, seu caráter constante e heurísticamente tentativo, constituindo-o em uma contribuição epistêmica da tese e para além desta. O testar/experimentar as hipóteses não só do ponto de vista empírico-teórico, mas também metodológico-epistêmico, colocando as aproximações metodológicas, igualmente, na condição de observável. Por essa razão, o próprio método inviabiliza crenças em encontros de verdades absolutas sobre o objeto de estudo, pois enquanto faz seu percurso, pode deparar com descobertas relevantes às ciências da comunicação e à interface dessas com outros campos

científicos, por meio da confrontação de múltiplos olhares, que se atravessam e viabilizam inferências.

Concernente a esse aspecto, salienta-se que a hipótese principal foi produtiva, porquanto vislumbrou-se que a problematização a partir do constructo dispositivo interacional e midiático do território da crackolândia propiciou inferências explicativas (abduativas), considerando materialidades, ainda que se tenha verificado conjunturas simbólicas novas, na abdução do “lote vago” enquanto um sistema de produção. A preponderância das materialidades da experiência, nas relações de domínio e apropriação do território, assim como nas territorialidades itinerantes, foi vislumbrada, inclusive na aproximação das condicionantes ambientais que contribuíram para sua depreciação histórica e permanência rotuladora da sua condição de lugar à margem / periferia da área central. Quanto à segunda parte da hipótese – as lógicas dos processos midiáticos da/naquele perpassam(-se) e atravessam(-se), entre episódios e complexidades comunicacionais-territoriais, por meio dos quais dispositivos, circuitos e sentidos explicitaram suas especificidades híbridas e conflituosas –, avançou-se no sentido da imersão nisso que foi enunciado, de forma abstrata, enquanto ponto de partida.

Em complemento, a circulação de sentidos da cidade possibilitou que as transformações do(s)/no(s) território(s) e dispositivo(s) em intercomunicação pudessem ser analisadas sob o viés de sistemas de produção e reconhecimento, inferindo-se dali a coexistência das “cidades” que foram delineadas, a partir do esforço metodológico e materiais de leitura. Na perspectiva de experimentação da hipótese secundária pertinente, procedeu-se à explicitação das transformações do sistema de produção do “lote vago”. Todavia, sugere-se que novas pesquisas, não só em complemento das lógicas de dispositivos internacionais e circuitos, mas também no viés específico do estudo das crackolândias como fontes de circulação de sentidos possam ser desenvolvidas sob a ótica dos próprios usuários, o que não foi possível ao pesquisador, ressalvado por meio dos Outros Olhares, conforme explicado na pesquisa.

No mesmo sentido, é importante pontuar que o objetivo principal de investigar a(s) lógica(s) dos processos midiáticos, considerando a dimensão interacional da crackolândia, situada próximo ao Mercado Municipal de Governador Valadares, por meio da dialética dos olhares, foi alcançado. A interpenetração das três dimensões de olhares do método, viabilizou a observação destes em relação a si próprios e de uns aos outros, permitindo reflexões inferenciais

e qualitativo-interacionais sobre o território e as territorialidades, de forma aprofundada. Assim, os objetivos específicos também foram cumpridos.

Quanto ao primeiro desses objetivos, as contextualizações do crack, crackolândia e afins, foram evidenciadas, principalmente, no Capítulo 3 desta pesquisa, enquanto o segundo, a explicitação dos aspectos físicos e ambientais com as configurações de sentido, foram verificadas tanto no Capítulo 2, quanto em partes específicas do Capítulo 6 (e.g. na seção 6.3.1). Já o terceiro objetivo encontra-se em, praticamente, todo o trabalho, sobretudo no Capítulo 6, o qual consistiu em um esforço pleno de registro, articulação e sistematização de inferências “densas”, considerando indícios, proposta metodológica e interfaces teóricas, a fim de compreender as lógicas dos processos interagentes na/daquele território.

Com relação ao quarto e último objetivo secundário, voltado ao desenvolvimento de estratégias e movimentos metodológicos que possibilitassem atravessamentos e processamentos de olhares tentativos, na busca de estudar o território em questão, enquanto dispositivo e, talvez, heurísticamente, vir a colaborar na proposição de políticas públicas, a partir de generalizações potenciais através do caso investigado, deve-se proceder à explicitação por partes. Primeiramente, esclarece-se que o movimento *epistêmico-teórico-metodológico-empírico* (operando de forma tensionante não necessariamente nesta ordem), desenvolvido na pesquisa, encaminhou a inferências e descobertas, sendo que algumas vieram no sentido de confirmar ou aprimoraram as hipóteses, enquanto outras trouxeram conhecimentos totalmente imprevistos, por meio da dialética dos olhares.

Desse modo, os resultados inferenciais da pesquisa foram bastante propositivos, conforme se pode notar na leitura do Capítulo 6 cujas articulações abduativas foram divididas nos níveis I, II e III. As primeiras foram sistematizadas nos Quadros Sinópticos, em que se constaram as inferências, fontes de indícios e outras peculiaridades. As segundas, decorreram da aplicação do esforço metodológico no/do dispositivo, partindo-se de cada parte integrante da dialética dos olhares, como ponto de referência às articulações intrínsecas e *extrínsecas* (com as outras dimensões). Por último, as inferências de nível III, enquanto sínteses abduativas abstraídas dos episódios interacionais. Portanto, os resultados da reflexão estão presentes e foram socializados, por meio das publicações, e podem vir a contribuir com outras pesquisas.

Por outro lado, quanto à última parte do objetivo em questão, acerca da possibilidade de vir a colaborar com políticas públicas, a expectativa maior é de que a dialética dos olhares e o lançamento de um olhar de humanização com relação às pessoas observadas no território, possam cumprir tal mister. Tal raciocínio decorre, inclusive, do fato de que a presente tese não é apenas resultado do doutorado, mas de um longo processo que envolve um profissional policial militar e pesquisador que, desde o mestrado, tenta acadêmica e profissionalmente, pensar sobre caminhos contributivos à atenuação do sofrimento dos seres humanos, em vulnerabilidade social, pela condição de usuários de crack e, geralmente, também em situação de rua.

Assim, a “dialética dos olhares”, enquanto meio de investigação do território da crackolândia como dispositivo interacional, tratou, antes de tudo, de buscar, desde o início da pesquisa, o olhar comunicacional-interacional, possibilitando a confluência de métodos (*transmetodologicamente*), da mesma forma que permite e viabiliza a confluência de olhares. Portanto, é possível a utilização desse método em articulação com outras metodologias diagnósticas que possam agregar na solução de problemas das “cenas de uso” do crack e outras drogas, em nível macro, além da contribuição direta dos próprios conhecimentos da investigação sobre o específico caso estudado, em nível micro. Quanto a este último, pode-se mencionar, por exemplo²⁷⁵, a imperiosa necessidade de levantamentos prévios às operações policiais, na área, com identificação clara dos traficantes e mapeamento dos locais utilizados como “ponto de apoio” à venda/homizio de drogas, à medida que as figuras de fornecedores de drogas, falsamente transvestidos de usuários, foram crescendo naquele território, ao longo dos anos.

Todavia, a contribuição maior do estudo, sob a ótica do pesquisador, encontra-se tanto no nível inferencial / teórico-epistêmico, que pode ser repetido e aprimorado em outras áreas e campos, quanto na humanização do olhar sobre as possibilidades interacionais, além do crack. Nesse diapasão, vale pontuar que as lógicas a que estamos habituados, nem sempre poderão sozinhas, explicar os episódios interacionais da crackolândia analisados na perspectiva da midiatização. Como já observado nesta pesquisa, acerca da atualização do conceito de não-lugar (AUGÉ,

²⁷⁵ Durante o trabalho, foram exemplificadas outras contribuições de nível micro, como lados da via em que caminhões ensejariam “pontos cegos” ao circuito de videomonitoramento, de modo que talvez poderiam ser buscados junto ao poder público municipal, a proibição de estacionamento de veículos pesados de tal lado da via, para fins de a cidade vigiada ter melhores condições vigilância e resposta a infrações criminais que ali ocorram.

2019), é importante pontuar que na mesma entrevista ao “El País”, Marc Augé explica que “com a tecnologia já carregamos o ‘não lugar’ em cima, conosco”. Logo, pela frequente ausência de dispositivos midiáticos no meio dos usuários de crack, estes não teriam sido alvos dessa imersão permanente em não-lugares, conforme observado em imagens do sistema de videomonitoramento estudado e em percursos das caminhadas em campo.

Nesse mesmo condão, através do Olhar “Outros Olhares”, houve a inferência de o espaço da crackolândia não ser um não-lugar tratado pela Zona Boêmia, com fulcro na pesquisa piloto e o trabalho de campo, em pesquisa à parte, que resultou no trabalho Genovez, Teixeira e Braga (2019). A ideia estigmatizadora de a região ser um “ímã” para coisas negativas, um lugar de delito, à margem, ou “calcanhar de Aquiles” da área central, foi tensionada ao longo dos anos de pesquisa.

De fato, o local acumula sujeira, mas dentro da normalidade de mercados municipais que produzem quantidades excessivas de sobras e lixo, principalmente nos dias de feira. Outrossim, sabe-se que parte considerável dos resíduos desses locais tem serventia material aos usuários de crack no uso como “maricas” (cachimbo para fumo do crack muitas vezes feito à base de latas de alumínio, PET, cano PVC e outros similares). Contudo, as materializações da experiência mental, as conexões e interações ali vivenciadas e compartilhadas, com repercussões em arranjos disposicionais que transformam, mas também conservam características daquele território, não podem operar inferências apriorísticas que desconsiderem o componente humano e/ou que sejam causalista-reducionistas, para busca de relações de tão somente a sujeira/lixo produzir a crackolândia, ou de esta invariavelmente causar a sujeira/lixo.

Nesse contexto, deve-se notar que preocupações em acabar com as crackolândias não são erradas, a princípio. Na verdade, fazem todo o sentido do ponto de vista humano, se pensarmos em qual é o fator motivador dessa tentativa, bem como na obrigação do Estado perante a segurança e saúde públicas, assim como a responsabilidade de todos nesse mesmo circuito, inclusive da comunidade científica. A esse respeito, com viés conclusivo, gostaríamos de tomar emprestado, como pontapé inicial de um raciocínio final, a citação sobre o pensamento de Flusser, por Muniz Sodré, falando de um humanismo não mais calcado na “centralidade” ou na “superioridade”, mas em [...] “outro tipo de *polis*, além da ideia de círculo humano ambiental, o sentido de uma orientação existencial específica” (SODRÉ, 2017, p. 23).

Não obstante o autor tenha feito, com outros propósitos reflexivos, faz-se a apropriação cabível para pensarmos o questionamento a seguir: qual o humanismo e novo tipo de *polis*, que se pretende atingir, com a bandeira do fim da(s) crackolândia(s)? Caso seja, para que se coloque em igualdade (e tendo empatia com) as pessoas que ali estão, com o intuito de encerrar o sofrimento / vitimização da violência e das drogas, retomando um humanismo acolhedor para os hipossuficientes, categorizando casos/sujeitos (e.g. separando traficantes de usuários), realmente constitui sim revitalização e humanização. Em sentido contrário, caso o objetivo seja somente o retome de valores imobiliários, o limpar o que é “sujo”, ou o odorizar o que é “fétido”, estaremos diante de apenas gentrificação e higienização.

Em enfrentamento a essa conjuntura complexa e polivalente, procurou-se, com a presente investigação, o desenvolvimento de estratégias e movimentos metodológicos que possibilitem atravessamentos / processamentos de olhares tentativos. Nessa busca insistente de estudar de forma aprofundada o território em questão, enquanto dispositivo interacional, porfiou-se em procurar pelas lógicas dos processos ali operantes e interagentes. Assim, acredita-se que a compreensão melhor de seus arranjos posicionais e outros componentes interacionais, bem como estratégia metodológica (des)construída, podem ser vistos como possibilitadores de, heurísticamente, vir a colaborar com outras pesquisas e quiçá, com a proposição de políticas públicas.

Diante da apresentação dos movimentos da pesquisa, com a “esperança (...) de que esse conhecimento” (BRAGA, 2012b, p. 37) compartilhado possa “resultar benéfico para a vida” (*Ibidem*), deve-se reconhecer o procedimento a uma caracterização das regras internas (articuladas com o contexto) e buscar a modelização – proposições de ordem geral – e, com um esforço abduutivo, tentar “enxergar o geral no específico” (BURKE, 2000, p. 16).

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **O que é um dispositivo?** *outra travessia*, eISSN 2176-8552, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. Revista do Programa de Pós-Graduação em Literatura da UFSC, n. 5 (2005), 2º Semestre. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/Outra/article/view/12576>. Acesso em: 04/11/2017.

ALBUQUERQUE, Bernardo Starling (2010). **“Idade doida da pedra: configurações históricas e atropológicas do crack na contemporaneidade**, pp. 13-37. *In: Crack: um desafio social*. Organizadores: Luis Flavio Saporì e Regina Medeiros. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2010, 220p.

ARANTES, Antônio A. A guerra dos lugares – sobre fronteiras simbólicas e liminaridades no espaço urbano. *In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, nº 23, pp. 191-203, 1994.

AUGÉ, Marc. **Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade**. Campinas: Papirus, 1994.

_____. **El País**. Com a tecnologia já carregamos o ‘não lugar’ em cima, conosco”: O prestigiado antropólogo francês publica 'As Pequenas Alegrias', brevíário para se encontrar a felicidade na vida cotidiana "apesar de tudo". Barcelona, 31 jan. 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/01/31/tecnologia/1548961654_584973.html. Acesso em: 16 mai. 2019.

BARROS, Sandra Augusta Leão. **O que são os bairros: limites político-administrativos ou lugares urbanos da cidade? O caso de Apipucos e Poço da Panela no Recife**. São Paulo, 2002. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. Recife: Imprensa Universitária UFRPE/Fapesp, 2004.

BASTOS, Francisco I. **Crack no Brasil: uma emergência de saúde**. Cad. Saúde Pública vol. 28 no. 6. Rio de Janeiro June 2012.

BAUMAN, Zygmunt. **Vigilância líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

BAUMAN, Zygmunt; DESSAL, Gustavo. **O retorno do pêndulo: sobre a psicanálise e o futuro do mundo líquido**. 1. ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

BECKER, Howard S (1993). **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais** [1992]. São Paulo: Hucitec.

BENJAMIN, W. **Charles Baudelaire, um lírico no auge do capitalismo**. Trad. José Martins Barbosa e Hermerson Alves Batista. São Paulo: Brasiliense, 1989. (Obras escolhidas, v.3)

_____. **Rua de mão única: Infância berlinense**. Edição e tradução João Barrento. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

_____. **A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica.** Organização e prefácio Márcio Seligmann-Silva; tradução Gabriel Valladão Silva. Porto Alegre, RS: L&PM, 2017a.

_____. **Estética da sociologia da arte.** Edição e tradução João Barrento. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017b.

_____. **Imagens de pensamento/Sobre o haxixe e outras drogas.** Edição e tradução João Barrento. 1. ed. 2 reimp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017c.

_____. **Passagens.** Edição alemã de Rolf Tiedeman; organização da edição brasileira Willi Bolle; colaboração na organização da edição brasileira Olegária Chain Féres Matos; tradução do alemão Irene Aron, tradução do francês Cleonice Paes Barreto Mourão; revisão técnica Patrícia de Freitas Camargo. - Belo Horizonte: Editora UFMG, 2018. 3v.

BERTALANFFY, Ludwig von. **Teoria Geral dos Sistemas.** 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1977.

BIZZONTO, Antonieta G. (2010). **A luta do crackeiro embaraçado entre a fissura e a intoxicação**, pp. 125-144. In: **Crack: um desafio social.** Organizadores: Luis Flavio Saporì e Regina Medeiros. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2010, 220p.

BONI, Paulo César; HOFFMAN, Maria Luisa. **Guardião de imagens: “memórias fotográficas” e a relação de pertencimento de um pioneiro com Londrina.** Em *Questão*, Porto Alegre, v. 17, n. 2, p. 147-164, jul./dez. 2011.

BONO, J. **Criminalistics: Introduction to controlled substances.** In S.B. KARCH (Ed.), *Drug Abuse Handbook*, 1998, 75p.

BOURDIEU, Pierre. [1987] “Da regra às estratégias”, in **Coisas Ditas.** São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 77-95.

_____. **A miséria do mundo.** Petrópolis: Vozes, 1998.

BRAGA, José Luiz. **A sociedade enfrenta sua mídia.** São Paulo: Paulus, 2006. P. 21-44.

_____. (2008). **Comunicação, disciplina indiciária.** Matrizes. Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da USP. São Paulo: ECA/USP. Ano. N. 2 abr.2008. p. 73-88.
Disponível em: www.revistas.univerciencia.org/index.php/MATRIZES/article/download/5235/5259; Acesso em: 23/07/2017.

_____. **Nem rara, nem ausente – tentativa.** Matrizes, Ano 4, nº 1, jul./dez. São Paulo: ECA/USP, p. 65-81, 2010a. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/38276/41086>. Acesso em: 06/08/2017.

_____. **Disciplina ou campo? O desafio da Consolidação dos estudos em comunicação.** In: FERREIRA, Jairo; FREITAS, Luiz Antônio Signates; PIMENTA, Francisco José Paoliello. *Estudos da comunicação: transversalidades epistemológicas.* – São Leopoldo, RS: Ed. UNISINOS, 2010b, p. 19-38.

_____. “**A prática da pesquisa em Comunicação: abordagem metodológica como tomada de decisões**”. Revista E-Compós, vol. 14, nº 1, Brasília: Compós, 2011, p. 1-33. Endereço: <http://www.compos.org.br/seer/index.php/e-compos/article/view/665/503>. Acessado em: 12/11/2017.

_____. **Circuitos versus campos sociais**. In: MATTOS, MA., JANOTTI JUNIOR, J., and JACKS, N., orgs. *Mediação & midiatização* [online]. Salvador: EDUFBA, 2012a, pp. 29-52. ISBN 978-85-232-1205-6. Available from SciELO Books.

_____. (2012). **Interaction as Context of Communication**. Matrizes. Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da USP. São Paulo:ECA/USP. Ano 6. n. 1 jul-dez. 2012b, p. 25-41. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/matrizes/article/viewFile/48048/51802>; Acesso em: 23/07/2017.

_____. **Parte I - Matrizes Interacionais**. In: BRAGA, José Luiz; CALAZANS, Regina; RABELO, Leon et al. *Matrizes Interacionais – A comunicação constrói a sociedade*. Campina Grande: EDUEPB, 2017a.

_____. **Circulação & circuitos: situações**. In: *A circulação discursiva: entre produção e reconhecimento*. Organizado por Paulo César Castro. – Maceió: EDUFAL, 2017b.

_____. **Interagindo com Foucault – Os arranjos posicionais e a comunicação**. Questões Transversais – Revista de Epistemologias da Comunicação da UNISINOS. Vol. 6, nº 12, julho-dezembro/2018b. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/questoes/index>. Acesso em: 19/10/2019.

BRAGA, Tiago Farias. O Direito Penal e os remédios proporcionais às doenças. In: **O Alferes**, Belo Horizonte, 61 (22): p. 69-82, jan./jun., 2007.

_____. **O território da crackolândia: um “novo-antigo” calcanhar de Aquiles do Centro de Governador Valadares**. 2015, 220f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Gestão Integrada do Território, Universidade do Vale do Rio Doce, Governador Valadares.

_____. O Território da crackolândia enquanto dispositivo interacional: Um estudo da lógica do processo interacional no/do dispositivo por meio da dialética dos olhares. In: **Anais. I SEMINÁRIO DISCENTE PPGCC UNISINOS (SDCOM)**, São Leopoldo/RS, 2018a.

_____. **Legitimidade para uso de arma de fogo como meio de parada de veículo automotor em fuga (usada contra o veículo) nas rodovias: Perseguição com a viatura atrás do veículo ou cerco e bloqueio com a guarnição à frente**. Belo Horizonte, 2020, 185 f. Monografia (Especialização). Centro de Pesquisa e Pós-Graduação, Academia de Polícia Militar de Minas Gerais, Belo Horizonte.

BRAGA, Tiago Farias; SANTOS, Mauro Augusto. **O território da crackolândia: um “novo-antigo” calcanhar de Aquiles do Centro de Governador Valadares**. Anais: 12º Simpósio de Pesquisa e Iniciação Científica. Governador Valadares: Universidade Vale do Rio Doce – UNIVALE, 2014.

_____. (2017). **Uma crackolândia de Governador Valadares: abordagem territorial a partir das imagens do sistema de monitoramento Olho Vivo**. REBESP - Revista Brasileira de

Estudos de Segurança Pública. Goiânia: PMGO. v. 10, n. 2, 2017, p. 29-40. Disponível em: <http://revista.ssp.go.gov.br/index.php?journal=rebsp>; Acesso em: 21/06/2018.

BRAGA, Tiago Farias; SILVEIRA, Fabrício Lopes. **A dialética dos olhares como tentativa heurístico-indiciária de se investigar o território da crackolândia enquanto dispositivo interacional** In: 41º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação - GP Comunicação e Culturas Urbanas, 2018, Joinville/SC. Tema: Desigualdades, gêneros e comunicação. 2018.

_____. **Uma dialética de olhares:** um exercício heurístico-indiciário para a investigação do território da crackolândia de Governador Valadares (Mg) Enquanto Dispositivo Interacional. Tropos: Comunicação, Sociedade E Cultura. , V.8, P.1 - 19, 2019.

BRAGA, Tiago Farias; SOUZA, Wesley Wadim P. Ferreira de. Tensionamentos à proibição de depor: a garantia constitucional do sigilo da fonte e a liberdade de exercício profissional do(a) jornalista. *In: O Alferes*, Belo Horizonte, 75 (29): p. 11-38, jul./dez., 2019.

BRASIL. **Código Penal**. Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal. Edição 2006. Brasília: Diário Oficial da União, 07 dez. 1940. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/legislacao/portal-legis/legislacao-1>. Acesso em: 26 abr. 2020

_____. **Código de Processo Penal**. Decreto-Lei 3689, de 03 de outubro de 1941. Código de Processo Penal. Brasília: Diário Oficial da União, 03 out. 1941. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/legislacao/portal-legis/legislacao-1>. Acesso em: 26 abr. 2020.

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Secretaria Nacional de Segurança Pública. **Curso Nacional de Multiplicador de Polícia Comunitária** / Secretaria Nacional de Segurança Pública. – 5. ed. – Brasília: Ministério da Justiça, 2013, 504p.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer nº 945/2019**. Brasília: Ministério da Educação, Portal do MEC, 2019. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=1328_81-pces945-19&category_slug=dezembro-2019-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 06 mar. 2020.

BRESCIANI, Maria Stella. **Palavras da cidade**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001, 119p.

BRUNO, Fernanda. **Vigilância e visibilidade:** espaço, tecnologia e identificação. Porto Alegre: Sulina, 2010, 296 p.

BRUNO, Fernanda; KANASHIRO, Marta; FIRMINO, Rodrigo. **Máquinas de ver, modos de ser:** vigilância, tecnologia e subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2013, 190 p.

BURKE, Peter. **História e Teoria Social** [1992]. São Paulo, UNESP, 2000.

CAMARGO, Luís Henrique Ramos de. **A geoestratégia da natureza:** a geografia da complexidade e a resistência à possível mudança do padrão planetário ambiental. Rio de Janeiro: Betrand Brasil. 2012. 240p.

CARLON, Mario. El marco teórico: una perspectiva no antropocêntrica de la mediatización. In: CARLON, Mario. **Despues del fin: uma perspectiva no antropocentrica sobre la post-TV, el post cine y youtube.** Buenos Aires: La Crujia, 2016. p. 09-16.

CARLOS, A. F. A. **O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade.** São Paulo: Contexto, 2004.

CARMO, Juscélia do. (2017). In: CREAS POP. **A rua conta sua história.** Livreto. Projeto integrante da disciplina “Estágio Supervisionado Obrigatório III”. Curso de Serviço Social da UNOPAR – Universidade do Norte do Paraná. Governador Valadares: CREAS POP, 2017.

CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM POPULAÇÃO DE RUA (CREAS POP). **A rua conta sua história.** Livreto. Projeto integrante da disciplina “Estágio Supervisionado Obrigatório III”. Curso de Serviço Social da UNOPAR – Universidade do Norte do Paraná. Governador Valadares: CREAS POP, 2017.

CERTEAU, Michel de. Andando na Cidade. Tradução Anna Olga de Barros Barreto. In: **Revista do Patimônio Histórico e Artístico Nacional**, nº 23, 1993, pp. 21-31.

_____. **A invenção do cotidiano: 1 Artes de fazer / Michel de Certeau; 17. ed.** Tradução Ephraim Ferreira Alves – Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

CERTEAU, Michael de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. **A invenção do cotidiano: 2. morar, cozinhar.** 9ª Ed., Petrópolis: Vozes, 2009. Vol. II (p. 31-114).

CHIGNOLA, Sandro. **Sobre o dispositivo: Foucault, Agamben, Deleuze.** Caderno IHU ideias. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Instituto Humanitas Unisinos. Ano XII – nº 214 – V. 12 – 2014.

CHIAVERINI, Tomás. Cama de cimento: uma reportagem sobre o povo das ruas. Rio de Janeiro: Ediouro, 2007, 243 p.

CHIZZOLINI, Bianca. (2017). Entrevista. In: **Google Street View contribui para compreensão da “cracolândia”.** 07/12/2017 Raphael Concli Sociedade. Agência Universitária de Notícias – AUN, USP, 2017. Disponível em: <https://paineira.usp.br/aun/index.php/2017/12/07/google-street-view-contribui-para-compreensao-da-cracolandia/>. Acesso em: 09 mai. 2018.

COELHO, Maria Gorette. (2017). In: CREAS POP. **A rua conta sua história.** Livreto. Projeto integrante da disciplina “Estágio Supervisionado Obrigatório III”. Curso de Serviço Social da UNOPAR – Universidade do Norte do Paraná. Governador Valadares: CREAS POP, 2017.

COELHO, Teixeira. **Moderno Pós-Moderno.** Modos & Versões. São Paulo: Iluminuras, 1995.

CONCLI, Raphael. **Google Street View contribui para compreensão da “cracolândia”.** 07/12/2017 Raphael Concli Sociedade. Agência Universitária de Notícias – AUN, USP, 2017. Disponível em: <https://paineira.usp.br/aun/index.php/2017/12/07/google-street-view-contribui-para-compreensao-da-cracolandia/>. Acesso em: 09 mai. 2018.

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE SÃO PAULO (CREMESP); ASSOCIAÇÃO MÉDICA BRASILEIRA (AMB). **Usuários de substâncias psicoativas: abordagem, diagnóstico e tratamento.** Coordenação de Ronaldo Laranjeira et al. São Paulo: CREMESP/AMB, 2002, 96 p.

CORDEIRO, Francisco. **Apresentação**, pp. 07-08. *In: Crack: um desafio social.* Organizadores: Luis Flavio Saporì e Regina Medeiros. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2010, 220p.

DAFFARA, Miguel Elias. **Cracolândia: Laboratório para as ciências policiais.** Experiências e propostas de atuação integrada com a GCM, Saúde, Assistência social e Comunidade. 2018. 205 f.: Tese (Doutorado em Ciências Policiais de Segurança e Ordem Pública.) – Academias de Polícia Militar do Barro Branco - Polícia Militar do Estado de São Paulo, Centro de Altos Estudos de Segurança, São Paulo, 2018.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia.** Vol. 3. Rio de Janeiro: Editora 34, 1996.

_____. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia.** Vol. 5. Rio de Janeiro: Editora 34, 1997.

DUNN, J.; LARANJEIRA, R.R.; SILVEIRA, D.X.; FORMIGONI M.L.O.S.; FERRI, C.P. Crack cocaine: an increase in the use among patient attending clinics in São Paulo 1990-1993. *Subst Use Misuse.* 1996, 31:519-27.

ECKERT, Cornélia; ROCHA, Ana Luiza Carvalho da. Etnografia na rua e câmera na mão. **Revista Studium**, n. 08, UNICAMP, Campinas/SP, verão/2002. Disponível em: <http://www.studium.iar.unicamp.br/oito/2.htm>. Acesso em: 10 Set. 2017.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade.** Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2000.

ESPÍNDOLA, Haruf Salmen. **História da Associação comercial de Governador Valadares.** Governador Valadares: ACGV, 1999, 198 p.

FAUSTO NETO, Antônio. Fragmentos de uma “analítica” da mediação. **Matrizes**, V. 1, nº 2, São Paulo: ECA/USP, 2008, p. 89-105.

FERREIRA, Jairo. **Campo acadêmico e epistemologia da comunicação.** In: André Lemos; Angela Pryston; Juremir Machado da Silva; Simone Pereira de Sá. (Org.). *Mídia.br. Livro da XII Compós - 2003.* 1ed. Porto Alegre: Sulina, 2004, v. 1, p. 115-129.

_____. “O método como valor de trocas nas ciências sociais”. In: FERREIRA, Jairo; FREITAS, Luiz Antônio Signates; PIMENTA, Francisco José Paoliello. **Estudos da comunicação: transversalidades epistemológicas.** – São Leopoldo, RS: Ed. UNISINOS, 2010, p. 19-38.

_____. **A construção de casos sobre a mediação e a circulação como objetos de pesquisa: das lógicas às analogias para investigar a explosão das defasagens.** *Galáxia (São Paulo)* [online]. 2016, n.33, pp.199-213. <http://dx.doi.org/10.1590/1982-25542016224292>.

_____. **As metamorfoses da circulação:** dos fluxos às questões de reconhecimento. In: A circulação discursiva: entre produção e reconhecimento. Organizado por Paulo César Castro. – Maceió: EDUFAL, 2017.

_____. O objeto, o método e a metodologia na pesquisa da circulação e mediação (inferências a partir da obra “Ethnographie de l’exposition”). 2020 (no prelo).

FIEMG. Vídeo de 2min54seg de divulgação da cidade de Governador Valadares/MG. Elaborado pela Agenda de Convergência da Regional Rio Doce da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG). 2017.

FLETCHER, Connie. **Não Existe Crime Perfeito.** Todo Contato Deixa Um Vestígio. São Paulo: Prestígio Editorial, 2007.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir:** nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramallete. 42. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

FRUGÓLI JR., Heitor; CHIZZOLINI, Bianca Barbosa. (2017). **Relações entre etnografia face a face e imagens do google street view: uma pesquisa sobre usuários de crack nas ruas do Centro de São Paulo.** GIS – Gesto Imagem e Som. Revista de Antropologia. São Paulo, v. 2, n.1, maio (2017). p. 11-36. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/gis/issue/view/9026/1016>.

FRUGÓLI JR., Heitor; SPAGGIARI, Enrico. **Networks and territorialities:** an ethnographic approach to the so-called cracklandia ["crackland"] in São Paulo. Vibrant, Virtual Braz. Anthr. vol.8 no.2 Brasília July/Dec. 2011.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1978.

GENOVEZ, Patrícia Falco.; TEIXEIRA, Cristiane Caldas Diniz; BRAGA, Tiago Farias. **Relação entre História e Memórias:** Narrativas da Formação Histórica e Territorial do Centro de Governador Valadares (MG). REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, v.I, nº XIX, Jan./Jun., 2019, p. 39 - 67.

GIDDENS, Anthony. **As Consequências da Modernidade.** São Paulo: Ed. Da UNESP. 1991.

GINZBURG, Carlo (1987). “Sinais: raízes de um paradigma indiciário”, in **Mitos, emblemas, sinais – morfologia e história [1986]**. São Paulo: Companhia da Letras, 1989.

GOLD, M.S. **Cocaine.** New York: Plenum Medical Book Company; 1993.

GOLDSTEIN, Herman. **Policiando uma Sociedade Livre.** Trad. Marcello Rollemberg; revisão da tradução Maria Cristina P. da Cunha Marques. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003 (Série Polícia e Sociedade, n.9/Organização: Nancy Cardia).

GONÇALVES, José Roberto. Memória e pertencimento: a Vila Castelo Branco no espaço urbano de Campinas. In: **RESGATE** (12), Combates & Rituais, 2003, pp. 123-132.

GOVERNADOR VALADARES. Prefeitura Municipal. **O município:** aspectos gerais. Disponível em: http://www.valadares.mg.gov.br/Materia_especifica/12083/Aspectos-Gerais. Acessado em: 10/09/2018 (última atualização em: 20/07/2015 17:21). PMGV, 2015.

GUIMARÃES, Cristiana Maria de Oliveira. **Novos valores, velhas questões:** o planejamento urbano em Governador Valadares. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Belo Horizonte, 2009, 213f.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização:** do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 8 .ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

HARVEY, D. **A Condição Pós-Moderna.** São Paulo: Loyola. 1992.

HENRIQUES, Sandra Mara Garcia. **Etnografia móvel:** uma proposta metodológica para os estudos da mobilidade na comunicação. *Tese de Doutorado*, PUCRS. 2016 <http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/6881>.

HIKIJ, Rose Satiko Gitirana. **Imagem-violência:** etnografia de um cinema provocador. São Paulo: Terceiro Nome, 2012, 200 p.

IHERING, Rudolf von. **A Luta pelo Direito** [1872]. Tradução de José Tavares Bastos Juiz no Estado do Rio e Redator dos Arquivos da Sociedade de Legislação Brasileira no mesmo Estado. Prefaciada pelo Dr. Clovis Bevilacqua, lente na Faculdade de Direito do Recife. Versão para eBook – eBooksBrasil.com. Digitalizado da Primeira Edição — 1909. Copyright: Domínio Público. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/luta.htm>. Acesso em: 02/01/2019.

INCIARDI, J.A.. **Crack cocaine in the Americas.** In M.G.Monteiro; J.A.Inciardi (Eds.) Brazil-United States. Binational Research. São Paulo: CEBRID – Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas, 1993, pp.63-75.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2010.**

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade.** 4ª edição. São Paulo: Centauro, 2001.

LEITE, Marcos da Costa; ANDRADE, Arthur Guerra. **Cocaína e crack:** dos fundamentos ao tratamento. Porto Alegre: Artmed, 1999.

LEPETIT, B. **Por uma nova História Urbana.** São Paulo: Editora da USP, 2001.

LUNARDI, João. **Análise dos homicídios em Governador Valadares no período de 2006 a 2010:** a espacialização dos delitos como forma de parametrização das ações preventivas. 2011.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade.** Lisboa: Edições 70, 2009. P. 07-122.

LYON, David (2006). 11/9, “*Synopticon, and Scopophilia: Watching and being watched*”. In: BRUNO, Fernanda; KANASHIRO, Marta; FIRMINO, Rodrigo. **Máquinas de ver, modos de ser:** vigilância, tecnologia e subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2013, p. 115-140.

MAIA, Rogério. **Crack**. Como se livrar desta droga. Belo Horizonte: Editora Getsêmani Ltda, 1 .ed., 2015.

MALDONADO. **A perspectiva transmetodológica na conjuntura de mudança civilizadora em inícios do século XXI**. In: MALDONADO, A.E; BONIN, J.A.; ROSARIO, N.. (Org.). *Perspectivas Metodológicas em Comunicação: Novos desafios na prática investigativa*. 2ed. Salamanca: Editorial Comunicación Social, 2013, v. 1, p. 17-45.

MARRA, Luís. **Crônicas do crack**. 1. ed. São Paulo: Hedra, 2017.

MARTIN-BARBERO, Jesús. *Dos meios às mediações*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

MARTINS, Leonardo. *Curso de Extensão Prevenção em Pauta. Aula 3: Prevenção ao Uso de Álcool e outras Drogas*. Belo Horizonte, Minas Gerais, 2011.

MASSEY, Dooren. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**. Tradução Hilda Pareto Maciel, Rogério Haesbart. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MEDEIROS, Regina (2010). **“Clínica e Croni(cidade): Impactos do uso/abuso de crack na configuração urbana e nos tratamentos da toxicomania**, pp. 165-218. *In: Crack: um desafio social*. Organizadores: Luis Flavio Saporì e Regina Medeiros. Belo Horizonte:n Ed. PUC Minas, 2010, 220p.

MILLS, C. W. **A imaginação sociológica**. 6.ed. Rio de Janeiro: Zahar 1982.

MINAS GERAIS, Polícia Militar, Oitava Região. **Instrução Nº 014/2014 - 8ª RPM**. Estabelece diretrizes para a gestão do policiamento setorizado em Governador Valadares. Governador Valadares: Comando da 8ª Região, 2014a, 29 p.

_____. **Projeto de Setorização do Policiamento no Município de Governador Valadares - 8ª RPM**. Estabelece diretrizes para a gestão do policiamento setorizado em Governador Valadares. Governador Valadares: Comando da 8ª Região, 2014b, 29 p.

MINAS GERAIS, Polícia Militar, Oitava Região, Sexto Batalhão. **Plano Operacional nº 01/2017 – 6º BPM**. Estabelece Plano de Intervenção na Área Central de Governador Valadares. Governador Valadares: Comando do 6º Batalhão, 2017, 27 p.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão. **Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (PMDI) 2019-2030**. Belo Horizonte, 2019.

MINAS GERAIS. Polícia Militar. Comando Geral. **Plano Estratégico: 2020-2023**. Belo Horizonte: Assessoria de Desenvolvimento Organizacional, 2020.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Maria Cecília de Souza Minayo (org.); Suely Ferreira Deslandes; Romeu Gomes. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016. (Série Manuais Acadêmicos)

MOREIRA, Erika Vanessa; HESPANHOL, Rosângela Aparecida de Medeiros. **O lugar como uma construção social**. *Revista Formação*, nº 14 volume 2 – p. 48-60, 2007.

OLIVEIRA, Lúcio Garcia de. **Avaliação da cultura do uso de crack após uma década de introdução da droga na cidade de São Paulo**. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de São Paulo. Escola Paulista de Medicina. Programa de Pós-Graduação em Psicobiologia. São Paulo, 2007. xix, 330f.

OLIVEIRA, Lúcio Garcia de; NAPPO, Solange Aparecida. **Crack na cidade de São Paulo: acessibilidade, estratégias de mercado e formas de uso**. Rev. Psiquiatr. Clín. Vol.35 no. 6. São Paulo, 2008.

POPPER, Karl. “A lógica e a evolução da teoria científica”, in **A vida é aprendizagem – epistemologia evolutiva e sociedade aberta [1999]**. Lisboa: Edições 70, 2001, p. 17-34

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo, Ática, 1993.

ROCHA, Rita Martins Godoy; PEREIRA, Débora Letícia; DIAS, Thaísa Magna. **O contexto de uso de drogas entre travestis profissionais do sexo**. Saúde Soc. São Paulo, v. 22, n. 2, p. 554-565, 2013.

ROSA, Ana Paula da. Tensões entre o registro e a encenação: a imagem de Aylan Kurdi e sua constituição em totem. In: **Revista Observatório**, v. 3, n.1. Palmas (TO), jan/mar. 2017 (p. 327-351).

RUI, Taniele. Usos da “Luz” e da “crackolândia”: etnografia de práticas espaciais. Saúde Soc. vol.23 no.1 São Paulo Jan./Mar. 2014.

SACK, R. (1986). **Human territoriality: its theory and history**. Cambridge: Cambridge University Press.

SANTANA, Fernando. **Curso de Extensão Prevenção em Pauta**. Módulo 7: Implementação de Ações Integradas de Promoção de Saúde e Prevenção ao Uso de Drogas. Aula 13: Fluxo de Redes. Belo Horizonte, Minas Gerais, 2011.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção 1926-2001**. 4. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2004.

SANTOS, Parajara dos. **O Katzensprung: Crônicas de fatos reais com personagens reais**. Governador Valadares: s/ed., 2000.

_____. **100 anos de fotografias: História fotográfica de Governador Valadares**. Governador Valadares: Governador Valadares: s/ed., 2006.

SANTOS, Gilmar Luciano. **Prática Forense para o Juiz Militar**. Belo Horizonte: Editora Inbradim, 2013, 155 p.

SAPORI, Luis Flavio; MEDEIROS, Regina. **Introdução**. In: **Crack: um desafio social**. Organizadores: Luis Flavio Saporì e Regina Medeiros. Belo Horizonte: n Ed. PUC Minas, 2010, 220p.

SAPORI, Luis Flavio; SENA, Lúcia Lamonier; SILVA, Bráulio Figueiredo Alves da. (2010). **A relação entre o comércio do crack e a violência urbana na Região Metropolitana de Belo**

Horizonte, pp. 38-80. In: **Crack: um desafio social**. Organizadores: Luis Flavio Sapori e Regina Medeiros. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2010, 220p.

SBARDELOTTO, Moisés. **Entre Bits e Pixels: Uma Análise Processual e Sistêmica da Comunicação em Rituais Católicos Online**. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Caxias do Sul, RS – 2 a 6 de setembro de 2010.

SCOTT, James. **The High-Modernist City: An Experiment and a Critique**. In: _____. How certain schemes to improve the human condition have failed. p. cm. – (Yale agrarian studies) (The Yale ISPS series), 1998, pp. 103-146.

SHIELDS, R. **A truant proximity: presence and absence in the space of modernity**. Environment and Planning. D. Society and Space. Vol. 10, 1992.

SIEGEL, R.K. Cocaine smoking. Journal of Psychoactive Drugs, 1982, 14(4), p. 271-343.

SILVA, Amaury; BRAGA, Tiago Farias. **Direito Eleitoral: Atualização Midiática da Comunicação Eleitoral e o Panóptico como Logística das Eleições em Época da Covid-19** (p. 217-244). In: Luciano Souto Dias. (Org.). **Repercussões da pandemia Covid-19 no direito brasileiro**. 1ªed.São Paulo: JH Mizuno, 2020, v., p. 1-440.

SILVEIRA, Fabrício. **O parque dos objetos mortos: e outros ensaios de comunicação urbana**. 1 .ed. Porto Alegre: Armazém Digital, 2010, 126 p.

SILVEIRA, Fabrício Lopes da. **Situacionalidades televisivas: comunicação, consumo e cultura material**. 2003. 288 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, São Leopoldo, 2003.

SOUZA, M.L. **O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento**. In CASTRO, I. et al. (org.) Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

TEIXEIRA, Cristiane Caldas Diniz; BRAGA, Tiago Farias; ALEXANDRINO, Verdi Kenedy. **Memória e Narrativa: A dinâmica do centro de Governador Valadares nas décadas de 60 e 70**. Banner apresentado no Seminário “Ligações migratórias contemporâneas: Brasil, Portugal e Estados Unidos” – UNIVALE – 05/06/2014.

TUAN, Yu-Fu. **Espaço, Tempo, Lugar: um arcabouço humanista**. Traduzido por Werther Holzer do original em inglês. Geograficidade, v. 01, Inverno 2011.

UNITED NATIONS OFFICE FOR DRUG CONTROL AND CRIME PREVENTION (UNODCCP). **Global illicit drug trends 2001** [online]. Vienna: UNODCCP, 2001. Disponível em: URL: https://www.unodc.org/unodc/en/data-and-analysis/global_illicit_drug_drug_trends.html Acesso em: 20 abr. 2017.

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME (UNODC). **The World Drug Report 2014** [online]. Vienna: UNODC, 2014. <https://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/drogas/relatorio-mundial-sobre-drogas.html> Acessado em: 20 abr. 2017.

Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC). **Relatório Mundial sobre Drogas 2018** [online]. Vienna: UNODC, 2018. Disponível em: <http://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/frontpage/2018/06/relatorio-mundial-drogas-2018.html> Acesso em: 31 dez. 2018.

VERON, Eliseo. El fin de la historia de un mueble. In: CARLON, Mário; SCOLARI, Carlos. **El fin de los medios massivos**: el debate continua. Buenos Aires: La Crujía Ediciones, 2014. (p. 285- 303)

VITOR, Caio; PAIVA, Rafael; CONCLI, Raphael; BRUCOLI, Rodrigo; GARCIA, Vitor. **Resistências e conflitos marcam a gentrificação em São Paulo**. 07/02/2018 Raphael Concli Ciência e Tecnologia. Agência Universitária de Notícias – AUN, USP, 2018. Disponível em: <http://paineira.usp.br/aun/index.php/2018/02/07/resistencias-e-conflitos-marcam-a-gentrificacao-em-sao-paulo/>. Acesso em: 09 mai. 2018.

WAGNER, Roy. **A invenção da cultura**. São Paulo-SP: Cosac Naify, 2010. p. 27-46.

WESCHENFELDER, Ricardo. **Rastros do invisível no plano cinematográfico**. 2016. 161 f.: il. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, São Leopoldo, 2003.

YAZBEK, André Constantino. **10 lições sobre Foucault**. 6. ed. Petrópolis. RJ: Vozes, 2015.

ZAMBRANO, Carlos Vladimir. **Territorios Plurales, Cambio Sociopolítico y Governabilidad Cultural**. Boletim Goiano de Geografia. 21 (1): 09-49, jan./jun. 2001.